



revista da ACADEMIA

AMAZONENSE DE LETRAS

revista da

AAL

{ ACADEMIA AMAZONENSE de LETRAS }

Nº 31

dez. 2011 - ISSN 2236-0143



— *Meninos e papagaios,*
Moacir Andrade, 1982
• col. particular.

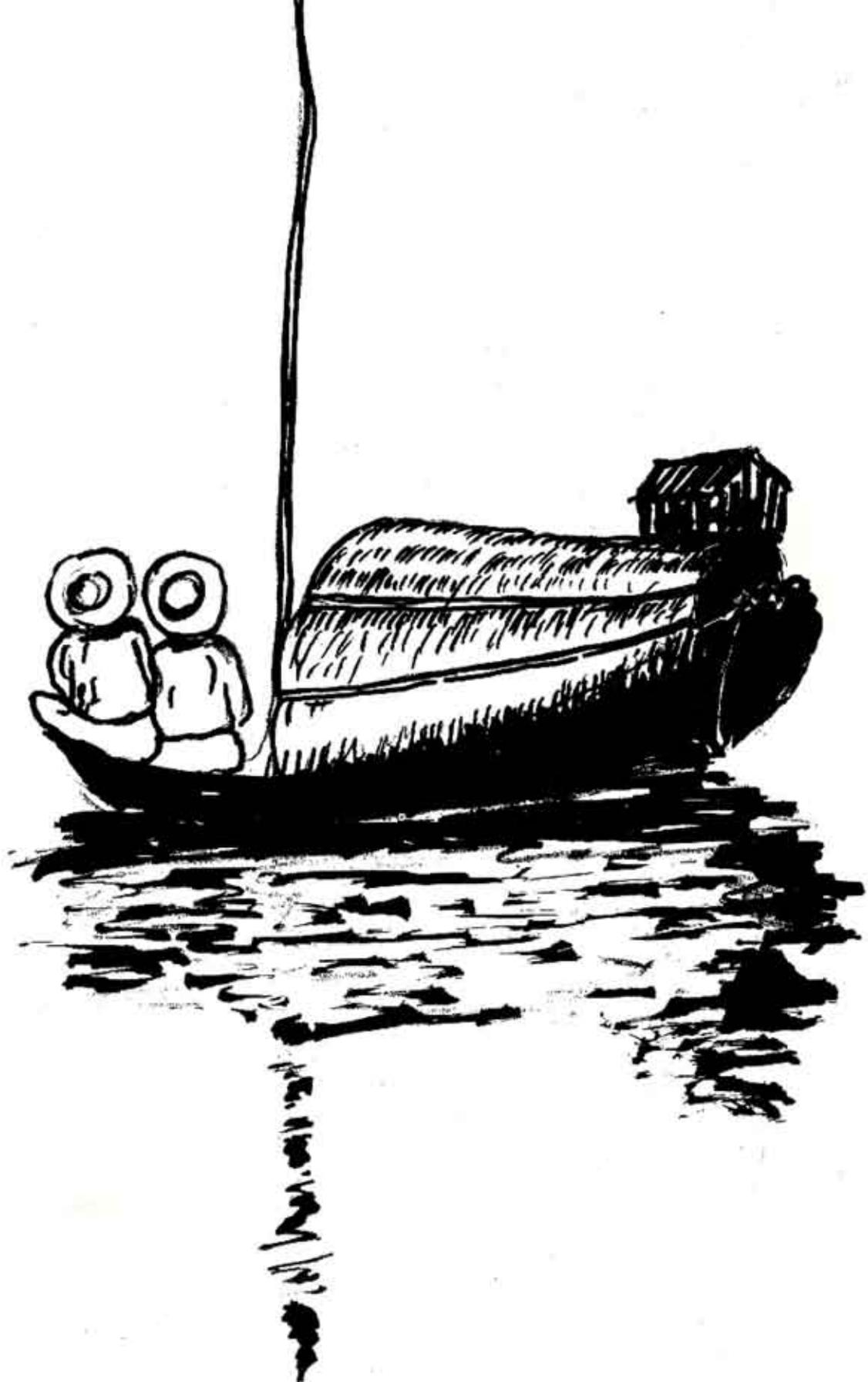
MOACIR COUTO DE ANDRADE nasceu em Manaus, em 17 de março de 1927, filho de Severino Galdino de Andrade e D. Jovina Couto de Andrade. Professor, escritor, historiador e artista plástico, Moacir dirigiu a Pinacoteca do Amazonas, o Museu de Numismática, o Teatro Amazonas, a Fundação Cultural do Amazonas e o Clube da Madrugada. Premiado diversas vezes, inclusive internacionalmente, o artista plástico segue produzindo. Membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, presidente da Academia de História do Amazonas e membro da Academia Amazonense de Letras, cadeira nº 2, de Euclides da Cunha. Publicou, entre outros, os seguintes títulos: *Amazônia; a esfinge do Terceiro Milênio; Alguns aspectos da Antropologia Cultural do Amazonas; Manaus – Ruas e Fachadas; Nheengaré ou Narrativas Amazônicas; Manaus, Monumentos, Hábitos e Costumes; Portas, Portões, Fachadas e Frontões.*



Lenda amazônica, Moacir Andrade, 1970 col. particular



— Palhaço, Moacir Andrade, 1964 • col. particular.





revista da

AAL

{ ACADEMIA AMAZONENSE de LETRAS }



número 31

fundada em 1º de janeiro de 1918 ¶ ano 93 • dezembro de 2011

9 DIRETORIA DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS
Biênio 2010/2011

Presidente • JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Vice-Presidente • TENÓRIO NUNES TELLES DE MENEZES

Secretário-Geral • ALMIR DINIZ DE CARVALHO

Secretário-Geral-Adjunto • CARMEN NOVOA SILVA

Tesoureiro • ARLINDO AUGUSTO DOS SANTOS PORTO

Tesoureiro-Adjunto • ABRAHIM SENA BAZE

Diretor de Patrimônio • MOACIR COUTO DE ANDRADE

Diretor de Promoções e Eventos • CLÁUDIO DO CARMO CHAVES

Diretor de Edições • MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

Conselho Fiscal

LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA

ARMANDO ANDRADE DE MENEZES

FRANCISCO GOMES DA SILVA

Suplentes

ANTONIO JOSÉ SOUTO LOUREIRO

MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO NETO

EULER ESTEVES RIBEIRO



COPYRIGHT © ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS, 2011

COORDENAÇÃO EDITORIAL

José Braga

COMISSÃO EDITORIAL

Marcus Barros · Jorge Tufic · Almir Diniz

DESIGN E DIREÇÃO DE ARTE

Rômulo Nascimento

· Capa: "Cais do porto de Manaus", *Moacir Andrade*. Coleção Museu do Porto. In: *Moacir Andrade*. Manaus: Sergio Cardoso, 1992.

REVISÃO

Sergio Luiz Pereira

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Mazé Mourão {reg. profissional 16700/101/48}

REVISTA DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS.

Ano 93, nº 31 (dezembro de 2011). Manaus: Academia Amazonense de Letras, 2011.

ISSN 2236-9643

296 p.

1. Literatura – 1. Título: Revista da Academia Amazonense de Letras

AAL

Filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil

Av. Ramos Ferreira, 1.009

Centro. CEP 69010 120

TEL / FAX: (92) 3234 0584

acadam@ig.com.br

Manaus ♣ *Amazonas*

¶ QUADRO DE PATRONOS E ACADÊMICOS EFETIVOS DA
Academia Amazonense de Letras

• 1	Péricles Moraes	José Bernardo Cabral
• 2	Euclides da Cunha	Moacir Couto de Andrade
• 3	Gonçalves Dias	Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto
• 4	Sílvio Romero	Newton Sabbá Guimarães
• 5	Araújo Filho	Almir Diniz de Carvalho
• 6	Adriano Jorge	Rosa Mendonça de Brito
• 7	Maranhão Sobrinho	Aldisio Gomes Filgueiras
• 8	Torquato Tapajós	Euler Esteves Ribeiro
• 9	Machado de Assis	José dos Santos Pereira Braga
• 10	Barão do Rio Branco	Mário Ypiranga Monteiro Neto
• 11	José Veríssimo	Marcus Luiz Barroso Barros
• 12	Olavo Bilac	Elson José Bentes Farias
• 13	Estelita Tapajós	Abraham Sena Baze
• 14	Barão de Sant'Anna Nery	Cláudio do Carmo Chaves
• 15	Graça Aranha	Almino Monteiro Álvares Affonso
• 16	João Leda	Tenório Nunes Telles de Menezes
• 17	Francisco de Castro	José Geraldo Xavier dos Anjos
• 18	Jonas da Silva	Jorge Tufic Alaúzo
• 19	Coelho Neto	Lafayette Carneiro Vieira
• 20	João Ribeiro	Francisco Gomes da Silva
• 21	Tenreiro Aranha	Luiz Franco de Sá Huet-Bacellar
• 22	Farias Britto	Robério dos Santos Pereira Braga
• 23	Cruz e Sousa	
• 24	Joaquim Nabuco	Marilene Corrêa da Silva Freitas
• 25	Araújo Lima	Márcio Gonçalves Bentes de Souza
• 26	Rui Barbosa	José Roberto Tadros
• 27	Tavares Bastos	José Maria Pinto de Figueiredo
• 28	Aníbal Teófilo	Maria José Mazé Santiago Mourão

- 29 Castro Alves Amadeu Thiago de Mello
- 30 Araripe Júnior Armando Andrade de Menezes
- 31 Raimundo Monteiro Max Carpentier Luiz da Costa
- 32 Bernardo Ramos
- 33 Antônio Brandão de Amorim Carmen Novoa Silva
- 34 Ermano Stradelli Antonio José Souto Loureiro
- 35 Dom Frederico Costa Arlindo Augusto dos Santos Porto
- 36 Inglês de Souza Dom Luiz Soares Vieira
- 37 Benjamin Lima Luiz Maximino de Miranda Corrêa Neto
- 38 Barbosa Rodrigues William Antônio Rodrigues
- 39 Alfredo da Matta Mário Augusto Pinto de Moraes
- 40 Paulino de Brito Francisco Marques de Vasconcelos Filho



— Sumário

— Nossa edição 11

{*Academia de portas abertas*}

— Roteiro do cinema no Amazonas, AURÉLIO MICHILES 15

{*Fundadores*}

— Adriano Jorge, sementeiro de luz 23
ROSA MENDONÇA DE BRITO

— Alcides Bahia, notícia biográfica 34
ROBÉRIO BRAGA

— José de Mendonça Lima, parte II 48
CLÁUDIO CHAVES

{*Oratória*}

POSSE DA ACADÊMICA *Marilene Corrêa*

— Abertura 55

— Discurso 57

— Saudação 66

POSSE DO ACADÊMICO *Francisco Vasconcelos*

— Abertura 71

— Discurso 73

— Saudação 89

POSSE DO ACADÊMICO *Geraldo dos Anjos*

— Abertura 95

— Discurso 97

— Saudação 105

POSSE DO ACADÊMICO *Arthur Virgílio Neto*

— Abertura 110

— Discurso 112

— Saudação 124

POSSE DO ACADÊMICO *José Braga*

— Discurso 135

— Saudação 152



{*Alguma poesia*}

- Puro lamento gallego, LUIZ BACELLAR 159
- Mãe preta, BRUNO DE MENEZES 162
- Tens os olhos guardados em mim, RITA ALENCAR CLARK 165
- Lavando o pão de cada dia, JOÃO CANDIDO DOS SANTOS 167
- Minha Pasárgada, JOSÉ SERÁFICO 169
- Manaus meu Amor, ALÍCIA COELHO DA SILVA MORAES 171

{*Diálogos qualificados*}

- Joaquim Nabuco, minhas anotações BERNARDO CABRAL 173
- Joaquim Nabuco, o abolicionista ARMANDO DE MENEZES 187
- O ensaio científico MARILENE CORRÊA 195
- A palavra na ficção JORGE TUFIC 206
- A palavra sagrada MAX CARPHENTIER 216

{*Ensaíos*}

- O soneto como expressão poética 225
ALMIR DINIZ
- Propércio ou a sublimação do amor 235
NEWTON SABBÁ GUIMARÃES
- Compreensão da vontade do Direito: um problema
da filosofia da linguagem 254
ISAAC SABBÁ GUIMARÃES

{*Medalha Péricles Moraes*}

- 2010
- Abertura 263
- Agradecimento 265
- 2011
- Abertura 269
- Saudação 271
- Agradecimento 281

{*Portfólio*}

- Moacir Andrade, JORGE TUFIC 287

{*Crônica*}

- Lembranças e saudade!, ROSA MENDONÇA DE BRITO 289
- Em Manaus, o universo, CARMEN NOVOA SILVA 293

— Nossa edição

JOSÉ BRAGA, *presidente*

A *Revista 31 da Academia* encerra a administração da atual Diretoria. Representa, digamos assim, o derradeiro fruto de uma sementeira compartilhada durante quatro anos de intensa atividade e respeitosa convivência. A safra, se foi boa, diz do solo fértil, da qualidade da semente, das mãos que semearam em mutirões...

Seguindo a carta de navegação traçada no plano de gestão participativa *Rumos & Remos*, concebido no início da administração, fomos recolhendo ao longo do tempo, de porto em porto, os frutos do trabalho inspirado nas tradições mais caras desta Casa e nas exigências do mundo novo, que nos desafiam. A viagem está concluída. Atracamos o barco para entregá-lo ao comando seguro de Arlindo Porto – patrimônio moral e intelectual da Academia.

Buscando aprimorar-se sempre mais, a Revista, de elevado padrão gráfico e conteúdo diversificado, homenageia Moacir Andrade, confrade ilustre e artista de muitos talentos. Neste número, comparecem Alícia Moraes, Almir Diniz, Antonio Loureiro, Armando de Menezes, Arthur Virgílio Neto, Bernardo Cabral, Bruno de Menezes, Carmen Novoa Silva, Cláudio Chaves, Elson Farias, Francisco Gomes, Francisco Vasconcelos, Geraldo Xavier, Isaac Sabbá Guimarães, João Cândido, José Braga, José Seráfico, Jorge Tufic, Luiz Bacellar, Marcus Barros, Marilene Corrêa, Max Carphentier, Newton Sabbá Guimarães, Plínio Coelho, Rita Alencar, Roberio Braga, Rosa Mendonça de Brito e Vânia Pimentel.

Com as posses e discursos de Marilene Corrêa, Francisco Vasconcelos, Geraldo Xavier dos Anjos, Arthur Virgílio Neto, e os elogios proferidos por eminentes confrades, completa-se a publicação dos pronunciamentos de posse no quadriênio de nossa administração. Para o registro histórico, três estudos sobre fundadores da Academia: Alcides Bahia, Adriano Jorge e Mendonça Lima.

12 De *Portas Abertas* a Academia entrevista o cineasta amazonense Aurélio Michiles, tantas vezes premiado, que nos fala sobre a trajetória da arte cinematográfica na Amazônia. Os *Diálogos Qualificados* “Revisitando Nabuco” e “A palavra em plenário”, assim como o reconhecimento ao mérito de pessoas e instituições por meio da Medalha Péricles Moraes, ressaltam a importância dessas atividades. Alentados ensaios científicos e literários ilustram estas páginas, merecendo destaque, ainda, os poemas premiados no *Concurso Manaus & Poesia 2011*, entre as esmeradas contribuições que enriquecem a Revista.

De tudo fica-nos a certeza de que a *Revista da Academia* segue prestigiada pelos nossos e por outros intelectuais como aprimorado e vigoroso instrumento de construção e divulgação do pensamento amazônico.





{ *Academia de* PORTAS ABERTAS }

— Roteiro do cinema no Amazonas

O OLHAR DE AURÉLIO MICHILES

— CINEMAMAZONAS: IDIOSSINCRASIAS E PANACEIAS

A Amazônia tem sido explorada como parte das idiossincrasias e panaceias alimentadas pela imaginação da humanidade: “a última floresta tropical em pé”, “pulmão verde redutor de carbono contra o aquecimento global”, “a maior reserva de água doce do planeta”, “a biodiversidade que desafia a finitude das descobertas”, “habitada pelas últimas sociedades neolíticas”... Conflitos por interesses diversos das suas riquezas naturais têm servido de inspiração para os imaginativos roteiristas, estes a incluem num cenário de civilizações perdidas, mundos ocultos, animais pré-históricos, laboratórios de cientistas loucos, tráfico ilegal da fauna e da flora e todos os tipos de intrigas que fascinam a humanidade.

1. Texto exclusivo para a Revista da AAL.

Portanto, desde os primórdios do cinema a Amazônia tem sido tema de emblemáticas questões que vivenciamos no planeta, eis alguns deles: “O Mundo Perdido” (*The Lost World*, 1925), “Delírio de um Sábio” (*Dr. Cyclops*, 40), “O Monstro da Lagoa Negra” (*The Creature From the Black Lagoon*, 54), “Curuzu, o terror do Amazonas” (*Curuzu, the beast of the Amazon*, 56) e “Um Lobisomem na Amazônia” (BRA, 2006). Esses filmes, entre outros, se colocam como a própria diversidade da flora e fauna amazônicas, procuram disponibilizar aos olhos contemporâneos a oportunidade de se fazer comparações e reflexões sobre como se tem inventado um imaginário amazônico entre nós e o outro, entre o autóctone e o estrangeiro – o estranhamento do desconhecimento e das descobertas.

Nesse sentido, conhecer a Amazônia por meio do imaginário audiovisual é uma instigante experiência; podemos nos comover com a aventura da pequena índiazinha “Tainá – Uma aventura na Amazônia”, 2001, com “Sinfonia Amazônica”, 1953, pioneiro do desenho animado nacional, ou incomodados com os perturbadores filmes “Iracema – uma transa amazônica”, 1975, e “A década da destruição”, 1990. Podemos citar os filmes realizados ainda no período pré-Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a versão amazônica da Alemanha hitlerista no filme “O inferno verde” (Kautschuk, 38) ou os filmes do pós-guerra “O fim do rio” (The end of the river, 47), “Os Bandeirantes” (Rio Negro, 61), “O homem do Rio” (L’homme de Rio, 64), “A floresta das esmeraldas” (The emerald forest, 85), “Brincando nos campos do senhor” (At play in the fields of the Lord, 91); o olhar amazônico num filme de Gláuber Rocha (“Amazonas, Amazonas”, 66) e a ambição do poder, chegando à loucura megalômana dos filmes como “Aguirre: a cólera de Deus” (Aguirre: The wrath of God, 72) e “Fitzcarraldo”, 1982, de Werner Herzog.

— PIONEIROS DAS IMAGENS AMAZÔNICAS

Mas não podemos esquecer-nos daqueles que contribuíram com a sua curiosidade encontrando respostas e que deixaram um legado empreendedor, pioneiro e que, ao visitarem-na, foram tomados pela audácia em preservá-la em imagens: Luiz Thomaz Reis (1878-1940) e Silvino Santos (1886-1970). Eles foram responsáveis por grande parte das imagens da Amazônia filmadas ainda no início do século 20. A magnitude de suas obras tem paralelo com o norte-americano Robert Flaherty (1884-1954), considerado figura seminal do filme-documentário (“Nanook – o esquimó”, 22).

Ao verificarmos as datas de nascimento entre os citados cineastas pioneiros, constatamos que são cúmplices da mesma contemporaneidade e da mesma ousadia: Luiz Thomaz Reis (cinegrafista da expedição Rondon) nascido em 1878, Silvino Santos em 1886 e Robert Flaherty em 1884, desejaram ir além das possibilidades que a época



Aurelio Michiles dirige José de Abreu (Silvino Santos) no filme "O Cineasta da Selva". Foto: Divulgação.

e o ambiente limitavam a produção dos seus filmes, inclusive quando necessário faziam revelações e copiagem em condições adversas. Silvino Santos, por exemplo, recorria aos ocos das grandes árvores, conforme foi eternizado numa fotografia publicada na revista *The National Geographic Magazine* (abril, 1926). A diferença entre os três foi o esquecimento a que os dois pioneiros brasileiros (Reis e Santos) foram submetidos, enquanto que Robert Flaherty foi assimilado e tornado em seu país como referência seminal da história do documentário. Faz-se necessário dizer que tanto Luiz Thomaz Reis como Silvino Santos realizaram uma filmografia mais extensa do que Robert Flaherty. Aqui, nesse caso, se revela a dívida que temos com o nosso legado. Precisamos, sem tempo, fazer um inventário, uma retrospectiva dos formadores da história amazônica, nesse caso aquelas que foram registradas em imagens: o cinema.

— ARIADNE-AMAZÔNIA

O cinema, essa linguagem privilegiada do século passado, tem a capacidade para desenrolar o mítico novelo de Ariadne-Amazônia nesse labirinto do documentário e da ficção com partes intrínsecas do "fazer

18 cinematográfico”. Nesse sentido, a “Amazônia” tem sido não somente uma locação generosa para pormos em prática toda a imaginação, mas também lugar das coincidências fundamentais da história do cinema, senão vejamos:

1. Uma das primeiras sessões de cinema no Brasil ocorreu em Manaus, em 1897, no Teatro Amazonas;

2. Um dos pioneiros do cinema-documentário em nosso continente foi Silvino Santos, que viveu, filmou e morreu em Manaus, deixando-nos um legado de nove longas e 57 curtas e médias-metragens, além de mil fotografias em chapas de vidro. A sua aventura encontra-se contada por ele mesmo (manuscrito) num caderno sob o título “Romance da Minha Vida” (curiosamente ainda inédito). O seu legado só atinge dimensões galácticas diante da história, não somente porque se fizeram filmes sobre a sua vida, teses acadêmicas, artigos, crônicas, mas também porque cada vez que se extingue a paisagem natural, urbanística e arquitetônica da Amazônia e do Amazonas, as cenas que registrou faz um século; desde as selvas da fronteira entre Brasil e Peru, Rondônia, Amazonas, Pará, Roraima, Rio de Janeiro e Portugal se tornaram a única referência da nossa história sobre a qual não somente poderemos refletir, mas também assisti-las.

3. E tem mais: um dos destacados incentivadores da preservação da memória do cinema nacional e da dinamização das cinematecas do mundo foi o amazonense Cosme Alves Netto (1938-1996), nascido em Manaus. O seu legado não ficou restrito somente à curadoria por quase 40 anos da Cinemateca MAM-RJ, mas também ao incentivo da disseminação dos cineclubes, mostras, festivais pelo Brasil, América Latina e Caribe. A sua relação com Cuba é histórica, ele se encontra na origem da criação da Escola Internacional de Cinema e TV (EICTV – Santo Antonio de los Baños) e da Fundação Novo Cine Latino-Americana (FNCL), sem citar a sua corajosa participação nos anos da repressão. Cosme, pessoalmente, tanto levava nossos filmes como trazia outros para serem exibidos aqui, daí ter ficado conhecido como “embaixador do cinema brasileiro”. Sim, Cosme foi programador do len-

dário Cine Paissandu (RJ) ou “geração Paissandu” (RJ) que se tornou 19
ponto de encontro para se discutir o Cinema Novo e as produções
dos cineastas nos anos 60 (Fellini, Bergman, Kurosawa, Visconti, Go-
dard, Buñuel, Gláuber Rocha e tantos outros). Foi preso e torturado
por causa de exibições de filmes proibidos pela ditadura, e também
escondeu na Cinemateca filmes que se encontravam sob a mira da
censura, e tinha como objetivo incinerar essas obras. Cosme teve a
coragem em preservá-las. A cada ano a sua importância assume pro-
porções amazônicas para a história do cinema latino-americano, seu
legado torna-se referência às novas gerações que se preocupam em
pesquisar, preservar, restaurar e transformar as cinematecas num
ambiente aglutinador das imagens, sejam elas quais forem em quais-
quer bitolas e suportes (mecânica, eletrônica ou digital).

— AMAZONAS – COSME E SILVINO

Coincidência ou não, como podemos constatar, não é pouco. O ci-
nema corre nas veias aquáticas da Amazônia, e muito particular-
mente no Amazonas. Tudo assumiria outra dimensão caso esses fatos
de importância mundial já estivessem sendo estudados e assimila-
dos por sucessivas gerações de amazonenses; estas, a exemplo des-
ses formadores da nossa inventiva herança cultural, deem
continuidade. Aqui estou me referindo a Silvino Santos, os jovens
em aprendizado numa escola de cinema-documentário como refe-
rência internacional, em contato com um espaço dinamizador onde
estivessem disponíveis objetos, iconografia e a filmografia desse pio-
neiro.

Os exemplos do legado de Cosme Alves Netto já tivessem uma ci-
nemateca como referência em pesquisa, restauro e guarda, disponí-
veis a exibições de toda e quaisquer imagens feitas em nossa região.

— CINEMA NA CABEÇA E NAS MÃOS

Em tempos de tecnologia digital, a atividade audiovisual é cada vez
mais democrática. O fascínio pela imagem também se reflete na pro-
cura pelos cursos de audiovisual, cada vez mais concorridos. Os re-

20 sultados vêm no mesmo ritmo: a produção audiovisual tem crescido vertiginosamente.

E é por isso que os festivais de cinema, tanto nacional como internacional, abrem-se sem preconceitos para as produções em vídeo digital, formato que está mais próximo dessa nova geração de realizadores.

Hoje, todas as oferendas são emitidas ao redor do altar da imagem pelas novas mídias. E todos desejam servir a essa seita, nem que seja por um segundo, desde exibicionistas ao terrorista homem-bomba, todos querem beber no altar da fama, senão suas “verdades” não existem. A questão se resume naquilo que “deu na mídia”.

Diante dessa desconstrução de identidades, o cinema-documentário surge como reação para reencontrarmos nossa autoestima, daí a sua repercussão como linguagem e gênero nos nossos dias. É diante desses fatos que o cinema toma forma de um espelho que somente a ficção não dá conta. Seja sob qualquer outro assunto, a Amazônia está presente no cotidiano da humanidade. Ela representa desespero e esperança – a nossa ficção ou o nosso documentário. É uma imagem retida na retina do planeta.

A devastação das florestas, assoreamento de rios e lagos, inversão climática, derretimento das regiões geladas planeta afora, megaglomeração urbana, o certo é que as imagens nos chegam de todas as partes, a qualquer hora, não se submete a fusos horários. Sob o efeito da globalização surtiu outro efeito, o da desconstrução de territórios e das linhas imaginárias. Em confronto, a globalização que parecia zerar a tudo e todos, o que vivenciamos é o contrário, a permanência fundamental de culturas construídas com base nas crenças desenvolvidas em geografias determinadas: nada mais é estranho e o estranho é o estranhamento diante do outro, porque o outro sou eu mesmo. Nada nos choca e nos assusta. Parece não existir o medo e nem o horror. Os sinais dos celulares e da internet são flechas em busca de alvos certos: a intercomunicação interpovos, e eles não são apenas meios auditivos, mas transmissores de imagens.

A transmissão ao vivo do homem pisando na superfície lunar, no final da década de sessenta, foi a desconstrução da linha imaginária construída ao longo de milênios no inconsciente da humani-



Aurelio Michiles e Mario Ypiranga Monteiro durante as filmagens de "Teatro Amazonas". Foto: Divulgação.

dade. O homem pisa na Lua, observa como um voyeur a imagem do nosso planeta, o nosso lar, vista pelos registros além do cosmos. Essa janela indiscreta nos despertava para a verdadeira dimensão da nossa frágil existência, o referencial diminuto e desproporcional diante do universo. – Somos parte da poeira cósmica.

Os registros das imagens das pessoas que vivem neste planeta testemunham e dão visibilidade às suas tragédias, é por meio delas que todos nós podemos nos tornar cúmplices ou meros espectadores.

Diante das sucessões de imagens em movimentos que nossos cérebros absorvem, não podemos negar a existência de uma era do simulacro das imagens. E nesse sentido os documentários exercem o fascínio em desvendar ou multiplicar os fatos, numa espécie de rede imaginária e espetacular da história. Nunca um modo de falar, num perfeito encaixe, veio a calhar nesse cipoal de megapixels como a expressão “deu na TV”, “tá no YouTube” ou simplesmente “estou na mídia” como se fosse a assinatura autoral desta era.

Em nosso caso, a Amazônia não é somente “uma ideia na cabeça”, é a nossa imagem e semelhança. Nesse sentido, ela será o que fizermos dela. Já temos exemplos a seguir: Silvino e Cosme. Não é pouco, mas é uma baita responsabilidade.

{ FUNDADORES }

— Adriano Jorge

SEMEADOR DE LUZ



Adriano Augusto de Araújo Jorge nasceu nas Alagoas, em 20/8/1879 e faleceu em Manaus, no dia 3 de novembro de 1948. Era filho do professor Adriano Augusto de Araújo Jorge e Aristéa de Araújo Jorge. Casado com a professora Laura Tapajós, deixou um único filho, Ruy Adriano de Araújo Jorge.

Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, veio para o Amazonas em período áureo, idos de 1900, aos 21 anos de idade, sem contudo deixar-se atrair pela cobiça, “mas sem dúvida ansioso de participar de uma humanidade nova, em terra nova, agitada de problemas novos para o homem, para o médico e para o intelectual”.

Não conheci Adriano. A leitura, a imagem que dele faço, como homem que soube usar sua inteligência para fazer-se e projetar-se como cidadão competente, sensível aos problemas humanos, desprovido de ambição financeira, bondoso e esperançoso no fazer da humanidade, justo, pacífico e feliz, foi construída a partir de sua visão de mundo, revelada em teses, crônicas, discursos e artigos; das falas de seus familiares, especialmente do filho Ruy Adriano, amigo de minha família; de escritos sobre ele e de falas de outros amigos seus.

Fundador e presidente da Academia durante trinta anos (1^o/1/1918 a 2/11/1948), ocupante da Cadeira n^o 1 de Euclides da Cunha e patrono da Cadeira n^o 6, Adriano Jorge galvanizou com sua inteligência prodigiosa, com sua bondade franciscana e, sobretudo, com a bravura ativa e singular de suas atitudes, a história de quase toda a metade do século passado, no Amazonas. “Médico, professor, filósofo e pensador. Grande alma, notável espírito, coração magnânimo” – assim está gravado em sua lápide. Detentor da imortalidade acadêmica que

- 24 não os publicou, mas por sua cultura multifacetada, sua oratória, seus escritos esparsos, suas atitudes e ações.

— OS ESCRITOS

Dos poucos escritos que deixou publicados em jornais e revistas, registramos:

• A luz, 1906 – Filosófico – despertar da racionalidade; • Pinheiro Machado, 1911; • Ao eleitorado do Amazonas, 1912 – Político; • Inquéritos íntimos, 1917 – sobre si mesmo; • O paradoxo do altruísmo, 1917 – Psicológico; • A tortura do invejar, 1917 – Psicológico; • Um cubista anônimo, 1917; • O gesto de Xerxes, 1917; • Um gesto romântico, 1920; • Carta aberta ao marechal Thaumaturgo de Azevedo, 1920 – Político; • Em torno da resposta do marechal Thaumaturgo de Azevedo, 1920 – Político; • O revisionismo, 1924 – Jurídico; • Balada romântica, 1927; • À margem do conceito de evolução, 1927 – Filosófico; • Um terceto do purgatório, 1929; • Introdução, 1935; • Oração aos professores de 1935/36 – Pedagógico; • Alonso Aníbal, 1941; • Lais Wallace, 1941; • Discurso-Oração no I Congresso Diocesano de Manaus, 1942 – Teológico; • O problema dos prisioneiros, 1944 – Guerra; • Unha por unha, pelo por pelo, 1944 – Guerra; • O valor negativo das zonas fortificadas, 1944 – Guerra; • Ainda uma guerra, 1946 – Guerra; • Pessimismo: otimismo dinâmico, 1946 – Filosófico; • Função histórica do sofrimento, 1947 – Filosófico; • À altura da infelicidade, 1947 – Filosófico.

Humanista, Adriano olhava e entendia o homem e conseqüentemente a si mesmo, como uma totalidade, por isso capaz de pensar e agir nos vários campos do fazer humano. Assim, embora afirme que a medicina não era a sua verdadeira vocação, fez dela sacerdócio, revelando-se ao mesmo tempo como educador, político, filósofo e cientista social. É que o humanismo como prática de vida supõe a crença no homem, nas suas possibilidades, e esperança no fazer da humanidade. Assumindo uma postura humanista, o homem situa-se no mundo e procura, pela sua práxis, transformá-lo no seu mundo. O verdadeiro humanismo impõe qualidade e densidade às relações humanas na busca real do reconhecimento do valor da pessoa em sua

totalidade. Pondo o homem no centro de todas as preocupações – artísticas, filosóficas, políticas e morais – tem seu ponto de partida na subjetividade do indivíduo, cujo destino é viver no mundo, compreendê-lo e dominá-lo. Em “Inquéritos Íntimos” (1917), Adriano confessa: “Se eu fosse rico? Rico de quê? De dinheiro? Em mim isto não seria possível... Sou rico de invejável saúde e milionário de esperanças magníficas. Logo, sou feliz”.

— A MEDICINA

Os méritos profissionais atribuídos ao médico Adriano Jorge – médico dos ricos e dos pobres – Djalma Batista os proclama com a autoridade de homem de ciência: “Como clínico, Adriano teve sobre os médicos contemporâneos – inúmeros deles ilustres e notáveis – uma grande superioridade: era o olho clínico, a intuição diagnóstica quase divinatória, que o fazia deslindar com rapidez quadros mórbidos ao parecer nebulosos. Nisso de precisar um diagnóstico foi inigualável até morrer. Quase todos os casos difíceis e complicados da clínica manauense, em 48 anos sucessivos, tiveram sua audiência, por solicitação dos próprios assistentes que lhe reconheciam (que lhe reconhecíamos, diz Djalma) o poder soberano de atinar com a classificação nosológica precisa, enxergando um caminho onde só havia densa treva, interpretando sintomas e sinais aparentemente desconexos, traçando, com isso, diretrizes à terapêutica e possibilidade à formação do prognóstico”.

Em reconhecimento à sua obra humanitária, o Amazonas perpetuou-lhe o nome em três significativas homenagens: o bairro de Adrianópolis, onde viveu; o antigo Sanatório Adriano Jorge, e o Plenário da Câmara Municipal de Manaus.

— A POLÍTICA

Sua vida pública foi sempre um constante combate contra todas as indignidades e torpezas. Nessa luta sem trégua, uma grande fé e uma invencível coragem o acompanharam, conforme proclama no manifesto “Ao eleitorado do Amazonas”, em 1912: “Fé – para confiar, ape-

26 sar de todos os desastres de nossa vida republicana, na triunfante reabilitação da Pátria; coragem – para fincar na brecha, com o mesmo velho ardor de outros tempos, a pelejar a eterna batalha do seu fervoroso credo cívico contra os que desonram a República”.

Falando do seu sentimento político, revela-se ainda mais ao povo amazonense: “Conheci aqui os primeiros entusiasmos e os primeiros desalentos nesse tumultuar de paixões que é a vida pública; tive aqui, no entrechoque implacável das lutas políticas, o meu batismo de fogo e o meu batismo de sangue. (...) Aprendi aqui a amar os dignos, a perdoar aos irresponsáveis, a desprezar os vendidos e profundamente odiar a todos os infames”.

Presidente do Partido Revisionista do Amazonas, sob a liderança nacional de Ruy Barbosa, defendeu com ardor a revisão da Carta Constitucional de 1891. Em “O revisionismo”, escrito em novembro de 1924, esgrima na defesa da revisão constitucional, desfraldando nestas longuras a bandeira do grande Rui – voz destemida a contagiar a consciência nacional. Adotando uma postura jurídico-filosófica, Adriano Jorge analisa e critica com proficiência os preceitos constitucionais. Sustentando a necessidade de que se procedesse à revisão da Carta Republicana de 1891, o que afinal ocorreria em 1926, afirma categórico:

Não são as liberdades e franquias outorgadas ao povo brasileiro pela Constituição Federal que nós, os revisionistas, queremos suprimidas ou atenuadas, visto que nunca, até hoje, tivemos, nós, os do povo, a experiência dessas franquias e liberdades. Queremos a efetivação desses direitos, a objetivação dessas liberdades, a realização dessas franquias, pelo cerceamento da faculdade de fazer o mal, de que tanto têm abusado as classes dirigentes do país.

Foi candidato a deputado federal pelo Amazonas, lançado em manifesto de 30 de dezembro de 1911, pelo jornal *Correio do Norte*. Exerceu o mandato de deputado estadual, sendo autor do projeto de lei que, em 1917, revogou o acordo firmado em 14 de setembro de 1910 entre o Amazonas e Mato Grosso, sobre os limites estaduais. Vereador e presidente da Câmara Municipal, cargo em que faleceu em 1948.

Foi marcante a sua presença em momento trágico da história do Amazonas, protestando compadecido e indignado contra o bombardeio de Manaus, em outubro de 1910, pondo a sua inteligência, o seu braço e a sua vida, como ele próprio declara, a serviço da causa que abraçou. 27

— O MAGISTÉRIO

À grande figura do médico e do político junta-se a majestade do educador. Professor designado de Língua Portuguesa no Ginásio Amazonense Pedro II, de 1903 a 18 de maio de 1910, quando foi efetivado, e de História Natural, Fisiologia Humana e Psicologia, na Escola Normal (IEA). Sacerdote da educação antes que professor, ao paraninfar os professorandos de 1935 estabelece com clareza as diferenças fundamentais entre instruir e educar. Como ensina, pode-se instruir pervertendo-se, mas é impossível educar senão aperfeiçoando e aprimorando. No seu entendimento,

O grande erro da pedagogia moderna está em ser incompleta, em não encarar o homem sob todos os aspectos de sua organização mental e moral-psíquica. A pedagogia não é, não pode ser, não deve ser apenas uma ciência natural, fenomênica, como as ciências físicas, (...) ela tem de ser, como a moral, como o direito, uma ciência normativa, isto é, tem de estudar os fenômenos sociais, que são o seu objeto, não como de fato o são, mas como devem ser, para que se não criem conflitos e distúrbios no seio das coletividades. É a educação que realiza a cinzeladura moral e a modelagem psíquica, por isso mesmo está em sua alçada a eficácia profilática das manifestações antissociais e anti-humanas que dominam a civilização contemporânea.

Tratava com erudição todos os assuntos da cátedra: das questões elementares da gramática às grandes construções da literatura; dos rudimentos da fisiologia humana à complexa distinção dos fenômenos físicos e vitais. Suas aulas eram sábias e belas lições gravadas ainda hoje na memória de seus alunos. Assim é que Plínio Coelho, incendiando de luz este salão em memorável noite que guardo para sem-

28 pre nos meus olhos e no coração, disse, ao pronunciar o elogio ao acadêmico José Braga, com o encanto e fulgurância de sua oratória, percorrendo lembranças e saudades:

Também queremos, neste ponto, recordar o nosso querido mestre, (...) lembrando que em uma de suas eruditas aulas, falando sobre o aparelho auditivo se demorou em derredor da membrana do tímpano, buscou na sua vibração o isócrono na geração do som no movimento do martelo, bigorna e do estribo ao percutir no nervo acústico, comparando-a com o sincronismo de notas musicais para se perder passando pela Física, na teoria da relatividade, deixando-nos aturdidos pelo aticismo da linguagem e cultura polifórmica, fazendo com que um dos colegas pedisse o seu retorno à Terra.

— A FILOSOFIA E AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Para quem madrugou na ciência, a distância dos centros culturais mais avançados não o impedia de estar, em suas formulações especulativas, ao lado dos grandes valores do pensamento nacional e do que de mais novo ocorria no mundo. Ao tempo em que se discutiam na Bahia, no Recife, no Rio de Janeiro e em São Paulo as novas doutrinas e as novas perspectivas teóricas no campo da medicina, do direito, da sociologia, da psicologia, da educação, da filosofia, Adriano Jorge as estudava, discutia, criticava e ensinava, em Manaus.

Adepto da filosofia existencial, Adriano coloca como uma de suas preocupações o problema do pessimismo e do sofrimento. Em “Pessimismo: otimismo dinâmico”, janeiro de 1946, afirma:

A inquietação humana é talvez a modalidade mais trágica e mais flagrante do pessimismo, (...) e que Schopenhauer, de fato, não estudou o pessimismo; o que ele fez foi dissecar e exhibir, como forma extrema do pessimismo, a vertigem apavorante e desgarradora do desespero humano... Dominar a consciência de inferioridade e buscar em nosso próprio esforço a fortaleza para fazer e melhorar as realizações do nosso espírito, é [segundo Adriano] função do otimismo...

Na explicação do fenômeno da vida, tratando do conceito de evolução em “À margem do conceito de evolução” (sem data), Adriano realiza uma incursão profunda nos meandros da questão. Partindo de Lamarck com a ideia de adaptação ao meio e o princípio de que a função faz o órgão, passa pela concepção darwiniana da luta pela vida e da seleção natural, e chega à atualidade, cuja orientação quase unânime é a repulsa a quaisquer teorias exclusivistas, para questionar ao fim: “De onde nos vem então a ilusão de uma patente finalidade, de uma evidente harmonia, no seio dos fenômenos da vida?” (14) Procura mostrar que essa ilusão decorre do estágio em que se encontrava a ciência, de sua incapacidade de reproduzir a vida em laboratório e manipulá-la ao seu grado; de ainda ser insustentável a ideia leibziniana da harmonia preestabelecida; de ainda aceitarmos todas as ideias de relatividade em biologia.

Para Adriano, a exemplo de Platão, o processo de conhecimento representa uma progressiva passagem das sombras e imagem turvas ao luminoso universo das ideias. Em “A Luz”, notável conferência pronunciada no dia 24 de outubro de 1906 nos salões do Ideal Clube, Adriano procura explicar o despertar da racionalidade, da consciência humana:

Após largos séculos de animalidade apenas subconsciente, no início desse extraordinário trabalho de diferenciação cerebral que lhe veio a dar a preeminência zoológica, o homem pôs-se um dia a mirar estarecido o sol escaldante, que lhe fazia doer a pupila indagadora. E o homem, que apenas acabava de emergir da irracionalidade e da bruteza dos instintos para a consciência e para o entendimento, (...) o homem quedou-se em êxtase, encantado da infinita beleza da noite constelada, surpreendido da inefável magia do luar puríssimo, assombrado da majestosa imponência do sol...

Estigmatiza o sentido da vida moderna no mal-estar criado pelas ideologias negativistas de aniquilamento e de ódio. Analisa com sabedoria a falência da civilização ocidental. Critica o comunismo europeu e lamenta “que os seus ideais tenham galgado distâncias, atravessando mares e oceanos e chegado até nós com o seu fragor de terremoto, abalando em seus alicerces a ordem social”.

Ao surgir no mundo, o homem encontrou o clima esmagador e asfixiante do Terror Inicial. A angústia colocou-lhe na cabeça a coroa de espinhos da consciência da sua debilidade ingênita e deu-lhe a certeza de que, pelo quinhão de dor e de ansiedade, é apenas um pobre ser de melancolia perdido no seio da Natureza. (...) Somente na idade fetal o homem, evidentemente sem consciência do seu estado, é realmente feliz; o nascimento, rompendo todos os equilíbrios entre os dois organismos até então solidários, desarticula essa felicidade e entrega à atmosfera e à luz um ser de tristeza irreparável. (...) Sem o estímulo do sofrimento nunca o homem seria capaz de evoluir das bruteszas da pré-história para os requintes da civilização atual.

Analisa e critica, ainda, em “O problema dos prisioneiros” (1944), a forma desumana e cruel como os invasores alemães e japoneses tratavam os povos invadidos. Em “Unha por unha, pelo por pelo”, outubro de 1944, repudiando a guerra, fala-nos de sua caridosa ansiedade de vingança contra os malfeitores que sacrificavam a sua geração e desgraçaram o mundo civilizado.

— A RELIGIOSIDADE

No campo espiritual, da fé, Adriano Jorge transmutou-se de ateu para teísta fervoroso e carismático. Não do ateísmo materialista que nega a existência da divindade, senão daquele que crê na sua existência, mas desacredita na sua interferência no fazer da humanidade. Essa transmutação não foi um ato de conciliação com Deus, mas de entrega, que nele já acreditava, como declara, em verdadeira profissão de fé, ao pronunciar belíssima oração no Primeiro Congresso Diocesano de Manaus, a 2 de junho de 1942.

Diz-nos que foi o magnetismo sobrenatural e a inusitada caridade cristã de dom João da Matta, bispo diocesano, que fez chegar a seu coração a presença divina, passando aquele momento a assinalar, na sua vida, a mais refulgente e santificadora conquista moral: a fé. Fé

não apenas na existência de Deus, mas, também, na sua eterna presença na humanidade. Diz ele: 31

Os que cremos em Deus, os que cremos nas promessas de Cristo, os que cremos na Vida Eterna e proclamamos a santidade da Igreja, sentimos o frêmito desse mistério sagrado e divinizador, pairando sobre nossas almas, como uma imensa asa, que, na palpitação do seu glorioso e rútilo remígio, nos inunda de luz imortal – a Eucaristia!

Também sobre mim, numa suprema e paternal misericórdia, apesar de toda a minha indignidade, incidiu uma centelha desse clarão. Porque eu também – eu, ‘uma espécie de aborto’, como de si próprio disse São Paulo – recebi a branca, a pulcra, a sagrada esmola (18).

Naquele momento, falando em praça pública, Adriano Jorge apresenta profundo estudo de Filosofia da Religião. Reconhece que a civilização implica forçosamente religião, e resume: “Foi a religiosidade, intrínseca e congênita na própria organização humana, a genetriz do anseio para a Luz, da aspiração do Infinito, do esforço ascensional para a Glória. Anseio, aspiração, esforço, que condicionam, caracterizam e definem a verdadeira civilização” (19).

Contrariando a posição dos evolucionistas, Adriano conclui categórico:

Em que pese aos homens de ciência ainda adstritos às interpretações do mundo, em termos de filosofia evolucionista, (...) têm eles de admitir, por força, que, nessa escala zoológica, tão claramente niveladora, como eles a compreendem, há um ser estupendo, que criou o Direito; e limitou a liberdade de cada qual pelo respeito à liberdade alheia; e criou a Moral; e concebeu a Justiça; e compreendeu – ele talvez o Único na série animal – que há de morrer um dia; e tem certeza instintiva da Vida Eterna; e é capaz de virtude; e é capaz de sacrifício; e é capaz de heroísmo...

Esse ser, de puro milagre da bondade divina, é o homem; o homem sobre cujos ombros de cariátide gigantesca pesa o fardo glorioso da sua dignidade e da sua semelhança com Deus; o homem, com quem

- 32 Jesus fraternizou e ao qual outorgou, no legado eterno da Igreja, erigida sobre o pedestal dos Evangelhos, a sua assistência perpétua, na suprema misericórdia da Eucaristia” (20).

— O ACADÊMICO

A imagem de Adriano na Academia recolho da síntese do padre Norberto Pinheiro, que, ao reunir o desenho físico aos traços indelévels de sua personalidade, afirma:

As pupilas que uma vez recaíam sobre aquela face olímpica, em que se aninhavam clarões, reterão para sempre a imagem impressionante. Cabeleira basta, olhos graúdos e fulgurantes. Teta larga, onde tinham folga todos os talentos, deteve na Academia e fora dela o primado da inteligência, da cultura e da eloquência. Presidindo às sessões solenes, era de vê-lo no uso da palavra, que se lhe derramava dos lábios franjada de ouro e púrpura. A cabeça era um vulcão em erupções incessantes. E o verbo escachoava solene, harmonioso e pulcro, numa verdadeira enxurrada de policromia e beleza, qual torrente que arrastasse uma apoteose de flores e de estrelas! Nunca dos nuncas se me deparou até hoje orador mais imaginoso, a deixar o auditório invariavelmente imantado, em êxtase, suspenso de seus lábios... E a palavra admiravelmente se adjetivava com a fisionomia em chamas, porque aquela cabeça me dava a impressão de flutuar entre os astros, tal o sentido de luminosidade e altura que imprimia no ouvinte.

— ADRIANO POR ADRIANO

Tolerante, salvo para os maldizentes e fumantes; apaixonado pela mulher brasileiríssima, valorizando-a pela sua sensibilidade; sempre alegre, franco e às vezes selvagem; rico de invejável saúde e milionário de esperanças; observador, para depois rir interiormente; ledor como diversão, porém não por divertimento; desejoso de ter nascido após a conflagração europeia; ter preferência por dois poetas que nunca fizeram versos – Vicente de Paula e Francisco de Assis; ter como lema pessoal: forte como a morte.

Mãe aflita, com seu filho doente? Adriano presente!

Noite chuvosa, gente mísera, sem assistência na casa em goteiras? Adriano presente!

Povo nas ruas, em luta desesperada pela ação? Adriano presente!

Cenáculo em esplendor, celebrando a palavra e o pensamento? Adriano presente!

Mas, um dia, ante a sentença dos céus, - Adriano ausente, e posteriormente com incenso nos próprios céus e a festa do Onipotente, luminosamente - Adriano presente!

¶ ROSA MENDONÇA DE BRITO

— Alcides Bahia

NOTÍCIA BIOGRÁFICA¹

1. Palestra proferida na Academia Amazonense de Letras, em Manaus, em 26 de agosto de 2006.

2. A Escola Politécnica do Rio de Janeiro teve início em 15 de janeiro de 1699, com D. Pedro II, o Pacifico, rei de Portugal (1648-1706), que determinou a criação da primeira Aula de Fortificação, depois designada de Real Academia de Artilharia, Fortificações e Desenho, de 1792, ampliada e transformada seguidamente, até chegar a ser a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1874, atual Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

3. BITTENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias (Academia Amazonense de Letras). Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1973.

4. Lauro Sodré instalou o Partido Republicano Federal no Pará, com Cipriano José dos Santos, tendo a Folha do Norte como órgão de apoio. O Partido Republicano estava sob o comando de Paes de Carvalho e Antônio Lemos.



Nascido possivelmente no Pará, ou no Maranhão, Alcides Bahia foi engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro,² considerado como o primeiro negro a fazer poesia no Amazonas. Com certeza foi o primeiro negro a ocupar uma poltrona na Academia Amazonense de Letras. Orador inflamado, teria deixado sensíveis impressões em José do Patrocínio na campanha abolicionista do Rio de Janeiro, com discurso no Largo da Carioca, conforme registros, de Velho Sobrinho, reafirmados por Agnello Bittencourt.³

— EM BELÉM

São escassas as notícias de sua vida em família e de estudante, possivelmente desenvolvidas em Belém, com atuação como jornalista em oposição à principal liderança: Antônio José Lemos. Alcides apoiava Lauro Sodré.⁴

Até o pleito de 1898 as relações entre o Partido Republicano e o Partido Republicano Federal eram cordiais. Em 1899-1900, deu-se o rompimento com repercussão na escolha do candidato na sucessão de Paes de Carvalho. O Partido Republicano indicou Justo Chermont e depois credenciou Augusto Montenegro, que venceu as eleições com o apoio de Antônio Lemos e Paes de Carvalho, enfrentando Justo Chermont que manteve a candidatura apoiado por Lauro Sodré e o Partido Republicano Federal.

Desde a campanha aos governos de 1900 a 1912, foi tempo de agruras para os derrotados. A política paraense ficou concentrada com

Antônio Lemos como prefeito de Belém, que também dominava o governador Augusto Montenegro com mão de ferro. 35

A fase foi de intenso confronto pelos jornais *Província do Pará* do prefeito Lemos e dos *lemistas*, e a *Folha do Norte*, de Enéas Martins com os *lauristas*. Tempo de fervura. Época de “combate feroz, de ódio e sangue, vida e morte”, sucedendo-se crise sobre crise pelos jornais, prisões, espancamentos, alta perseguição. E foi tanta perseguição que vários *lauristas* resolveram arribar do Pará. Enéas Martins⁵ e Alcides Bahia chegaram ao Amazonas; Justo Chermont se manteve no Rio de Janeiro; Lauro Sodré foi perseguido e preso.

Depois o *império lemista* ruiu, inclusive por reação de Afonso Penna para gáudio do povo paraense. Enéas voltou ao Pará apoiado por Lauro Muller e pelo barão do Rio Branco elegendo-se governador. Alcides parece não se ter encantado em voltar a Belém, mesmo com a queda do *lemismo*, e ficou por Manaus na vida de boas relações com os governos locais que conseguira construir e manteve durante anos a fio. Integrou a Mina Literária, entidade diferente das demais que lhe pareciam assemelhadas,⁶ de 1895, dando origem a outras instituições como Ordem e Progresso, Centro Literário Amazônico e a Associação de Imprensa do Pará. A Mina deu lugar à Academia Paraense de Letras em 1889 e o Instituto do Pará, em 1898. E lá estava Alcides mais uma vez entre os fundadores.

Em 1905, Osório Duque Estrada, em viagem pelo Norte, classificou os paraenses das antigas lutas da seguinte forma: “a gentileza cativante de Arthur Lemos; a bondade conquistadora do Dr. Rogério Miranda; a jovialidade comunicativa de José Olímpio Gomes, e a simplicidade despretensiosa de Alcides Bahia”.

— ATUAÇÃO EM MANAUS

Ao residir em Manaus, Alcides Bahia integrou grupos políticos se expondo na trincheira principal da luta da imprensa. Não se sabe ao certo quando chegou ao Amazonas, mas em 1904 já estava escrevendo no *Commercio do Amazonas*, de Rocha dos Santos, e depois no *Amazonas*, órgão partidário de Silvério Nery, Affonso de Carvalho e Antônio Bittencourt.

5. Findo o seu mandato, sem espaço político em Belém, posto que levado para a oposição, Enéas passou a direção do jornal para Cipriano Santos e transferiu-se para Manaus, onde também ingressou na política, sendo eleito deputado federal pelo Amazonas para o período de 3 de junho de 1903 a 31 de dezembro de 1905. De ambos os períodos legislativos não há, na Câmara Federal, registro de sua agremiação partidária.

6. O titular de cada cargo da administração tinha denominação peculiar. Vejamos: presidente = mestre; vice-presidente = contramestre; secretário = chefe de turma; tesoureiro = guarda de ferramentas; bibliotecário = guarda de minerais; os sócios = mineiros ou mineiro honorário, conforme o caso. Os livros eram chamados de pranchas; as atas de lâminas; a sede da entidade de poço, os meses de martelo (para janeiro); e dezembro era *áurea picareta*. Os estatutos eram chamados de *minador*.

O centenário da Abertura dos Portos do Amazonas às Nações Amigas foi comemorado no Rio de Janeiro, em 1908, e mobilizou o país. Uma comissão local composta por Alcides Bahia, Alfredo Augusto da Matta, Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto e Agnello Bittencourt ordenou a participação amazonense. Depois de tal trabalho, Alcides parece ter fortificado as relações com a classe política, de modo que passou a ser inspetor escolar. Começava uma carreira no serviço público e na política.

— PRISÃO EM 1910

Os acontecimentos em Manaus, em outubro de 1910, que redundaram na deposição/renúncia do governador Antônio Bittencourt, sua reintegração e novamente no seu afastamento do cargo, resultado de lutas político-partidárias locais com influência de grupos nacionais, alcançaram Alcides Bahia. Ele foi envolvido, ou se envolveu, na questão, quando jornalista e diretor da Secretaria do Congresso do Estado. Trata-se da contrarrevolução de 28 de outubro de 1910, que deu posse ao desembargador Henrique de Souza Rubim como governador do Amazonas. Na ocasião, Alcides teve sua casa cercada por policiais como sucedeu com as residências de Silvério Nery, Lopes Gonçalves, coronel Manuel de Senna e outros. Foi quando da deposição do governador Sá Peixoto, que havia deposto Bittencourt. Na ocasião, vários funcionários do Congresso amazonense, militares e deputados estaduais foram presos, e com eles Alcides Bahia. Os que não foram detidos fugiram para os quartéis federais do 46º Batalhão, da Capitania dos Portos e da Escola de Aprendizes de Marinheiros.⁷

7. Folha do Amazonas, Manaus, 2 de novembro de 1910

Foi rebelião deflagrada enquanto Bittencourt viajava de Belém para Manaus para ser repostado no cargo por ordem de Nilo Peçanha. No dia 28 de outubro teria havido uma sedição militar no quartel do Regimento Policial, comandada pelo capitão Negreiros. Os revoltosos assaltaram residências, inclusive as do governador Sá Peixoto e do chefe de Polícia, José Maranhão. Os deputados Castella Simões e José Duarte foram presos no quartel da Polícia Militar, e apupados pelo povo. Sá Peixoto escondeu-se. Bittencourt chegou com vivas da população e recebeu o cargo do presidente do Tribunal de Justiça,

desembargador Henrique de Souza Rubim, que o exercia havia 48 horas, depois de uma bem urdida ação político-militar. 37

Na ocasião, Alcides trabalhava no jornal *Folha do Amazonas*, em oposição ao governo estadual, ao lado de Porfírio Nogueira, Araújo Filho, Júlio Nogueira, J. Barreto de Menezes, Virgílio Barbosa, Telesphoro de Almeida e Raul de Azevedo.

Vencido aquele período e restabelecidas as forças políticas às quais Alcides se vinculava, especialmente o governo de Jonathas Pedrosa, ele foi nomeado diretor da Secretaria da Prefeitura de Manaus (1914) com o prefeito João Antônio Silva.

— ELEIÇÃO DE 1912

Em 1912 foram travadas eleições para o Legislativo estadual. De tão complicadas terminaram com dois parlamentos ao mesmo tempo, sustentados por jornais criados para a propaganda política, como *O Tempo*, do pedrosismo; *Gazeta da Tarde*, com Ageo Ramos, e *O Liberal*, do guerreirismo. Como jornalista de combate, Alcides estava sempre atuando nessa trincheira.

Com a Constituição estadual de 1910, o Poder Legislativo foi composto de Câmara dos Deputados e Senado Estadual, à moda da representação federal. As eleições com essas regras foram em outubro de 1912. Depois das eleições as forças políticas locais se dividiram. Nenhuma delas aceitava o resultado das urnas, tidas como fraudadas. Guerreiro Antony compôs um Congresso e Bittencourt manteve outro. Naquelas eleições para a representação federal do Amazonas, depois de disputa acirrada e desigual, foram eleitos Gabriel Salgado para o Senado, e Monteiro de Souza, Luciano da Silva, Thaumaturgo de Azevedo para deputados federais.

Líder político de maior influência, controlador da República, o senador gaúcho Pinheiro Machado acabou assassinado no Rio, em 1915. Consternados, seus correligionários realizaram cultos cívicos à sua memória. Em Manaus a solenidade foi realizada no Teatro Amazonas, no dia 8 de outubro, e Alcides Bahia foi um dos oradores destacados para fazer o panegírico do senador. Em discurso escrito, Alcides teria sido vibrante e festejado, falando com *eloquência e bri-*

38 *lhanatismo únicos. Do que fizeram os seus antecessores na tribuna e do que lera, arrancou admiráveis conclusões em lindíssimos tropos de oratória que impressionaram vivamente o auditório.*⁸

8. Polianteia, de Pinheiro Machado. Sessão Cívica em Manaus, às 20 horas, do dia 8 de outubro de 1915.

— GOVERNO BACELLAR

A sucessão do governador Jonathas Pedrosa não foi pacífica. Os deputados não aceitaram o nome do Dr. Crespo de Castro que ele indicou. Aristides Rocha indicou o Dr. João Lopes Pereira que declinou do convite. Depois fizeram lista tríplice com: Adriano Jorge, Fulgêncio Vital e Pedro Bacellar, aprovados por 18 dos 19 deputados presentes. Todos disputavam a indicação do Partido Republicano, do qual Jonathas Pedrosa era o chefe no Amazonas. O escolhido pelo governo federal foi Bacellar.

Alcides estava no governo como oficial de Gabinete, desde Jonathas de Freitas Pedrosa. Deve ter ajudado a que Pedro Bacellar conseguisse a façanha de reunir os Pedrosa e os Nery em torno de seu nome, com o Partido Republicano Amazonense e o jornal *A Imprensa*, sufocando Guerreiro Antony.

Bacellar (1917-20) afastou-se dos Nery. No processo eleitoral para o mandato de 1920-24, formada a dissidência, Silvério Nery lançou W. Ferreira ao governo, tendo na oposição o coronel Guerreiro Antony que apresentou Thaumaturgo de Azevedo. Bacellar optou por Rego Monteiro, que terminou por ser empossado com garantia de forças federais, porque restaram dúvidas de sua verdadeira eleição.

Nesse governo, Alcides também teve atuação. Era oficial de Gabinete do governador e, ao mesmo tempo, deputado estadual e primeiro-secretário da Assembleia, com grandes poderes.

— CÔNSUL DO HAITI

A representação diplomática sempre foi muito prestigiada, especialmente porque a prosperidade da economia da hévea exigia relações comerciais com muitos países. Essas funções recaíam em personalidades influentes no governo, no empresariado, na política, nas letras e no jornalismo. Talvez por isso Alcides Bahia tenha sido

indicado para cônsul do Haiti em Manaus no ano de 1920, pela influência no governo Pedro Bacellar, nela permanecendo até 1926. 39

— GOVERNO REGO MONTEIRO

César do Rego Monteiro sucedeu a Pedro Bacellar depois de eleição fraudulenta, mas garantido pelo presidente da República sob influência de Bacellar, contrariando interesses dos que o haviam apoiado quatro anos antes. Naquele período (1920-24), deve ter-se dado o apogeu da influência política de Alcides Bahia no Amazonas. Em 1921, ele foi oficial de Gabinete do Governo, era deputado estadual, diretor da Secretaria da Prefeitura de Manaus, e saiu eleito deputado federal.

Foi tão larga a sua influência no governo Rego Monteiro, seja como deputado estadual, membro da equipe de governo com atuação direta no palácio, como também na convivência com a família do oligarca. Todos o viam como porta-voz dos Monteiros, e homem de toda a confiança da oligarquia. De tal sorte que, com a deflagração da revolução de 23 de julho de 1924, sua casa foi depredada pelo povo, juntamente com as residências de outros *reguistas*, como Aprígio de Menezes, Leopoldo Peres, Caio Valadares e capitão José Victor.

A sede do poder e residência do governador era no Palácio Rio Negro. A ala superior esquerda era parte íntima da residência e Alcides a conhecia muito bem como um dos poucos frequentadores, ao lado de Silvério Nery, Joaquim Tanajura e Raimundo Moraes, que privavam com Rego Monteiro, e depois com Dorval Porto.

Era tal a sua intimidade que estava em todos os eventos políticos, sociais e familiares do governador Rego Monteiro, a exemplo da sessão de cinema de aniversário do governador, em 24 de maio de 1923, ao lado de Turiano Meira, Mário do Rego Monteiro (chefe de Polícia), Edgar do Rego Monteiro (prefeito de Manaus), Cláudio do Rego Monteiro (secretário do Governo), portanto, em uma convivência íntima.

Como deputado estadual no Amazonas, foi vice-presidente da Assembleia ao tempo de Rego Monteiro, autor do Projeto de Lei nº 19 que tornou a Academia Amazonense de Letras de utilidade pública, e um dos subscritores do parecer legislativo que aprovou a eleição do governador Rego Monteiro em setembro de 1920.

40 Em todo o período, Alcides foi influente, fosse como figura palaciana ou como deputado estadual, chegando a vice-presidente da Assembleia em 1923, e, por regra legal, o segundo vice-governador do Estado.

Rego brigou com o Partido Republicano Amazonense que sustentara sua candidatura e posse, e com o governo federal, recebendo uma saraivada da imprensa de oposição, em particular do *Amazonas* e *Gazeta da Tarde*. As relações políticas de Monteiro com Nery pareciam estar amenizadas, mas o presidente Arthur Bernardes não aprovou a aproximação e, em 1924, ano da nova eleição, Rego Monteiro resolveu viajar a tratamento de saúde na Europa, deixando no governo o presidente da Assembleia, Turiano Meira, seu genro, para resolver a indicação de Aristides Rocha à sucessão. Turiano parece ter gostado da função e acenava com uma candidatura própria quando explodiu a revolução de 1924. De toda essa trama, Alcides deve ter participado como figura de proa.

— DEPUTADO FEDERAL

Sua influência no governo estadual foi crescente, a ponto de ter conseguido ser eleito deputado federal para 1924-26, com apoio incondicional da oligarquia instalada no Amazonas e da qual era porta-voz e defensor, fosse na imprensa como na tribuna política e parlamentar.

As eleições foram realizadas em 17 de fevereiro de 1924. O Amazonas tinha o direito de eleger quatro deputados federais. Pelos resultados oficiais foram eleitos: Aristides Rocha, como senador da República, e Dorval Porto, Ephigênio de Salles e Alcides Bahia, todos do lado do governo.⁹ O resultado não seria manso e pacífico para Alcides Bahia, cuja posse esteve ameaçada pela Comissão de Verificação de Poderes da Câmara Federal, e pelas resistências de que o governo local era alvo.

Sua eleição foi impugnada por Pedro Bacellar e Hanibal Porto, candidatos a deputação federal, sem lograrem êxito. As alegações eram de inelegibilidade. Foi uma história de puxa-encolhe que teve vários desdobramentos. A impugnação representando Hanibal Porto tinha o fundamento de inelegibilidade por exercício cumulativo dos

9. Os resultados em votos foram os seguintes: Alcides Bahia: 5.781, e mais 38 votos em separado; Dorval Porto: 3.272 e 21 em separado; Ephigênio de Salles: 3.245 e 24 em separado; Monteiro de Souza: 2.472 e 4 em separado; Hanibal Porto: 1.722 e 41 em separado; Pedro Bacellar: 334 e 4 em separado; Franklin Wasingthon: 82; Aurélio Amorim: 88 votos. Conforme a ata foram diplomados os quatro primeiros.

cargos de deputado e vice-presidente da Assembleia do Estado, oficial de Gabinete do governador e secretário da Prefeitura de Manaus, sem o devido afastamento legal. 41

Um parecer da Comissão de Deputados acatou a impugnação e o considerou inelegível, anulando o diploma. Em revisão, a mesma comissão considerou que as razões de defesa de Alcides com a alegação de que “a inelegibilidade é uma restrição de direitos que somente deve ser compreendida quando expressa em disposições taxativas de lei”.¹⁰ Mas foi aceita em relação a outros cargos porque ele continuava influenciando no governo, recebendo salários e atuando na administração, e mais, que sua demissão teria sido uma farsa.

10. Anais da Câmara dos Deputados, p. 316, Rio de Janeiro, 1924.

Naquele tempo, Alcides era também o secretário do seu partido e apresentou uma defesa frágil. Em 1º de maio de 1924 a comissão decidiu pela nulidade do diploma de Alcides Bahia, determinando nova eleição. Não seria o fim da novela.

Um movimento em seu favor tomou corpo no Rio Grande do Sul, e por razões diversas das impugnações apostas. Suscitaram que o impedimento de sua posse havia se dado pela razão de ser negro, e não pelas impugnações dos opositores políticos. É que no Rio Grande do Sul, desde 1881, surgiram entidades de defesa dos negros, de integração das raças, e grupos de defesas das festas populares e expressões culturais. Alcides virou símbolo de luta daqueles movimentos, e a defesa do seu mandato passou para a boca do povo, a partir dos pampas. Foi criado então o Centro Cívico Alcides Bahia, tal como sucedera em 1910 com Monteiro Lopes. A mobilização cívica e de defesa do negro se deu principalmente em Rio Grande e Bagé, só cessando depois de sua posse como deputado federal pelo Amazonas.

Diplomado em 16 de abril de 1924, integrou a 5ª Comissão de Inquérito da Câmara Federal, para examinar outros diplomas, e finalmente, com o Parecer 38-A, de 8 de maio de 1924, a comissão o considerou elegível, “por serem insubsistentes os motivos alegados de sua inelegibilidade”,¹¹ sendo empossado na mesma data e exercendo o mandato efetivamente no período de 3 de maio de 1924 a 31 de dezembro de 1926, sem vinculação partidária, porque os partidos não tinham reconhecimento naqueles anos.¹²

11. Anais da Câmara dos Deputados, p. 302, Rio de Janeiro, 1924.

12. BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputados Brasileiros, 1826-1976. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1976.

Em 1924, o governo e seus órgãos de imprensa defendiam o candidato federal a presidente, Dr. Júlio Prestes, governador de São Paulo. W. Luiz veio a Manaus, visitou o Instituto Geográfico e Histórico, em 1926, fez relações políticas estreitas e manteve o comando federal na política local. As eleições amazonenses realizadas em 1929 foram vencidas por Dorval Porto para o governo. Alcides Bahia e Huascar de Figueiredo estavam novamente no poder porque eram do mesmo grupo político e Alcides foi dos primeiros a chegar à posse do governador.

Nas prévias revolucionárias de 1930, Huascar e Alcides estavam no jornal *Estado do Amazonas*, órgão do governo, quando os ginásianos tentaram incendiar o jornal, no movimento de resistência, provocação e defesa do diretor do colégio. Os dois saíram do jornal às pressas, sendo chamados por Mário Ypiranga de “a dupla de jornalistas pagos para turibular os jovens”.

Com a revolução de 1930, e sequelas de 1924, era comum surgir nos bares as “trepações”, versos espicaçantes contra políticos, versos anônimos, escritos às escondidas nas mesas de mármore dos bares e cafés. Exemplo disso, e muito referido por meu pai, Lourenço da Silva Braga, foram estes:

*A onça, bicho feroz
Que tudo come e devora
Pegou o Alcides Bahia
Mastigou e botou fora*

*Formiga de fogo é naja,
A gente até que atura
Mas a formiga repelente
É esse tal de Tanajura*

*Bahia é preto e retinto
Mas Alcides branco é
O segundo veste fraque
Para esconder a libré!*

Só com pires o esmoler
Com dor não vai ao val
Será preciso que um porto
Ofereça em ritual...¹³

43

13- Mário Ypiranga Monteiro em sua obra sobre a revolução ginásiana de 1930, registra que tais versos podem ter sido de autoria de Levy Assis (p. 183).

No Partido Republicano do Amazonas Alcides esteve entre os grandes da política amazonense: Ephigênio de Salles, Dorval Porto, Cunha Mello, Huascar de Figueiredo, Caio Valadares, Silvério Nery, Turiano Meira, Leopoldo Peres, Raimundo Moraes, Aristides Rocha, Araújo Lima, Waldemar Pedrosa, todos surpreendidos com a dissolução da Assembleia Legislativa, em 24 de outubro de 1930.

— NO JORNALISMO

O jornalismo era meio de projeção social, política e, mais do que isso, de trabalho. Muitos políticos atuavam na imprensa, fazendo disso profissão. Alcides Bahia teve atuação longa, destacada e aguerrida na imprensa de Belém e de Manaus. Na capital paraense ele atuou no jornal *A República*, dirigiu o *Notícias* (1902/1904), foi redator de *O Patriota* (1903). Em Manaus colaborou no *Commercio do Amazonas* (1904), *Jornal do Commercio*, ao lado de Th. Vaz, em 1905, *A Pátria* (1906), *Amazonas* (1908), *Folha do Amazonas* (1914), na maioria deles com papel político eleitoral ou partidário. Defendeu os governadores Silvério Nery (1901-04); seguindo ao lado de Constantino Nery (1904-08); Affonso de Carvalho; Antônio Bittencourt (1908-12); Pedro Bacellar (1917-20); e César do Rego Monteiro (1920-24), com o qual parece ter conseguido melhor ambiência política.

— ATUAÇÃO NA ACADEMIA

Fundada em 1º de janeiro de 1918, por Péricles Moraes, Benjamin Lima e José Chevalier nas noitadas levadas à boa e erudita conversa na varanda da casa de Benjamin Lima, com reunião posterior de jornalistas, escritores e poetas para dar corpo à instituição. Alcides não figurou na primeira leva de convidados para a Academia. Foi escolhido possivelmente na segunda reunião dos fundadores

44 junto com Aurélio Pinheiro, Mendonça Lima, Benjamin de Souza, Dorval Porto, Gaspar Guimarães, Generino Maciel, Nunes Pereira e Raimundo Monteiro.¹⁴ Transformou-se em fundador da cadeira de França Júnior, patrono que escolheu e depois denominada de Capistrano de Abreu.

14. CORREA, Mitrídates. *Se os retratos falassem*. Revista da Academia Amazonense de Letras, nº 5, p. 49, 1956. Manaus: Ed. Sérgio Cardoso, 1956.

Ao tempo de instalação da Academia, e à moda francesa, as sessões eram realizadas sempre que os acadêmicos se encontravam, não importando em qual lugar estavam. Foram vários os encontros nas residências de Benjamin Lima e Péricles Moraes, no Instituto Universitário de José Chevalier, no café Itatiaia, e, muitas vezes, no palacete de Alcides Bahia.

Em 1920, reunião especial na Assembleia Legislativa, nos altos da Biblioteca Pública, por ideia de Alcides Bahia para que o ato tivesse solenidade, redundou na modificação do nome de Sociedade Amazonense de Homens de Letras para Academia Amazonense de Letras, proposta de Raul de Azevedo. Alcides era deputado e vice-presidente da Assembleia, influente parlamentar no governo, oficial de Gabinete do governador Bacellar e vital no apoio e eleição de Rego Monteiro, portanto, voz autorizada no parlamento.

Com a eleição do professor Agnello Bittencourt para a Academia (1932), Alcides integrou a comissão de comunicação, ao lado de Péricles e Leopoldo Peres. E mais: foi o orador da Academia na posse, em 19 de outubro de 1932, no Ideal Club. Como não se formara a tradição dos discursos escritos, Alcides falou vibrantemente, de improviso, como era seu costume, mas os registros da imprensa lhe foram favoráveis. A solenidade foi pomposa, aberta pelo presidente Adriano Jorge, com apresentação ao piano de João Monteiro de Souza; de canto pela senhora do Dr. Agenor Magalhães; de declamação por Violeta Branca; da execução de violino por Nirvana Chã, canto de Rosalvo Guini, o violino de Stella Mota; canto por Eldah Bitton, os discursos de Agnello e saudação de Alcides Bahia. Depois o violino de Almira Neves, o canto de Maria Tanajura; o violino de Nair Franco; e o piano de Jandyra e Jacy Castro.¹⁵ Foi um grande sarau lítero-musical na melhor forma daqueles anos, sem pressa, em que os convidados compareciam em traje de gala e tudo se fazia com rigor e sofisticação europeia.

15. BITTENCOURT, Ulysses. *Cerimônia Antiga*. Revista da Academia Amazonense de Letras, nº 20, p. 53-54. Manaus: Imprensa Oficial, 1985.

Para sua sucessão foi eleito o professor Arthur César Ferreira Reis que não chegou a tomar posse, sendo depois eleito o advogado José de Castro Monte, sucedido pelo professor e filósofo Carlos de Almeida Barroso, e atualmente ocupada pelo professor Armando Andrade de Menezes.

— TRABALHOS PUBLICADOS

Diverso de muitos outros que chegaram a Manaus atraídos pela força da economia e os luxos que ela possibilitava, na vida urbana, no cotidiano, no Teatro Amazonas com seus espetáculos, no florescimento de negócios, ou pela chamada ilusão do fausto, Alcides Bahia veio por esses motivos, mas afastado de Belém pela política e pelos embates de imprensa, especialmente pelos *lemistas*, ficou na capital amazonense se associando a grupos políticos fortes e dominantes do Amazonas, mas padecendo também alguns revezes comuns na vida partidária. Fincou residência, trabalhou na imprensa, exerceu cargos públicos, integrou a Academia de Letras, enfim, seguiu carreira como lhe foi possível. Não arribou quando da queda da economia que não mais permitia excessos em excesso. Veio para ficar e ficou. Contribuiu. Trabalhou.

O mérito da sua permanência no Amazonas que o recebeu, agasalhou e permitiu viver com destaque dentre os de seu tempo, não se lhe pode subtrair. Ainda assim, não se deu com vários outros escritores, políticos e jornalistas que vieram para Manaus naqueles anos, constituindo um grosso caldo de interesses os mais diversos, dentre os quais Alberto Rangel, Castro Lopes, Quintino Cunha, barão de Sant'Anna Nery, apenas para referir alguns.

Sua bibliografia na imprensa deve ser larga, inclusive, com artigos de fundo ou editoriais das gazetas locais, ou sob pseudônimo. De sua autoria foram: *A imprensa no Amazonas*, 1851/1908, *Mandós*, 1908, em coautoria com J. B. Faria e Souza e Monteiro de Souza; *Rumos Opostos*, na União Acadêmica, Rio de Janeiro, novembro de 1897; *Pineiro Machado*, discurso, no Teatro Amazonas, em 8 de outubro de 1915; *A costella de um mastro*, *Commercio do Amazonas*, 3 de março

46 de 1904, nº 15, Manáos; *Carta ao Amazonas* (com J. B. Faria e Souza e Monteiro de Souza), *Amazonas*, 9 de julho de 1908, ano XLIV, nº 190.

São referências para estimular outros pesquisadores a desvendar o seu pensamento e a sua formação política, e é identificado pelo professor Agnello Bittencourt como “uma das inteligências mais vigorosas que já viveram e atuaram em Manaus”.

Cabe registro: um bilhete que ele enviou pela imprensa, pelo jornal *Gazeta*, em 1913, a Ageo Ramos, sobre as comemorações do dia 13 de maio, pela abolição da escravatura negra, retrucando uma ofensa que recebera do jornal:

Amigo Ageo

A informação que você teve sobre a missa que eu mandaria rezar, comemorando o nosso glorioso 13 de Maio, carece de fundamento. Você e outros parentes meus podem ter esse intraduzível contentamento diante da áurea data que glorificou a veneranda Izabel; eu, porém, não possuo essa dita, pois continuo escravo, suspirando pelo meu 13 de Maio.

A política nem sempre serve para a elevação dos costumes, engrandecimento social e projeção justa dos valores morais e intelectuais. Artistas, escritores, cultores das letras e cientistas têm sido arrastados para a política e, não raro, depois se veem em palpos de aranha. Assim se deu com Alcides Bahia, embora fosse ele um provocador, aliás, exímio provocador abancado nos jornais de Manaus, em permanente confronto com forças políticas, teria sido um intelectual inutilizado pela política, como dizia Mário Ypiranga Monteiro.¹⁶

— A FAMÍLIA E A MORTE

Muito pouco se sabe de sua família, seja em Manaus, Belém ou no Maranhão. Não se conhece nem a sua origem, o que constitui desafio aos pesquisadores. Em Manaus, foi casado com a professora Antônia Bahia, exímia mestra de música e canto, e, não tendo tido filhos do seu casamento, resolveu adotar Moacyr Bahia que foi funcionário do Ministério do Trabalho. É a única referência obtida sobre a sua família. Faleceu em Manaus em 4 de outubro de 1934.

16. MONTEIRO, Mário Ypiranga. In: *A Academia Amazonense de Letras*, Revista da Academia, nº 12, p. 34, julho. Manaus: Ed. Sérgio Cardoso, 1968.

- BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias. Vultos do Passado* (Academia Amazonense de Letras). Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1973.
- BRAGA, Robério. *A Cadeira 30 da Academia Amazonense de Letras*. Coleção História do Amazonas. Manaus: Fundação Lourenço Braga/Grafima, 1998.
- _____. *Enéas Martins* (no prelo). Coleção História do Amazonas. Manaus: Fundação Lourenço Braga, 2011.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Motim Ginásiano (1930)*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas.
- SODRÉ, Emanuel. *Lauro Sodré na História da República*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1970.
- VELHO SOBRINHO, J.F. *Dicionário Biobibliográfico brasileiro*. Vol. 1. Rio de Janeiro, 1937.
- DUQUE ESTRADA, Osório. *Norte, Impressões de Viagem*. Porto: Livraria Char-don, 1909.
- BORGES, Ricardo. *Vultos Notáveis do Pará*. Belém: CEJUP, 1986.
- O PAÍS. Rio de Janeiro, 24 de março de 1895.
- CRUZ, Ernesto. “Saudação a Peregrino Júnior”. In: *Revista da Academia Paraense de Letras*, nov., 1957.
- FOLHA DO AMAZONAS. Manaus, 2 de novembro de 1910.
- _____. Manaus, 4 de novembro de 1911.
- FOLHA DO NORTE. Belém, 14 de novembro de 1911.
- Polianteia a Pinheiro Machado. Manaus, 1915.
- JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1923.
- ESTADO DO AMAZONAS. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador do Estado, César do Rego Monteiro, em 10 de julho de 1921. Manaus: Imprensa Pública, 1921.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Anais*. Rio de Janeiro, 1924.
- CORREA, Mitridates. “Se os retratos falassem”. *Revista da Academia Amazonense de Letras*, nº 5. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1956.
- BITTENCOURT, Ulysses. “Cerimônia Antiga”. In: *Revista da Academia Amazonense de Letras*, nº 20. Manaus: Imprensa Oficial, 1985.

— José de Mendonça Lima, parte II



Quando da série de palestras alusivas aos seus fundadores que a Academia Amazonense de Letras realizou nos anos de 2006-2007, a tarefa que nos foi confiada – a de dissertar sobre a biografia de José de Mendonça Lima –, infelizmente, ficou incompleta por ser esse personagem, até então, uma figura enigmática quanto aos seus dados biográficos.

Perseguindo o ideal de cumprir a missão que nos foi confiada, porém, empreendemos viagens inicialmente a Guajará-Mirim e depois ao Rio de Janeiro na busca de dados desse notável médico, diplomata e escritor.

Em Rondônia, conhecemos a senhora Anely Câmara Azzi (estudiosa na biografia de Mendonça Lima) com a qual conseguimos informações preciosas para o resgate da vida e obra desse ilustre imortal, inclusive endereço de alguns de seus familiares (uma de suas filhas, senhora Elza, e um de seus netos, José Carlos, ambos residentes na ex-capital da República).

Dessa peregrinação na busca do resgate da memória do silogeu das letras do Amazonas, obtivemos as informações que se descrevem a seguir, que longe de dar por encerrada a tarefa, certamente, irão acrescentar informações importantes no que concerne à vida dessa importante personalidade.

José de Mendonça Lima, filho de Paulino José de Mendonça Lima e Rosa de Mendonça Lima, nasceu em Fortaleza, Ceará, no dia 6 de abril de 1887. Graduou-se em médico pela então Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1910, defendendo a tese *Febre Cerebelar Palustre*, tendo sido laureado pelo Dr. Miguel Couto – um dos

mais conceituados clínicos e professor de clínica médica daquela época – pela proficiência na matéria. 49

Ele e o professor de Histologia Dr. Eugênio Poncy foram os primeiros pesquisadores a dar conhecimento à comunidade científica, no início do século 20, da existência da forma de malária cerebral no Brasil.

Informações verbais da senhora Anely Câmara Azzi, nascida e ainda atualmente residente em Guajará-Mirim-RO, relatam que: *ele chegou naquela cidade por volta de 1916 para exercer as funções de cônsul privativo do Brasil em Guayaramerin, Bolívia.*

Pesquisas junto ao arquivo do Itamaraty na cidade do Rio de Janeiro constam que ele ocupou funções diplomáticas como cônsul privativo do Brasil na Bolívia, em três momentos: de 3 de abril de 1922 a 26 de junho de 1924; de 5 de maio de 1926 a 13 de junho de 1927; e 7 de setembro de 1928 a 1º de agosto de 1942, tendo permanecido em Guayaramerin até 24 de abril de 1939 e, a partir de então, lotado em Santa Cruz de la Sierra.

Dona Elza, uma de suas filhas, estima que o seu genitor nunca tenha fixado residência no Amazonas e a sua participação como fundador da Academia Amazonense de Letras tenha ocorrido por conta de suas frequentes vindas a Manaus.

No sodalício das letras amazonenses figura como primeiro ocupante da antiga poltrona nº 18 a qual tinha como patrono o advogado e escritor paulista Eduardo Prado, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (cadeira nº 40, patrono Visconde do Rio Branco).

A original poltrona nº 18 da nossa AAL, fundada por J. de Mendonça Lima, é a atual de nº 6 com patronato de Adriano Jorge e ocupada pela acadêmica Rosa Mendonça de Brito e que teve também como ocupantes anteriores, na ordem cronológica, Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, José Jorge de Carvalho e João Nogueira da Mata.

Ainda estão por ser esclarecidos os motivos que fizeram o Dr. Mendonça transferir seu domicílio do Rio de Janeiro para a Amazônia. Ele pode ter vindo para trabalhar como médico na área da estrada de ferro Madeira-Mamoré (inaugurada em 1912), por ser essa região, naquela época, hiperendêmica de malária e sê-lo um estudioso dessa doença?;

50 ou para iniciar carreira diplomática, trocando desde o início de suas atividades profissionais a medicina pelas relações exteriores?; ou ainda, concomitantemente, praticando a medicina e exercendo a diplomacia, por ter escolhido a Amazônia para viver e constituir família?

Dada a sua vocação para imprensa, passou a escrever no *Jornal do Commercio* de Manaus e tornou-se amigo do proprietário desse periódico, jornalista Vicente Reis e de seu filho Arthur César Ferreira Reis, o qual se tornou seu compadre (padrinho de batismo de sua filha Elza, a segunda na ordem cronológica de sua prole).

Mais tarde, o Dr. Arthur Reis e sua esposa Graziela também foram padrinhos de casamento de Elza de Mendonça Lima com Adail Pilar Valença, em 16/7/1948, os quais presentearam aos nubentes um terço de cristal com crucifixo de ouro que dona Elza guarda como doce lembrança, conforme relatou-nos na entrevista concedida em sua residência no bairro da Tijuca, no dia 30/1/2008.

O Dr. José de Mendonça Lima, com 39 anos de idade, casou-se em Guajará-Mirim, no dia 31 de agosto de 1926, com a jovem peruana Lodoista Mariategui (que acrescentou ao seu sobrenome o do consorte), nascida em 24 de outubro de 1910, filha de Alexandre Ovídio Mariategui e da senhora Natividade de Mariategui, que viveu 102 anos conforme relatos do seu bisneto José Carlos Coutinho de Mendonça Lima.

Desse enlace, nasceram cinco filhos – Norma, Elza, Telmo, Tasso e José –, sendo Elza a única nascida em território boliviano (Guayaramerin). Norma, Telmo e Tasso nasceram em Guajará-Mirim e José no Rio de Janeiro. Os quatro primeiros filhos, todos foram educados como internos, respectivamente, nos Colégios Regina Coelli (rua Conde de Bonfim, nº 1.305, Tijuca) e Bennett (rua Marquês de Abrantes, nº 55, Flamengo), ambos na cidade do Rio de Janeiro.

O casal Lodoista e José, que residia em Guajará-Mirim, só visitava os filhos quando de suas idas ao Rio, o que não era feito com grande frequência, onde ficava hospedado no imóvel próprio – apartamentos 31 e 32 do edifício Tietê na avenida Atlântica, nº 290 (Leme/Copacabana).

Além das tarefas de diplomata e médico, Mendonça Lima também participou de atividades políticas, como, por exemplo, da ele-

vação do vilarejo de Guajará-Mirim em município no ano de 1928, cuja formalização ocorreu em 10/4/1929, por ato de seu amigo e também médico Mário Corrêa da Costa – presidente do Estado de Mato Grosso – que nomeou para o cargo de intendente provisório Manoel Boucinhas de Menezes.

Na primeira eleição para intendente do município, realizada em 1º/11/1929, ele com Boucinhas (vice) foram eleitos para o triênio 1930-1932 por maioria expressiva de votos e recebeu, em 24/12/1929, da Câmara Municipal no dia do encerramento dos seus trabalhos legislativos, moção de solidariedade *pela exuberante prova de incontestável dedicação, trabalho e orientação política que o mesmo tem demonstrado no desempenho de tão importante cargo.*

Após a posse, por incompatibilidade com a função diplomática, permaneceu no cargo por apenas quatro dias passando ao seu vice Manoel Boucinhas a missão de exercer a chefia da comuna até o final do seu mandato.

Tal era a eloquência de sua oratória, a erudição de sua cultura e tão vibrante e elaborado era o seu verbo soberbo, segundo dona Anely, que ao saudar o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, quando de sua visita a Guajará-Mirim em 1930, recebeu do homenageado a seguinte observação: “Não pensei que esta cidade, que há onze anos conheci como um vilarejo, já dispusesse de tal nível cultural”.

Na obra de Anísio Jobim – *A Intelectualidade no Extremo Norte* (Contribuições para a História da Literatura no Amazonas) – consta José de Mendonça Lima como: *umas das figuras de maior realce, idealista, orador culto, eloquente, médico dos mais competentes, com uma cultura complexa e moderna, jornalista com enobrecedor espírito de tolerância e de respeito, com senso admirável das coisas, conferencista exímio, o distinto facultativo é, com absoluta justiça, um elemento representativo de sua pátria, onde exerce função consular muito honrosa no país vizinho, em Ríberalta, Bolívia.*

Diante da citação de Jobim (*Op. cit.*), fica a dúvida se houve um lapso por parte desse insigne homem das letras ou se Guayamerin e Ríberalta eram da mesma jurisdição ou se Mendonça Lima exerceu em momentos diferentes atividades diplomáticas em ambas as cidades bolivianas.

52 De 1º de agosto de 1940 a 1º de agosto de 1942, ficou de licença médica para tratamento de distúrbio mental, vindo a ser aposentado por invalidez por decreto de 15 de abril de 1943.

Por indicação de seu colega e compadre Dr. Waldemar Antunes, esteve por várias vezes, no período de 1940 a 1960, internado no Sanatório Rio de Janeiro que àquela época situava-se na rua Desembargador Izidro, nº 156, bairro da Tijuca. Hoje esse nosocômio está localizado na rua Luiz Vargas, nº 40, bairro Piedade, RJ.

Com agravamento de sua enfermidade e já sem condições financeiras, teve de mudar de padrão de moradia, desfazendo-se do imóvel charmoso de Copacabana por uma modesta casa na rua Bom Pastor, nº 367, também na Tijuca, RJ.

Por não mais dispor de recursos para arcar com as despesas de internação, a família conseguiu, por intermédio do médico psicanalista Dr. Juan Cornejo, a sua internação, a partir de 1960, no Hospital Colônia Juliano Moreira localizado na estrada Rodrigues Caldas, nº 3.400, em Taquara, Jacarepaguá, RJ.

Nesse nosocômio psiquiátrico, veio a falecer, na 1ª hora do dia 25 de outubro de 1962, com 75 anos completos, conforme atestado de óbito assinado pelo Dr. Roland Leão Castello, que asseverou como causa-morte Derrame Cerebral, Esquizofrenia.

A Certidão de Óbito do Dr. José de Mendonça Lima está registrada no Livro nº 1, fls. 170, sob o termo nº 30.523 no Cartório da 6ª Zona do Registro Civil de Pessoas Naturais da 12ª Circunscrição da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro.

A vida e obra de José de Mendonça Lima é um exemplo de abnegação e patriotismo, vez que ele poderia ter feito carreira como médico no Rio de Janeiro (à época capital da República e carente de profissionais da saúde) e obtido elevado padrão de vida na Cidade Maravilhosa, preferiu servir na misteriosa Amazônia como médico e diplomata.

Ele foi um autêntico amazônida! Ao morrer não deixou aos seus familiares herança financeira ou bens materiais, mas um legado de dignidade, cidadania e amor ao Brasil.



{ ORATÓRIA }

— Abertura

posse da acadêmica MARILENE CORRÊA¹

O Estado manipula, com o discurso da soberania, da integralidade da Nação, da unidade territorial e política todas as questões da história e da sociedade amazônica que conflitam ou se antagonizam com o caráter das relações entre a região e a nação. É que a questão amazônica também tem fundamentos de outra natureza que não estão circunscritos à história, à cultura e à sociedade nacional: a luta pela terra, pela autonomia de organização comunitária, pelo usufruto dos recursos do subsolo que repõem a questão indígena e questão agrária no contexto das classes e da luta de classes nacionais e internacional dão, à questão amazônica, uma qualidade nova e outras perspectivas de encaminhamento da questão nacional brasileira. Nestas perspectivas, o Paiz do Amazonas passa pelos trabalhadores da cidade e do campo, pelos posseiros, pelos sem-terra do Sul, do Sudeste e do Nordeste, pelos seringueiros acrianos e bolivianos, pelas guerrilhas das populações andinas, que extrapolam os cinturões fortes do poder autoritário da América Latina.

– Marilene Corrêa, *O Paiz do Amazonas*, 2004.

1. Cadeira nº 24, de Joaquim Nabuco, em 16 de setembro de 2011.

Eis a voz que nos chega para aprofundar e construir, no diálogo com as ciências, o pensamento amazônico nesta Casa. Voz que a mais antiga Universidade brasileira nos concede, qualificada pelos altos títulos acadêmicos, a doutora Marilene Corrêa procede das barrancas e dos rios das paragens distantes do Juruá. Voz cabocla que se faz ouvir e respeitar em laboriosa e reconhecida atividade profissional nas salas de aula, nas instâncias mais elevadas da gestão universitária, do ensino e da pesquisa, nos fóruns de estudos no Brasil e exterior, discutindo, teorizando e ensinando Amazônia. Na atividade política, vocação que igualmente pronuncia, voz em grito pelos direitos de nossas gentes, das liberdades, da democracia!

56 Senhoras e senhores, consagrada pela escolha soberana do colegiado acadêmico e o referendo de vossas ilustres presenças nesta noite, nova luz se espraia na Casa de Adriano Jorge a incandescer a Cadeira de Joaquim Nabuco na sucessão ao saudoso professor e jurista Áder-son Pereira Dutra, uma das mais belas inteligências desta terra.

A Academia Amazonense de Letras recebe, pois, jubilosa, para a liturgia da imortalidade, a professora, doutora e escritora Marilene Corrêa da Silva Freitas, quinta mulher a ocupar, em noventa e três anos de vida acadêmica, as poltronas azuis deste salão, cabendo ao eminente confrade Marcus Luiz Barroso Barros, tribuno vigoroso, expressão singular da medicina e do magistério no Amazonas, o honroso encargo de proferir o elogio acadêmico.

Está aberta a sessão!

§ JOSÉ BRAGA

— Discurso

posse da acadêmica MARILENE CORRÊA

— O TEMPO, O RETROVISOR, OS INTÉRPRETES E SUAS IDEIAS

No presente desta noite, cumprimento todos os que aqui compareceram para prestigiar este momento solene; e reverencio todos os membros da Academia Amazonense de Letras, imortais, patronos, fundadores, ocupantes contemporâneos deste colegiado; cumprimento com especial ênfase o Dr. Marcus Luiz Barroso Barros que me recepciona neste silogeu.

No presente dos séculos 19 e 20 reverencio Joaquim Nabuco e Áder-son Dutra sob os augúrios de quem chega nesta Casa.

Imagens do Brasil no século 19 foram construídas entre a perplexidade e o estranhamento. Ao presente deste século o Brasil real estaria oculto num “Estado que não era uma nacionalidade, num país que não era uma sociedade, numa gente que não era um povo”, na interpretação de Alberto Torres (1933). A realidade em registro era cindida entre o que se conhece e o que se esconde; entre o que se quer conhecer e o que deve ser conhecido. Ernest Gellner, Ernest Renan, Otto Bauer situam esse fenômeno no jogo de formação da memória nacional, a dialética entre lembrança e esquecimento:

O esquecimento, e diria, mesmo o erro histórico são um fator essencial da criação de uma nação, e é assim que o progresso dos estudos históricos é frequentemente para a nacionalidade um perigo. A investigação histórica, na verdade, traz à luz os fatos da violência que se passaram na origem de todas as formações políticas, mesmo daquelas das quais as consequências foram as mais benfazejas (Ernest Renan, Qu'est-ce qu'unenation? Sorbonne, 1822).

58 Essa relação delicada desenvolve-se na inteligência política, nos avanços estruturais, nas oportunidades da história, que não se repete, salvo como simulacro, ou como mais sacrifício. Dessa compreensão superior opta-se por construir consensos: ora é necessário reafirmar o passado, lembrar momentos e movimentos fundamentais para a compreensão do presente; ora é necessário relativizá-lo, reconstruí-lo, reinterpretá-lo, e até traduzi-lo.

Na atmosfera intelectual do século 19 molda-se o Brasil das possibilidades civilizatórias ao lado do Brasil mais sombrio. A lembrança do país faz-se dos registros dos centros administrativos contra enormes partes do território e de suas gentes esquecidas. Os sertões de jagunços, índios e matutos punham em dúvida os feitos do Império, do Estado de Direito, da autonomia da América do Sul. Moldam-se, nesse período, as concepções mais etnocêntricas acerca do caráter do povo brasileiro onde a questão nacional assume a feição da questão racial e da questão agrária. Por trás dessas visões de mundo a República utópica se delineia, questiona-se a escravatura, a conquista do espaço nacional é envolta nos interesses regionais cujos limites ainda são muito difusos: o Norte de vaga referência apagado pelo Nordeste; o Sul de presença nacional pálida, descorado pelo Sudeste do Rio e São Paulo; o Centro, sem interlocução, clama pela identidade que surge com a voz da montanha, é Minas Gerais que reclama seu lugar na cultura política apresentando-se como Centro.

Eis que, no retrovisor do tempo, as imagens identitárias da autorrepresentação do Brasil são moldadas e estruturam o que se vive, hoje. O Paiz do Amazonas é derrotado na Cabanagem; a unidade imperial conservadora lança-o entre as possibilidades não realizadas de independência. Euclides da Cunha, tempos depois, expõe mais do que uma página literária dos grotões e das gentes perdidas no paraíso e às margens da história; cria uma tese de exclusão dos grupos humanos em lugares remotos não alcançados pela ação do Estado; faz a síntese do marco de origem da tensão entre a região e a sociedade nacional. Os próprios lugares remotos são objeto de uma geografia da diferença, ambientes de sujeitos sem história. Na Amazônia, esse realismo científico de Euclides da Cunha não reconheceu qualidade nas populações originárias, não lhes compreendeu a função

histórica, nem seu potencial de resistência silenciosa. Foi fiel à ciência do seu tempo; deixou linhagens de intérpretes do Brasil. 59

No retrovisor da história a busca pela liberdade não para. No Brasil do século 19, Joaquim Nabuco, patrono da cadeira em que me assumo na condição de membro da Academia Amazonense de Letras, é referência mais lembrada das lutas nacionais. Nascido em 19 de agosto de 1849, no Recife, e falecido em Washington a 17 de janeiro de 1910; abolicionista corajoso, vigoroso; monarquista melancólico que vê a República com reservas e distanciamento estratégico; polemista político quando os destinos do Brasil estão postos em causa; outro grande intérprete da sociedade brasileira de sua época. Conservador esclarecido, registra retrato do Brasil real no qual intervém e avalia. Identifica revoltas, o sentimento popular contra o monopólio do comércio dos portugueses, a legitimidade do enfrentamento ao latifúndio dos senhores de engenho. Essas terras, “cuja maior parte era monopolizada pelos proprietários de escravos, em grandes glebas, destinadas, sobretudo, a uns poucos produtos de exportação. A exploração extensiva exauria o solo, a concentração de riqueza inibia a criação de indústria, do pequeno comércio e o aparecimento de camadas médias. O universo urbano era pouco diferenciado, constituído na sua maioria de centros administrativos” (Cf. José Almino de Alencar. *Joaquim Nabuco: A história em primeira pessoa*, 2008, p. 4).

Nabuco vê a Regência como um período de grande possibilidade mas também de grande instabilidade, “decênio de terremotos políticos”; “a escravatura mancha o Brasil e limita as possibilidades do país no cenário internacional” (cf. Cabral de Melo, 2006, p. 5-7).

O Joaquim Nabuco abolicionista amplia o alcance intelectual do literato e do político. Nosso patrono sublinha em capítulo denominado “Abolição”, de sua obra *Minha Formação*, cinco pontos estratégicos do êxito do movimento: “1) a ação da intelectualidade e da sociedade civil, da imprensa, da academia e dos tribunais; 2) a ação dos que combateram a escravidão, libertando escravos muitas vezes à força; 3) a ação dos próprios proprietários, que aos poucos foram diminuindo suas resistências à Abolição; 4) a ação política dos estadistas; e 5) a ação ‘dinástica’, isto é, o apoio da família real, em especial a atuação da princesa Isabel” (Cabral de Melo, *op. cit.*).

60 Outra maestria que se identifica nos escritos de Nabuco é a capacidade de construir itinerários esclarecedores de personalidades e de expectativas políticas emblemáticas do Brasil. Inspirado em Letourneau, Adolfo Lima, Charles Expilly, Rudolph Von Ihering, e em uma infindável lista de interlocutores. Esculpidas a lembrança de José Bonifácio, O Patriarca; e de José do Patrocínio, alma política da sociedade civil do século 19, figura central do Abolicionismo, a voz de Evaristo de Moraes alcança os feitos da Sociedade Emancipadora Amazonense, de 1870. Criada sob inspiração de Tenreiro Aranha, braço executivo, social e vanguarda da Assembleia Provincial que, antes mesmo da Lei do Ventre Livre, destinava verbas de 5 a 20 contos de réis para libertar escravos. É a história que registra Theodoro Souto, Lemos Bastos, Hosannah de Oliveira, Pedro Ayres Marinho, Paulino de Brito, João Lopes Ferreira Filho, Domingos Ferreira do Valle, João Carlos Antony, personalidades que também compunham as lojas maçônicas Amazonas e Esperança e Porvir, outro braço político desse movimento revolucionário (Evaristo de Moraes, *A Campanha abolicionista 1879-1888*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Leite Ribeiro Freitas Bastos Spicer & Cia., 1924, p. 221-223).

Nabuco abolicionista e Machado de Assis romancista aparecem lado a lado como intérpretes do Brasil do século 19. São frequentes as alusões de ambos nessa condição. Personagens da ficção e sujeitos da história dão lugar privilegiado à literatura e à política no pensamento social brasileiro. Grupos sociais marginalizados, “crianças, escravos, agregados e moradores pobres das cidades que não teriam o tratamento merecido nos romances”, nem nos discursos (Silva, 2008, p. 95), mereceram de ambos a figuração digna do cidadão comum. O rosto do povo brasileiro surge da multidão.

A representação da realidade por meio da literatura permite ao autor modificar o real para ampliar a verdade que se torna mais clara por meio dessa dimensão. O universo da ficção, a crônica e o ensaio são imagens contundentes da realidade brasileira em qualquer época. Formadores do pensamento nacional brasileiro traduzem na ação política e na criação literária a condição intersubjetiva de um querer viver coletivo, o talento de equilibrar “o esquecimento de tudo que ressalta a diferença” com a lembrança dos sacrifícios necessá-

rios na busca da liberdade que destaca a condição de pertencer ao mesmo destino. 61

O ambiente das escolhas celebrou Joaquim Nabuco e Machado de Assis na Academia Brasileira de Letras, na memória nacional e na história das mentalidades, ideias fundamentais na compreensão do Brasil.

Professor Áderson Pereira Dutra, a quem sucedo na cadeira 24, nasceu em Parintins no dia 27 de janeiro de 1922 e faleceu em Manaus em 2010. Sobre ele escreve Rogel Samuel, a quem homenageio também nesta ocasião, por sua participação na eleição em que concorreu comigo. Dou voz a Rogel:

“Bacharelou-se em Direito aos 25 anos, em 1947, pela Faculdade de Direito do Amazonas. E em maio de 1949, dois anos depois, com 27 anos, torna-se procurador da Fazenda Nacional no Amazonas, cargo que ele exerceu de maio de 1949 a julho de 1958.

Professor catedrático de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas, cargo que exerceu de julho de 1958 a janeiro de 1992. Foram 34 anos de Magistério. Aposentou-se aos 70 anos.

Um ano antes, em outubro de 1957, perante a Congregação da Faculdade de Direito do Amazonas, tornou-se doutor em Direito, mediante defesa de tese.

Em julho de 1958 deixa a Fazenda para assumir o cargo de diretor-presidente da Companhia de Eletricidade de Manaus, que exerceu até abril de 1967.

Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, de 1956 a 1960.

Ingressa na Justiça Federal como juiz federal no Amazonas de abril de 1967 a agosto de 1970, em Manaus.

De fevereiro a abril de 1967 foi secretário de Justiça do Estado do Amazonas, no final do governo de Arthur César Ferreira Reis.

Esse cargo volta a ser exercido por ele, de janeiro de 1987 a agosto de 1988, no início do governo de Amazonino Mendes.

No período de outubro de 1970 a dezembro de 1976 torna-se reitor da Universidade Federal do Amazonas.

Foi procurador-geral de Justiça do Amazonas de abril de 1979 a abril de 1983.

62 Suas principais obras publicadas foram: *Da Jurisdição Administrativa* (Tese de Concurso), Manaus, 1956; *Da Autonomia Municipal*, Manaus, 1956. *Do Estágio Probatório*, Manaus, 1956. *Subsídios à Elaboração do Projeto do Código Tributário Nacional*, Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro, 1954, p. 460-472. “Contencioso Administrativo”, *Revista do Tribunal de Contas do Distrito Federal*, Brasília, 1979, vol. 9, p. 51-63.

Áderson Dutra era Cavaleiro da Ordem Nacional do Mérito Educativo (decreto de 31 de dezembro de 1973). Recebeu a Medalha do Mérito Universitário (Res. 13/84, do Consuni/UA), foi presidente da Comissão de Reforma da Constituição do Estado do Amazonas (1967), membro da Comissão de Adaptação da Constituição do Estado do Amazonas (1969), membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, Seção do Amazonas, membro da Academia Amazonense de Letras Jurídicas, membro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA)”, cf. Rogel Samuel, blog, 2011.

Na Amazônia onde nasceu, viveu e morreu Áderson Pereira Dutra, a floresta, o rio, as populações tradicionais, as localidades ribeirinhas, o isolamento, constituem dimensão marcante da sociedade regional. Lembrar a diferença é a característica mais permanente da região. Leandro Tocantins seguiu a direção do rio do Acre a Belém, ilustrando com sua vida familiar e de intelectual a força da natureza na organização das sociedades amazônicas, a força do rio na vida das gentes.

No começo o homem e a natureza se bastavam, a diversidade não era impedimento da solidariedade, a vivência pluricultural era motivo de orgulho e de inter-reconhecimento. A construção da Amazônia Lusitana inaugurou a redução, a depopulação, a subalternidade. A invenção da Amazônia Brasileira reiterou a dúvida de como tratar populações de feições identitárias tão específicas, súditos tão díspares. A Amazônia Indígena sobrevive, teima em resistir e em se reinventar, em recriar as diferenças, agora como direito.

A Amazônia do professor Áderson é um laboratório de experiências humanas sublimes e brutais. A cidade, o urbano, a modernidade, a ilustração, a exploração econômica, também constituem a região. Duas representações da natureza e da cultura sem mediações seguras entre o passado e o futuro. Duas realidades matriciais da vivência amazonense, inscritas na intersubjetividade de grupos e coletivida-

des. Regularidade da geografia e determinação da história desafiam a adaptabilidade humana, a política e a inteligência científica. Laboratório do capitalismo em expansão, da colonização à Zona Franca, a sociedade amazonense do professor Áderson mostra-se difícil e resistente às exigências da racionalidade com tensões nem sempre compreendidas entre o mundo natural e o mundo social. Os oitenta e oito anos de vida desse ilustre amazonense desenrolam-se em diferentes experiências de nossa formação socioeconômica. 63

A Manaus de 1922, embelezada e iludida pelo fausto, nasce com contradições da acumulação capitalista processada a distância e interiorizada pela monocultura da borracha. O poder público assumira o comando da urbanização para privatizar as benesses do progresso, vigiar os padrões de convivência impostos, punir os inadaptados e lembrar aos excluídos o seu lugar. No itinerário de Edineia Dias, Mário Ypiranga Monteiro e Selda Vale, em Manaus; de Nazaré Sarges, Benedito Nunes e Roberto Santos, em Belém, diferentes tons de registro da Amazônia surgem em narrativas históricas da sociedade regional. Urbana, híbrida, versão cabocla do tempo ibérico e o tempo da *belle époque*, consumo e costumes em transformação, linguagens e signos de diferentes projetos de cidadania.

No isolamento dos pobres no Mocó, no São Raimundo, na Colônia Oliveira Machado e Constantinopla, nos bolsões da desordem urbana as contradições de Manaus; nos mangues, nas vielas da cidade antiga, nos cortiços de Belém, a exposição da pobreza. O nexos conhecido e lembrado entre capital e interior está no aviamento, no impaludismo, no beribéri e na tuberculose. O nexos entre Manaus e o mundo está no teatro, no telégrafo, na luz elétrica, no bonde, no cinema, nos jornais, nos grupos artísticos, na Universidade Livre, nos monumentos, ontem e hoje. O nexos entre Manaus e o Brasil começa a ficar claro na falência dos orçamentos, na ausência de proteção às populações deslocadas, no desmantelamento da cadeia produtiva da monocultura, na ausência do Estado nacional e a lacuna da intervenção da União diante da crise. O Amazonas entra no século 20 na fronteira da *débâcle*, no limiar de sua desorganização econômica; os movimentos de deslocamento populacional do interior para a capital estavam prestes a acontecer.

64 Áderson Pereira Dutra testemunhou na sua juventude e fase adulta o Amazonas da segunda borracha, e a Manaus que reinventa sua sociabilidade sem a pulsão da velocidade capitalista. Oriundo de Parintins, no baixo Amazonas, de identidade inconfundível entre o Pará e o Estado de seu nascimento, nesse ambiente de Manaus forjou sua formação de jurista, cidadão e homem público. Reitor da Universidade Federal do Amazonas entre 1970-1977; procurador-geral do Estado entre 1979 a 1983, atravessou os desafios do governo autoritário, acompanhou o desenvolvimento institucional na tradição do ensino do Direito e na gestão universitária. Sua cultura jurídica deu solenidade a esta Academia e à cadeira número 24 durante 27 anos! Ao configurar a época de suas lembranças, e *sublinho que configurar não é descrever*, homenageio todos os patronos e acadêmicos passados e presentes da Casa de Adriano Jorge.

Apresento-me à Academia como uma amante e defensora das ciências e artes, das liberdades, da luta pela excelência acadêmica, amante da crença em um mundo melhor. Chego em paz com todos, prestigiada e legitimada pela votação de meus pares. Chego mais inquieta comigo mesma e com o que acredito ser a missão dos que se comprometem, como personagem de Joyce, com o pensamento. “Pensar é um modo de experimentar o mundo” (*Dedalus, Joyce*).

Vim da Universidade onde trabalho desde 1979 e onde entrei por concurso público aos 28 anos. Nunca tive concessão alguma, de quem quer que seja, toda minha formação deve-se àqueles que ainda acreditam no mérito científico como o maior nivelador da igualdade na cidadania universitária. Não temo preconceitos, julgamentos, avaliações injustas. Desenvolvi minha carreira acadêmica plena, e vivo dela em toda minha integralidade. Vim do interior, do seringal Concórdia, propriedade de minha família, da linhagem de Guilherme da Cunha Corrêa que, com seu irmão Filipe da Cunha Corrêa, são pioneiros do rio Juruá, o rio que hoje chora, como diz padre João. Vim do ambiente de Manaus dos anos 70 e 80, acreditei e fomentei utopias, removi barreiras ideológicas e políticas, derrubei estereótipos. Incomodei, incomodo, não me importo.

Oswaldo Said, em conjunto de conferências sobre as representações do intelectual, fala desse lado fundamentalmente descon-

certante nos intelectuais que não têm escritórios seguros, nem território para consolidar e defender; por isso a autoironia é mais frequente do que a pomposidade, a frontalidade é melhor que a hesitação e o gaguejo. Ser intelectual “(...) é uma condição solitária, sim, mas é melhor do que uma tolerância gregária para com o estado de coisas” (Said, 1993, p. 33-35). Flaubert, por meio de suas criações, fala do desapontamento acerca do intelectual que interrompe seu curso, que resta à deriva, sem causa. Write Mills expõe o dilema entre o isolamento e o alinhamento que cercam os intelectuais. Nenhuma das alusões é impeditiva da manutenção da resistência contra as injustiças, mesmo aquelas que só o tempo é o senhor do juízo e da cobrança.

Sou sujeito coletivo de minha época, de minha família, dos meus amigos e de meus pares; em Concórdia, Carauari, Manaus, Natal, São Paulo, Rio de Janeiro, Paris, Tóquio e Bombaim, meu sangue de antepassados e de meus descendentes está espalhado nesses lugares; ampliei minha cidadania para Tabatinga e Parintins, ajudei a reconhecer sonhos, aspirações legítimas, e quando não pude criá-los vigiei-me para não frustrá-los, por onde passei. Aprendi com a humanidade vista pelo retrovisor do tempo que o potencial destrutivo do desmantelamento dos sonhos é obscurantista, fundamentalista, covarde e se embasa na crueldade mais equivocada do pseudoconhecimento.

As Academias, protetoras das artes, das ciências, ícones da trajetória da sabedoria humana no mundo inteiro, orientam-se por princípios completamente opostos aos da destruição. Esta Casa, a Academia Amazonense de Letras, vai completar cem anos em janeiro de 2018. Ao manter uma ideação coletiva da sociedade e manter-se a si própria como uma representação do conhecimento, esta Academia nos ensina a delicadeza de lidar com os sentimentos coletivos e, portanto, ensina à reunificação no sentido universal e planetário. Materializa a luz na caverna de Platão; reinventa o emblema de um caminho para o mundo de Naipaul; reitera nossa condição humana de busca da perfectibilidade e refinamento do espírito. E neste ato de posse, me entrego e me integro nessa busca secular.

— Saudação

posse da acadêmica MARILENE CORRÊA

Com a honrosa tarefa de apresentar a este silogeu a doutora Marilene Corrêa da Silva Freitas, deveria eu falar de sua vida.

A vida toda de Marilene não tive a ventura de acompanhar – a infância no Juruá, em Carauari, em Concórdia, seringal de seus pais. Mas retiro de seus escritos, como a menina Marilene já vivenciava, a várzea, a vida, a Amazônia...

...Cultivei, para além da racionalidade, a alegria da infância feliz, segura, vivida na proteção da família e da natureza, guiada pela curiosidade a partir do olhar, horas a fio, a passagem das águas. Como todos os filhos da várzea que não se sentem ameaçados pelo isolamento, nem pela imensidão das distâncias, aprendi a compreender a Amazônia pelo seu ritmo próprio. A floresta de sons e sombras familiares não permite a rotina instalar-se como regra, por isso é protetora. Na segurança desse ambiente aprendi, simultaneamente, os códigos de reconhecimento do saber local e seus elos mais amplos com o conhecimento formal. Nunca os vi como níveis opostos; naturalizei essa convivência entre os hábitos domésticos. Cultivei o ensinamento praticado por meus pais, e por todos os nossos ancestrais presentes em símbolos coletivos; com eles aprendi que a Amazônia tudo pode nos dar, desde que nossa adaptabilidade não pratique excessos...

Também não vi, já em Manaus, sua passagem pelo Colégio Brasileiro, do professor Pedro Silvestre, ou do curso clássico do Colégio Estadual.

Como médico e por meio dos meus colegas psiquiatras, conheci a dedicação, nos primeiros passos de sua atividade profissional, junto aos doentes do Hospital Eduardo Ribeiro, ao realizar um trabalho re-

volucionário, que apontava para a humanização institucional, o que, nos dias de hoje, redundou na desospitalização dos enfermos.

Ainda no início da carreira da jovem assistente social, a reestruturação administrativa do Sesi – Serviço Social da Indústria, já tinha as suas impressões digitais.

Mas foi na Universidade do Amazonas, já como docentes, onde nos encontramos pela primeira vez. Ela muito jovem, mas já coordenando um curso de aperfeiçoamento em Ciências Sociais, para o qual, como médico, eu me candidataria. Estava eu buscando naquela área do conhecimento as bases de que necessitava para ter o entendimento dos mecanismos de produção das doenças. Hoje, também sou capaz de perceber que, para entender o todo, necessitaria também me “desospitalizar”. Os cientistas sociais eram o caminho. Desse ponto e desse momento, surgiu uma amizade, um companheirismo, uma fruição de conhecimentos dela para mim, que duraria a vida inteira. Como eu aprendi!

A jovem professora, como vi Marilene nos corredores do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade do Amazonas, o ICHL, em 1979, enganou meu pretensioso “olho clínico”. Ela já era mãe dos três primeiros filhos. Começaram então a aflorar para mim as suas mais marcantes virtudes – a determinação, a disciplina, o compromisso com o coletivo e com as causas, a sede pelo conhecimento, a honestidade e, a chulear todas elas, uma inteligência fulgurante. A professora cuidava da casa à Universidade, passando agora por uma atividade que nos marcaria para sempre – a militância política.

O Brasil vivia os anos de chumbo da ditadura militar e Marilene começava a combater em vários campos de batalha, com todas as suas armas. Na Universidade, sua principal trincheira, eclodia o processo de democratização interna, que daria muitos frutos. Com sua intensa participação, cria-se a Associação de Docentes da Universidade do Amazonas – ADUA, afiliada da Associação Nacional – ANDES. Este foi o germe universitário que muito contribuiu para o processo nacional de reconquista da liberdade.

A partir de concurso público, em 1979, que a fez ingressar como docente na Universidade Federal do Amazonas, Marilene Corrêa da

68 Silva inicia sua densa e rica vida acadêmica, marcada por êxitos nos diferentes níveis de complexidade de sua formação pós-graduada.

Sua oratória fluente nas salas de aula, nas conferências e palestras já encantava não só seus alunos, mas também seus pares.

Após dez anos de prática docente na área das Ciências Sociais, se fazia mister buscar ferramentas teóricas nos grandes centros, para aprofundar o que já havia vivido na Amazônia e na docência. Partiu para o mestrado, na PUC de São Paulo. A família já havia aumentado. Agora os filhos eram cinco. Nesse tempo, ter perdido sua mãe e primeira professora, dona Gertrudes, e tendo o filho mais novo, Lucas, sofrido um grave acidente... não desvaneceu, não ficou no meio do caminho. Superou todos os dissabores, dando extrema atenção e carinho materno ao filho doente e produzindo, em tempo recorde, sob a orientação de um dos maiores sociólogos brasileiros, o professor Octavio Ianni, sua brilhante dissertação de mestrado intitulada *O Paiz do Amazonas*, que originou o livro publicado em primeira edição pela Edua e em segunda edição pela Editora Valer. Sobre ele, Octavio Ianni diz: “Marilene... mostra como nasce a Amazônia, desde o princípio, como geografia e história, como natureza e sociedade”. Para o escritor Tenório Telles, “...a leitura deste livro ajuda a esclarecer o que somos, por que somos e o que poderemos ser”.

Após o mestrado e de volta a Manaus, Marilene inicia sua atividade de gestão universitária, como secretária-geral da Universidade Federal do Amazonas, no período de 1989 a 1993 e ainda especializa-se em Administração Universitária, no Canadá, sob o patrocínio da Organização Universitária Interamericana – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, onde concorreu por mérito como bolsista da Capes, concluindo o curso com êxito.

Depois dessa experiência, Marilene retorna a São Paulo para o doutorado em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual de Campinas e apresenta, em 1997, a tese “Metamorfoses da Amazônia”, que dá origem à primeira edição do livro sob o mesmo título, classificado e cadastrado no CNPq, base Lattes, como um dos trabalhos mais importantes do currículo acadêmico.

A professora e pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências e Letras da Universidade Federal do Ama-

zonas consagra sua formação acadêmica em 2001, com o pós-doutorado em Sociologia na Universidade de Caen, na França. 69

Sua atuação, com ênfase em Sociologia Contemporânea, tem como principal temática, por várias vertentes, a Amazônia. E ela explica:

A Amazônia faz parte do meu ritmo de reconstituir a memória, codificar e decifrar os fatos, dominar conceitos, sistematizar categorias ao integrá-la no conjunto da imaginação científica com sua incompreensível alteridade. Reconhecê-la complexa em suas inúmeras identidades é um modo de apreendê-la como sujeito dinâmico, entidade dotada de importância peculiar, uma vez que é problema, esperança, inspiração, além de lugar concreto de contradição, onde a vida comanda a vida.

Concluído o doutorado na Unicamp, em São Paulo, e o pós-doutorado na França, surge mais uma convocação para a atividade de gestão. A doutora Marilene havia acumulado conhecimentos e reconhecimentos que foram além dos muros da Universidade. O desafio agora apontava para a Ciência e Tecnologia. Assim, ela implanta e dirige a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amazonas, estrutura o sistema estadual de C&T e cria a política estadual para essa área no Amazonas. Com isso, é reconhecida e respeitada nacionalmente, dirigindo inclusive entidades que congregam pesquisadores de inúmeras universidades e institutos de pesquisa do país.

Mas a Universidade, que sempre esteve presente em todo o seu caminhar intelectual, reclamava, agora no âmbito estadual, sua experiência, a consolidar a novel Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Foi assim nomeada reitora daquela Universidade, onde imprimiu sua marca de competência e dinamismo, com destaque para a política de interiorização, aliás uma de suas principais pilstras. Voltava-se dessa forma para o interior, buscando melhorar as condições de vida do povo ribeirinho. Era a volta às origens.

E paralelo a todo esse trabalho, a intensa vida pessoal da qual não se descuidava. O casamento com o professor Marcílio de Freitas teve a mim como padrinho, portanto mais um fato marcante que testemunhei de sua vida. Acompanhei médica e afetivamente seus cinco filhos e agora vejo seus seis netos. Lembro-me bem, quando morava

70 no Japão, em 1988, recebi um telegrama seu, cheio de alegria: “Nasceu Matheus”. E eu, imediatamente, lhe respondi, cheio de graça: “Quem pariu Matheus, que o embale”. E como ela o embalou...

Todo o percurso da vida acadêmica da doutora Marilene está registrado em um currículo invejável.

A plataforma Lattes mostra um documento em trinta e três páginas. São seis (6) livros publicados; oito (8) capítulos de livros; quinze (15) prefácios, posfácios e apresentações de livros; cinquenta e três (53) artigos e trabalhos científicos publicados e indexados em revistas especializadas; cerca de uma centena de textos publicados em jornais, revistas, boletins e anais de congressos. Marilene desenvolveu doze (12) linhas de pesquisas, formou dezenas de pesquisadores, mestres e doutores, e contribuiu significativamente para a implantação de políticas públicas e entidades de interesse coletivo.

Enfim, uma vida toda buscando entender e desvendar o que Djalma Batista chamou de “O mistério da esfinge”, quando se referia à Amazônia.

Por todos esses fatos é que tentei lhes apresentar essa “menina dos rios e das várzeas”, que, como Fernando Pessoa, conseguiu, “de sua aldeia, ver o mundo”. Mais que isso, porém, partiu para enfrentá-lo, modificá-lo, tendo como espada e escudo o seu amor pela natureza, que lhe forjou a alma, o saber e o compromisso inarredável com o povo de sua terra. Acumulou a riqueza de seu vasto conhecimento para fazê-lo voltar em forma de sementes que germinam por todo o Paiz do Amazonas.

Doutora Marilene Corrêa da Silva Freitas, esta é a Casa de Péricles, Adriano, Djalma, Áderson e todos esses luminares que a acolhem, com o maior respeito à sua história de vida. Estamos todos de braços abertos para abraçá-la.

E como o São Pedro bonachão, de Bandeira, em “Irene no Céu”, eu também digo: “Entra, Marilene, aqui você não precisa pedir licença”...

— Abertura

posse do acadêmico FRANCISCO VASCONCELOS ¹

Ao receber na XIII Bienal do Livro o Prêmio José Olympio 2007, conferido à Academia Brasileira de Letras, disse o presidente Marcos Vilaça recordando Jorge Luis Borges: “A Literatura é a única forma ficcional onde podem coexistir, contrariando a física, no mesmo espaço, um tigre de bengala e um camelo. Ou seja, a única linguagem que permite o exercício pleno da imaginação”.

Prosseguindo, ressaltou a apologia do autor ao livro: “Os instrumentos do tipo microscópio e telescópio são utilizados pelo ser humano como extensão da visão. O telefone, como extensão da voz. O arado e a espada, extensão do braço. O livro é o único que é a extensão somente da memória e da imaginação”. Livros, ficção, memória, imaginação, eis o que nos envolve nesta noite de afetos na homenagem ao escritor Francisco Vasconcelos.

Reunimo-nos para dar assento nesta Casa a um escritor de muitos méritos, um artesão da palavra, ficcionista, prosador, memorialista e poeta, cuja obra, tecida com imensa ternura, é reveladora do seu humanismo e compromisso com o Belo, com o Bem, com a Vida.

Estais aqui, senhoras e senhores, estamos aqui, na centenária Casa de Adriano Jorge, nesta noite, para proclamar a imortalidade acadêmica que não é senão a celebração da palavra, do livro, da beleza, uma exaltação ao ilimitado poder do espírito humano que tudo sente, concebe, cria, realiza.

Francisco Marques de Vasconcelos Filho, que ocupará a Cadeira 40, de Paulino de Brito, na sucessão ao acadêmico Waldemar Baptista de Salles, fora homenageado em 2010 pela Academia Amazonense de Letras com a Medalha do Mérito Cultural Péricles Moraes, reconhecimento à sua obra e aos seus fazeres em favor da cultura e das letras em nossa terra.

¹. Cadeira nº 12, de Olavo Bilac, em 30 de setembro de 2011.

72 Recentemente escolhido em eleição consagrada, hoje o recebemos para o amável convívio na permanente construção do pensamento amazônico, mister que há 93 anos tem empolgado antigas e novas vocações nesta Casa, nas mais diversas áreas do conhecimento e da erudição humana.

Mãos e mente operosas, Francisco Vasconcelos oferta-nos, ao ser ungido na imortalidade das letras, valioso legado de saber e inteligência.

Ao receber as senhoras e os senhores para o abraço e as homenagens ao escritor Francisco Vasconcelos, a Academia Amazonense de Letras a todos agradece jubilosa o prestígio e a honra de tão ilustres presenças. Ao confrade Elson Farias foi confiado o encargo de saudar o novo imortal dando voz à tribuna acadêmica.

Está aberta a sessão.

§ JOSÉ BRAGA

— Discurso

posse do acadêmico FRANCISCO VASCONCELOS

Há cerca de um ano e meio, mais precisamente em abril de 2010, honrava-me este silogeu com a Medalha do Mérito Cultural “Péricles Moraes”. Impossibilitado de comparecer, em razão de acidente do qual fora vítima, representou-me na solenidade o querido amigo Dr. Raimundo Magalhães Valois Coelho que, com a aquiescência do nobre presidente desta Academia, acadêmico José dos Santos Pereira Braga, leu texto que elaborei para a oportunidade.

Em carta que à época enviei àquele dileto amigo, referindo-me à decisão desta casa de cultura de conceder-me tão significativa homenagem, procurava encontrar justificativa para merecer tamanha honraria, chegando a admitir que resultava ela, não propriamente do valor de minha obra literária, mas do reconhecimento de meu trabalho em prol da cultura de nossa terra, isso, ainda no ardor da juventude. Referia-me, então, a alguns fatos relacionados à minha tumultuada vida estudantil a partir, principalmente, de duas gestões à frente da União Estadual de Estudantes, no período de 1959 a 1961, época, vale lembrar, de grande efervescência na vida política do país.

Embora reconheça não ser este momento propício a digressões, peço vênica para fazer o registro de alguns fatos que muito me agradam lembrar, exatamente por se revestirem de forte significado cultural. Destaco, inicialmente, a reativação das Edições Universitárias, pelas quais lançamos a obra *Problemas Econômicos da Atualidade*, que enfeixava conferências pronunciadas por Jefferson Péres e Saul Benchimol, ambos, por sinal, já pontificando no Clube da Madrugada, nascedouro, ou viveiro, de promissores valores culturais, assim na literatura como nas artes em geral. Ressalto que tal iniciativa tinha o propósito de alcançar uma visão mais aproximada dos dois mundos então em conflito, uma vez que ambos palestrantes, sabíamos, pal-

74 milhavam veredas diferentes. Jefferson, mais tarde um dos mais respeitáveis e autênticos representantes do nosso Estado na Câmara Alta do país, então recentemente egresso do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, instituição reconhecidamente ligada aos movimentos progressistas de esquerda, enquanto Saul, esclarecido e vitorioso empresário, não fazia muito tempo que regressara dos E.E.UU., onde aprimorara seus conhecimentos na área das ciências econômicas.

No campo eminentemente social, não seria lícito olvidar a manutenção de um curso de alfabetização de adultos, patrocinado pelo dinâmico empresário Moysés Israel e, ainda, da edificação do Dormitório do Estudante, dando continuidade ao trabalho iniciado por Agnelo Balbi. Nesse ousado empreendimento, contamos com o decisivo apoio do então deputado federal pelo Amazonas, Almino Afonso, hoje, um de nossos pares nesta Academia, assim como da influente jornalista carioca Paulina Kaz que, junto às autoridades de Brasília, envidou esforços no sentido de obter a liberação da verba que resultava de emenda parlamentar apresentada pelo mencionado representante do nosso povo na Câmara Federal.

Lembro, por último, a tentativa de desenvolver as atividades teatrais no meio estudantil, com a encenação da peça *As Mãos de Eurídice*, de Pedro Block, monólogo interpretado pelo estudante Virgílio Barbosa, já falecido.

Senhor presidente, seletto auditório. Perdoem-me o exaustivo desfilhar de lembranças. É que na fase outonal da vida em que me encontro – e embora sinta que nem tanto ainda se me arrefecem os ânimos –, o exercício de reviver o passado, sobre ser inevitável, afigura-se-me benéfico e, neste momento, oportuno. Até porque exatamente neste ano, nada menos que meio século transcorre desde aqueles venturosos tempos, cuja odisséia foi alimentada, até o fim, pelo fulgor da juventude. Aumenta ainda mais a dose da saudade a circunstância de também transcorrerem cinquenta anos da formatura, pela Faculdade de Direito do Amazonas, da Turma Legalidade, denominação que resultava da histórica campanha cívica que empolgou a juventude do país na consciente luta contra a ameaça do arbítrio na tentativa de violentar os princípios constitucionais que sustentavam nossa ainda incipiente democracia.

À época, coube-me a honrosa incumbência de orador da turma, tarefa que, acrescida do fato de ter sido um dos líderes da mencionada campanha cívica, poucos anos depois, por muito pouco não tive comprometida minha liberdade.

— O CLUBE DA MADRUGADA – DE COMO OCORRE UM REENCONTRO

Abro espaço, agora, para falar de outro histórico momento. Nele, com absoluta primazia em minhas lembranças, o que certa vez chamei de incandescente Clube da Madrugada. E ousou dizer-lhes que o momento que ora vivo, por paradoxal que a muitos possa parecer, tem, para mim, inegável sabor de reinício, de retomada, de reencontro. É que aqui estão velhos companheiros daqueles ditosos tempos de muito fazer, na estimulante vivência de uma utopia que mais e mais nos impulsionava em direção do amanhã. Dos feitos daquela época, inúmeras são as testemunhas aqui presentes. E quantos foram esses feitos! Diferentemente do que fiz com relação às atividades dos tempos estudantis, não farei comentários a respeito do que então se realizou. É que de tudo o que à época houve, há precisos registros na história da vida cultural de Manaus, graças a iniciativas de quem viveu intensamente aqueles momentos, como é o caso dos poetas Jorge Tufic e Alencar e Silva, em seus cuidadosos ensaios sobre a dinâmica instituição que foi o Clube, além de outros, como o vitorioso escritor Márcio Souza, em seu livro *A Expressão Amazonense* e, mais recentemente, o talentoso Tenório Telles, sob cuja supervisão têm vindo à luz os bem elaborados trabalhos editoriais da Editora Valer. Remanescentes, todos eles, daquela histórica instituição cultural, integram, hoje, esta grei acadêmica. Ainda a propósito, merece especial destaque substancioso trabalho de autoria da professora Luciane Páscoa, recentemente editado, sem a menor dúvida, inestimável contribuição à história cultural de nossa querida Manaus, exatamente a partir da frutuosa atuação do Clube da Madrugada.

— MANAUS, PARA MIM, ERA A TERRA PROMETIDA

Embora caiba ao ilustre poeta, acadêmico Elson Farias, a tarefa de algo dizer a respeito do novel confrade que ora aqui chega, e antes

76 de falar sobre a cadeira que passarei a ocupar, permito-me fazer alguns comentários a propósito da caminhada que empreendi a partir de minha já distante adolescência. E o faço, não para jactar-me da vitória alcançada, mas numa sentida homenagem a quantos me deram inestimáveis suportes para que o sonho de vencer se realizasse. Tinha eu dezesseis anos quando, deixando Coari, minha terra natal, aqui aportei. Grande, então, era o anseio do interiorano adolescente, embora tivesse plena consciência de que bem maiores seriam as dificuldades a enfrentar. Manaus, à época, de tudo carente, desprovida dos mais necessários recursos, sem quase nada a oferecer aos que a ela demandavam, era, para mim, assim mesmo, a terra prometida. Pelo menos dispunha de escola que me permitiria caminhada mais segura em direção do amanhã que ansiosamente buscava. Para melhor dizer daqueles tempos de muito querer, permito-me transcrever trecho de meu livro *Regime das águas*, texto esse que já utilizei por ocasião do recebimento da honraria a que me referi inicialmente, e que ora repito, porque inteiramente consentâneo com o desolador cenário daquela época:

Enquanto as águas subiam, a pachorrenta Manaus, adormecida e quieta, respirava o ar de antigas lembranças. Preguiçosamente debruçada à margem do grande rio de águas negras, tinha ares de monja reclusa, penitente e sonolenta. (...) Nenhum fato novo acontecia que lhe viesse alterar a quietude de seu ensimesmado dia a dia. Vivendo de um passado de euforia e encantamento, parecia comprazer-se em ter sido, na indiferente postura dos que nada mais esperam. Quanta coisa tivera e quantos momentos de fausto já vivera! Mas, bem longe já iam os dias daquele alumbramento, quando, na vivência orgulhosa da faceira cortesã que fora, chegara a namorar o mundo, recebendo, com abraços de muita ternura a quantos forasteiros a buscavam na esperança de também participarem de seus dotes de menina rica. Suas ruas, agora tristes, adormeciam cedo, sem mais a luz dos lampiões que outrora a tornavam risonha e buliçosa. E em vigília, apenas a alma e o lento ânimo dos boêmios, que insistiam em manter acesa a chama de velhas tradições, num teimoso tentar reviver os momentos felizes e fugazes que a história registrava com requintes de injustificado ufanismo. Nem segredos havia mais a ocultar. Suas

casas, não poucas, tinham história, agora de todos sabida, e tudo se ligava ao passado de saudosas reminiscências. Aqui e ali, como marcos de perenes lembranças, os palacetes dos velhos coronéis, senhores que tinham sido de muitos haveres e dos quais só restava a tradição dos outrora respeitáveis nomes, único legado ainda válido para alguns, bem poucos. Ah! Os tempos da borracha, paradoxalmente, inelásticos tempos. Mesmo assim... constituía ainda o inevitável refúgio dos que abandonavam os beiradões, na vã esperança de melhores dias. Como, pois, acolher os que viriam? E quantos se tornariam párias, sem trabalho e sem alento, quantos?

Da Manaus de que ora falo, disse o inesquecível Djalma Batista, um dos mais lúcidos presidentes deste sodalício, em trabalho publicado na *Revista da Academia*, texto transcrito do livro *A Expressão Amazônica*, de Márcio Souza:

Os moços não tinham horizonte e os velhos só possuíam olhos, lacrimejantes, para a bancarrota. O Amazonas submergia ao peso do determinismo histórico. Os próprios homens de letras, desesperados na luta contra o meio, isolaram-se, emudeceram, só alguns permaneceram fiéis às cogitações da inteligência. Os estabelecimentos oficiais de ensino entraram a se despovoar de alunos e professores, estes porque não eram pagos... e aqueles porque não tinham estímulo e muitos nem dispunham de elementos com que se apresentar na classe. Uma geração toda naufragou intelectualmente.

Essa era Manaus daqueles tempos. Animado pelo inarredável sonho de vencer, e respaldado na fé e nas preces de minha mãe, iniciei a caminhada. Agora, ginasião, surgem as primeiras produções literárias, tímidas e singelas crônicas, publicadas no jornal 'O Centro', até mesmo tentativas de poemas, a autoria escondida em enigmáticos pseudônimos, que coragem ainda não havia para ombrear com outros companheiros, principalmente na poesia, gênero em que predominavam os condoreiros arroubos de Castro Alves, poeta que a mocidade de então procurava imitar, até mesmo nos gestos e posturas, principalmente após passar em Manaus o filme *Vendaval Maravilhoso* (Como eu vi Castro Alves

78 e Eugênia Câmara, no Vendaval Maravilhoso de suas vidas), do diretor português Leitão de Barros, estrelado por Paulo Maurício e Amália Rodrigues.

Era a década de 50, exatamente quando Manaus passou a experimentar promissor alento, não apenas na literatura, mas, também, nas artes em geral, destacadamente as artes plásticas, revelando valores como os pintores Hanemann Bacelar, Óscar Ramos, Getúlio Alho, José Maciel, Van Pereira, Jacqmont Cantanhede, Gualter Batista e tantos outros que, ao lado dos já então veteranos Moacir Andrade, Anísio Mello e Afrânio de Castro, valorizaram, sobremodo, a arte pictórica em nosso Estado. Nesse particular, merece ainda especial destaque o eficiente trabalho do artista plástico português Álvaro Páscoa, sobretudo pela orientação que dispensava aos artistas da nova geração. De lembrar, ainda, o surgimento, na mesma época, por feliz iniciativa do dinâmico maestro Nivaldo Santiago, do Coral João Gomes Jr., hoje presidido por Cleomar Feitoza, ela que, desde os primeiros dias, tem abrilhantado com sua maviosa voz as apresentações daquele vitorioso empreendimento cultural.

Data também dos idos de 1950, graças ao esforço do dinâmico empresário-editor José Sérgio Cardoso – a quem presto, nesta oportunidade, minha mais sentida homenagem –, o surgimento de inusitado movimento editorial que animou a intelectualidade de Manaus, ensejando a estreia de inúmeros escritores e poetas. Coincidentemente, começávamos a sentir os benéficos eflúvios da Universidade que, indiscutivelmente, abriu as portas de um amanhã mais promissor à juventude amazonense.

— A CADEIRA Nº 40 E SEU PRIMEIRO OCUPANTE

Ao elevar para quarenta o número de seus integrantes, esta Academia, num preito dos mais justos e sobremodo merecido, deu o nome de Paulino de Brito à cadeira número 40, que ora passo a ocupar, em substituição ao jornalista e escritor Waldemar Baptista de Sales, falecido em 24 de janeiro de 2010, que foi o seu primeiro ocupante. Nascido em Alagoíinha, Paraíba, em 24 de outubro de 1915, foram seus pais João Baptista de Sales e Maria Amélia de Sales. Ainda muito

jovem chegou a Manaus. Fez seus estudos primários, hoje fundamentais, no Colégio Dom Bosco, cursando o secundário no mesmo colégio e no Ginásio Amazonense Pedro II, atualmente Colégio Estadual do Amazonas. Formou-se contador pela Escola de Comércio Sólon de Lucena; engenheiro agrônomo pela antiga Escola de Agronomia de Manaus e, em Direito, pela Faculdade de Direito do Amazonas, nela chegando a lecionar, algum tempo depois, na condição de professor assistente.

Além de haver pertencido a esta Academia, onde foi empossado em 25 de julho de 1969, pertenceu, também, ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e à União Brasileira de Escritores, UBE-Amazonas. Dedicou-se, com afinco, aos estudos da Amazônia, dos quais resultaram os ensaios *Aspetos Geográficos do Amazonas*, publicado em 1966; *Amazonas – o meio físico e suas riquezas naturais*, em 1967; *Geografia Econômica do Amazonas*, em 1971, e os livros de crônicas *Pétalas rubras*, em 1956; *Uma voz dentro da noite*, 1974, e *Nosso tempo – anseios e realidades*, em 1980. Como cronista, foi farta e constante sua produção nos jornais de Manaus.

Por ocasião de sua posse nesta Academia, dele disse então o presidente Djalma Batista: *Não é um neófito nem uma esperança que esta Casa recepciona, e sim um escritor que conseguiu conquistar, palmo a palmo, o seu lugar ao sol, com muito esforço, grande paciência, admirável humildade e boa dose de inteligência.* Destacava, ainda, Djalma Batista, o *self made men* que foi o então novel acadêmico, conquistando títulos universitários e postos de relevo, com estudo, trabalho e sacrifício.

Dotado de um grande sentimento de amazoneidade, não obstante haver nascido no Nordeste, sobre essa característica, assim se manifestou o escritor Mendonça de Souza, autor de *O Grande Amazonas*, a quem coube a honra de recepcioná-lo neste sodalício: *Sois, pelo nascimento, um nordestino. Sois, pelo conteúdo de vossa obra, um escritor maravilhado com as grandezas da Amazônia. Mas diga-se: ainda neste cenário da mais vasta região do Brasil, tendes olhos tristes. Olhos de ver longe, nos horizontes dos tapiris e tipitis, a miséria, o abandono do ribeirinho nos rios, furos, lagos, sangradouros e paranás interioranos. Na mesma oportunidade, dizia ainda o eminente acadêmico: Vossos quadros são naturais. São quadros do homem ribeirinho, nos trabalhos épicos dos jutais. Rápidos,*

80 *vivos na confirmação de luta e de sobrevivência do seringueiro, do pescador, dos valentes caboclos. (...) Memórias deste Vale maravilhoso que abriram visões agassinianas aos vossos olhos amazonidificados.*

Waldemar Baptista de Sales sempre teve seu consciente fazer literário marcado por forte preocupação com os problemas sociais de nosso país, particularmente da Amazônia. Extremamente sensível a tais problemas – e aqui o considero um autêntico amazonense –, não lhe passou despercebido o fatigante labor do caboclo juteiro, tampouco de quantos extrativistas que perdidos nas brenhas dos mais longínquos seringais e castanhais, representam, muitas vezes, as únicas referências de que a terra onde vivem fazem parte do Brasil, constituindo, assim, marcos vivos de nossa nacionalidade.

Por ocasião de sua morte, inúmeras foram as homenagens a ele prestadas, inclusive com registros postados na internet por seus confrades da Academia, Almir Diniz e José Maria Pinto, além de outros, como o poeta e escritor Rogel Samuel e o professor Flávio Bittencourt, filho do saudoso acadêmico Ulisses Bittencourt, um de seus grandes amigos, que muito honrou este sílogeu.

Ao render a Waldemar Baptista de Sales o mais sentido preito de admiração e respeito, passo agora a me ocupar do genial patrono da cadeira nº 40, o poeta, escritor, filólogo e gramático Paulino de Brito, a quem, talvez contrariando a praxe acadêmica na elaboração dos discursos de posse, deixei por último, até mesmo para que continue a ser o primeiro, como sempre foi entre seus pares, na sábia lição do Mestre da Galileia, de quem foi ele fiel seguidor.

— QUEM FOI E O QUE FEZ PAULINO DE BRITO

Lembrando o que disse na apresentação de meu livro *Regime das águas*, ao referir-me à nossa misteriosa Amazônia, predominantemente marcada pela presença do maior rio do mundo, cuja profundidade não me seria possível alcançar, apenas riscando, muito de leve, a superfície de suas águas, temo não alcançar a altura em que se situa o nome do monumental patrono. Assim, muito me esforçarei para, pelo menos, aproximar-me um pouco do que foi e do que fez o genial amazonida, figura exponencial e marcante de nossa região.

Embora nascido em Manaus, foi em Belém que viveu sua gloriosa trajetória intelectual. Filho do capitão de engenharia Paulino d'Almeida Brito e Ricarda d'Almeida Brito, nasceu em Manaus em 9 de abril de 1858 e faleceu em Belém em 16 de setembro de 1919. Criança ainda, seu pai, que nutria ideias republicanas, vez por outra sujeito a punições, foi transferido para a então distante Província de Mato Grosso onde passou a residir toda a família. Com doze anos, ficou órfão de pai, falecido durante a Guerra do Paraguai. Após ingentes sacrifícios da família, passou a residir em Belém do Pará, onde começou a trabalhar como aprendiz de tipógrafo no jornal *O Liberal do Pará*. Extremamente arguto e inteligente, não tardou a demonstrar seu alentado talento, passando a liderar grupo de jovens intelectuais por volta de 1882, época marcada por intensa atividade na vida literária da capital paraense. Com a ajuda de amigos, mudou-se para São Paulo, ali cursando o primeiro ano de Direito, transferindo-se a seguir para Recife onde concluiu o mencionado curso. Vale registrar que sua transferência para São Paulo resultou de iniciativa de seus amigos e admiradores, em Belém, além da ajuda dispensada pelo então presidente da Província do Amazonas, Theodoro Souto, atendendo recomendação que lhe fizera o visconde de Maracaju, presidente da Província do Pará. Por duas vezes contraiu matrimônio, a primeira, com Hermínia de Amorim Brito, com quem teve cinco filhos e, a segunda, com Maria Dias Brito, de quem houve, igualmente, o mesmo número de filhos. Embora formado em Direito, não se dedicou à carreira jurídica. Em reportagem publicada no jornal *A Província do Pará*, dizia que sua consciência não permitia acusar um inocente nem defender um culpado. Queria mesmo era ser professor, mister em que bem poucos podiam a ele comparar-se. Assim, concentrou no magistério, com absoluta primazia, o seu melhor esforço intelectual, tendo sido professor de Português na Escola Normal do Pará, atualmente Instituto de Educação e no histórico Colégio Paes de Carvalho. Regeu, ainda, a Cadeira de Pedagogia e Estética da Música no Conservatório Carlos Gomes. Além do magistério, teve atuação marcante e constante no jornalismo.

Em sua vasta produção literária, além de publicar *O homem das serenatas e Histórias e aventuras*, em prosa; *Noites em claro* e *Cantos ama-*

82 zônicos, poesia; *Método de leitura, gramática elementar e complementar da língua portuguesa*, ressaltam-se os trabalhos relativos aos problemas vernaculares, merecendo destaque o que resultou da memorável polêmica que manteve com o filólogo português Cândido de Figueiredo, embate no qual foi por muitos considerado vencedor, tamanha fora a força de sua contundente argumentação. Dessa histórica polêmica, resultaram duas importantes obras: *Colocação de Pronomes e Os Brasileirismos*.

A propósito do mencionado entrevero, vale lembrar o que registrou Sílvio Romero, em carta datada de 26 de abril de 1908. Após dizer-se encantado com o que lera, arrematava o ilustre crítico, ensaísta e historiador da literatura brasileira: *Não tive o prazer de ler o seu livro 'Os Brasileirismos', mas tenho me regalado com os artigos que sob o mesmo título, tem você publicado no Jornal do Comércio. Do que você escreveu, confutando as asserções reinóis, acho que lhe sobram justos motivos para considerar-se vitorioso.*

No dizer de Heliodoro de Brito, antigo presidente da Academia Paraense de Letras, em artigo publicado na revista *A Escola*, em agosto de 1934, diante do rigor de Cândido de Figueiredo do que chamou de "Brasileirismos", Paulino de Brito, que tinha o melindre patriótico muito sensível, saiu a campo em artigos publicados no jornal *A Província do Pará*. Achava ele que tendo o português falado pelos brasileiros outra tonalidade, não podia estar sujeito aos mesmos tipos prosódicos usados em Portugal.

É histórica, sem dúvida, a polêmica de que ora me ocupo. Tudo teria começado em face de resposta que dera Cândido de Figueiredo a consulta que lhe fizera um de seus admiradores, a respeito de determinado soneto que escrevera. Logo no primeiro verso: *Um soneto, pediste-me, criança*, o famoso filólogo encontrou o ensejo de fazer sua observação crítica, dizendo que convinha *saber que em português não é arbitrária a antecipação ou posposição dos pronomes pessoais ao verbo*. No caso, acoimava de *brasileirismo* a posposição do pronome, *que devia ser rejeitado em bom português*. Para ele, em bom português, o certo seria "um soneto me pediste", ou "pediste-me um soneto". Reconhecia, entretanto, que, feita a substituição, o verso ficaria errado, acrescentando, ainda, que *a correção da linguagem não pode depender*

da metrificaco, dizendo, finalmente, que ambas, correcco e metrificaco, ou se hão de conciliar ou não pensar em fazer verso". 83

Grande, sem dvida,  a seara plantada por Paulino de Brito, e de todo irresponsável seria não colhê-la, mesmo que parcialmente. Por isso que me permito continuar, com a devida vnia dos que me ouvem. E retomo o assunto, perguntando: Por que rejeitar os "brasileirismos"? Ensina-nos o laureado mestre: "Verdade  que o próprio Cândido de Figueiredo não escrevera *deve ser rejeitado em bom português, por ser brasileiro e, sim, um brasileiro que deve rejeitar-se em bom português*. Faz Paulino de Brito um jogo de palavras que só os ouvidos afeitos ao então momentoso assunto serão capazes de detectar e, sobretudo, compreender. Perguntava, ainda, o aguerrido mestre: *Por que deve esse 'brasileirismo' - se o  - rejeitar-se em 'bom português'?* E  ele mesmo quem responde: *Não o diz o ilustre acadêmico, ninguém o disse até esta data*. E ainda a propósito do verso criticado pelo filólogo lusitano, indaga curioso a respeito do pronome posposto: *Por que há de estar 'erradamente' colocado, se a posposio não ofende a gramática, nem a lógica, nem tampouco a eufonia? Qual e de que natureza, a regra que se transgredia? Não o explica o Sr. Cândido de Figueiredo, nem os seus discípulos lhe exigiram que explicasse*. E, irnico, arremata: *Não era preciso. Magister Dixit!*

 longa e plena de substância a lio do filólogo e gramático amazônico. Entendia ele ser *preciso ceder aí um grande lugar  ao do povo, com sua índole, com seus costumes*. Ensinava, ainda, que, não sendo o português *uma língua morta, caso em que as línguas se mobilizam, se há de alterar no tempo e no espaço, queiram ou não queiram, e no Brasil essa alteraco se fará de acordo com as condições do meio em que vivemos*.

Não se veja, nas observações que ora faço, nenhuma tentativa de justificar a adoo de medidas espúrias e de todo impróprias, como me parece terem sido as que recentemente foram tentadas pelo Ministério da Educao. Todavia, não será de olvidar o que disse nosso genial Manuel Bandeira, em seu belo poema "Evocao do Recife": *A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros / Vinha da boca do povo, na língua errada do povo / Língua certa do povo / Porque ele  que fala gostoso o português do Brasil / Ao passo que nós o que fazemos /  macaquear a sintaxe portuguesa*.

84 Conhecido axioma nos ensina que quando muito se fala, corre-se o risco de pouco dizer. Não quero, todavia, cometer tal desatino. Já disse que grande é a seara, da qual, com absoluta certeza, não colhi ainda quase nada. Mas não poderia perder a oportunidade de relembrar mais uma das sábias lições de Paulino de Brito, transcrevendo um trecho de seu bem elaborado estudo:

O Sr. Cândido de Figueiredo está no seu papel, como estiveram Pinheiro Chagas, Camilo e outros, quebrando uma lança ou uma dúzia delas pelo purismo, pelo classicismo e pela fixidez da língua; nós, brasileiros, para estarmos também no nosso, devemos conservar-nos ao lado dos escritores que, com alevantado espírito e superior capacidade, lançaram os fundamentos de nosso edifício literário.

Como visto, foram profundos e bem fortes os argumentos do venturoso mestre a respeito do que ora me ocupo. E tempo não haveria para, pelo menos, aproximar-me do tanto que, com plena convicção e acerto, nos legou ele. Não será de esquecer, todavia, seu oportuno ensinamento, ou conselho, com que encerrou suas judiciosas observações sobre o assunto: *Continuemos, pois, desassombradamente, nós brasileiros, a colocar os pronomes pessoais atônicos ao nosso modo, que é tão nobre e tão gramatical, pelo menos, como o português.*

No dia 16 do mês corrente, terão passado nada menos que 92 anos que se finou Paulino de Brito. Se foi de ingentes sacrifícios o início de sua venturosa vida, não menos sofridos foram seus últimos dias, enfermo e preso a uma cadeira de rodas, situação que perdurou por quase uma década. Mesmo assim, mantinha íntegra sua fé religiosa, fiel católico que fora desde a infância, o que lhe terá assegurado o alento que, de algum modo, minimizava suas dúvidas e angústias.

Por ocasião do cinquentenário de sua morte, o Conselho Estadual de Cultura do Pará prestou ao ilustre amazônida as mais sentidas homenagens. Fazendo a apresentação da obra comemorativa do mencionado evento, o intelectual Clóvis Silva de Moraes Rego, presidente do conselho, destacou a luta empreendida por Paulino de Brito no terreno da literatura, da filologia e das artes em geral, *logrando transpor, com o prestígio de sua palavra, as próprias fronteiras nacionais.*

Não sei se no Amazonas, terra natal do genial homem de letras, àquela época ou mesmo antes, quando o talentoso conterrâneo já era visto como uma das mais lúcidas inteligências que engrandeciam as letras amazônicas, não sei, repito, qual o grau de reconhecimento e respeito que lhe devotavam seus conterrâneos. Ao que me parece, apenas esta Academia, a Casa onde pontificaram Péricles Moraes, Adriano Jorge, João Leda, Álvaro Maia e tantos outros luminares chegou a render-lhe merecida, embora tardia homenagem, dando seu nome à cadeira que, humildemente, me cabe a honra de ocupar. Era em Belém, sem a menor dúvida, que lhe cumulavam da mais sentida honraria e admiração. Em reportagem da *Província do Pará*, edição de 17 de setembro de 1969, sobre a morte do grande vate amazônico, uma assertiva me chamou a atenção. Ao destacar as qualidades do ilustre mestre, a reportagem começa informando que o “filólogo e gramático” *era poeta e jornalista paraense, mas nascido no Amazonas*. Para mim, nada mais que uma demonstração de amor e respeito que tinham e têm os filhos do Pará pela iluminada figura de Paulino de Brito. Admito, assim, justo e procedente o que para muitos pode parecer bairrismo, senão usurpação de naturalidade. É que foi exatamente no Pará, “rincão que eleger sua pátria”, conforme reportagem do jornal *O Estado do Pará*, que Paulino de Brito encontrara *a correspondência emotiva dos seus grandes ideais de escritor e poeta*.

A propósito desse sentimento paraense pelo vate nascido no Amazonas, Peregrino Júnior, em artigo publicado na revista *A Semana*, de Belém, edição de setembro de 1919, não deixou por menos, ao dizer que Paulino de Brito, *a despeito de ter ascendido também às mais altas cumeadas da glória - e sem embargo de seu largo poder de irradiação ter atravessado as fronteiras obscuras dos rincões provincianos - nunca deixou de ser paraense - genuinamente paraense, quer pelo coração, quer pelo pensamento*.

A nós, amazonenses, nenhuma restrição entendo se deva fazer a tão eloquente manifestação de querença, ou de bem-querer ao conterrâneo ilustre. A verdade, porém, é que Paulino de Brito, na grandeza de sua inteligência, há muito ultrapassara os limites convencionais determinantes de sua naturalidade. Tornara-se, na verdade, um *amazônida*, e não um mero amazonense, pelo nascimento, ou paraense, pelo coração.

86 Já bem longo, reconheço, me parece ser o pronunciamento que ora faço. Todavia, se possível fosse comparar a vitoriosa trajetória do ilustre patrono à grandeza do nosso majestoso rio Negro – fonte, aliás, de uma das mais belas expressões de sua poesia – concluiríamos que pouco, muito pouco, consegui navegar. Meu propósito era deter-me, também, embora ligeiramente, na produção poética de Paulino de Brito. A prudência, mais uma vez, recomenda que me contenha, até mesmo por me faltarem condições que, pelo menos, se aproximem da expressiva sensibilidade do grande vate amazônico. Assim, na tentativa de preencher tão lamentável lacuna, valho-me do que a propósito do fazer poético de Paulino de Brito disse o professor e crítico literário Antonio Paulo Graça, lamentavelmente falecido tão cedo, uma das mais fulgentes inteligências da nossa juventude – em substanciosa análise crítica constante do livro *Cantos amazônicos*, obra incluída na Coleção Resgate da Editora Valer, sob a coordenação do acadêmico Tenório Telles, com apresentação do poeta e também acadêmico Elson Farias:

Não se pode cair na tentação de um julgamento fácil, considerando sua poesia artificial e suas ideias apenas conservadoras. Os poemas encomiásticos ou ufanistas – e os há em quantidade – não constituem o núcleo dessa obra. Ao contrário, denunciam o inconsistente círculo em que se movimentava o poeta.

E, antes de encerrar seu percuciente trabalho, afirma Antonio Paulo Graça: *Paulino de Brito, portanto, é um poeta que merece ser lido e discutido dentro de uma estética e não apenas a partir de preceitos ou preconceitos éticos e ideológicos, o que acontece comumente.*

Finalmente, após discorrer sobre os mais variados aspectos da poesia de Paulino de Brito, detém-se o jovem crítico sobre o mais conhecido de seus poemas, “Rio Negro”, com o qual chega a comparar-se nos seus mistérios e sortilégio, em face, admito, de sua consciente condição humana. É, pois, com três estrofes desse monumento da poética amazônica, as duas primeiras e a última, que encerro minhas palavras:

*Na terra em que nasci, desliza um rio
ingente, caudaloso,
porém triste e sombrio;
como noite sem astros, tenebroso;
qual negra serpe, sonolento e frio.
Parece um mar de tinta, escuro e feio;
nunca um raio de sol vitorioso
penetrou-lhe no seio;
no seio em cuja profundeza enorme
coberta de negror,
habitam monstros legendários, dorme
toda a legião fantástica do horror!*

*Mas, dum e doutro lado,
nas margens, como o quadro é diferente!
Sob o dossel daquele céu ridente
dos climas do equador,
há tanta vida, tanta,
ó céus! E há tanto amor!
Desde que no horizonte o sol é nado
até que expira o dia,
é toda a voz da natureza um brado
imenso de alegria;
e voa aquele sussurrar de festas,
vibrante de ventura,
desde o seio profundo das florestas
até as praias que cegam de brancura!*

*Ó meu rio natal!
Quanto, oh! Quanto eu pareço-me contigo!*

*Eu, que no fundo do meu ser abrigo
uma noite escuríssima e fatal!
Como tu, sob um céu puro e risonho,*

88 *entre o riso, o prazer, o gozo e a calma,
passo entregue aos fantasmas do meu sonho,
E às trevas de minha alma!*

Obrigado. Tenho dito!

¶ FRANCISCO VASCONCELOS



— Saudação

posse do acadêmico FRANCISCO VASCONCELOS

Esta Casa, como define o próprio nome, é a casa dos homens de letras. Em menino eu achava engraçado chamarem o escritor de homem de letras. Para mim, o homem de letras era uma pessoa toda construída de letras, como aparecia numa ilustração de *Emília no país da gramática*, um livro de Monteiro Lobato que ensinava a gente a aprender Português brincando. As figuras, então, eram compostas de letras de acordo com o significado de cada uma. Só mais tarde é que descobri que o homem de letras é aquela pessoa dedicada à literatura, à produção literária, expressão que também se aplica a uma pessoa ilustrada, versada em várias matérias, alguém a quem se pode chamar de uma pessoa culta. Culta no sentido de igualmente cultivar as letras e se dedicar à sua promoção em todos os níveis, na imprensa, nos meios eletrônicos, no livro, enfim. Homem de letras é, por fim, o codinome que vem a calhar com justeza, aplicado à sua personalidade, amigo Francisco Vasconcelos. Perdoe-me se assim me arrisco a incorrer no erro de ferir a sua sensibilidade de homem íntegro. Mas aqui estou a fazer um elogio. Sei que entre os ingredientes formadores da natureza humana, há dois elementos essenciais de procedimentos conhecidos por vícios e virtudes. Neste momento se cuida não dos vícios, mas das virtudes que ornaram o seu comportamento, nobre amigo Vasconcelos.

Certa feita alguém me revelou que é muito mais fácil falar-se mal do que bem de uma pessoa. Se numa roda o assunto é falar bem, a conversa não vai muito longe. O falar bem não chega a encher meia página de um livro minúsculo, mas o falar mal logo vira manchete e passa a ocupar colunas e mais colunas de todos os jornais. Isso porque as pessoas em exame nessas rodas imaginárias nem sempre dispõem de qualidades que possam fornecer material para uma conversa

90 em bons níveis. Não é o caso do ilustre amigo. Nesta sala conjeturo que são unânimes em concordar comigo, neste ponto: Francisco Vasconcelos é um homem de letras e um homem de bem. Concentra em suas atividades públicas as condições de comportamento que o velho Maquiavel batizava de *virtù*, palavra que o pensador brasileiro contemporâneo Renato Mezan considera mais preciso traduzir como *competência*.

Sua vida pública se iniciou muito cedo, desde o curso ginásial, sempre com muita competência. A juventude foi-lhe pródiga ao impor-lhe desafios. Dirigiu a União Estadual de Estudantes do Amazonas e o Clube da Madrugada. Foi um dos fundadores da secção do Amazonas da União Brasileira de Escritores e teve uma ascendente posição nos quadros administrativos e técnicos do Banco do Brasil, aonde chegou por meio de concurso público. Ao aposentar-se do Banco, ocupou cargos de relevância no serviço público federal, tendo exercido as Chefias de Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça e da Corregedoria Geral da Advocacia Geral da União. Em toda essa atividade jamais se desvinculou de um compromisso com a terra e a cultura, tanto assim que, radicado em Brasília, raramente tem vindo a Manaus sem estender a viagem até a sua cidade natal de Coari. Nas obrigações de autoridade bancária, sempre defendeu uma política de desenvolvimento regional, na valorização do homem amazônico e sua economia. Como animador cultural, buscou incentivo ao apoio de múltiplas atividades intelectuais, na literatura, nas artes plásticas, no cinema, na música popular, pois na presidência do Clube da Madrugada promoveu festivais do violão em praça pública aqui em Manaus, entre tantas atividades voltadas para a divulgação das artes e das letras, tendo para isso criado um jornal, intitulado *Nossos dias*, e um programa de rádio, chamado *Dimensões*. Na direção da União dos Estudantes, editou livros e jamais se acomodou nesta ou naquela posição. Sempre esteve disponível às tarefas a que fora solicitado. Nunca se recusou a oferecer a mão generosa a quem o procurasse. Gosta de viver entre os pequenos, tendo, por sinal, como exemplo de vida a figura universal de São Francisco, o pobrezinho de Assis.

Toda a sua obra possui um traço desse humanismo, desde a sua primeira coletânea de contos, o livro de estreia lançado em 1963, aos 30 anos de idade, *O palhaço e a rosa*. Em seguida, prossegue na revelação dos mesmos propósitos, agora não mais na ambientação urbana da cidade de Manaus, mas no universo maravilhoso da floresta e dos rios com a novela amazônica *Regime das águas*, lançada em 1985. Depois entra no mundo da memória com o livro *Casa ameaçada*, de 1992. Em 1993 prossegue em falar de sua vida, infância e juventude, em *Coari - um retorno às origens*. Dedicar-se à crônica em *Meus barcos de papel*, de 1999, e *O menino e o velho*, de 2008. Em todos esses trabalhos explode o espírito de solidariedade entre os homens e a compaixão pelos desvalidos, um intenso sentido de amor pela criança, a criança colocada nos limites de sua faixa de idade, ou a criança que reside no coração de todos nós e que nos acompanha pela vida afora. Toda a sua obra encerra o sentimento de piedade com os pequenos ou das ações que os beneficiem como está em *Casa ameaçada*, narrativa alimentada por sua experiência de mais de 30 anos de Banco do Brasil.

Mas não te satisfizeste em só realizar a excelente prosa dos teus livros de ficção e de memórias, no estilo corrente, de agradável leitura e linguagem elegante. Também mergulhaste nas águas luminosas da poesia, no esforço de revelar os teus ideais de vida e de realização do amor e da ternura humana.

Conheçamos um pouco da sua poesia.

Um dia escreveste um soneto para celebrar o teu encontro com a mulher amada. E o fizeste assim:

Tuas mãos

*Existe entre nós dois um amor que inspira
os nossos corações enamorados.
Sou feliz ao te ver assim tão bela
E mais feliz, se viver posso ao teu lado.*

*E se te tenho assim, meiga e mimosa,
nos meus braços sonhando em devaneios,*

92 *sinto pulsar meu peito, ardente em febre,
na febre divinal dos meus anseios...*

*E como sou feliz! E sonho e vejo
um futuro distante, mas que perto
acena-nos sorrindo em cada beijo.*

*Oh! sonho feito em ouro, filho d'alma
quando em minhas mãos beijo e aperto
as tuas pequeninas brancas palmas!*

A poesia constitui o primeiro formato de linguagem do homem. Os textos mais antigos são escritos em forma poética. Essa é a linguagem da Bíblia. Há a hipótese de que o primeiro homem, ao defrontar-se com as coisas que o cercavam, as florestas, os rios, o mar e outros seres que habitavam aquele mundo, conferiu nome a tudo o que viu e assim revelou o seu sentimento sobre os fenômenos do universo. Mas havia elementos cuja origem ele não sabia definir nem explicar, como as tempestades, as faíscas elétricas e as grandes ondas dos oceanos. Foi, então, que cogitou de um ser supremo que comandasse os movimentos da vida. Ao especular, ainda, sobre o seu comportamento em relação a essas forças superiores, percebeu que também tivera a sua criação procedente na natureza do divino. E passou a se comunicar com o divino por meio da poesia que era oração. Bem mais tarde, milênios e milênios após, com o advento do cristianismo no Ocidente, deu-se a divisão dessas águas. A poesia definiu-se como instrumento de solidariedade entre os homens, e a oração como traço de união do homem com Deus. Mas há momentos, ainda hoje, que a poesia se manifesta como expressão do divino e se faz poesia religiosa, ou se manifesta em forma de oração tal qual aconteceu em sua origem.

Essas duas tendências da poesia vamos encontrar em Francisco Vasconcelos.

Observemos, no seguinte poema de sua autoria, o sentido de solidariedade humana:

Descruza

*- enquanto é tempo -
teus recolhidos braços.*

Sim, descruza-os.

*Libera tuas mãos do preguiçoso aconchego
para que,
livres,
possam ensinar-te a vez de também seres útil,
na necessária sementeira do amanhã.*

*Descruza, sim, teus braços preguiçosos
e, de uma vez por todas,
rompe os grilhões da inútil e insequente postura.*

*Pensa em quantos esperam por ti.
Em quantos esperam que lhes estendas a mão amiga,
essa mesma mão que escondes,
que ocultas.*

*Quantos serão os que dela dependem?
Quantos serão os que esperam de ti?*

*Descruza, pois, os braços!
Até mesmo para que,
tendo livres as mãos
possam elas também receber o quinhão que lhes cabe
na justa partilha do amor há muito prometido.*

Em seguida vai um acróstico escrito com o nome de São Francisco. É mais uma oração que um poema, sem dúvida para comprovar que, nas origens, poesia e oração nasceram juntas:

*Santo do amor, possamos nós, um dia,
Ainda neste mundo - inglório, às vezes -,
Onde quer que estejamos, imitar-te.*

*Fazer um grão do muito que fizeste.
Romper barreiras e praticando o bem,
Armar de amor o mundo, prepará-lo,
No exemplo de bondade que nos deste.*

*Construir com amor e, diariamente,
Ir ao encontro de Jesus, o Mestre,
Sendo com Ele ou n'Ele a cada instante.*

*Cobra-nos, Pai, esse querer constante,
Ou inspira-nos viver sem ser ausentes.*

Amigo Francisco Vasconcelos: por tuas qualidades pessoais e de homem de letras, embora tardiamente nesta Casa, podes considerar-te um dos nossos, pelo espírito e pelo coração.

Muito obrigado.

¶ ELSON FARIAS

— Abertura

posse do acadêmico GERALDO DOS ANJOS¹

Renovam-se as células na reconstrução orgânica, renovam-se as manhãs na canção dos pássaros, renovam-se as flores na dança das borboletas, renovam-se os homens na maré da vida, renova-se a vida na maré dos sonhos... somos todos novos a cada momento novo.

Nessa dinâmica permanente do mundo e da vida, renovam-se, também, as instituições, impulsionadas pelas novas luzes dos conhecimentos que lhes chegam.

Renovada, renovando-se, a Academia Amazonense de Letras recebe nesta noite para ocupar a Cadeira 17, de Francisco de Castro, o escritor José Geraldo Xavier dos Anjos.

Vem de muito cedo a dedicação desse espírito apaixonado pelas letras, à cultura e ao saber. Graduado e pós-graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas, Geraldo dos Anjos é o segundo profissional dessa área das ciências sociais a ingressar nesta Casa centenária. O primeiro foi Genesino Braga, nos idos de 1951, formado pela Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Genesino presidiu com brilho e proficiência a Academia, dando o nome à nossa biblioteca, justa homenagem pela extensa folha de serviços prestados ao Amazonas como professor, escritor, jornalista, diretor e organizador de bibliotecas e arquivos públicos no Estado.

Ao lado do seu fazer literário como pesquisador e historiador, Geraldo Xavier tem-se dedicado igualmente aos trabalhos de conservação e preservação do patrimônio cultural, cujos méritos o alçaram à presidência do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, posto que atualmente ocupa e engrandece.

A trajetóriaprofissional e os merecimentos do escritor José Geraldo Xavier dos Anjos serão realçados pelo ilustre confrade Anto-

¹. Cadeira nº 17, de Francisco de Castro, em 3 de novembro de 2011.

96 nio José Souto Loureiro, designado para proferir em nome da Casa de Adriano Jorge o elogio ao novel acadêmico.

Agradecendo as honrosas presenças, e ao Coral João Gomes Jr. pelo privilégio da audição especial que nos vem dedicar nesta noite de inteligência e afetos, declaro aberta esta sessão solene.

¶ JOSÉ BRAGA



— Discurso

posse do acadêmico GERALDO DOS ANJOS¹

O homem tem que realizar os seus destinos mesmo através de mil tropeços, porque mais inspiradora do que a curiosidade é a dor – a dor que abate mas eleva também, a dor que aperfeiçoa, a dor que triunfa. Viver a vida espiritual, aspirar ao infinito por todos os meios, realizar o belo, atingir a perfeição, tal é o objetivo da ciência e esse deverá ser o objetivo de todos nós.

Jaime Aben-Atar, In: Discurso como paraninfo de uma turma da Faculdade de Medicina do Pará.

Permitam-me, pelo que vai em meu coração neste momento, que a vós me dirijo chamando de meus queridos amigos; “amigos” porque esse é o termo mais adequado, quando leal na sua expressão, traduz aquele sentir da alma que aproxima os homens. A palavra amigo condiciona “amizade”, e amizade, para que haja, não dispensa aquele sentimento maravilhoso e sutil chamado amor.

Brota de um simples olhar e une corações; o amor mantém a família; os homens probos amam a Deus e amam-se uns aos outros; sempre o amor dominando, sempre o amor perdoadando!

É com esse sentimento que chego à Casa de Adriano Jorge, para assumir a cadeira de nº 17, que tem como patrono o médico Francisco de Castro, e como último ocupante o acadêmico Demosthenes Ribeiro Carminé.

Minha formação escolar primária e secundária foram feitas no Grupo Escolar Getúlio Vargas, Instituto de Educação do Amazonas e Colégio Pedro II, hoje Colégio Estadual do Amazonas. A infância foi passada em uma família de classe média, mas algumas de suas características foram importantes para minha carreira futura. Meu avô paterno era funcionário público municipal, e suas relações de amizades me levaram a conhecer e conviver com políticos e homens le-

98 trados como: Álvaro Botelho Maia, Arthur César Ferreira Reis, André e Ruy Araújo, Mário Ypiranga Monteiro, Paulo Pinto Nery, Herculano Castro e Costa, Agnaldo Archer Pinto, Aristophano Antony e tantos outros. O avô materno não tive a oportunidade de conhecê-lo, mas adotei como avô o padrinho de minha mãe, o professor Themistocles Gadelha, que exerceu a chefia do Departamento de Educação e Cultura do Estado.

Meu pai também era funcionário público municipal e minha mãe era voltada a tomar conta do lar. Em casa, as origens simples somavam-se uma valorização da leitura (ressalte-se aqui a obrigatoriedade de ler todos os jornais diários, hábito que mantenho até hoje) e da cultura em geral. Esse ambiente me levou, com certeza, aos estudos das humanidades. Já muito criança acho que, com a convivência com os amigos de meu avô, meu pai e com orientação de leituras feitas por minha mãe, me interessei pela política, filosofia e história.

Contrariando o desejo de meus pais que queriam que fizesse vestibular para medicina ou direito, decidi-me pelo curso de Biblioteconomia e documentação da Universidade Federal do Amazonas, onde obtive êxito no vestibular.

Cursei Biblioteconomia de 1979 a 1982, anos de ditadura, período de todo tipo de experiências. Uma delas e muito arriscada foi a fundação do Centro Acadêmico de Biblioteconomia, que contamos com o apoio de uma jovem professora do curso de serviço social, a acadêmica Marilene Corrêa. Em disputa democrática fui eleito seu primeiro presidente. Curso ultrarreacionário, com algumas ameaças em sala de aula. Por outro lado, disciplinas fascinantes, como a história dos livros e das bibliotecas, ministradas pelo primeiro bibliotecário a assumir uma cadeira nesta Casa de Adriano Jorge, acadêmico Genesino Braga.

Quando cursava o segundo ano de Biblioteconomia, comecei a trabalhar na Biblioteca Pública do Estado, onde pude pôr em prática as teorias apreendidas na faculdade, e com apoio da secretária Adeline Loris, tive acesso aos armários trancados a sete chaves, onde continha os tesouros de livros raros da biblioteca, pelos quais fui encantado pelos que moravam naqueles livros, como num episódio no livro *Dom Quixote* quando da visita do barbeiro e o cura.

O encanto por essas obras me levou ao término do curso, a me especializar na área de organização e conservação de documentos e livros raros. 99

O resultado dessa especialização foi a organização da seção de obras raras e valiosas da Biblioteca Pública em parceria com a bibliotecária Irídia Simoneti (*in memoriam*), e o primeiro catálogo de obras raras da mesma biblioteca. Hoje, por competência da equipe comandada pelo acadêmico e secretário de Cultura Robério Braga, esse acervo está digitalizado e disponível nas páginas da internet.

Comandamos também uma equipe aqui em Manaus que organizou e encaminhou para serem microfilmados na Biblioteca Nacional jornais de 1854 a 1989, pertencentes aos acervos do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e da Biblioteca Pública do Estado, resultando em 66.000 páginas de jornais microfilmados e digitalizados, disponíveis a pesquisadores de todo o Brasil. Nesse mesmo projeto, foram microfilmados relatórios de presidentes da Província do Amazonas, de 1852 a 1889, e relatórios de governadores, de 1889 a 1930, também disponíveis na internet.

Participamos ainda da equipe do projeto Barão do Rio Branco, que trouxe por meio da digitalização toda a documentação existente em Portugal sobre a Amazônia colonial e demais colônias disponíveis nas páginas da internet da Universidade de Brasília, e em Manaus nas instituições como IGHA, Museu Amazônico, Biblioteca Pública e Arquivo Público.

Hoje, por trabalhar alguns anos na área da saúde e incentivado pelo médico sanitarista Jaime de Araújo Covas, pelo médico tropicalista e acadêmico Marcus Luiz Barroso Barros e o professor doutor João Bosco Botelho, comecei uma vasta pesquisa na área da história da saúde na Amazônia, me tornando assim um dos primeiros especialistas nessa área pela Fiocruz.

A busca da imortalidade foi tema primeiro da literatura universal. No “Canto de Gilgamesh”, poema épico escrito pelos sumérios, os inventores da escrita, mil e quinhentos anos antes da *Ilíada* de Homero, já antecipa, na sua última estrofe, que diante do egoísmo dos deuses, só resta ao homem tomar um estilete, um cálam, um lápis

100 ou um teclado para assim gravar suas histórias que serão lidas quiçá num tempo que já não será o seu.

A imortalidade nos homens é, portanto, filha da literatura, ou da história, que é uma forma de literatura e é inalcançável fora de seus domínios.

Os homens criaram para si uma imortalidade especial, reservada apenas aos seres dotados da consciência da morte, que, por conta de saberem ser efêmeros, escrevem, compõem, pintam, realizam. Adquirem assim, por meio da arte ou da história, uma imortalidade que transcende o corpo e se materializa no espírito de outros homens.

Data venia a essa imortalidade, é com honra que me perfilo, hoje, na Casa de Adriano Jorge, pela bondade dos confrades, receber o título de membro da Academia Amazonense de Letras, tomando posse, assim, do meu pequeno quinhão de eternidade.

Faço isso, desde logo, homenageando os que me precederam na cadeira de número 17 desta Academia e que estão presentes no panteão da imortalidade por suas vidas e suas obras.

Machado de Assis dizia que louvar aqueles que se foram é um modo de orar por eles. e eu louvo Francisco de Castro, patrono da cadeira 17 e seus ocupantes: José Francisco de Araújo Lima, Leôncio Salignac e Souza, Mário Cordeiro de Verçosa, Áureo Nonato dos Santos e Demosthenes Ribeiro Carminé.

— FRANCISCO DE CASTRO, PATRONO DA CADEIRA
DE NÚMERO 17

Francisco de Castro nasceu em 17 de setembro de 1857, na cidade de Salvador, então Província da Bahia. Filho único de Joaquim de Castro Guimarães e de Maria Heloísa de Mattos Castro.

Casou-se, em 1879, com Maria Joana Monteiro Pereira de Castro, e teve três filhos, entre eles Aloysio de Castro, que foi também médico e membro da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Letras.

Francisco de Castro iniciou o curso de Medicina na Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus, na Bahia, em 1874, transferindo-se depois para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas concluindo

na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1879, com a dissertação intitulada “Da correlação das funções”. 101

Retornou para a cidade do Rio de Janeiro, ainda em 1879, onde, na então Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro, foi docente interino. Regeu as cadeiras de patologia geral, fisiologia e de patologia interna até o ano de 1891, quando assumiu a cátedra de clínica propedêutica, recém-criada a partir da reforma Benjamin Constant. Foi vice-diretor da faculdade.

Foi responsável pela introdução da clínica propedêutica, o rigor dos métodos clínicos no exame, no ensino médico do país. Sua obra *Tratado de clínica propedêutica*, de 1896, foi considerada “o mais primoroso monumento da literatura médica nacional” (Oliveira, 1940, p. 317).

Ocupou, em 1892, o cargo de diretor na Diretoria Sanitária da capital federal, e posteriormente o de diretor-geral no Instituto Sanitário Federal (1894-1897), surgido da fusão daquela diretoria com o laboratório de bacteriologia, a partir do Decreto nº 1.647, de 12/1/1894.

De 1893 a 1897, teve de enfrentar diversos surtos epidêmicos, como o da febre amarela, que antes de Oswaldo Cruz dominava a demografia sanitária da cidade do Rio de Janeiro, no período estival do ano.

Antes do conhecimento da doutrina havanesa, que só viria em 1900, as autoridades sanitárias da metrópole não conheciam recursos eficazes para enfrentar o flagelo, cruzavam os braços, denunciando sua impotência.

Francisco de Castro, em sua administração, enfrentou outra grave epidemia que assolava o Vale do Paraíba em 1894, o *Colera morbus*.

O seu maior trabalho foi convencer o público e a classe médica que o mal que grassava no Vale do Paraíba e em São Paulo era o verdadeiro cólera.

Para que o diagnóstico fosse confirmado, Francisco de Castro e Adolpho Lutz enviaram material para o Instituto de Higiene de Hamburgo, onde o diretor, professor Dunbar, confirmou que era realmente *Colera morbus*, os vibriões encontrados nas culturas davam reações específicas.

Assim, pôde o Instituto Sanitário Federal debelar a epidemia do Vale do Paraíba e São Paulo.

Foi eleito membro da Academia Nacional de Medicina, pelo parecer de aprovação em 26 de julho de 1881. Eleito, em 10 de agosto de 1899, para a cadeira de número 13 da Academia Brasileira de Letras, sucedendo a Alfredo D'Escragnolle Taunay (visconde de Taunay), todavia não chegou a tomar posse.

Foi um dos redatores dos *Annaes da Academia de Medicina e da Revista Brasileira* (1879-1881), foi colaborador da obra "Estande clássica", da *Revista de Língua Portuguesa* e da *Revista Acadêmica* (1877-1878). Possui 21 trabalhos publicados.

Francisco de Castro faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de outubro de 1901, vítima de uma "pneumonia pestosa, contraída no exercício da clínica".

O acadêmico Almir Diniz, em sua obra *Acadêmicos imortais do Amazonas, Dicionário Biográfico*, nos descreve assim os ocupantes da cadeira de número 17:

José Francisco de Araújo Lima

Nasceu na vila de Muandá, na ilha de Marajó, Pará, em 9 de maio de 1884. Estudou em Manaus e no Rio de Janeiro, diplomando-se em medicina, na segunda cidade. Retornando a Manaus, passou a trabalhar na sua profissão. Especializou-se em medicina tropical pela Universidade de Paris (1920), e especialista em microbiologia do Instituto Pasteur de Paris. Exerceu os seguintes cargos: diretor da Instrução Pública do Amazonas, prefeito de Manaus, deputado federal. Tem várias obras publicadas sendo a principal Amazônia: a terra e o homem. Faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1945.

Leôncio Salignac e Souza

Nasceu em Coari, Amazonas, no dia 8 de janeiro de 1905. Colou grau na Faculdade de Direito do Amazonas no dia 28 de dezembro de 1934. Exerceu os seguintes cargos: promotor público em vários municípios do Estado do Amazonas; procurador-geral do Estado; desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas; presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, presidente da Academia Amazonense de Letras. Faleceu em Manaus no dia 22 de janeiro de 1988.

Mário Sílvio Cordeiro de Verçosa

Nasceu em Maués no dia 20 de junho de 1924. Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Amazonas. Exerceu os seguintes cargos: auxiliar da Prefeitura de Maués; juiz de Direito; desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas; presidente do Tribunal de Justiça e Eleitoral do Amazonas; professor titular da Faculdade de Direito do Amazonas. Foi membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, onde exerceu o cargo de secretário-geral, da Academia Amazonense Letras, da Grande Loja Maçônica do Amazonas e Acre, onde exerceu o cargo de grão-mestre. Faleceu em Manaus no dia 18 de junho de 1989.

Áureo Nonato dos Santos

Nasceu em Manaus no dia 1º de abril de 1921. Cursou a Academia de Comércio Cândido Mendes. Exerceu os seguintes cargos: jornalista do jornal A Noite de São Paulo; diretor de Publicidade de Campanha Dramática Nacional, do MEC; secretário-geral do Teatro do Estudante do Brasil. Ganhou o prêmio Oswaldo Orico de 1982, da Academia Brasileira de Letras com o livro Os bucheiros – um memorial da infância. Publicou também Porto de catraias – um memorial da adolescência, 1987, Pitombas e biribás, 1993. Deixou inédito o livro A solidão não dói, que com sua morte os originais desapareceram. Foi membro do Clube da Madrugada; União Brasileira de Escritores do Amazonas; Associação Amazonense de Escritores e da Academia Amazonense de Letras. No final de sua longa existência, Áureo Nonato foi morar no asilo Dr. Thomas e depositou no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas toda a sua correspondência mantida por ele, com autores nacionais e internacionais. Faleceu em Manaus em 11 de março de 2004.

Demosthenes Ribeiro Carminé. A quem tenho o prazer de substituí-lo na cadeira de número 17. Nasceu em Manaus no dia 3 de junho de 1939.

Licenciou-se em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Amazonas, em 1967, mestre em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Exerceu os seguintes cargos: professor de História Geral do Grupo Escolar Monteiro de Souza; do Ginásio Márcio Nery; professor de Filosofia e Ética Geral, na Escola de Enfermagem do Amazonas; professor de Filosofia da Educação do Colégio Brasileiro; tesoureiro-geral do extinto Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas; chefe de Serviços de Recrutamento e Seleção do Daspa; chefe da Fiscalização do Ensino; chefe de Gabinete da Seduc. Possui artigos publicados em diversos jornais de nossa cidade, e publicou os seguintes livros: Um chão cheio de estrelas, 1998, onde narra a história da TV Educativa do Amazonas e do programa Carrossel da Saudade. Filosofia e existência ou reflexão filosófica sobre o mundo de hoje, 2003. Mito, inconsciente e imaginário, 2004, breviário sobre o espaço e o tempo. Terezinha Morango, cinderela amazônica, 2ª ed., Academia Amazonense de Letras. Faleceu em Manaus no dia 6 de janeiro de 2011.

Cumprindo o que reza o estatuto desta Casa, de Péricles Moraes e Adriano Augusto Jorge, peço permissão às senhoras e senhores acadêmicos para oferecer esta noite de encantamentos à memória de Geraldo Rocha dos Anjos, meu pai, José Ferreira dos Anjos, Rosa dos Anjos Feitosa, Themistocles Gadelha e Febrônia Vasconcelos Xavier, meus avôs.

À dona Joana Vasconcelos Xavier dos Anjos, minha querida mãe, pelos seus ensinamentos e amor.

Ao finalizar este discurso de posse, o faço pelas palavras do acadêmico Aderson de Menezes, que em seu pronunciamento de posse falou: “Ao contrário de desertar o meu passado, aberto aos quatro ventos, a minha entrada nesta Casa augusta forja uma integração anímica para o porvir, sob as luzes iterantes da inteligência que Deus me concedeu e que vós, eminentes confrades, em sentença memorável, avaliastes digna de compossuir, a título perpétuo, uma poltrona acadêmica, em que me vou sentar como num sonho feliz, em êxtase de águia sobrevoando espiritualmente os pináculos da vossa inexcédível bondade e da vossa louvada estirpe intelectual!”.

Muito obrigado.

— Saudação

posse do acadêmico GERALDO DOS ANJOS

Fui destacado para receber, no nosso sodalício, nesta noite memorável, o novo confrade José Geraldo Xavier dos Anjos, majoritariamente aprovado pelo plenário desta Casa, para ocupar a cadeira de nº 17, uma homenagem ao médico Francisco de Castro, o seu patrono. Quero limitar um pouco o roteiro dessa saudação acadêmica, para fugir da monotonia e da repetição de que todos nós fomos pobrezi-nhos e um dia alcançamos o topo graças aos nossos inauditos esforços, esquecendo-nos de que tudo isso dependeu de dedicação aos estudos, da qualidade das nossas amizades e geralmente de uma inteligência um pouco acima da média.

Outro assunto permeia e sempre permeou, neste e em todos os tempos, desde os coloniais, passando pelo Império e pela República, é o da grande importância que ainda damos, em nossos currículos, à relação de cargos públicos exercidos, como se fossem sinônimos de competência. Na realidade isso pertence às eras passadas, quando significavam limpeza de sangue e indicavam certo grau de nobreza, o que continua existindo, inclusive nos regimes que pregam o igualitarismo. Por isso é que os arquivos portugueses de certidões de batismo sempre foram tão perfeitos, a serviço da Santa Inquisição, na busca do sangue de cristão-novo, mouro, negro, mulato, carijó ou de qualquer outra infecta nação até a décima quarta geração, ou seja, por 350 anos. E isso era o equivalente a impossibilitar de exercer cargo público, por defeito de sangue, a quem tivesse um antepassado dessas etnias entre 16.384 avós, enquanto o racismo norte-americano só atinge, em nossos tempos, a fração de 1 para 32. E ainda havia o defeito mecânico, para os que possuíssem ancestrais pertencentes às Artes Mecânicas ou exercessem os Ofícios, que passaremos a descrever:

Abrangendo todas as formas de tecer, costurar e fiar, executadas à mão, agulha, fuso, sovela, lançadeira, pente, tear ou outros instrumentos, sobre linho, lã, peles, cânhamo, cortiças, juncos, pelos e todos os materiais que pudessem ser transformados em vestes, cobertores, mantas, lençóis, estofos, cordas musicais, cordas, incluindo as palhas para cestas e chapéus. Na Grécia foi ensinada por Minerva, e no Egito, por Ísis, filha de Ináquio, a primeira a tecer o linho.

DAS ARMAS

Compreendendo saber manejar e fabricar todos os instrumentos de guerra com que nos cobrimos: escudo, couraça ou elmo; com que golpeamos: espadas, machados, lanças; ou de golpear a distância: dardos e flechas.

A essa ciência pertenciam também os trabalhos com pedras, madeira, metais, areias e argilas, disso havendo dois gêneros: a arquitetura, com o corte de pedras, a carpintaria e a marcenaria, onde se trabalha com machados, martelos, limas, serras, brocas, plainas, facas, colher de pedreiro e esquadro, e a fabril, que compreende mais duas: a dos ferreiros, executada a martelo, e a fundição.

Vulcano e Tubalcaim foram os primeiros ferreiros e Prometeu fez o primeiro anel.

DA NAVEGAÇÃO

Abrangendo o comércio de compra, venda e troca de mercadorias e a navegação, em todas as regiões, que reconcilia as nações, aplaca as guerras, consolida a paz e transfere os bens de consumo para todos.

A eloquência é necessária ao seu exercício, e por isso Mercúrio foi o rei dos mercadores.

DA AGRICULTURA

De acordo com o tipo do terreno dividia-se em: campo arável, destinado à sementeira; campo arbóreo, aos vinhedos, olivais, pomares e bosques; campo pastoril, aos prados e campo florido, aos hortos e roseirais.

Ísis iniciou o plantio do trigo no Egito, e Osíris, o das parreiras. 107
Piluno, em Roma, moía e pilava o trigo e a aveia.

DA CAÇA

Compreendia a caça selvagem, a passarinhagem e a pesca, com redes, armadilhas, laços, fossas, arcos, flechas, lanças, tocaias, cheiros de plumas, cachorros, falcões, armadilhas, visgos, ganchos, paliçadas, anzóis e arpões.

A essa disciplina também pertencia a preparação de todos os alimentos, molhos e bebidas. A caça tinha essa ampla significação, porque outrora ela era o único alimento existente.

A comida dividia-se em pão e acompanhamentos. Os pães podiam ser ázimos, fermentados, cozidos, pães doces, pães de farinha, de cevada e outros. Os acompanhamentos incluíam as carnes, as misturas, os líquidos melados, as frutas e as verduras.

Entre as bebidas, umas destinavam-se a aplacar a sede e não alimentavam como a água, outras se constituíam em alimento: o vinho.

A caça abrangia as tarefas dos padeiros, açougueiros, cozinheiros e bodegueiros.

DA MEDICINA

A medicina dividia-se em ocasiões e operações.

As ocasiões produziam e conservavam a saúde se fossem temperadas, mas causavam enfermidades, se imoderadas.

Foram seis ao todo: ar, movimento e repouso, sono e vigília, esvaziamento e enchimento, alimento e bebida e as ocorrências que influem na alma, como a ira, o deleite, a tristeza e a alegria.

As operações podiam ser internas, quando se introduziam, pelos orifícios externos, poções, remédios diversos, e externas, quando se usavam faixas, compressas, emplastros, ou nas próprias cirurgias, cortando, costurando, queimando e nos ossos, soldando e juntando.

Com o tempo a Clínica conseguiu ascender às Ciências Liberais, enquanto a Cirurgia continuaria entre as Artes Mecânicas.

A ciência dos jogos esportivos tomou este nome por serem os teatros os locais mais frequentados para tal, embora pudessem ser realizadas em cáveas (coros e danças), ginásios (lutas), anfiteatros (corridas a pé, a cavalo ou em bigas), arenas (pugilismo), banquetes (músicas, canções, jogos de dados) e santuários (cantos e louvores aos deuses). Deviam existir esses lugares apropriados, para que o povo não organizasse grupelhos, nas bodegas, cometendo ações vergonhosas e delituosas.

Tudo isso para dizer que mais importante do que biografias e posições sociais é que o candidato seja do consenso da Academia e tenha uma obra valiosa visando às futuras gerações, nesse trabalho diuturno de pesquisador, de traça de bibliotecas, a que sempre se dedicou até para ajudar a terceiros.

Além do mais, o nosso eleito é bacharel em Biblioteconomia, com pós-graduação em História da Saúde e Sistemas de Informação ao Usuário de Bibliotecas, pertencendo à área das chamadas Ciências Liberais.

Produziu dezenas de artigos científicos. Publicou ou compartilhou da edição de nove livros. Além de vinte e seis comunicações históricas e catálogos bibliográficos.

A sua obra eclética abrange documentos sobre a história de doenças, na região, como a hanseníase, a gripe espanhola, o cólera, entre outras; a história do carnaval de Manaus; a dos Poderes Legislativos Estadual e Municipal; e temas de Biblioteconomia, contribuições muito importantes em todos os ramos por ele alcançados. Também fez incursões na literatura, publicando alguns contos.

Foi condecorado com as medalhas de Ouro pela Câmara Municipal de Manaus – Medalha Rodolfo Valle, e pela Academia Maçônica de Letras.

É membro de diversas associações entre as quais destacamos: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas do qual é o atual presidente; Associação Amazonense de Bibliotecários; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto Histórico e Geográfico da Guanabara; Academia Portuguesa de História; Comissão Nacional do Folclore.

Todos nós esperamos que, nos próximos vinte anos, ele não se acomode, como tantos outros o fizeram, continuando a revelar trechos da nossa história, ainda não desvendados, escondidos nas bibliotecas, que ele tão bem conhece, pois ajudou a reorganizá-las. E sabemos que ainda há muita coisa a ser publicada, descerrando, de véu em véu, muitos fatos tabuizados e proibidos dentro do nosso contexto histórico regional. 109

Geraldo dos Anjos chegou ao topo da pirâmide cultural, por seus méritos. Ele teve a nossa expressiva votação e tem todo um futuro pela frente, que desejamos seja pleno de novas realizações.

Apesar do pequeno convívio que com ele tenho, sei que já está livre da Soberba, esta forma extrema do Orgulho, inquilina do primeiro andar do Purgatório de Dante, onde os seus possuidores a perdem, à medida que vão cumprindo as suas penas, afastando-se do ponto mais negro do Universo, o planeta Terra, e no momento em que o Anjo da Humildade recita a primeira bem-aventurança.

Também já ultrapassou o segundo andar, o da Inveja, estando livre desse pecado tão comum na Humanidade, e ouviu do Anjo da Misericórdia a segunda bem-aventurança.

Geraldo será um grande reforço para a nossa Academia, sempre disposto para os trabalhos mais árduos, tão necessários ao cumprimento de suas funções culturais.

Sede bem-vindo ao nosso convívio, acadêmico Geraldo dos Anjos. Ocupai a vossa merecida cadeira.

— Abertura

posse do acadêmico ARTHUR VIRGÍLIO NETO¹

1. Cadeira nº 3, de
Gonçalves Dias, em 16
de dezembro de 2011.

Abre-se o cenáculo!

Luzes como se fossem sóis o iluminam retemperando os sonhos que o fizeram em 1918.

Noite de gala.

Almas e corações se abraçam para celebrar na liturgia da imortalidade a posse de um novo acadêmico, daqueles que são eleitos para as poltronas de ouro e céu e conquistam a eternidade da presença pela obra que realizam.

Com este que vos trazemos hoje, dá-se a repetição da liturgia conhecida pelo avô, que rompeu os umbrais desta Casa de Adriano Jorge e nela se fez presente pela inteligência, pela honradez e pelo trabalho.

Abre-se o cenáculo para a recepção a Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto e adentra o tribuno, alentado tribuno, que traja diplomacia e se agiganta na luta política, aqui recebido pela sólida formação intelectual e erudição.

Os que nos espreitam no silêncio régio destas paredes e da História, por certo o reconhecem e aplaudem. Os que o vemos com os olhos o festejamos com eleição consagradora e com esta recepção.

Deveis entrar, senhor Arthur Virgílio Neto, como sempre tendes feito, a frente erguida dos que chegam para o ofício da palavra.

Deveis tomar assento na poltrona de Gonçalves Dias, que ides ocupar com a serenidade de a terdes conquistado por méritos, para honrá-la e dignificá-la ainda mais, posto que sua tradição ressalte lustros austeros de Aurélio Pinheiro, Agnello, Ulysses e Agnus Bitencourt, e Anísio Mello, que há pouco se foi reunir em outros templos e se fez luz na imensidão das noites que parecem eternas.

Em tudo, a palavra!

E como sois dos que mais a festejam, e com maestria o fazeis, da 111
tribuna ao livro, do convívio às obras, seja a palavra, veículo e âmago
da vida acadêmica, a consagração da vossa presença nesta Casa.

Honroso é presidir esta sessão e receber-vos quando se vão cer-
rar as cortinas do mandato presidencial que nasceu e projetou-se por
quatro anos pela generosidade dos ilustrados acadêmicos. E o faço
nesta Casa que conheci ainda menino, trazido por meu pai e sempre
ao encontro de Adriano, o presidente e meu padrinho... e me encan-
tava vê-lo e ouvi-lo na sua elegância singular; esta Casa em que mais
tarde, cabelos visistados pelo tempo, fui acolhido por Plínio Coelho
na tribuna que hoje me honra conceder-vos para a oração primeira,
senhor Arthur Virgílio.

A recitação da palavra que vai receber-vos em nome de todos nós
será do acadêmico e ex-presidente Robério Braga, e há de fazê-lo a
proclamar como nas *Éclogas* de Virgílio “as armas e o varão eu canto”,
porque sois um varão de muitas lutas e mereceis o canto de vossa
vida para o ingresso na imortalidade acadêmica.

Está inaugurada a sessão.

¶ JOSÉ BRAGA

— Discurso

posse do acadêmico ARTHUR VIRGÍLIO NETO

Prezadíssimo amigo, que cultivo pelo que ele é e pelos laços de enorme fraternidade familiar que nos unem, instou-me a disputar a cadeira número 3, cujo patrono é o maior poeta romântico brasileiro, Antônio Gonçalves Dias. Aceitei, embora, logo a seguir, me tenha posto em reflexão: escrevo para jornais, revistas, *blogs* do meu Estado e do país. Fiz e faço discursos e palestras sobre temas que envolvam política, Amazônia, economia, relações internacionais. Arrisco-me até a tratar do cotidiano, abordando temas que me removem a alma. Mas minha produção literária propriamente dita é pobre, paupérrima até, se comparada ao acervo de qualquer dos talentosos intelectuais que este silogeu já abrigou e, no presente, continua a abrigar.

Pensei em cada um de vós, homens e mulheres de letras da minha terra. Pensei em brasileiros de outras plagas. Pensei em Péricles Moraes, Adriano Jorge, Heliodoro Balbi, Alfredo da Matta, Ildefonso Pينهiro, Mário Ypiranga, João Nogueira da Mata, Violeta Branca, Araújo Lima, Anísio Jobim, Nunes Pereira, Aderson de Menezes, Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro e sua admiração por Tobias Barreto, Aristophano Antony, Álvaro Maia, José Chevalier, Ramayana, Áureo Mello, João Leda, Milton Hatoum e a obra vigorosa que vai constituindo, Djalma Batista, Samuel Benchimol, Narciso Lobo, Waldemar Pedrosa, Demosthenes Carminé, Oyama Ituassú, Waldemar Baptista de Sales, Anibal Beça, Carlos Gomes, Etelvina Garcia, Claudio Santoro, Nivaldo Santiago, Donizeth Gondim, Dirson Costa, Marcelo Mourão Gomes, que faz do corpo uma linguagem universal. Pensei no Clube da Madrugada e no anseio de sacudir Manaus dos seus idealizadores e militantes: Randolpho Bittencourt, Fábio Lucena, Evandro Carreira, Farias de Carvalho, Jefferson Péres e tantos outros

valores. Essas são parte substantiva da verdadeira expressão intelectual e estética do Amazonas. Meu pai dizia para evitar a citação de pessoas, porque, inevitavelmente, haveria de terminar omitindo personagens relevantes e cunhando de injustiça a boa intenção. Agora é agradavelmente tarde demais... 113

Pensei também nesse Machado que é, sim, superior ao notável Eça, pensei no genial Graça Aranha, na inteligência inquieta de Gilberto Amado. E em Rubem Braga, Cony, Portinari, Carpeaux, Gilberto Freyre, Roberto Campos, Nelson Rodrigues, Bandeira, Amoroso Lima, Oswald de Andrade, João Cabral, Mário de Andrade, Drummond, Raimundo Correia, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Castro Alves, Patrocínio, Nabuco, Raul Pompeia, Euclides da Cunha, Eduardo Prado, Cruz e Sousa, Affonso Arinos, Rio Branco, Guimarães Rosa e seu narrador Riobaldo, Gregório de Matos, Antônio Vieira, Rachel de Queiroz, Rui Barbosa, Bilac, Coelho Neto, Humberto de Campos, Graciliano, José Lins do Rego.

Pensei ainda em Dylan Thomas, Foucault, Fouché, em oradores como Lacerda, Cícero e Luther King, em Tocqueville, Tolstoi, Ibsen, Bobbio, Hanna Arendt, Proust, em Fernando Pessoa e seu talento tão torturado quanto ilimitado, em Verlaine, Rimbaud, Carlyle, Hemmingway, Oscar Wilde.

Sempre me considerei bastante feliz na condição de leitor e apreciador das artes plásticas. Sinceramente, a honra que me concedestes, sufragando-me o nome em contenda com dois intelectuais merecedores de todo o respeito, é por demais generosa. Por isso hesitei, após o convite que me foi posto por Robério Braga. E por isso, agora, agradeço-vos pela confiança, com muita humildade e senso de responsabilidade.

Este momento é um grande encontro com a minha terra. Meu pai, eleito deputado federal quando a Câmara ainda funcionava no Rio de Janeiro, levou-nos consigo. Para mim foi uma espécie de corte. De repente, tinha de enfrentar dura adaptação a novos costumes. Meus amigos de infância ficaram para trás. Os primeiros meses foram só saudade. Saudade dos igarapés límpidos, onde gazeteávamos aulas embalados pela água gelada e pelo sol abrasivo. Dos tempos de Grupo Escolar Princesa Isabel e do Instituto de Educação, onde até jornal-

114 zinho mensal conseguíamos editar. Saudade dos estudos de Português com mestre João Chrisóstomo, de Matemática com a mestra Isa Brito, da Pedagogia entre rígida e carinhosa da professora Ilsa Honório, da querida Lila Borges de Sá. Saudade de dona Romélia, que me ensinou as primeiras letras. Das festinhas nos clubes e nas casas dos amigos. Do “banho” da inesquecível tia Josephina Rosa de Castro, a tia Finoca, que custeou toda a minha dispendiosa preparação para o Itamaraty. Saudade, muita saudade, da vida que eu tinha, tudo soando como se me tivessem tirado de hora para outra.

Eu dizia que houve um corte. Adaptei-me ao Rio, que se tornou minha segunda cidade. Isso não bastou para repor o tempo que me foi subtraído. Voltei para Manaus em 1978, para disputar minha primeira eleição e descobri que só tinha amigos de infância. Não tive amigos de adolescência ou da idade jovem adulta. Penei para suprir a lacuna. Lutei para voltar a ser manauara na plenitude.

Ao passado que me deixou saudoso, banzo mesmo, de muitas lágrimas, dedico este encontro tão intenso, que vós me propiciais, com o mais perfeito condensamento da cultura amazonense.

No Rio de Janeiro, constituí amigos que duram até hoje. Militei na luta estudantil. Conheci a prisão e os conflitos de rua com os beaguins do regime autoritário. Desvendi minhas primeiras emoções de homem. Escrevi em jornais. Pratiquei esportes. Posso dizer que fui feliz, sim.

Mas o coração sempre esteve apertado pelo Amazonas. Todos os anos vinha aqui pelo menos uma vez. No final dos anos sessenta, peguei um ônibus que me levou a Porto Velho, passando por Presidente Prudente, Campo Grande, Cuiabá. Em Rondônia, desci de recreio até Humaitá. De lá, fui conhecendo cada vila e cidade do Madeira. A volta ao Rio se deu a bordo do “Leopoldo Peres” – que passagem inesquecível! – e, a seguir, pela Belém-Brasília e pela Brasília-Rio.

Tomei um banho de Amazonas e de Amazônia. Lá no subconsciente começava a funcionar a compulsão de retornar ao meu torrão e, nele e por ele, permanecer lutando, construindo, vivendo, experimentando as emoções que esta terra mágica oferece a quem nela mergulha.

Formado em Diplomacia, passei a viver a dicotomia de ter compromisso com carreira promissora que mal se iniciava e, ao mesmo tempo, a voz da vocação sussurrando-me, com frequência cada vez

maior, que meu futuro mesmo era o Amazonas e, a partir dele, a vida pública do meu país. 115

Foi quando conheci Márcio Souza e Aldisio Filgueiras, meu prezado Tenório Telles. Foi quando conheci Francisco Gomes. Foi quando recebi o apoio, na luta eleitoral, de três homens cassados, que tiveram seus direitos políticos suspensos e, naquele gesto, colocaram em jogo o que lhes restava de liberdade, que era a liberdade física: meu pai, Arthur Virgílio Filho, Almino Affonso e Bernardo Cabral. Foi quando recebi o apoio firme de outro “proscrito”, meu irmão mais velho Arlindo Porto.

Foi quando reencontrei Roberto Tadros e conheci Marcus Barros. Entre os acadêmicos, aliás, vejo afetos de meu pai, que herdei, como Moacir Andrade e tantas figuras queridas. Registro com carinho o livro de Rosa Mendonça de Brito, lembrando o gesto generoso da Retórica e do Conselho Universitário da Universidade do Amazonas de dar ao campus o nome do autor do projeto que criou a Ufam, o deputado e senador Arthur Virgílio Filho.

Tive a alegria de ser colega de Câmara de Euler Ribeiro, Cláudio Chaves e Almino. De Congresso, de Bernardo. De Senado, de Jefferson Péres.

Vejo que novamente caí na esparrela das citações. Pois quero que saibam que sou imensamente grato a todos. Inclusive aos que não me sufragaram o nome, exercendo direito legítimo e, no fundo, contando com a minha concordância, conforme expus no início desta fala aos ilustres confrades.

Meus prezados José e Robério, está faltando Sebastiana Braga aqui. Mãe de vocês, que me tinha como filho amado também. Suponho que esteja nos vendo a todos como espectadora privilegiada lá de uma estrela bem brilhante, bem cheia da luz que ela sempre irradiou. Suponho até que meu pai e minha mãe estejam no mesmo camarote dela.

Estarei presente nas lides da Academia Amazonense de Letras com a intensidade de quem não sabe fazer nada sem intensidade, seja no que acerta, seja no que se equivoca. Sei das limitações que me cercam e tal cenário exigirá a aplicação que sucederá ao agradecimento sentido e sincero que reafirmo mais esta vez.

Ocupar a cadeira número 3, que já foi patrocinada por Raul Pompeia d'O *Ateneu* e hoje o é pelo Gonçalves Dias dos poemas eternos,

116 aumenta ainda mais o honroso peso que carregarei doravante. Su-
ceder ao fundador Aurélio Pinheiro, a Agnello Bittencourt, a Ulys-
ses Uchoa Bittencourt, a Agnello Uchoa Bittencourt e a Anísio Mello
é galardão que ninguém me tirará do peito.

Raul d'Ávila Pompeia, nascido em Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 12 de abril de 1863, aos dezessete anos lançou seu livro *Uma tragédia no Amazonas*. Aos vinte e cinco publicou *O Ateneu* que, no dizer de Sérgio Milliet, teria sido “a mais bela e profunda obra de ficção da literatura brasileira” e, para Ledo Ivo, significa “o homem no labirinto da vida, fugindo das mais variadas e terríveis perseguições”. Assim como, para José Veríssimo, *O Ateneu* se constituía na “amostra mais distinta, se não a mais perfeita, do naturalismo no Brasil” e, para Antônio Olinto, “ficará como obra principal do naturalismo brasileiro”.

A um tempo fulgurante e trágico, Pompeia cometeu suicídio em 25 de dezembro de 1895. Nem o Natal ou a proximidade do Ano-Novo foram capazes de adiar o encontro definitivo que marcou com seus terríveis fantasmas.

Antônio Gonçalves Dias veio ao mundo num sítio nas cercanias de Caxias do Maranhão, filho bem pobre de um casal muito pobre, o português João Manuel Gonçalves Dias e a cafusa Vicência Mendes Ferreira. Trabalhou desde bem menino. Ledor inveterado, entretanto, aproveitava todo e qualquer momento de pausa para abrir a mente com informações preciosas que dele fizeram um homem culto. O talento para a poesia, que não deriva da cultura que armazenou, todavia do espírito sensível e de exceção que Deus lhe outorgou, veio à luz no mundo do jornalismo, em Coimbra, e fazendo parte do Clube da Crônica Literária, já em 1841.

Passou a redator de *O Trovador*, ao lado de promissores poetas e, nesse clima, escreveu *Memória de Agapito Goiaba*, os dramas *Paatkul* e *Beatriz Anci*, além do poema “Inocência”. Em 1844, adoentado, produziu a belíssima poesia “O Índio”.

De volta ao Brasil, no ano seguinte e em seu Estado natal, gestou “O Mar”, “A primeira ideia de Deus”, “Anális”, “Canto do índio”, “Delírio”, “Tristeza”, “Recordação”, “O Cometa”, “A Leviana”, “Mimosa e bela”, “Canto do guerreiro”, “As líricas ternas”, “Quatro dias de minha vida”. Uma obra poética e tanto!

Saiu do Maranhão e se dirigiu a Niterói. Entrou para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lecionou, escreveu em importantes jornais da época. A enfermidade se agudizava, contudo não lhe secava a capacidade de sentir o mundo e as pessoas pelos olhos da poesia. E assim surgiram “Olhos verdes”, “Meu anjo me escuta”, “Desalento”, “Meu sepulcro”, “Como és tu?” e “Se muito sofri”.

Visitou a Amazônia como membro da Comissão Científica de Exploração e ainda teve tempo de se desincumbir de missões diplomáticas do governo de Pedro II na França, Bélgica, Portugal, Inglaterra, Itália e Alemanha.

De José Veríssimo, sobre os *Primeiros cantos*, publicados em 1846: “Pode-se dizer que aqueles poemas revelam – e os posteriores o confirmariam – o primeiro grande poeta do Brasil”. De Manuel Bandeira, poeta, professor de literatura (chegou a escrever uma história da literatura brasileira) e crítico, ele próprio nos ensina que “foi, sem dúvida, Gonçalves Dias, o poeta brasileiro que mais profundamente versou a nossa língua”. Nelson Werneck Sodré recorda-nos que: “Com Gonçalves Dias, o indianismo se apresenta, na poesia, de forma espetacular”.

Poeta, o patrono da cadeira número 3! Como cultivou a beleza! Poliglota, prolífico, imortal.

Dele surgiu o indigenismo em nossa poesia: “Os Timbiras” e o brado de “I-Juca Pirama”, do “Canto do piaga” ao *Dicionário de língua tupi*, que enriqueceu durante sua estada no Amazonas.

Viveu paixões intensas e a três delas dedicou seu poema “Minha vida e meus amores”. Terminou desposando Olímpia, na Igreja da Glória do Outeiro. E terminou morrendo no trágico naufrágio do “Ville de Boulogne”, levando para Netuno páginas que certamente seriam a mostra mais madura da eterna beleza de suas composições.

Quase duas décadas antes da tragédia do “Ville de Boulogne”, Gonçalves mitificava os perigos e mistérios do oceano: “O mar, o teu rugido é um eco incerto / Da criadora voz de que surgiste: / Seja, disse; e tu foste, e contra as rochas / As vagas compeliste”. Falava muito dos “naufrágios da vida”, que os há em profusão, mas cantava a alegria do seu torrão: “Minha terra tem palmeiras / Onde canta o sabiá / As aves que aqui gorjeiam / Não gorjeiam como lá”. Nenhuma ave trinou tão maviosamente quanto o bardo Antônio Gonçalves Dias.

O fundador da cadeira número 3, entre nós, foi Aurélio Waldemiro Pinheiro, nascido no Rio Grande do Norte, mas enraizado afetivamente no Amazonas, do amor por sua esposa Isabel Menezes, parintinense como a minha, à compreensão do nosso espírito, dos nossos mitos, da nossa História.

Era homem do Brasil, amigo próximo de Coelho Neto e jornalista de nomeada na antiga capital da República. Era homem do Rio Grande do Norte, com vida intelectual intensa também por aquelas plagas. Era homem do Amazonas, desde 1910, quando aqui aportou e começou a clinicar, médico que era, em farmácias de Manaus. Era tão homem do Amazonas que, residindo no Rio de Janeiro, aproveitou espaço na *Revista da Semana* para expor ensaio intitulado “O baixo Amazonas” e o consistente trabalho “Segredos da flora amazônica” – o primeiro em 1933 e o segundo dois anos após. Em seu acúmulo, aliás, constam obras sobre a Amazônia além de diversos gêneros literários, como a crônica e o conto, traduções e estudos de Medicina.

Em Manaus, publicou seu primeiro livro, *O desterro de Umberto Sariva* (1926), premiado pela Academia Brasileira de Letras como o melhor romance do ano. Logo a seguir, trouxe a lume *Gleba tumultuária*. E escreveu com intensidade na imprensa de Manaus.

Com esse intelectual de reconhecimento nacional, nascia a cadeira número 3 da Academia Amazonense de Letras. Até o ácido Agripino Grieco lhe reconheceu o mérito. Abro parênteses para relatar conversa, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, no intervalo de uma peça, que Grieco manteve com um aturdido marido: “Dr. Agripino, deixe-me apresentar-lhe minha esposa”, ao que rebateu o outro imediatamente: “Já a conheço, até dormimos juntos... numa conferência do Pedro Calmon”. De outra feita, encontrando, na praça Paris, na hora do mais intenso “footing”, um casal, de cuja parte feminina se falava ser amante de conhecido e inspirado escritor, provocou o seguinte diálogo: “Minha senhora, como está pálida. Precisa cuidar da saúde”. Recebeu como resposta: “O senhor tem razão, preciso ir ao médico”. Ao que retrucou Agripino: “Precisa de um médico e do ar do prado”. Pois até ele criticou positivamente a obra de Aurélio: “Vê-se que o senhor Aurélio Pinheiro sabe transmitir a vida sem desfigurá-la, sem o horrendo vício do exagero”. Para continuar, no me-

lhor estilo Agripino Grieco de ser: “Os entusiastas dos suprarrealistas e quejandos devem passar de largo, porque lendo este homem se sentirão evidentemente roubados, uma vez que entenderão tudo”.

Aurélio foi sucedido por mestre Agnello Bittencourt, entusiasmadamente recebido na Academia em outubro de 1932, ano em que o movimento revolucionário de Getúlio Vargas era contestado nas armas pelos “constitucionalistas” de São Paulo.

Manauara, filho de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, que governou o Amazonas, e Antônia Andrade Bittencourt, casou com Tertuliana de Mello Bittencourt, em 1914, dela enviuvando para, no ano seguinte, desposar Zulmira Uchoa Bittencourt. Foi um dos fundadores do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e, também, um dos seus presidentes. Presidente perpétuo, aliás, título honorífico que seus pares lhe dedicaram, durante a gestão profícua do sociólogo André Vidal de Araújo.

Foi prefeito de Manaus (1909/1910), nomeado pelo governador Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto e ocupou diversos outros postos públicos de relevância. Mas suas paixões eram mesmo o magistério e a literatura.

Maçom que atingiu o mais alto grau de sua Ordem, fez parte do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro e, dentre outros, da Sociedade Brasileira de Geografia, da qual foi correspondente e sócio honorário, e da Federação das Academias de Letras do Brasil.

Orador inspirado, foi igualmente intelectual consistente e produtivo, com publicações registradas na *Revista da Academia Amazonense de Letras*, nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, na *Revista Agrônômica*, no *Boletim da Maçonaria*, na imprensa amazonense. Espírito aberto, invoco o testemunho do grande Mário Ypiranga Monteiro, dando conta de que, por ocasião da histórica “revolução ginasiana”, Agnello se postou ao lado dos estudantes: “Suas lágrimas, naquela hora em que nossas mães também choravam, tiveram o privilégio de engrandecer-nos perante o povo e perante nossas famílias”, para continuar a seguir: “...ato de valor, uma atitude heroica, um rasgo de independência e de coragem”.

Faleceu, no Rio de Janeiro, quase centenário, em julho de 1975, e foi sucedido, nessa cadeira 3 que tanto me honrará ocupar, por seu

120 filho, o escritor Ulysses Uchoa Bittencourt, que estudou, em Manaus, no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e no Ginásio Amazonense Pedro II, fazendo o terceiro grau na Escola Superior de Veterinária do Exército, na antiga capital federal.

Militou politicamente, chegando a ocupar a Prefeitura Municipal de Guarapuava, no Paraná; representou o Amazonas em diversos eventos nacionais ligados à sua profissão e/ou às letras; como seu pai, lecionou com esmero. Publicou artigos na imprensa amazonense e carioca. E se destaca pelo livro de crônicas *Raiz*, sobre a sua cidade. Por bom tempo, representou esta Academia junto à Federação das Academias de Letras do Brasil, no Rio de Janeiro, na dignificante companhia de Violeta Branca e Carlos Araújo Lima.

Faleceu no Rio, em março de 1993 e foi sucedido, na cadeira 3, por seu irmão, professor Agnello Uchoa Bittencourt. Nada poderia evidenciar mais do que isso o respeito dos imortais pelo valor intelectual e moral da família Bittencourt.

Formou-se em Direito pela vetusta Faculdade do Amazonas. Ocupou diversas funções de relevo na área da imprensa e da cultura e, no Rio de Janeiro, fez Administração na exigente Fundação Getúlio Vargas, com especialização em Administração Pública. Foi, por igual, integrante dos quadros funcionais da Petrobras e da Light, aposentando-se nessa última empresa como assessor da presidência. E, com posse em 1983, fez-se diretor-executivo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Professor respeitável, lecionou no seu Estado e em várias entidades de peso do Rio de Janeiro. Escreveu n' *O Jornal* e no *Diário da Tarde* de Manaus, na revista *Amazonas* e no *Boletim de Educação* da nossa capital. Publicou incontáveis trabalhos, quase sempre dirigidos para a questão orçamentária, o planejamento e as políticas de desenvolvimento.

Do líder estudantil manauara, de ativa participação nas lutas da juventude do seu tempo, até sua morte, em novembro de 1997, percorreu sólido caminho intelectual e profissional, que o levou a diretor-executivo da Academia Brasileira de Letras.

Foi sucedido por Anísio Thaumaturgo Soriano de Mello, que foi presidente do Clube da Madrugada, pintor e professor de pintura, poeta, escultor, músico, professor e escritor respeitado. Nascido na

Velha Serpa, em junho de 1927, da união do magistrado e literato Octaviano Augusto Soriano de Mello com a artista plástica Esther Thaumaturgo Soriano de Mello, respirou desde o berço os ares das letras e das artes. Grande figura humana, espírito generoso e sensível.

A verdade é que, como artista plástico, Anísio Mello participou, com destaque, de significativas exposições nacionais e internacionais, obtendo prêmios inolvidáveis como a Medalha de Ouro de 1948, no Salão da França Livre, em Paris.

Consagrou-se também por belas músicas que compôs e pelos inúmeros livros que publicou com poesias, crítica, ensaios e folclore. Original e estudioso ao mesmo tempo, criativo e capaz de planejar sua obra, Anísio evidenciava a inteligência “redonda, sem arestas” de que nos falava Gilberto Amado.

Haverei de ler, com carinho e encanto, suas obras póstumas *Rito selvagem*, já lançada pela Academia, *Igapó – histórias e lendas da Amazônia* e *Convite à poesia*, ambas ainda não de domínio público. Anísio convida a sonhar e refletir, cada coisa no seu tempo, dentro de um mesmo tempo.

Cultivou eternamente um comportamento ético e isso fazia dele uma figura mais admirável ainda. Não nego a genialidade de Wagner, mas sua temática germânica, que serviu de lastro simbólico para a aventura cruel e desastrosa do III Reich, me fazem não incluí-lo entre os autores que me dão paz e me alimentam a alma. Anísio representa o oposto de Wagner: arte pautada pela ética da liberdade e do amor, nem por isso deixando de ser forte e marcante.

Sonhou todos os sonhos amazônicos. Era homem mais do que nascido “no” interior; era psicologicamente “do” interior. Armado do seu talento, defendia os ribeirinhos, os habitantes da floresta, os seringueiros. Sua mente era povoada pelas lendas e pelos mitos.

Eis Anísio Mello, artista do seu Amazonas!

Meu caro Robério, seu opúsculo sobre a cadeira 3 é valioso. Meus agradecimentos fraternos por todo o auxílio que vós me prestastes nesta caminhada.

Sr. presidente José Braga, Sras. e Srs. acadêmicos, caros convidados, insisto na tese do imerecimento. Mas honrado, aceito o desafio prazeroso de tomar assento ao vosso lado. Reafirmo o compromisso

122 de lutar dentro e fora da Academia pelos valores que aqui nos reúnem a todos. Sustento a alegria de passar a ser confrade de quatro valorosas mulheres da minha terra: Rosa Mendonça de Brito, Marilene Corrêa, Mazé Santiago Mourão e Carmen Novoa Silva. Parablenizo a gestão de José Braga pelo esforço de aproximar a Academia da sociedade: “Todo artista deve estar onde o povo está”, já cantava Milton Nascimento.

Faço-vos uma confidência: o gosto pela leitura me foi inculcado por meus pais, Arthur e Izabel. Ele me dizia: “Meu filho, este livro aqui é *Menino de engenho*, de José Lins do Rego. Você precisará lê-lo mais tarde, quando tiver pelo menos quatorze ou quinze anos (eu deveria ter uns onze). Ele fala de sexo e você ainda é muito novo para tomar contato com isso”. E deixava o livro, todo à mão, sobre a escrivaninha, saindo de casa para cumprir seus afazeres. Obviamente, eu mergulhava na leitura “proibida” e confesso que tal método heterodoxo foi importante na minha formação. Minha mãe era mais metódica: fazia a lista das leituras obrigatórias e cobrava, com prazos rígidos, que cada um dos seus quatro filhos resumisse para ela aquilo que foi entendido pelo cérebro e absorvido pelo coração.

Foi assim que peguei gosto pelos clássicos. Foi assim que incorporei a leitura à minha vida. Paixão especial por Machado, que considero o mais universal escritor de língua portuguesa de seu tempo e, sem dúvida, um marco jamais atingido após sua passagem. Fernando Pessoa me inebria. Euclides da Cunha me fascina. Victor Hugo me marcou. Comecei, como era costume na minha geração – hoje se lê tão pouco! – com Monteiro Lobato, migrando, a seguir, para Jorge Amado. Como se fosse uma escada a abrir caminho para Graciliano, João Cabral, Guimarães Rosa.

Por vocação, porém, sou sobretudo político, sem um pingão de acanhamento de proclamá-lo em hora de tanto desprestígio do segmento em que atuo, causado pelos que se locupletam da coisa pública. Sou político, muito mais que diplomata ou qualquer outra coisa. É a minha forma de lutar pelo meu país, pelo meu Amazonas, pela minha cidade de Manaus. Recorro a Thiago de Mello: “A luz que me abriu os olhos / para a dor dos deserdados / e os feridos da injustiça, / não me permite fechá-los / nunca mais, enquanto viva”.

Fiz questão de tomar posse da cadeira 3, de Pompeia, Gonçalves, Aurélio, Agnello, Ulysses e Agnello Uchoa Bittencourt, ainda no mês de dezembro, por duas razões: para ver a solenidade presidida por meu querido José Braga e porque 2012 é ano de luta eleitoral. Se uma coisa aprendi na vida foi não misturar as estações, não desrespeitar quem me acolhe tão fraternalmente, tão carinhosamente, tirando qualquer proveito de algo que deve servir à guarda da língua culta e à propagação do saber por toda a nossa sociedade.

Falando em política, lembro-me do maior estadista do século 20, Sir Winston Churchill. Aos 26 anos, candidato (não se elegeu), pela primeira vez, à Câmara dos Comuns, fazia o chamado corpo-a-corpo no seu distrito, de rua em rua, de mão em mão. Era já um polemista amado por uns e odiado por outros. A horas tantas, depara-se com um homem a quem diz, gentilmente: “Senhor, meu nome é Winston Spencer Churchill. Gostaria de ter a honra de contar com o seu voto para obter uma vaga na Câmara dos Comuns”. Resposta do tal cidadão: “Você é Churchill? Pois prefiro votar no diabo do que em você”. E o notável orador britânico, rápido como um raio: “Compreendo, ...mas se esse seu amigo não for candidato o senhor vota em mim?”.

A eleição para a Academia Amazonense de Letras muito me honrou e à minha família. Procurarei merecê-la do começo ao fim.

Abro meu coração e a todos proclamo: muito obrigado mesmo pela confiança e pela condescendência. Incorporo à minha vida laurel tão substantivo, tão valioso, tão comovente.

Meu avô, Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro, desembargador, jurista, ocupou a cadeira número 13. É como se eu estivesse ao seu lado neste momento, depois de tanto tempo de ausência. As boas tradições devem ser seguidas com muita felicidade.

Aqui só vislumbro amigos e amigas. Aqui só vejo construtividade e decência. Se os senhores aceitam, então sim, aqui é o meu lugar!

Até sempre. Muito obrigado.

— Saudação

posse do acadêmico ARTHUR VIRGÍLIO NETO

*[U]m amigo... é que a gente seja,
mas sem precisar de saber o porquê é que é.¹*

1. ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1988.

Dizia Riobaldo, repito, “[U]m amigo... é que a gente seja, mas sem precisar de saber o porquê é que é”, e o fez com a clareza de ser o narrador de *Grande Sertão: Veredas*, cantado por Guimarães Rosa na língua mais brasileira, em conversa de sabedoria, aqui trazido pela inspiração de ter contado a vós, senhor Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro, neto, tantas verdades quando ainda jovem que vos deixou impressionado, como acabais de declarar na fala solene com que adentraís a esta Casa. Recolhi a palavra de Riobaldo porque ela também traduz a razão maior da minha presença nesta tribuna para vos receber.

Sim, porque tantos de nós poderíamos receber-vos sob as mesmas razões: Bernardo Cabral, o senador que honrou o Brasil e ministro que praticou a justiça como verdade íntima de seu ser; Almino Affonso, o tribuno de grande eloquência que sempre defendeu as liberdades e cuja história é uma página de brasilidade e amor ao país; Arlindo Porto, em quem a humildade veste uma alma iluminada pela beleza de uma vida em defesa da democracia; estes os mais próximos da vossa convivência pessoal e familiar. E como seria grandiloquente ouvi-los pela palavra dita desta tribuna ao receber-vos. Outros tantos, aproximados ao longo dos anos nas mais diversas lides, também poderiam fazê-lo a revelar cada um as suas razões mais íntimas e profundas, afinal somos todos amazônidas, acostumados ao mesmo banho de igarapé.

Mas atentai ao que vos digo.

Havia três meninas, pequenas meninas em uma Manaus acanhada de há muitos anos, que, de mãos dadas, costumavam passear em fins

de tarde pelas calçadas da rua do Barroso, depois pela avenida de Joaquim Nabuco, nas cercanias do Canto do Quintela e da Padaria Frankfurt. Três meninas. Três sonhos. Três esperanças. Três vidas que se fizeram depois ao sabor de todos os sopros do destino. Uma que se fez pianista como aprendiz de outra e, sem fixar-se na magia dos bemoís, deu-se à família regando o amor; outra que se fez pianista bem cedinho e com a magia da música seguiu encantada para sempre; e a outra que se fez mestra e a qual o destino reservou a realização do sonho de tocar piano para pouco mais dos oitenta anos, quando aqueles ardentes desejos infantis pareciam que jamais seriam realizados. Três meninas. Três sonhos. Três vidas. Três mestras e uma só paixão pela música. Três amigas e por toda a vida amigas: Isabel Victória, Lindalva Cruz e Sebastiana Braga. Vossa mãe, vossa tia querida, vossa amiga adorável, nobre recipiendário. Ela que tanto e tudo fazia por declarar-se sob o pálio desse sentimento especial de amiga adorável. Sebastiana, minha mãe, nossa mãe, presidente José Braga.

Havia três jovens sedentos de viver. Ileanos audaciosos que pregavam a política como realização do ideal; editavam jornal; tramavam embates estudantis; lideravam a classe; marchavam para as lutas democráticas com a bandeira da modernidade e do nacionalismo. Quase irmãos tal as razões que tinham para a construção do amanhã. O traço de grande amizade e sonho que os uniu e reuniu naqueles anos não impediu que as vidas tomassem rumos diferentes, ao depois. Um se confirmaria como tribuno fazendo da palavra a principal arma de defesa do Estado Democrático de Direito e do desenvolvimento do Amazonas; outro, usando das ciências médicas, dedicou-se a sanar os males que afligem os humanos; e aquele outro, exercendo o magistério jurídico e vencendo desafios gigantescos, conseguiu implantar uma Universidade moderna que ao mesmo tempo graduava em título de doutor e alfabetizava adultos: falo-vos de Arthur Virgílio Neto, Fausto Marques e Lourenço Braga. Este, meu irmão de sangue e de aspirações. Aos três reuniam-se com reconhecida capacidade de orador inflamado, o também jovem Antônio Henrique e mais Carrel Benevides e sua impetuosidade, e juntos faziam da caravana infantil da vitória uma apoteose todas as vezes que trans-

126 formavam um velho jipe em palanque para a manifestação da palavra em qualquer canto de Manaus, audaciosamente.

Anos passados, quando líderes do povo assomavam a tribuna pública para os comícios políticos que eram na verdade grandes tertúlias de gigantes da oratória, propugnadores da transformação do país, havia sempre a palavra retumbante de Almino Affonso, convincente de Arthur Virgílio Filho, eloquente de Bernardo Cabral, firme de Arlindo Porto, aliada a não menos considerados oradores como Aldevio Praia, Renato Souza Pinto, Áureo Mello e o líder maior, Plínio Ramos Coelho, que realizava o encerramento daqueles atos democráticos. Em meio aos gigantes pecavam pela audácia jovens líderes que começavam a palmilhar o mesmo caminho, entre eles João dos Santos Pereira Braga que viria a ser vereador de Manaus, professor por vocação, e vossa excelência, presidente José dos Santos Pereira Braga, cujo ato litúrgico desta noite encerra a última sessão solene sob a vossa direção nesta Casa de Adriano Jorge, o grande mestre Adriano, augusto por todos os saberes, vosso padrinho de batismo e, por certo, vosso guia em tão venturosa administração. É que se cumpre o segundo mandato de presidência.

Sem revelar sutilezas, meu pai Lourenço da Silva Braga, na sabedoria de político, jornalista e líder sindical, na madureza dos anos e das lides que o fizeram um forte, costumava lembrar em colóquio de família laços de profunda amizade e reconhecimento que o uniam e nos deveriam unir de forma indelével a figuras exponenciais, cada uma a seu tempo e por razões não reveladas em sua inteireza, como Adriano Jorge, Felismino Soares, o velho desembargador, Antônio Vasconcelos, Ruy e André Araújo, Arthur Virgílio Filho, e o fazia dando por testemunho nosso irmão Altamir, o mais velho, já agora no alto de seus quase noventa anos.

E foram de vosso pai, quando senador, as muitas cartas e discursos que costumava receber em resposta a meu interesse pela vida pública, quando ainda estudante. Foram de meu pai e também de Arthur Virgílio Filho o ânimo e o sonho que nutri pela sedução do parlamento. O último dos seus discursos, que me chegou às mãos e que guardo em minha modesta biblioteca, era titulado de “Apelo pela Paz”, como se fosse sinal dos tempos de silêncio e recolhimento

que lhes seriam impostos pouco depois. E foi quando, retornando a Manaus para o exercício da advocacia, deu-se comigo em amizade fraterna. 127

Quando fostes lançado ao parlamento federal pela vez primeira, para as eleições de 1978, em comício na Praça 14 de Janeiro, tradicional reduto do trabalhismo amazonense, na volta triunfal que faziam Cabral e vosso pai, lá estive, ouvidos atentos e olhos faiscando.

Como vedes, tudo a nos reunir. Ao longo dos anos foi sendo construído este ato solene que nos irmana ainda mais. Vós, senhor Arthur Virgílio, e o orador que vos fala. E como que a permitir ainda maior liberdade para saudar-vos, há o fato de que na vida pública, na carreira política, conquanto nunca tenhamos terçado armas em confronto, jamais estivemos juntos para a mesma batalha, ainda que comungando sempre dos mesmos ideais de liberdade, democracia e igualdade. Não é um correligionário de partido político que vos saúda.

Eis porque há em mim o conforto do coração de vos receber nesta Casa para a qual fui eleito há 30 anos.

Há, em vós, um leitor contumaz. Confessado leitor dos clássicos, com o privilégio de lê-los, muitos na língua mater. É o que podemos ver nas lembranças que trazeis e declarais de belos autores com os quais conflagrais o debate silencioso do saber. E de muitos deles seria possível recolher lições que brindassem à alma nesta fulgurante noite, como se estivésseis a lê-los, aqui e agora, em conversa de vime, no velho palacete avarandado da praça do Torquato Tapajós que muitos conhecem como praça dos Remédios, naquele casarão do honrado desembargador Arthur Virgílio. Vós acabais de declarar com destaque dentre todos os escritores que referistes, entretanto, alguma predileção particular por Machado – o mestre –, Guimarães Rosa e seu Riobaldo, e Fernando Pessoa, sem esquecer a recomendação primeira, quando ainda menino, que lhe faziam os pais Arthur e Isabel, dando conta da importância de José Lins do Rego especialmente com seu *Menino de engenho*.

E o que se deu convosco no encontro com os clássicos segundo vossa confissão: Pessoa inebria; Euclides fascina; Victor Hugo, marca; Lobato anima o interesse pela leitura; Jorge Amado representa uma escala para outros voos; Graciliano, João Cabral e Guimarães Rosa

128 hão de ter vestido de brasilidade o impetuoso jovem que se formava. Foi o que acabais de revelar desta tribuna quase centenária.

Rogo conceder-me caminhar um pouco mais com o vosso herói Riobaldo, criação de Guimarães Rosa e constatar que, como em certas passagens e reflexões tal como sucedidas na contação da estória, parece ter-se dado convosco. Ele em certo momento da vida romanesca confessou: “queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder”. Vós conheceis muito bem a coragem e a gã que empurra o homem em defesa do seu ideal, bem como a maneira certa de dar corpo ao suceder, da mesma forma como deveis ter compreendido a palavra lúcida do compadre Quelemém ao falar com seu amigo, ensinando que “a colheita é comum, mas o capinar é sozinho...”,² querendo mesmo dizer, em um dos modos brasileiríssimos de falar, que o mundo é de todos, mas em verdade cada um faz seu caminho, escolhe por onde passar, e o faz sozinho, sempre sozinho e do seu jeito.

Em tudo que tendes feito, como dissestes há pouco, de certo ou não, tendes posto a alma, dado vida com o coração e a mente. E assim acabais de proclamar: “Estarei presente nas lides da Academia Amazonense de Letras com a intensidade de quem não sabe fazer nada sem intensidade, seja no que acerta, seja no que se equivoca. Sei das limitações que me cercam e tal cenário exigirá a aplicação que sucederá ao agradecimento sentido e sincero que reafirmo mais esta vez”. E do que falastes, senão da alma que depositais no que tendes feito. E o nosso Riobaldo também nos fala dela, ao afirmar, em certo trecho da história por razões que só caberiam nas veredas dos sertões, mas que ousou trazer a este salão do pensamento amazônico: “Se tem alma, e tem, ela é de Deus estabelecida, nem que a pessoa queira ou não queira. Não é vendível. O senhor não acha?”.³ E por que seria próprio falar-vos de alma? Porque convosco, a alma do que fazeis – a que chamais de intensidade – também não é, permitam-me, “vendível” como resta provado desde a história de vossa família.

Assim adentraís a esta Casa. A mesma que abrigou vosso avô, na cadeira 13, por treze anos, a princípio sob as bênçãos do patrono original que era o visconde de Taunay, sucedendo ao também desembargador Gaspar Guimarães. É a poltrona rebatizada por ele e desde

² ROSA, João Guimarães, *op. cit.*

³ ROSA, João Guimarães, *Op. cit.*

então patroneada por Tobias Barreto, cuja vida tanto admirava e exemplos cultivava. E sua carreira acadêmica foi profícua, como secretário-geral e como vice-presidente do grande Péricles Moraes, sucedendo a João Leda, atuando sempre.

Rememoro trecho relâmpago de seu discurso de posse em 22 de fevereiro de 1943, anos nos quais a sociedade reclamava dos homens a devoção ao patriotismo:

As aptidões dos homens não são iguais: uns celebrizam-se pelo gênio; outros pela coragem; outros pela erudição, outros pela eloquência, outros pelo estro, outros pelo bom-senso; outros pelas virtudes; mas todos devem notabilizar-se pelo patriotismo e pela fé.

Das vossas aptidões dirá a história.

Vindes, pois, com esse passado de fé que a Academia bem conhece. Vindes para a cadeira de Gonçalves Dias. E o fazeis trazendo uma história de separação saudosa e sofrida da terra do nascimento, esta Manaus tórrida que nos encanta, apartado da floresta durante um tempo... em favor do Rio de Janeiro. Com o poeta maranhense deu-se o mesmo, ao sair de sua São Luís pequenina para sede do Império. É de se perguntar se também convosco houve a constatação por ele declarada em uma das estrofes do seu poema "Gigante de pedra", ao ver passar os dias e as noites por sobre o gigantesco ponto culminante do Rio de Janeiro, com saudade da terra-mãe:

*Depois outro sol desponta
E outra noite também,
Outra lua que vem aos céus monta,
Outro sol que após lhe vem:
Após um dia outro dia,
Noite após noite sombria,
Após a luz o bulcão,
E sempre o duro gigante,
Imóvel, mudo, constante
Na alma e na cerração!⁴*

⁴ DIAS, Gonçalves. "O Gigante de Pedra". In: Obras poéticas de A. Gonçalves Dias. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 11.

130 Gonçalves Dias também andou por nossas barrancas, as que vós tivestes a ventura de conhecer na intimidade, e cada vez mais tendes conhecido até pela missão de ofício na vida pública, conforme acabais de declarar, ao dizer que tomastes um banho de Amazonas e de Amazônia, desde aquela viagem antiga que atravessou a região do Madeira. E o fizestes, e tendes feito por certo, sem o pecado a que alude Farias de Carvalho, fazendo versos que bem conhecemos, de crítica a muitos políticos. Recorto parte daqueles versos que trazem à cena um velório de gente simples, sofredora, daquelas que mais precisam da atenção dos letrados e dos políticos, esperam e confiam neles, e nem sempre podem continuar confiando:

*(...) Sobre a mesa de caixote
à guarda de quatro círios
as mãos do morto são lírios
ceifados sem compaixão
pelo zelo burocrático
dos doutores democráticos
que de quatro em quatro anos,
sobem morros, varam rios,
tomam chibé nos baixios
e partem muito engomados
com títulos pré-fabricados
no rumo da capital,
enquanto na sala grande
da miséria nacional,
muitos milhões de defuntos
que andam, falam, respiram
(e os doutores nunca viram)
sobre as mesas de caixote
vão mastigando seu pão
feito de brisa e amargura,
de miséria e noite escura,
nesse velório em conjunto
onde o povo é o defunto
morto de morte morrida,*

*morrida mais bem matada
de fome e fome e mais nada.*⁵

Chegais para a poltrona azul doirada pela história de uma família inteira de intelectuais, salvo o recorte inaugural de Aurélio Pinheiro em 1918, e a preparação reluzida para a vossa chegada, quando foi ornada pela inteligência de Anísio Mello. Aurélio Pinheiro ressaltava pelos seus dotes de médico, jornalista e romancista premiado, daqueles que, igual a vós, deixou o coração na ilha de Parintins entregue à mulher amada não sem antes conhecer uma premonição de que assim seria. E que escritor este Aurélio! No romance como no conto, no ensaio como na crítica, sendo erudição para os que ainda agora gostam de lê-lo em jornais e revistas de sua época. Nesta Casa teve pouso curto, seja porque se deslocou pouco tempo depois de 1918 para Porto Velho, seja porque culminou sua vida no Rio de Janeiro.

Na dinastia benfazeja dos Bittencourt que deram vida e luz à cadeira de nº 3 da nossa Academia, a presença luminar do professor Agnello cuja festa de acolhimento foi apoteótica, seja pela concorrência social do evento, como pelos brilhantíssimos discursos, dele e do homem de grande fama que era Alcides Bahia, encarregado de recebê-lo. Foi longo na vida e na Academia. Ao mestre, que conheci nos elevados anos de sua vida profícua e ao qual saudei quando de sua última visita a Manaus e ao nosso Instituto de Educação do Amazonas por imposição de Lila Borges de Sá e João Chrisóstomo de Oliveira, nossos mestres e amigos, quando se abriu o clarão de sua vaga foi eleito para ocupar-lhe o lugar seu filho muito amado, Ulysses Bittencourt, jornalista, político por acaso, escritor e memorialista, diplomata sem a consagração da escola de Rio Branco, como vós, embaixador do Amazonas no Rio de Janeiro, como todos gostávamos de designá-lo. E foi ele quem, na noite serena de 25 de setembro me recebeu quando do ingresso neste sodalício, e o fez com a generosidade de palavras que guardo no coração. Em tom grave e sentido, certo dia, e estando eu na presidência da Academia, e no verdor dos anos, fui obrigado a comunicar ao plenário o trespassse de Ulysses e, abrindo vaga no silogeu, promover a eleição consagradora de "Agnus", o Agnello Bittencourt, o filho, para suceder o irmão. Eleito, prepa-

132 rado para usufruir do manjar dos deuses com seu ingresso no solar do Olimpo, o inteligente professor e pesquisador não conseguiu romper estes umbrais para a sessão de posse, vindo a falecer pouco antes, de modo que o discurso que iria proferir transformou-se em diploma e medalha acadêmica para honra de sua família e a saudação de Áder-son Dutra que iria recebê-lo fez-se em prece, como bálsamo para a nossa saudade.

Anísio aqui chegou mansamente, como era mesmo seu jeito de ser. Poeta, contista, ensaísta, pintor, professor de artes em busca da maestria de sua genitora que fazia dos pincéis o instrumento de linguagem para seus muitos alunos da Manaus do passado quase remoto, Anísio Mello que foi profícuo ao manejar as palavras e as tintas, mesclando valores da mãe e do pai, foi arrebatado dentre nós com uma despedida anunciada. Caminhava já com dificuldades. Falava compassadamente. Curvava-se, a cada dia, ao cansaço, nem muitos dos anos, mas das dores da vida que não lhe fora tão generosa como poderia ter sido a um poeta de tantas cores vivas.

Mas, como ensina Riobaldo em outra mensagem sábia não sei se por seu sertão ou por suas veredas, mas por herança de Graciliano, “a morte é para os que morrem”,⁶ neste templo de eterno azul o que preside é a imortalidade da obra, e com ela a permanência da vida. E por isso, Aurélio, Agnello, Ulysses, Agnus, Anísio, nos espreitam com olhos vivos de cristal.

E o que tendes vós, portanto, a ornar esta poltrona que agora é vossa após eleição consagrada? A história de vida de escritores festejados; a trajetória de políticos, porque Agnello, o pai, e Ulysses, tal como se deu convosco, também foram chefes de municipalidade, foram prefeitos; a paixão pelas artes visuais que se dá convosco foi ela que embalou a vida de Anísio desde a infância. Vós, a contemplar o belo da arte pictórica. Ele a criar. Todos, como declarais ao assumir a tribuna acadêmica, apaixonados pelo Amazonas e pela natureza exuberante que nos cerca. Todos amazônidas, banhados no mesmo caudal.

O que trazeis no farnel em forma de regatão que transporta ao mesmo tempo saudade e emoção, alegria e festejo, ao lado de uma erudição de poliglota e bom leitor dos clássicos, de estudioso dos problemas nacionais, de apreciador do belo e conhecedor das dores

⁶ ROSA, João Guimarães,
op. cit.

humanas, é mais que uma obra literária que se possa ler no deleite de uma manhã em que o sol brilhe com raios faiscantes, ou quando os temporais que se abalançam sobre a floresta densa reclamam recolhimento de rede em casa de varanda, ou depois da atracação do barco para fugir da tempestade. O que trazeis é a palavra e a verve do tribuno, do polemista da política, do orador. E como acabais de proclamar que por vocação sois, sobretudo político, sem um pinga de acanhamento de proclamá-lo, que sois político muito mais que diplomata ou qualquer outra coisa, devo dizer-vos que o acolhemos também como político, sem receio de fazê-lo, mas galardoando ao intelectual que sois na inteireza de vossa formação. E como se fosse uma farinhada em festa, com beijus e aluás, fazemos um brinde a vossa chegada.

E se agora chegais, podeis crer que mesmo ornados com a glória da imortalidade, os que mourejamos nesta Casa tão cara de tradições, compreendemos muito bem outra das lições do nosso Riobaldo, o que por certo tendes tido na vida toda, uma daquelas que carregamos de forma emblemática: “o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam e desafinam. Verdade maior”.⁷ Nada mais verdadeiro. Assim cremos. E que sabedoria abençoava o homem que é filho da criação de um gênio da literatura brasileira. Eis pois o que vos proclamo, mesmo sabendo que o sabeis de antes de mim, pela vida e por terdes lido e sabido da própria boca de Riobaldo, lá ainda quando quase menino vos defrontastes com ele na leitura meditada de *Grande Sertão: Veredas*, vos proclamo que chegais pelo brilho que trazeis, e pelo brilho que trazeis vindes para brilhar e rebrilhar, mas também para produzir, afinar e desafinar, em busca permanente de vir a ser, tal como se dá conosco, nas 40 poltronas que apaixonam desde Péricles, Benjamin Lima e Chevalier, que sonharam criar esta Academia.

O que vos posso dizer ao cumprir com a palavra de todos os acadêmicos que ora falam pela minha pobre voz, depois de ter-se dado vossa chegada entre nós, tal como sucedeu com vosso avô e bem poderia ter-se realizado com vosso pai, o também senador da República, e meu antigo copartícipe do Instituto Geográfico e Histórico do Ama-

7. ROSA, João Guimarães, *op. cit.*

134 zonas; o que vos posso dizer ainda recolho mais uma vez de Riobaldo, apenas para reconfirmar o que sabeis:

Eu careço de que o bom seja bom e o ruim ruim, (...) que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! Quero todos os pastos demarcados... Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero. Ao que, este mundo é muito misturado⁸

8. ROSA, João Guimarães,
op. cit.

E como hais indagado em vosso discurso se vos aceitamos, e se este seria o vosso lugar, quero dizer-vos como José Ingenieros⁹ que podeis ter como confirmada a nossa aceitação, ainda uma vez mais, porque sois digno desta honraria e por isso não pedis o que mereceis e porque também por isso não aceitaríeis o imerecido, é que vos confirmo: aqui é o vosso lugar, senhor acadêmico Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto.

Acadêmico Arthur Virgílio Neto: é chegada a hora de vos conceder o silêncio da glória acadêmica, antes que os brindes irrompam em justo regozijo. E como indagou Riobaldo com resposta pronta: “O senhor sabe o que é silêncio é? É a gente mesmo, demais”.¹⁰ Assim ele me inspira a vos reconhecer em nome da Academia Amazonense de Letras a honra e a glória da imortalidade acadêmica. Vista-se como tal e guarde o silêncio e a luz dest’ora.

E ao fazê-lo rememoro nas palavras do padre Nonato Pinheiro, registradas na poltrona presidencial desta Casa quando da sessão de memória do desembargador Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro, palavras quase finais do desembargador, no leito que acolheria seu último sono sobre a terra, ao receber Péricles Moraes, o presidente da Academia e balbuciar em lágrimas: “Péricles, é a despedida. Deixo para você e para os acadêmicos o meu coração”.¹¹ Em verdade vos digo, mais do que isto, deixou-nos o neto primogênito que lhe herdou o próprio nome.

E o coração sois vós. Sede bem-vindo. Chegai para romper o silêncio que estava imposto à cadeira de nº 3, e trazeis o idealismo de vossa vida.

9. INGENIEROS, José.
O homem medíocre. 9ª
edição. Rio de Janeiro:
Editora Getúlio Costa,
s/data, p. 152.

10. ROSA, João Guimarães,
op. cit.

11. PINHEIRO, Nonato
(pe.). Palavra de abertura.
Revista da Academia
Amazonense de Letras,
nº 7, outubro de 1957.
Manaus: Editora Sérgio
Cardoso Ltda., 1957, p. 137.

— A humanidade de Machado de Assis

posse do acadêmico JOSÉ BRAGA

Em seu leito de agonia, o fidalgo Quixote de La Mancha vive seus últimos instantes. Sua fisionomia, com os derradeiros sofrimentos físicos e mentais que experimentou, afilou-se quase à transparência. O cavaleiro heroico está prestes a desaparecer.

Ajoelhado, ao pé da cama, o fiel escudeiro dissolve sua tristeza em copiosas lágrimas. De súbito, humano e frágil que é, faz superada a fidelidade pela cobiça frustrada. Por última vez, quem sabe, primeira até, invectiva o amo:

- Meu senhor, por que tanto sofrimento vão, tantas derrotas humilhantes, se, afinal, tudo o que perseguimos não passava de ilusórios sonhos?

O outrora engenhoso fidalgo, despertado para a vida pela censura amarga, reúne suas últimas forças, ergue seu combalido corpo, senta-se e, num fio - mas enérgico - de voz, lega à humanidade sua última lição maravilhosa de comovente esperança:

- Mas como, fiel Sancho, me falas de sonhos ilusórios, falaciosos? Por certo enlouqueceste.

E arremata, já com a sabedoria dos que veem além d vida:

- Os sonhos existem, valoroso escudeiro!

No momento em que vindes receber-me e abrigar neste cenáculo, luzeiro da inteligência planiciária, dando-me assento entre vós na Cadeira 9 do imortal Machado de Assis, excelsa glória de nossas letras -, permiti que, ainda temeroso, adentre de manso, de leve a vossa Casa e comece esta fala retribuindo-vos a justificação de minha escolha, com a confiança de um sonho de menino, o mais belo sonho de minha vida: esta noite, este momento, esta posse.

Não me deprime a imodéstia, e o que espero de vós, o que vos peço é compreensão à minha vaidade e ambição.

1. Cadeira nº 9, de Machado de Assis, em 22 de maio de 1992.

Permiti que evoque, tomado de incontida emoção, suaves lembranças de minha infância e só assim poderei, penetrando o meu coração, conhecer o menino e bendizer-lhe o acalentado sonho.

Vem-me da infância, vem do berço o culto às belezas do espírito, mercê das felizes circunstâncias que a vida generosamente me prodigalizou.

Era modesta a nossa casa. Pobre, direi melhor. Meus pais, ameaçados pela seiva intelectual, cuidaram de dar aos filhos amor e educação. Vocacionada para a família e o magistério, minha mãe esmerou-se na nossa educação, inculcando-nos o amor às letras e à música. Hoje – 84 anos! – a dar a todos magníficas lições de humanismo e vitalidade intelectual à frente da fundação instituída para preservar a memória de meu pai, assiste mais de cem crianças – o mesmo ideal, a mesma força, o mesmo amor. Meu pai, homem simples, grande espírito. Militou na imprensa, na política, fundou partidos e sindicatos, lutou pela justiça social; palavra fluente, redigia com elegância e correção, compondo versos com grande maestria; sólida formação moral, deixou-nos o exemplo de uma vida digna e, com seus dons intelectuais, despertou-nos o gosto pela poesia e a oratória.

Desde cedo, na escola, João e eu – irmãos e cúmplices de tantos sonhos nesta caminhada que ultrapassa meio século – vivíamos os primeiros encantos da tribuna e da ribalta, o estímulo e a alegria dos aplausos, escolhidos para exaltar as grandes datas. O discurso, o poema meu pai os fazia à luz soturna de um candeeiro, consumindo madrugadas, sob os nossos olhares indagadores de meninos e a terna vigilância de mamãe, todos em volta da grande mesa de refeições no velho sobrado de madeira do boulevard Amazonas, hoje desaparecido.

Não nasci poeta – e tenho pena! –, mas trago “a paixão congênita” da poesia, da música, do belo...

Tenho para mim, não sem reconhecer e proclamar a sincera amizade que meus pais lhe devotavam, em tudo correspondida, que a escolha de Adriano Jorge – o grande, o inolvidável, o imortal Adriano Jorge! – que a escolha de Adriano Jorge para meu padrinho deu-se por força daquela superior sintonia de espíritos e da admiração aos

seus atributos morais e intelectuais, que a mim meus pais desejavam por certo oferecer um paradigma de virtudes e de saber. 137

Lembro-me dele como se o visse agora, nesta sala, nesta noite, nesta festa. Aos ouvidos do menino ainda ressoam a intrépida voz e as palavras, sempre as mesmas palavras de ternura com que me abençoava, a mão espalmada de leve como pluma sobre a minha cabeça, os olhos crédulos e súplices voltados para o alto – o menino tomado de orgulho e vaidade: “Deus te faça bonito e inteligente como teu padrinho!”.

De quando em quando, ia vê-lo na farmácia Barreira onde acudia os doentes e alimentava os espíritos. Ali, nos fins de tarde, tomava-me ao colo enquanto palestrava com graça e erudição sobre assuntos de política, saúde, educação, teatro, música, história, filosofia... à volta as mais rutilantes expressões da intelectualidade amazonense. Na Câmara Municipal aplaudi-o muitas vezes em momentos especiais, que ali se comprimiam homens do povo, intelectuais, estudantes e mulheres bonitas e elegantes, para ouvi-lo.

Mas foi aqui nesta Casa, neste salão, em noites assim de bênçãos e de flores, na companhia de meu pai, cuja presença pressinto agora, foi aqui, sob o pálido espiritual de Adriano Jorge que sonhei com a glória desta hora. Tantas vezes sonhei...

As noites da Academia eram belas! Que vos diga Ramayana de Chevalier o encanto daquelas noites, “densas noites de inteligência e de graça”:

O Amazonas era, por essa época, uma praia remota, polvilhada de oiro, onde naufragaram aventureiros e artistas de todos os quilates. Jasões e Teseus riscavam as suas avenidas claras, ombreavam-se nos seus clubes elegantes. O acontecimento, porém, era o serão da Academia. Trinta homens, espumas doiradas de um imenso sonho agonizante, compunham o sodalício. Cada um na sua cadeira, de espaldar elevado, de oiros em relevo, formando alas. Na mesa, presidindo, como alguém que roçasse as asas na dos anjos, esse fulgurante Adriano Augusto de Araújo Jorge, que o Amazonas fogacitou para nunca mais soltar. Eu, ainda menino, contemplava-o como a um Hércules do pensamento. Suas palavras desciam sobre nós ao jeito de uma bênção que renova, de um jorro de luz que re-

dimia. O que me comovia era o brilho daqueles olhos que aureolavam a Academia. Os titulares todos fagulhavam, como se aquela fosse a última noite de suas existências. Viviam esses olhos, mágicos, belos, uns fatigados, outros ardentes, dardejando talento, semeando cultura. Eu tinha a impressão de que, apagadas as luzes do teto, o salão continuaria claro no fogo daqueles olhos magníficos. (...) Talvez, em raros Estados do Brasil, se houvesse reunido uma tão brilhante Companhia! Aos Amazonenses crianças como eu, a esse tempo, a Academia representava um padrão de alta cultura, de deslumbramento, de ironia, de sagacidade, de sonho...

O vinho inebriante, servido em taça de ouro, exala e perfuma esta sala.

Belos tempos, de poesia e sonhos! Impossível resistir à magia daqueles momentos, mágicos momentos de luz que se eternizaram no silêncio das noites, no meu sonho e na minha saudade.

— CADEIRA

Mas por que vos falar de sonhos?

Que força, que energia, que luz mais penetrante teria aberto na selva, nos idos de 1918, os clarões desta Academia, galvanizando, indiferente às borrascas e ao tempo, as mais belas vocações literárias, artísticas e científicas do Amazonas?

Diante da cadeira que me destinais, os olhos abrasados pela luminosidade que esplende, por um momento vacilo, paro, extasio-me! Nela, a síntese magnífica de quatro gloriosos destinos: Benjamin Lima, Félix Valois, Pereira da Silva, Homero de Miranda Leão. Inclino-me!

— BENJAMIN LIMA

Não guardo de Benjamin Franklin de Araújo Lima, fundador deste sodalício, a impressão pessoal, definitiva, dos gestos, da conversa, dos entusiasmos, das reservas, das simpatias, dos silêncios, que isso não se percebe por meio da informação, da leitura, do retrato. Mas quanto sei pelas impressões recolhidas de seus contemporâneos, me entusiasmo e comove.

Poeta, dramaturgo, crítico, jornalista, advogado, espírito irrequieto de esbanjadora cultura, “sua personalidade – recorda Maria Jacintha – teve sentido mais completo: trouxe ao lado de seu grande talento, bondade e ternura, que prodigalizava a todos quantos dele se acercavam. Sugeriu sempre, por essa bondade e por essa ternura – e também por sua sabedoria – a imagem da árvore que agasalha e da fonte que dessedenta”. Embora “atormentado pelo drama de cruciante enfermidade, que contrastava paradoxalmente com os triunfos de sua carreira de escritor”, testemunha Péricles, jamais se deixou vencer e, nesse difícil embate, triunfa sempre em gloriosa ascensão nas letras, granjeando largo e merecido prestígio nacional.

Paschoal Carlos Magno, ao louvar-lhe a vida no momento comovido da morte, oferta-lhe com as flores perfumadas da amizade estas palavras, que caem sobre a lápide como um tributo de justiça a tudo que foi e construiu:

Se tivesse falado à beira de seu túmulo, não lhe diria adeus, em nome do teatro, mas dos que moços de verdade, mesmo que não sejam mais moços como é o meu caso. Porque Benjamin Lima era um permanente animador de heroísmos e das façanhas idealistas, que são os únicos verdadeiramente jovens no mundo velho. Quando forem publicados em livro os artigos que assinou, ver-se-á seu interesse pelos novos, sua capacidade de compreensão pelos anseios das gerações que o sucederam, seu desejo de servir a quem quer que fosse desde que tivesse um sonho e por ele se batesse.

Que mais se pode exaltar num homem? Justo eu que fui, sou e serei sempre um visionário!

Além da obra que o imortalizou, duas expressivas, mais que merecidas justas homenagens, exalçam o seu nome em reconhecimento aos grandes préstimos de sua vida ao Amazonas e ao país: o Curso de Teatro “Benjamin Lima”, do Ministério da Educação, que ao teatro dedicou boa parte de sua proveitosa existência escrevendo, ensinando, promovendo; e a Cadeira nº 37 desta Academia, onde refulge a vulcânica inteligência de Carlos de Araújo Lima, filho e herdeiro do caráter e do talento.

Poeta, escritor e filólogo; advogado, jornalista e professor, espírito acadêmico por excelência, Félix Valois Coelho deu ao Amazonas, que tanto exaltou, bela e fecunda contribuição moral e intelectual. Na arte, na vida pública, nos caminhos todos que percorreu, foi padrão de virtudes, e “só as virtudes, disse o filósofo, tornam imortal o homem perecível”.

“Ninguém, sem exagero, como pôde capitar Moacyr Rosas na convivência mais próxima, ninguém o excedera no culto à Moral, porque ele repelia a injustiça, apostolava a lealdade à língua, nada fazia à força, mas pela persuasão, através de luminosas ponderações e seguros ensinamentos”.

Na cátedra, verdadeiro apostolado, guiou gerações, animou espíritos, apontou caminhos aconselhando e ensinando. Professor de língua portuguesa, era inflexível na obediência aos cânones da boa linguagem e sabia, com o carisma de sua personalidade e do seu talento, despertar o interesse dos novos pelo estudo do idioma, que conhecia com a profundidade de um sábio.

Artista, consumia-o “sentimento de beleza, o senso da extesia”, e na busca incessante, na infatigável busca da perfeição, foi que viveu e produziu, alçando-se a vertiginosas alturas.

— PEREIRA DA SILVA

*Quando o homem chegou
O meio-dia incendiava-lhe os sentidos.
A grande Selva parecia uma noiva de joelhos,
Coroadada de lírios d'água,*

*Conduzida pelos sonhos.
A alma cantando baixinho,
Aos pés do altar,
A marcha nupcial que só as virgens compreendem,
Na sublimação da ansiedade*

De entregar-se.

*Esse homem trazia em sua frente,
Larga e audaciosa,
A sinuosidade das rugas superpostas,
Remarcando os desvãos de seu destino.
Os sulcos de sua face
Eram profundos como os seus sofreres.*

*Dominador, pisou firme no chão,
O olhar desafiante,
Resoluto como um deus!
E gritou para o sol do meio-dia:
'É minha esta Terra Moça!
São minhas estas águas Grandes!
São minhas estas árvores gigantes!*

...

*'Estas praias acariciantes bastarão
Para alvejar toda a extensão de minha saudade.
Saudade do sertão, que deixei chorando e morrendo,
Quando, num fim de tarde, eu me senti no mar,*

*Ao Léu de mim mesmo,
Como um trapo de ser,
Sem uma gota de fé!*

...

*'Amo esta Terra Verde e hei de saber querê-la,
Prendê-la,
Fecundá-la,
Como os amantes másculos dominam o coração
Das mulheres sem alma.
...O homem e a terra,
Desde a aleluia dessa hora,
Se possuíram e se compreenderam!*

- 142 Sim, o poeta realizaria entre nós o seu destino. Francisco Pereira da Silva deu-se por inteiro ao Amazonas, física e espiritualmente. Soube querer e possuir a terra que amou e fecundou com a seiva prodigiosa da inteligência e do seu trabalho. Nas letras, que poliu e elevou, consagraram-no as glórias da imortalidade. Homem de fé, jamais deixaria de sonhar com a aurora redentora na terra que o acolheu e consumiu. Deputado federal, vislumbra um caminho novo para o Amazonas e, com a lei da Zona Franca de Manaus, anunciava a nova hora, reescrevendo a sua história.

— MIRANDA LEÃO

Do ângulo da minha admiração e da minha reverência, vejo agora o vulto de Homero de Miranda Leão, mãos estendidas em delicado gesto para o abraço comovido deste reencontro... Porte elegante, o passo firme e leve, movimentos sóbrios, a voz macia e aveludada, palavra gentil, comedida e respeitosa. Homero era assim... era assim esse espírito predestinado ao ofício do amor e da poesia!

Na política foi sempre o mesmo homem sóbrio, polido, sensato, fiel às bandeiras partidárias, mas acima de tudo submisso aos superiores interesses de sua gente, honrando em sucessivos mandatos, durante quarenta anos, a escolha consagradora dos coestaduanos. Nada o fez resvalar na desonra, na mesquinhez, jamais descendo ao terreno da ofensa, do insulto, da retaliação moral, inatacável que sempre foi no caráter e na conduta. Deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa, governador do Estado em exercício, foi exemplo irrepreensível de dignidade, de retidão e de trabalho.

Poeta, retratou o homem amazônico nas suas angústias e sofrimentos, abandono e esperanças; suas lendas, o rio, os pássaros, a floresta, diante dos olhos a lendária Mundurucânia - soube amar e engrandecer.

Deste-me, senhores acadêmicos, o tributo honroso de difícil sucessão, que muito me obriga diante de vós, já agora com o inadiável dever de falar-vos da excelsa figura de Machado de Assis, sob cuja égide me ungis nas águas lustrais desta Academia.

Premiando-me uma vez mais, e para que não faltem nesta noite o encanto, a graça, o brilho a que vos acostumastes, trazeis para receber-me neste cenáculo austero e eclético o acadêmico Plínio Ramos Coelho.

Não sabíeis que a vossa generosidade e o zelo pelo prestígio das letras na “mansão helênica de suas graças”, como a escolha faz sentir, tocaria fundo o meu coração. É que a presença, hoje, nesta tribuna, de Plínio Coelho – confrade ilustre da Academia Amazonense de Letras Jurídicas, onde também ressumbra o seu saber onímodo, e com quem tive o privilégio da convivência acadêmica na congregação da vetusta Faculdade de Direito do Amazonas – a presença de Plínio Coelho, hoje, na tribuna, estabelece uma “equação de bruma e sol”, como disse o poeta, de passado e de presente.

1958. Eram os encantos dos primeiros voos; o Instituto de Educação do Amazonas, o horizonte. Aprovado nos exames do Ministério da Educação para professor de língua portuguesa, realizo o grande sonho: por nomeação do Plínio Ramos Coelho, assumo a Cadeira de Literatura do curso de professores. E fostes vós, acadêmico Plínio Coelho, chegado ao ápice de vossa carreira política para realizar os ideais do trabalhismo no Amazonas, cuja bandeira meu pai desfraldara nos idos de 1930, na esperança de uma sociedade mais humana; ideal por que também me bati nos ardores da minha mocidade, ao vosso lado, nos palanques, em praça pública, e que hoje, sob o signo do Direito e da Justiça, guia-me a pena de Magistrado – fostes vós que praticastes aquele ato, decisivo na vida do jovem e inexperiente professor...

Unem-se, pois, esses dois momentos tão distantes no tempo e tão próximos e intrinsecamente entrelaçados pelo que refletem do meu passado, da minha vida, dos meus ideais, unem-se esses dois momentos de um só destino, de um mesmo sonho, pela presença de Plínio Coelho ontem a abrir-me os caminhos do magistério, hoje, os da imortalidade acadêmica.

Por tudo agradeço a Deus a vós, senhores, com humildade.

— MACHADO DE ASSIS

Pode parecer estranho que para falar da vida de Machado de Assis inicie com a sua morte. É que a vida, dimensão de nossa temporalidade,

144 **dade e identidade no mundo – diz Jaspers – só se completa com a morte, porque enquanto existentes estamos sendo e somente a morte diz o que fomos.**

Essa inversão, aliás, Machado de Assis adotou nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*, ainda que por outras razões, como se pode ver na magnífica prosa:

Algum tempo hesitei se devia abrir estas memórias pelo princípio ou pelo fim, isto é, se poria em primeiro lugar o meu nascimento ou a minha morte. Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimento, duas considerações me levaram a adotar diferente método: a primeira é que eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor, para quem a campa foi outro berço; a segunda é que o escrito ficaria assim mais galante e mais novo.

Joaquim Maria Machado de Assis morreu aos 69 anos de idade, no Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1908, às 3h20 da madrugada, na casa 18 do Cosme Velho, onde morava. Presentes poucos amigos da família e intelectuais mais chegados: Mário de Alencar, José Veríssimo, Graça Aranha, Euclides da Cunha, Coelho Neto, Raimundo Correia e Rodrigo Otávio.

A última visita ao enfermo foi de um desconhecido, como narra Euclides da Cunha em artigo comovente publicado no dia seguinte no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro.

O texto é primoroso, tanto na forma como no sentido que extrai do inusitado acontecimento o autor de *Os Sertões*, que tudo presenciara. Reproduzo alguns trechos para mostrar o cenário dos derradeiros instantes de vida do grande homem e maior escritor brasileiro:

Na noite em que faleceu Machado de Assis, quem penetrasse na vivenda do poeta, em Laranjeiras, não acreditaria que estivesse tão próximo o triste desenlace da sua enfermidade. Na sala de jantar, para onde dava o quarto do querido mestre, um grupo de senhoras – ontem meninas que ele carregava nos braços carinhosos, hoje nobilíssimas mães de famílias – comentavam-lhe os lances encantadores da vida e reliam-lhe antigos versos, ainda inéditos, avaramente guardados nos álbuns caprichosos.

As vozes eram discretas, as mágoas apenas rebrilhavam nos olhos marejados de lágrimas, e a palidez completa no recinto onde a saudade glorificava uma existência, além da morte.

No salão de visitas viam-se alguns discípulos dedicados, também aparentemente tranquilos.

E compreendia-se desde logo a antilogia de corações tão ao parecer tranquilos na iminência de uma catástrofe. Era o contágio da própria serenidade incompatível e emocionante em que ia a pouco e pouco extinguindo-se o extraordinário escritor. Realmente, na fase aguda de sua moléstia, Machado de Assis, se por acaso traía com um gemido e uma contração mais viva o sofrimento, apressava-se em pedir desculpas aos que o assistiam, na ânsia e no apuro gentilíssimo de quem corrige um descuido ou involuntário deslize. Timbravam em sua primeira e última dissimulação: a dissimulação da própria agonia, para não nos magoar com o reflexo de sua dor. A sua infinita delicadeza de pensar, de sentir, e de agir, que no trato vulgar dos homens se exteriorizava em timidez embaraçadora e recatado retraimento, transfigurava-se em fortaleza tranquila e soberana.

E gentilísimamente bom durante a vida, ele se tornava gentilmente heroico na morte...

Desapontamento. Mas aquela placidez augusta despertava na sala principal, onde se reuniam Coelho Neto, Graça Aranha, Mário de Alencar, José Veríssimo, Raimundo Correia e Rodrigo Otávio, comentários divergentes. Resumia-os um amargo desapontamento. De um modo geral, não se compreendia que uma vida que tanto viveu as outras vidas, assimilando-as através de análises sutilíssimas, para no-las transfigurar e ampliar, aformoseadas em sínteses raiosas -, que uma vida de tal porte desaparecesse no meio de tamanha indiferença, num círculo limitadíssimo de corações amigos. Um escritor da estatura de Machado de Assis só devera extinguir-se dentro de uma grande e nobilitadora comoção nacional.

Era pelo menos desanimador tanto descaso - a cidade inteira, sem a vibração de um abalo, derivando imperturbavelmente na normalidade de uma existência complexa - quando faltavam poucos minutos para que se cerrassem 40 anos de literatura gloriosa...

Neste momento, precisamente ao anunciar-se esse juízo desalentado, ouviram-se umas tímidas pancadas na porta principal da entrada.

Abriram-na. Apareceu um desconhecido: um adolescente, de 16 ou 18 anos, no máximo. Perguntaram-lhe o nome. Declarou ser desnecessário dizê-lo: ninguém ali o conhecia; não conhecia por sua vez ninguém; não conhecia o próprio dono da casa, a não ser pela leitura de seus Livros, que o encantavam. Por isso, ao ler nos jornais da tarde que o escritor se achava em estado gravíssimo, tivera o pensamento de visitá-lo. Relutara contra essa ideia, não tendo quem o apresentasse: mas não lograva vencê-la. Que o desculpassem, portanto. Se lhe não era dado ver o enfermo, dessem-lhe ao menos notícias certas de seu estado.

E o anônimo juvenil – vindo da noite – foi conduzido ao quarto do doente. Chegou. Não disse uma palavra. Ajoelhou-se. Tomou a mão do mestre, beijou-a num belo gesto de carinho filial. Aconchegou-o depois por algum tempo ao peito. Levantou-se e, sem dizer palavra, saiu.

À porta, José Veríssimo perguntou-lhe o nome. Disse-lho.

Mas deve ficar anônimo. Qualquer que seja o destino desta criança, ela nunca mais subirá tanto na vida. Naquele momento o seu coração bateu sozinho pela alma de uma nacionalidade. Naquele meio segundo – no meio segundo em que ele estreitou o peito moribundo de Machado de Assis, aquele menino foi o maior homem de sua terra.

Ele saiu – e houve na sala, há pouco invadida de desalentos, uma transfiguração.

No fastígio de certos estados morais concretizam-se às vezes as maiores idealizações.

Pelos nossos olhos passara a impressão visual da Posteridade...

O corpo de Machado de Assis permaneceu durante todo o dia em câmara ardente na casa do Cosme Velho e, a partir das 19h30 até 16 horas do dia seguinte, na sede da Academia Brasileira de Letras. Foi sepultado ao lado de Carolina, esposa extremada e fiel companheira ao longo de 35 anos, falecida havia apenas quatro, a quem prometera o poeta, chorando a sua morte:

*Querida, ao pé do leito derradeiro
Em que descansas dessa longa vida
Aqui venho e virei, pobre querida,
Trazer-te o coração do companheiro.*

Cobriu-se de luto a cidade do Rio de Janeiro, luto oficial decretado pelo governo. O povo foi às ruas para o adeus ao grande homem, e o enterro, com enorme acompanhamento, era a prova mais eloquente do prestígio do escritor, não obstante a sua vida pacata e recolhida, afeito apenas ao lar, às obrigações do serviço público a que se doara com irrepreensível conduta, e ao ofício das letras que poliu e elevou na Academia, na imprensa, nos livros.

Na câmara ardente, à saída do enterro, Rui Barbosa proferiu as despedidas ao mestre em nome da Academia Brasileira de Letras. Peça oratória de rara beleza e sensibilidade, como se pode ver do breve excerto:

Não é o clássico da língua; não é o mestre da frase; não é o árbitro das letras; não é o filósofo do romance; não é o joalheiro do verso, o exemplar, sem rival, entre os contemporâneos, da elegância e da graça, do aticismo e da singeleza no conceber e no dizer; é o que soube viver intensamente da arte, sem deixar de ser bom. [...] Modelo foi de pureza, correção, temperança e doçura; na família, que a unidade e devoção do seu amor converteram em santuário; na carreira pública, onde se extremou pela fidelidade e pela honra; no sentimento da língua pátria, em que prosava como Luiz de Souza e cantava como Luiz de Camões; na convivência dos seus colegas, dos seus amigos, em que nunca deslizou da modéstia, do recato, da tolerância, da gentileza.

Um ano após a morte de Machado de Assis, como que para testemunhar o respeito e a admiração dos que mais de perto acompanharam a sua trajetória luminosa, foi afixada na frontaria da casa do Cosme Velho uma placa de bronze em sua memória. Olavo Bilac pronunciou um discurso comovente, tão viva estava ainda na lembrança de todos a sua insubstituível presença. Naquele mesmo ano, Rui Barbosa, já então presidente da Academia Brasileira de Letras, levaria uma legião de amigos, discípulos e admiradores de Machado de Assis para visitar a velha casa, demonstrando quanto fora amado aquele homem boníssimo, modesto e culto.

Pelo que contém de belo e humano, ofereço-vos umas passagens do discurso de Bilac ao inaugurar o bronze:

Aqui viveu Machado de Assis vinte e quatro anos de trabalho sem trégua e de pensamento incessante. Neste quieto recanto da cidade, longe de 'agitações e lutas', fugindo à curiosidade pública, ao louvor da multidão, à popularidade fácil, e à sedução brilhante mas estéril da política - dividiu ele o melhor da sua existência, vinte e quatro anos da sua maturidade fecunda, entre o gozo recatado da sua felicidade doméstica e o gozo igualmente discreto da sua arte. Aqui sonhou, aqui pensou, aqui edificou a sua glória. Noite alta, entre estas folhagens amigas, que resguardam zelosamente o ninho do seu afeto e a oficina do seu pensamento, brilhava o clarão da lâmpada que alumiaava a sua operosa vigília. Conheciam-no bem estas árvores, estas flores, e as aves que o saudavam ao romper da manhã; todas as coisas inanimadas e todos os seres inocentes deste poético retiro conheciam e amavam aquele austero poeta e aquele meigo beneditino, voluntariamente clausurado na tarefa paciente e no sonho criador. [...] Daqui saíram muitos dos seus melhores livros, vasta cadeia de primores, coroada por essa flor de saudade e amargura, por esse amável Memorial de Aires, onde, sob o véu de uma ficção primorosa, a alma viúva e ferida do escritor celebra na virtude e na ventura de um lar modelo a antiga ventura e a antiga virtude do seu próprio lar enlutado. [...] E aqui vem hoje a Academia Brasileira trazer-lhe a expressão comovida do seu respeito e da sua saudade. [...] E há de o tempo morder e devorar esta placa de bronze; hão de as soalheiras e as chuvas arruinar e aluir esta casa; mas, se um horroroso cataclismo social não dispersar esta nossa raça, e não aniquilar a língua que falamos, a nossa romaria de hoje terá sido o início de uma glória perpétua.

Anos depois, a casa 18 do Cosme Velho foi demolida para dar lugar a um desses empreendimentos imobiliários milionários, ainda que para isso fosse necessário tombar na paisagem de um dos lugares mais belos do Rio de Janeiro as velhas árvores, fazendo bater em retirada para longe o passaredo. E, para que se não dissesse que somos um povo sem memória, encravou-se na calçada o bronze, homenagem ao pensamento, ao saber, à beleza, à história, ao gênio, ao imortal Machado de Assis...

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu de família pobre, no morro do Livramento, na cidade do Rio de Janeiro, em 21 de junho

de 1839. O pai, homem simples, pintor de igrejas, descendente de escravos; a mãe, modestíssima dona de casa; de origem portuguesa. Órfão de mãe aos dez anos de idade, perdeu o pai em seguida, mal completara 12 anos. Foi criado pela madrasta que, com a morte do marido, empregou-se no bairro de São Cristóvão ganhando a vida fazendo doces que o menino vendia nas redondezas.

Menino pobre, mulato, de saúde frágil, epilético, com dificuldades da fala, não se tem notícia de que Machado tenha recebido instrução regular além do curso primário, auxiliado pela madrinha, viúva do brigadeiro e senador do Império Bento Barroso Pereira, e por uma senhora francesa, dona de uma padaria, que lhe ensinou as primeiras lições de francês.

Não há, entre os seus biógrafos, inteira concordância quanto aos primeiros anos de vida e mesmo os anos de mocidade de Machado de Assis. Alguns aspectos como a epilepsia e as dificuldades da fala não parecem de todo bem esclarecidos. Diz-se que foi curado da gagueira, mas um diálogo que tivera com a atriz Ismênia dos Santos, a que se refere Peregrino Júnior no seu livro *Doença e constituição de Machado de Assis*, parece não confirmar a assertiva:

[...] surpreendida de vê-lo conversar com grande fluência, confessou (a protagonista), com uma franqueza grosseira e chocante, o seu espanto.

- Ora, veja, Seu Machado, tinham me dito que o senhor era tão gago, e entretanto fala até muito bem!

Ele, que era sempre tão polido e discreto, respondeu imediatamente, num tom irritado e sarcástico:

- Calúnias, minha senhora, calúnias. A mim também me disseram que a senhora era muito estúpida, e eu vejo que não é tanto assim!

Nem mesmo o seu círculo de amizades, salvo na idade adulta em contato com outros intelectuais, está suficientemente aclarado. O que se sabe ao certo é que Machado de Assis era de origem humilde e recatado.

É com essa origem modesta e numa sociedade escravocrata, preconceituosa, na transição do Império para a República, que “o menino pobre, escurinho, enfermício e carente de formação intelectual”

150 iria realizar a sua humanidade até alcançar a culminância de maior figura das letras brasileiras, ou como já se disse, “o maior escritor das Américas e o maior prosador da língua portuguesa”.

Superando as carências da falta de escolaridade, foi autodidata, chegando a dominar idiomas estrangeiros como o francês, o inglês, o italiano, o espanhol, o grego.

Romancista, contista, poeta, crítico e jornalista, considerado o maior nome da literatura brasileira, iniciou-se nas letras aos 16 anos publicando seu primeiro poema na revista *Marmota Fluminense*. Em 1856 entrou como tipógrafo aprendiz na Tipografia Nacional. Foi revisor no *Correio Mercantil* (1859), ingressando depois no serviço público, onde ocuparia mais tarde funções de alta responsabilidade. Participou ativamente na imprensa como crítico literário, estreando em 1861 no teatro e, em 1864, na poesia com o livro *Crisálidas*. Em 1896, ajudou a fundar a Academia Brasileira de Letras sendo eleito seu primeiro presidente, cargo que ocupou durante doze anos, até a sua morte.

Notável ficcionista, sua obra, produzida na transição e passagem da aristocracia rural para o domínio da burguesia, reflete o tempo e o meio retratando a sociedade brasileira, a sua cultura, o seu modo de vida, os valores.

Essa obra foi erigida em permanente e obstinado contato com os grandes escritores no trabalho metódico do aprendizado das técnicas da arte literária que ele conseguiu dominar, sem no entanto filiar-se a escolas, receptivo ao que melhor se adequasse ao seu estilo.

Como então explicar esse fenômeno?

Procuro entendê-lo socorrendo-me uma vez mais do filósofo alemão contemporâneo Karl Jaspers, ao discorrer sobre a construção e o inacabamento do ser humano:

Para transcender-se, não basta ao homem a sensação ou o gozo de imagens mitológicas, nem o sonho, nem o uso de palavras sublimes, como se nelas a realidade estivesse inclusa. Só na ação sobre si mesmo e sobre o mundo, em suas realizações é que ele adquire consciência de ser ele próprio, é que domina a vida e se ultrapassa.

[...] *As potencialidades do homem enquanto homem permanecem ocultas em sua liberdade. Não cessarão de manifestar-se pelas consequências dessa liberdade. Enquanto existirem, os homens serão empenhados na conquista de si mesmos.* 151

Machado de Assis é um exemplo eloquente de quanto pode o homem na construção de si próprio, da sua humanidade. Um mistério, como já se disse, “que só se explica pelo poder do espírito, que sopra onde quer”.

E o que legou aos pósteros, esse espírito iluminado?

A obra e o exemplo! Obra inexcelsível, monumental, que conheceis. E o exemplo de uma vida a serviço do Bem e do Belo.

Disse Machado de Assis que “os grandes, os maiores, os máximos escritores não são para serem analisados e criticados. Não são, sequer, para ser comentados. São única e exclusivamente, para ser lidos”.

Machado é como Beethoven... Diante do gênio, só nos resta admirá-lo!

Senhores acadêmicos, na plenitude deste momento despeço-me na tribuna para ficar entre vós.

Os sonhos existem!

✠ JOSÉ BRAGA

— Saudação

posse do acadêmico JOSÉ BRAGA

Titão ainda não atrelara seu quarto corcel – Eoo, no afastar o manto de nanquim e estrelas com que se veste a deusa das Trevas, a Noite, e, por conseguinte, lançar golfadas de hemácias que traduzem saúde e caudais de ouro que prometem riquezas, para que, desperta, esplenda a sua esposa, a deusa Aurora – Eos e já, pé ante pé, buscávamos o escrínio de nossas recordações amoráveis e, ali, colocávamos mais um sagrado seixo branco entre os que marcam a nossa vida – *albo lapillo notare diem!*

É que, no dia de hoje, na pirotecnia da palavra, um novo astro de primeira grandeza seria incrustado na abóbada desta Casa para demarcar a imortalidade da fúlgure obra intelectual que o novo acadêmico – Dr. JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA BRAGA – vem espargindo nos céus do mundo jurídico brasileiro, como se nova via láctea.

Seria necessário perguntarmos sobre o enunciado, a quem esta oficina de Aurífices de Letras incumbiu de receber. Vimo-lo assumir a tribuna e esta se iluminar com a incandescência de seu verbo como se sol nascente e zênite ou ocaso, quando, até ao descer, este recinto pareceu uma sobretarde amazônica, cunhada por Alfredo Ladislau, em *Terra Imatura*, como “esbanjamento de luzes e cores”.

E não podia deixar de ser assim. O intelectual que temos a honra de saudar neste Templo da Inteligência, já lançava aos 21 anos de idade luzes do saber nas amplas salas em que se formam os escultores dos talentos de nossos filhos – como professor da língua que Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac definira como “a última flor do Lácio inculca e bela”, publicando, a seguir, trabalho intitulado *Instruções Ortográficas*, que mereceu a honra da crítica científica do filólogo padre Nonato Pinheiro, cintilante estrela desta Casa.

Mas o coruscar da inteligência continua em trajetória faiscante ao bacharelar-se em Direito pela nossa vetusta e sempre aureolada Faculdade de Direito de onde saíram para fulgurar nas nossas letras jurídicas um Oyama Cesar Ituassú, que nos preside pela nossa vontade unânime, um saudoso Leôncio Salignac, um Mário Ypiranga Monteiro, um João Mendonça de Souza, para lembrarmos o ex-presidente deste sodalício, um Lafayette Vieira, um João Crisóstomo de Oliveira, um Paulo Jacob, um Waldemar Baptista de Sales, um Paulo Nery, um Áderson Dutra, um Robério Braga, um Leopoldo Peres, os pranteados João Nogueira da Mata e Mário Verçosa, que nos deixaram, estes últimos, obras imorredouras – e tantos outros vultos não integrantes desta Tenda de Ourives mas que foram, lá fora, na Magistratura, Ministério Público, Procuradorias e Advocacia, o sistema orográfico dos nossos juristas, cujos nomes, se agora elencados, não cedo terminaríamos esta saudação.

Não se trata, porém, de estrela cadente, que se acende e apaga riscando a abóbada celeste. Não. O filho de Lourenço da Silva Braga e Sebastiana dos Santos Pereira Braga, dois exemplos paradigmáticos de pais e pedagogos, refulgiu com brilho invulgar na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro ao ser diplomado doutor em Direito, o mesmo ocorrendo na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde, em 1976, se aperfeiçoou em Ciências Jurídicas e em 1978 fora considerado mestre em Ciências Jurídicas.

Não são apenas esplendores de um estudioso em que cada diploma tem a fulguração diamântica da inteligência. Há também uma luminosidade de arco voltaico ao ser aprovado, aos 20 anos de idade, em concurso para ingresso no serviço público do Estado e, mais tarde, laureado com aprovação em 1º lugar no concurso de provas e títulos para o ingresso na Magistratura do Trabalho, sendo por consequência, hoje, juiz-presidente da 6ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus e, no momento, com assento no Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

Diplomas que fulgem! Concursos que incendeiam! Incandescência nas obras! Estrela candente em ignição pela profissão da polimatia!

Na prática, o juiz sabe que fala pelo espírito da lei, pois como ensinava São Paulo em uma de suas epístolas – a letra mata, o espírito

154 vivifica – *littera occidit, spiritus autem vivicat*, não ignorando que o excesso de formalismo ainda que buscando Justiça injuria à própria Justiça – *summum jus, summa injuria*, razão por que atua respeitando a Lei que lhe delega e deputa poderes para oracularmente agir em consonância com os ditames de seu entendimento e a conjuntura social, em sindérese de comportamento.

Na cátedra, ensinando Direito do Trabalho e Direito Agrário na nossa querida Faculdade de Direito; Educação Moral e Cívica, no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora; Português no Instituto de Educação, na Escola Técnica de Comércio Senador Lopes Gonçalves e no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora ou Direito Agrário em Curso de Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – quem teve a honra de ter sido seu aluno e dessedentar – se na fonte luminosa de onde brotam correntes de luzes do saber, há de agradecer a Deus a graça que lhe foi conferida.

Como jurista, não foi por acaso que todos o fizemos presidente da Academia Amazonense de Letras Jurídicas em galardão às suas palestras, conferências e sentenças estereotipadoras de onímoda da cultura no culto da deusa Têmis e de seus trabalhos de jusperícia como o *Instituto do Comodato e sua Aplicação no Direito Agrário Brasileiro*, *Estudos de Direito Agrário I e II*, *O Trabalhador Rural Perante a Previdência Social*, *Função Social da Empresa*, *Função Social da Terra*, *Medievalismo Econômico*, *Integração de Lacunas como Resultado da Interpretação Jurídica*, *Opção Societária*, *Bancos e Desenvolvimento*, *A Sucessão no Antigo Direito Romano*, *A Função Essencial da Axiologia Jurídica em Face da Dogmática Jurídica*, *Função Social da Propriedade e Aspectos da Seguridade Social do Menor*.

Há um faulhar permanente com a incandescência da luz oxídrica ao longo da vida do acadêmico que acabamos de escutar ao tomar assento entre nós. Parece, pelos estudos acumulados, ter tido vida fácil, sem precisar ganhar o pão de cada dia, com mesa farta e livros a mancheias. A negativa está no discurso que ouvimos. Por isto, não é demais chamarmos à colação um dos versos de Corneille, em o *Cid*, “as vitórias fáceis não dão glória ao vencedor”. Glórias, portanto, ao acadêmico, que apenas uma vantagem teve sobre muitos – nasceu em lar em que todos cultuavam a inteligência e faziam do educar o conduzir para o alto, para a perfectibilidade.

Nos lampejos das páginas fulgantes que ouvimos, o novel acadêmico traça os perfis dos que o antecederam na cadeira que tem por patrono o imortal Machado de Assis. Assim, perpassam em nossos olhos obnubilados pelos clarões que nos enevoam as solares figuras de Benjamin Franklin de Araújo Lima, Félix Valois Coelho, Pereira da Silva e Homero de Miranda Leão – “quatro gloriosos destinos”. Daí, contemplando a cadeira por eles ocupada, o acadêmico, antes de sentar, inclinou-se, na antevisão do paranatelo!

Mas o beletrista de tantos méritos aponta as razões fundamentais para que chegasse às cumíadas em que se encontra, como a noite de hoje: primeiro, os seus pais, todos cultos, estudiosos, literatos, apaixonados pelas letras com que tatuaram seus neurônios de criança, jovem e adulto. E o segundo, a imagem aureolada de seu padrinho de batismo – Adriano Jorge, cuja refulgência ainda agora reverbera neste recinto.

Também queremos, neste ponto, recordar o nosso querido mestre na antiga Escola Normal, hoje Instituto de Educação, onde pontificava como professor de Ciências Físicas e Naturais. E lembramos que em uma de suas eruditas aulas, falando sobre o aparelho auditivo, se demorou em derredor da membrana do tímpano, buscou na sua vibração o isócrono na geração do som no movimento do martelo, bigorna e do estribo ao percutir no nervo acústico, comparando-a com o sincronismo de notas musicais, para se perder passando pela Física, na teoria da relatividade, deixando-nos aturdidos pelo aticismo da linguagem e cultura polimórfica, fazendo com que um dos colegas pedisse seu retorno à Terra.

Vale lembrado, sim, o imortal Adriano Jorge, quando, em outra passagem de sua carismática vida, com a cabeça coberta de cãs, em praça pública, em Congresso Eucarístico, confessou que, incrêtu, ateu ou agnóstico, podou com o machado da Ciência – a soberbia de quem tudo sabe – a árvore da Filosofia. Absorto na tarefa, boquiabriu, desperto, ao ver na sua frente um tronco com dois galhos – com o formato de cruz – indigitação que leva à Fé em que tudo vem de Deus – *in hoc signo vinces*, diria o imperador Constantino.

Senhor acadêmico José dos Santos Pereira Braga, se alguém, imitando Jovenal, desse a palavra a Sátiro e este vos perguntasse ironi-

156 camente sobre o que resta das cinzas de Aníbal, o cartaginês que tanto assustou Roma, sugerindo a fragilidade e inanidade das coisas humanas, poderíeis replicar sem receio ao vitupério, com o escólio das *Odes*, do poeta Horácio: *exigi monumentum aere perenius*, porque, realmente, já erguesse um monumento mais perdurável que o bronze e, por isto, ainda socorrendo-nos de Horácio, afirmaríeis sem falsa modéstia – não morrerei todo – *non omnis moriar*.

É que José dos Santos Pereira Braga soube, desde criança, a lição esquecida por muitos de que o grito de um idealista, liberado, hoje, em praça pública, é repetido, amanhã, por uma multidão, como o de seu pai, o de Luiz Tirelli, Caetano, Serafim, Pantoja – ao fundarem o Partido Trabalhista do Amazonas – creram em Mundo Só, exemplificado por um Amazonas Melhor e cujo ideário subiu as escadas do Palácio Rio Negro sustentado por Leopoldo Amorim da Silva Neves, embora sob clausura da conjuntura política emergente do Estado Novo.

Falaste, acadêmico José dos Santos Pereira Braga, no exórdio e na peroração de vossa joeirada oração, cujos vocábulos foram como que camândulas de um rosário de fé acesas à ribalta de vossa vida, na palavra sonho.

Seria o sonho guardado por Morfeu, saído pela falsa porta dos cornos ou da de marfim, referidas e descritas por Virgílio na *Eneida* ou Mensagem de Júpiter, como queria Homero?

Seria um dos sonhos interpretados por José, do Egito, o da escada de Jacó ou de São José, confirmando a pureza de Maria?

Seria o sonho dos teósofos que o querem como o distanciamento do corpo físico feito pelo cérebro etéreo, do corpo astral e do ego ou o da visita das almas desintegradas do corpo, segundo os chineses?

Seria o definido por Platão ou Kant, Descartes ou Hobbes, Scherner, o precursor de Freud, que entendia os fatos oníricos como uma função e um significado da vida psíquica, consequência de um desejo insatisfeito e recalçado?

Seria o sonho consequente do sono dos reis a que se refere o padre Vieira, em um de seus *Sermões*, definindo-o como um sono desvelado “um dormir cuidadoso, um descansar inquieto, um desatender, advertido, um descuidar-se vigiando...”?

Não. Foste claro. O sonho de D. Quixote de La Mancha foi acordado. Como seu personagem, Miguel de Cervantes quis, sob o manto de uma sátira à cavalaria feudal, em verdade levantar o turíbulo aos idealistas de todas as épocas, nas duas consagradas palavras do cavaleiro: “sê valente”! Por isto, o aplauso à fala que não faz muito incendiou este recinto. Por isto, a chave de ouro refulgente porque, embora desfocando a gambiarra com o silêncio, não pôde retirar o clarão que ainda agora nos envolve. 157

Não sonhou José dos Santos Pereira Braga o sonho de um doente – a que se refere Horácio: *velut aegri somnia* – até porque foi o sonho do acordado. Não, não foi o sonho de um poleá que Machado de Assis descreveu na “Mosca Azul”. Não. Foi o sonho do garoto acordado que cresceu acordado e se fez professor, doutor, mestre em Direito e juiz, exatamente nas áreas que poderiam servir para formar caracteres e para tutelar os espoliados pelo capitalismo apátrida. Que os moços de hoje sonhem como sonhou e ainda sonha José Braga. Em amanhã não distante, teremos a consagração dos que sonhem uma Humanidade de irmãos convictos de que o homem é sagrado para o homem – *homo sacra res homini*.

Estou ouvindo-vos na mensagem telepática: *claudite jam rivas, pueri, sat prata biberunt*; com que recordais uma das éclogas de Virgílio e pela qual, na tradução literária que fazemos, nos advertis de que é tempo de parar. Ainda assim, magnânimos que sois, permiti recordar-vos que o genial Goethe antes de morrer clamou *Mehr Light* – mais luz, enquanto nós, após ouvirmos as palavras de encerramento desta noite estelar, teremos de pedir que as lâmpadas sejam apagadas, logo, porque já temos e levamos para casa de bubuia em nossas pupilas os clarões deste núcleo solar da intelectualidade planiciária que se irradiava, fúlger de este recinto, também em face de vossas presenças.

{ *alguma* POESIA }

— Puro lamento gallego

LUIZ BACELLAR

para García Lorca, martir do franquismo

Ay, ben no mei dun trigal
enterraron meu poeta!

Ay, coma vibras Granada
– vella guitarra de pedra
se a choiva ti apresta as súas
tensas cordas de cristal!

Nun canteiro de papoilas
e ben no mei dun trigal!

Desesperada guaiabas
e ele nem podía oubir
pois xa o seu sangue a ialba
labou no Guadalquivir!

Ay, benno mei dun trigal
entarraron teu poeta!
Teo xemido calaria
blando gesto de súa mão...
Mas Ay! ninguen probaria
gosto de sangue en teu pan!

Nun canteiro da papoilas
e ben no mei dun trigal!
Pol quanto tempo as papoilas
seu sangue repetiran?
e as brandas varas do trigo
no vento se curvaran?
Ay, ben no mei dun trigal
enterraron meu poeta!

E' xunto a unha coba raza:
unha descarga. Mais nada.
A abella da morte vaza
quem morre de madrugada!

Nun canteiro de papoilas
e ben no mei dun trigal!

Só poderia cantal-o
pol-a boca dun bulcon
e unha igrexa de cinzas
sepultaria a canzón!

Ay, ben no mei dun trigal
enterraron meu poeta!

Quand' i-a metralla calou
vei' i-a navalla do frio...
Um horizonte de caxorros
ladrou na veira do rio!
Ay, ben no mei dun trigal
sepultaron meu poeta!

Ay, se un vento violento
envergando o piñeiral –
arranca as froles do trigo,
creba da fonte o cristal...

Nun canteiro de papoilas
e ben no mei dun trigal!
Ay, da papoila arrancada
no terror do furacon
– güela dilacerada
por sú propia canzón!

Ay, ben no mei dun trigal
enterraron teu poeta!

Ay, esse trigal – seu povo!
esse vento – a tirania!
papoila do seu martírio!
fonte da sua canzón!

Nun canteiro de papoilas
e ben no mei dun trigal!

Quen' steve, se o vento passa
somando a augua do rio
mentre as papoilas e o trigo,
un longo xemido oubiu...

Ay, Federico García
te plantaron num trigal!

— Mãe preta

BRUNO DE MENEZES

No acalanto africano de tuas cantigas,
nos suspiros gementes das guitarras,
veio o doce langor
de nossa voz,
a quentura carinhosa de nosso sangue.

És, Mãe Preta, uma velha reminiscência
das cubatas, das senzalas,
com ventres fecundos padreando escravos.

Mãe do Brasil? Mãe dos nossos brancos?

És, Mãe Preta, um céu noturno sem lua,
mas todo chicoteado de estrelas.
escorreu num jato grosso,
formando a estrada de São Tiago...

Tu, que nas Gerais desferraste o servilismo,
tatuando-te com pedras preciosas,
que deste festas de esmagar!
Tu, que criaste os filhos dos Senhores,
embalaste os que eram da Marquesa de Santos,
os bastardos do Primeiro Imperador
e até futuros Inconfidentes!

Quem mais teu leite amamentou, Mãe Preta?...

Luiz Gama? Patrocínio? Marcílio Dias?

A tua seiva maravilhosa

Sempre transfundiu o ardor cívico, o talento vivo,

O arrojo máximo!

Dos teus seios, Mãe Preta, teria brotado o luar?

Foste tu na Bahia que alimentaste o gênio poético

de Castro Alves? No Maranhão a glória de Gonçalves Dias?

Terias ungido a dor de Cruz e Sousa?

Foste e ainda és tudo no Brasil, Mãe Preta!

Gostosa, contando a história do Saci,

ninando murucututu

para os teus bisnetos de hoje...

Continuas a ser a mesma virgem de Luanda,

cantando e sapateando no batuque,

correndo o frasco na macumba,

quando chega na macumba,

quando chega Ogum, no seu cavalo de vento,

varando pelos quilombos.

Quanto Sinhô e Sinhá-Moça
chupou teu sangue, Mãe Preta?!...

Agora, como ontem, és a festeira do Divino,
a Maria Teresa dos quitutes com pimenta e com dendê.
És, finalmente, a procriadora cor da noite,
que desde o nascimento do Brasil
te fizeste “Mãe de leite”...

Abençoa-nos, pois, aqueles que não se envergonham de ti,
que sugamos com avidez teus seios fartos
- bebendo a vida! -
Que nos honramos com o teu amor!
- Tua bênção, Mãe Preta!

Belém, 2005

— Tens os olhos guardados em mim

RITA ALENCAR CLARK¹

para papai

Tua alma mansa, sensível
Norteará por muito tempo
Uma longa linha de almas irmãs
Em bondade, paciência e fé.
Tua alma guiará por entre
A escuridão outras almas e
Estas iluminarão ainda outras com
A luz mesma de ti emanada.
Encontro em mim teu coração,
Este poliedro de mil faces.
Lapidado pelo Mestre em sua forma
Mais perfeita, mais exata!
Pulsante às dores do mundo,
Este comboio de cordas em
Sonatas de outono.
Tens os olhos guardados em mim,

*1. Poetisa amazonense,
filha do acadêmico
Alencar e Silva.*

Teus versos, também os tenho,
Teu silêncio muitas vezes
Me salva de mim mesma.
Tens dor contida dos que
Não apenas veem, mas compreendem.
Tenho todo o tempo da vida
Para te saber e sempre saberei
Algo novo, algo que estará lá
Nos teus livros, à espera de mim
Para ser desvendado.
E como teu poliedro tem mil facetas,
E não te encontrarei em nenhum dos espelhos
Prefiro então olhar as estrelas contigo
Embalada no teu colo, ainda menina,
Sob a morna brisa de nossa Manaus,
A tomar as primeiras lições de poesia e luar.

— Lavando o pão de cada dia¹

JOÃO CANDIDO DOS SANTOS RODRIGUES

Onde andam as lavadeiras da Pancada?

– Já não estão entre nós.

Feito cigarras, cantaram-se!

Não sobrou um fio de voz.

O dia acordava com as canções das lavadeiras.

As batidas das roupas despertavam as pedras adormecidas.

As lavadeiras cantavam...

Cantavam, lavando as mãos nas suas roupas...

Cantavam, afinando a alegria nas suas melodias...

Cantavam, limpando o cansaço nas suas cantigas...

Conversavam alto,

Enxaguando as preocupações nas suas conversas.

Conversavam tanto...

Tanto, que até o tempo se acomodava entre as pedras

Pra esperá-las e conversar com elas.

Enquanto isso,

O sol e o vento, feito meninos, se embalavam nas cordas

{do varal,

Esperando as roupas para se vestirem com cada uma delas

E enfeitarem o dia com todas as cores.

1. Poema premiado no concurso "Manaus & Poesia 2011", promovido pela AAL.

Quando iam embora,
Saíam limpos e cheirosos.
Deixando, na tarde e no coração das lavadeiras,
A alegria.

- estava lavado o pão de cada dia!



— Minha Pasárgada¹

JOSÉ SERÁFICO

Na minha Pasárgada
não preciso
ser amigo do rei.
bastam-me
os amigos
que até aqui
conquistei...

Que venham
todas as mulheres
de onde, nem sei
porque
dentre elas,
a mais amada
é com quem dormirei...

É lá que sou feliz
com os loucos
e sua grei
que não vêm d'Espanha,
nem parentes ou contraparentes
são da incosequência
que só eu sei...

*1. Poema premiado no
concurso "Manaus &
Poesia 2011", promovido
pela AAL.*

Lá, não faço ginástica
de bicicleta não ando
burro bravo não montei
no pau de sebo
não subo
de rio serão
os banhos que tomarei.

As histórias
que ouvi criança
de boto, curupira e de rei
saci, iara, matintaperera
cobra-grande, mapinguari
longe de lá
nunca mais ouvirei.

Aqui, sim,
é outra a civilização
concebe-se à vontade – eu sei
comendo peixe e pirão
o sol quente
na cabeça, que
nem sempre cobrirei.

Nunca me dá
a vontade de
me matar; nem matarei
morrerão os outros
de raiva (ou de inveja?)
na minha Pasárgada
que igual não encontrarei...

— **Manaus meu Amor¹**

ALÍCIA COELHO DA SILVA MORAES

Manaus mais de trezentos anos
Teus antigos casarões e carnavais,
Teu povo e tua história
São símbolos tradicionais.

Nas esquinas os lampiões
Nos bairros, folguedos, bumbás e pastorinhas
Saudades, mil recordações
De trovadores, primas e bordões.

Continuas vaidosa, pioneira do bonde
A exhibir o progresso e a integração pela ponte
Para o Brasil gerando riquezas
Porque és verdadeiramente grande.

Teu futuro é certo, é o que se espera
Oh! Pátria d'água e cidade sorriso
Como disseram sabiamente os poetas
Em teu seio haverá uma nova era.

Reverencio-te, minha Manaus querida,
Em ti está o meu chão
De ti vem o meu pão
A ti o meu coração.

1. Poema premiado no concurso "Manaus & Poesia 2011", promovido pela AAL.

{ DIÁLOGOS QUALIFICADOS }

— Joaquim Nabuco, *minhas anotações*¹

BERNARDO CABRAL

Ao receber o convite formulado pelo ilustre presidente José Braga, por intermédio do acadêmico Cláudio Chaves, para proferir uma palestra sobre Joaquim Nabuco, de pronto imaginei como enfrentar o perigo da minha desvalia em abordar tema tão profundo, mas – é imperioso confessar – não encontrei em mim conselhos que me acomodassem na prudência de não fazê-lo.

1. Palestra proferida na AAL, em 22 de maio de 2010.

Aqui estou cumprindo a missão altamente honrosa para tecer, embora sem pretensões maiores, aqui e acolá, minhas anotações sobre o escritor, o diplomata, o jornalista, o memorialista, o político, o notável abolicionista, o advogado, embora sem dispor da profundidade que o tema exige.

Joaquim Nabuco (Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo) nasceu no dia 19 de agosto de 1849, no Recife. Filho do senador José Tomás Nabuco de Araújo e Ana Benigna Barreto, ambos de famílias abastadas e influentes no cenário político baiano e pernambucano, tem ele uma formação acadêmica impecável: bacharel em Letras e, depois, em Ciências Sociais e Jurídicas.

Comecei a admirá-lo no verdor dos meus 15 anos de idade, quando meu saudoso pai me deu de presente de Natal o seu *Minha Formação*, na sua 3ª edição (1947).

A leitura de então não me dava a capacidade de vê-lo, por inteiro, na sua grandeza. Anos mais tarde, quando me casei, fui residir com Zuleide exatamente na avenida de Joaquim Nabuco, logo após a esquina da rua de Ramos Ferreira.

Nessa altura – já como advogado militante – a sua releitura me causou profunda emoção, a ponto de aquela sua irretocável afirmação “acabar com a escravidão não basta. É preciso destruir a obra da escravidão” ficar até os dias atuais ecoando na minha memória.

Por igual, seu livro *O Abolicionismo*, quando, de forma contundente, ressaltou: “a herança escravagista hipotecava o futuro do Brasil”. O seu ativismo teve como resultado, quatro anos depois da publicação, a assinatura da Lei Áurea, em favor da qual foi ele um dos grandes responsáveis.

Monarquista convicto, retirou-se da vida pública após a proclamação da República. É que com a queda da Monarquia, considerou-a Nabuco em luto e se retirou, recluso, para a sua residência, na rua de Marquês de Olinda, 37, no Rio de Janeiro.

— O ADVOGADO

Interessante registrar como Nabuco deu por encerrada a sua reclusão, uma vez que, nessa circunstância, atendia a um convite do maior porte republicano: o presidente da República Campos Salles. O episódio ocorreu da seguinte forma:

Nabuco aceitou o convite feito por intermédio e insistência de Tobias Monteiro, o grande historiador do Império, seu amigo íntimo, que acompanhou o presidente Campos Salles à Europa, como correspondente do *Jornal do Commercio* e se tornou depois seu secretário particular, após ter Tobias emprestado ao presidente eleito o primeiro volume de *Um Estadista do Império*, que acabara de chegar às livrarias.

Campos Salles ficou entusiasmado com a leitura do livro de Nabuco, que fora seu colega na Câmara dos Deputados do Império, nos anos 80, e “lamentou que ele insistisse em se manter afastado da vida pública por fidelidade à Monarquia e que a República não pudesse contar com seus serviços”.

Nabuco só aceitou o convite para ser o advogado do Brasil na arbitragem a que seria submetida a questão dos limites com a então Guiana Inglesa (questão do Pirara – nome indígena), porque foi convencido de que era “um serviço apolítico à Nação que Nabuco não poderia negar-se a pretexto de ser monarquista, já que se tratava de ser o defensor do nosso território estrangeiro”.

Foi assim que Nabuco “deu por encerrados os dez longos anos de luto da Monarquia”, como ele chamou o período “em que se dedicou à defesa do antigo regime”. E é exatamente nesse decurso de tempo,

que corresponde à última década do século dezenove, que Nabuco 175 escreveu *Minha Formação* e *Um Estadista do Império* e que se reconverteu ao catolicismo, de quem, à época de acadêmico de direito, disse que dele não restava “senão o pó dourado da saudade”.

Aliás, ao fazê-lo, escreveu “mais tarde me será dado voltar por largos circuitos de que ainda um dia, se Deus me der vida, tentarei reconstruir o complicado roteiro”.

Nessa questão do Pirara – que o Brasil contendia com a Inglaterra – o árbitro escolhido foi o rei Vittorio Emmanuelle III, da Itália – estava em disputa um território maior que a Bélgica e três vezes maior que o Líbano.

Como representante do Brasil, escreveu Nabuco três Memoriais considerados até hoje peças jurídicas irretocáveis, os quais impressionaram profundamente a Comissão de Arbitragem. Acontece que o rei da Itália – aliás, o último – já estava com posição formada em favor da Inglaterra, àquela altura já em situação de industrialização bastante evoluída, enquanto o Brasil não dispunha de nenhuma indústria.

Na véspera do dia da leitura do Laudo de Arbitragem, o rei da Itália deu ordens para que a decisão fosse favorável à Inglaterra, o que chocou profundamente Nabuco quando o laudo foi lido (14 de junho de 1904). Nabuco – apesar de todo o seu notável desempenho – achou que a derrota era sua, pessoal, muito embora fosse apenas parcial, já que a Inglaterra ficou com 19 mil km² e o Brasil com 12 mil km². Vale dizer: o dano poderia ter sido maior.

Curiosamente, esse mesmo rei Vittorio Emmanuelle III, quando árbitro da briga do México com a França pela ilha que não me recordo o nome, ficou contra o México e a ilha é administrada a distância pela chamada Polinésia Francesa.

Todavia, o destino dele se vingou: ao término da 2ª Guerra Mundial, foi ele afastado pelo poder, tendo se exilado em Portugal. Mas já com a mancha de ter agasalhado o fascismo.

— NABUCO: O DIPLOMATA – O INÍCIO

O seu primeiro posto diplomático, ainda moço – aos 27 anos de idade, nos anos de 1876 e 1877 – foi o de adido à nossa Legação em

176 Washington, ao mesmo tempo em que seu amigo, José Maria da Silva Paranhos Júnior, futuro barão do Rio Branco, era nomeado cônsul em Liverpool.

As nomeações ocorreram na Regência da Princesa Imperial, Isabel, eis que seu pai, Dom Pedro II, estava na sua segunda viagem à Europa e a primeira aos Estados Unidos, a fim de assistir aos festejos do centenário da Independência americana.

Àquela altura Washington, além de pequena e sem atrativos, fez com que Nabuco ficasse em Nova Iorque boa parte de sua permanência nos E.E.U.U., de pouco mais de um ano.

Em meados de 1877, Nabuco era transferido para Londres, como adido à Legação do Brasil, posto em que pouco se demorou – cerca de seis meses – porque havia decidido voltar ao Brasil para se candidatar a deputado pelo seu Estado, Pernambuco.

— POLÍTICA PARTIDÁRIA

Com a morte do pai, em 1878, Nabuco – após várias viagens pela Europa e América do Norte e com regressos frequentes ao Brasil – se lança à política partidária. Concorre à eleição. Sai vitorioso, graças ao prestígio do nome do seu pai, senador e conselheiro, e é, nessa sua primeira experiência parlamentar, a voz que retoma a questão da liberdade dos escravos, tema que esfriara desde a promulgação da Lei dos Nascituros.

Ouçamo-lo:

Não posso negar que sofri o Magnetismo da realeza, da aristocracia, da fortuna, da beleza, como senti o da inteligência e o da glória; felizmente, porém, nunca os senti sem a reação correspondente; não os senti mesmo, perdendo de todo a consciência de alguma coisa superior, o sofrimento humano, e foi graças a isso que não fiz mais do que passar pela sociedade de que me fascinava e troquei a vida diplomática pela advocacia dos escravos (Minha Formação, onde recorda que essa decisão foi tomada em 1878, quando tinha 28 anos).

Vamos ouvi-lo, ainda esta vez, sobre as suas razões:

...eu tinha necessidade de outra provisão de sol interior; era-me preciso, não mais o diletantismo, mas a paixão humana, o interesse vivo, palpitante, absorvente, no destino e na condição alheia, na sorte dos infelizes; (...) Era preciso que o interesse fosse humano, universal, que a obra tivesse o caráter de finalidade, a certeza, a inerrância do absoluto, do divino como têm as grandes redenções, as revoluções da caridade e da justiça, as auroras da verdade e da consciência sobre o mundo. No Brasil havia ainda no ano em que comecei minha vida pública um interesse daquela ordem, com todo esse poder de fascinação sobre o sentimento e o dever, igualmente impulsivo e ilimitado, capaz do Fiat, quer se tratasse da sorte de criaturas isoladas, quer do caráter da nação... Tal interesse só podia ser o da emancipação, e por felicidade da minha hora, eu trazia da infância e da adolescência o interesse, a compaixão, o sentimento pelo escravo - bulbo que devia dar a única flor da minha carreira... (...) Como eu disse porém, há pouco, eu trazia da infância o interesse pelo escravo.

Note-se: quando a campanha da abolição foi iniciada, o número de escravos ascendia a quase dois milhões de escravos, com o tráfico movimentando escravos do Nordeste para Minas, São Paulo e Rio, e o café sustentando grande parte de nossa economia de exportação.

Esse era o imenso desafio para a retomada do ideal abolicionista que ficara entorpecido, anestesiado, desde a Lei dos Nascituros, de 1871.

A extinção do cativo entre nós demorou quatro décadas para ser efetivada. E foi a luta abolicionista de Nabuco que integrou o processo de modernização que se seguiu ao fim do tráfico negreiro de 1850. O fato é que nas colônias inglesas e francesas e nos Estados Unidos também decorreu um lapso de tempo entre a proibição do tráfico e a libertação definitiva: cerca de trinta anos na Inglaterra (1807-1838) e quarenta na França (1807-1848); no caso das metrópoles, os governos pagaram indenização aos proprietários de escravos.

Era essa lentidão que indignava Nabuco. E de onde vinha esse ímpeto libertário?... Vinha da primeira juventude...

Parece ser da mais singular oportunidade mencionar, para os *Anais da Academia Amazonense de Letras*, um texto de Nabuco, sob o título "A Escravidão" publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, em 1951, e hoje sob a presidência do meu amigo e

178 colega do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, professor doutor Arno Wheling.

Esse texto ficou desconhecido até o ano de 1924, quando a viúva de Nabuco, Evelina Nabuco, o entregou ao Instituto, que só viria a publicá-lo 27 anos depois. Do que se tratava:

Nabuco havia dito, quando voltou à Massangana, doze anos depois da morte de dona Ana Rosa, ao voltar à capela de São Mateus onde jazia a madrinha na parede ao lado do altar e debaixo dos seus pés os ossos dos negros velhos que o tinham amado na infância e mais a cena do escravo abraçado a seus pés, que aquele fora o momento revelador: “Foi assim que o problema moral da escravidão se desenvolveu pela primeira vez aos meus olhos em sua nitidez perfeita e com a sua solução obrigatória”.

E a decisão, sem retorno, foi tomada diante daqueles túmulos abandonados, mas sagrados, como escreveu: “Ali mesmo, aos vinte anos, formei a resolução de votar a minha vida, se assim me fosse dado, ao serviço da raça generosa entre todas que a desigualdade da sua condição enternecia em via de azedar, e que por sua doçura no sofrimento emprestava até mesmo à opressão de que era vítima um reflexo de bondade”.

Pouco tempo decorreu para que o estudante de Direito no Recife tivesse ocasião de cumprir o seu voto solene. Um escravo de nome Tomás matara uma autoridade que o fizera açoitar em praça pública; preso e condenado, dera um golpe mortal no guarda que lhe impedira a fuga. Julgado como réu de dois crimes, quem o defendeu foi o nosso quintanista de Direito. A causa estava de antemão perdida, mas para Nabuco era o primeiro banco de prova do juramento feito sobre os escravos de Massangana.

Curiosamente, para elaborar a defesa o estreatante nas lides do fórum, escreveu um libelo e foi a ele que deu o título de “A Escravidão”, cujas páginas traziam argumentação cerrada contra o instituto do cativo.

O cerne do discurso é ousado: “Se há um crime a punir antes de se condenar o escravo Tomás, esse crime é a própria escravidão”.

Interessante é destacar que a defesa do réu se converte “desde o princípio em ataque, o que é sabidamente a melhor das estratégias”,

levando-o a “inverter o principal argumento dos defensores da escravidão: o direito absoluto da propriedade”, albergado na Constituição de 1824, que repetia, por sua vez, o Código napoleônico. 179

Qual a abordagem de Nabuco na continuação da defesa do escravo Tomás. Considerando, de plano, a escravidão um crime, Nabuco o qualifica em termos de delito de dupla violação contra o direito de propriedade: *ao escravo tinham sido ilegitimamente subtraídos o direito de dispor do próprio corpo, alienado ao senhor, e o direito à vida, por força da pena de morte assinada no seu primeiro julgamento.*

Nabuco desenvolve a sua tese de “como a escravidão ataca o direito de propriedade”, ao pôr em relevo que a “transgressão desse direito sagrado já havia começado com um crime: o tráfico negreiro contemporâneo da descoberta e dos três séculos de colonização”. E enfatiza: “O tráfico acabara, mas seus efeitos perversos perduravam”.

— NABUCO - O POLÍTICO

Joaquim Nabuco foi, sem a mais leve sombra de dúvida, um dos mais destacados líderes do movimento abolicionista, a ponto de todos concordarem que tanto sua obra política quanto a intelectual são sempre vistas como fundamentais para a compreensão da escravidão e suas consequências.

No entanto, ele próprio reconhecia que nunca fora o que se chama verdadeiramente um político, um espírito capaz de viver na pequena política e de dar aí o que tem de melhor. E é dele a afirmação de que “em minha vida vivi muito da Política, com P grande, isto é, da política que é história, e ainda hoje vivo, e certo que muito menos”.

Mais ainda: “Esse gozo especial do político na luta dos partidos não o conheci; procurei na política o lado moral, imaginei-a uma espécie de cavalaria moderna, a cavalaria andante dos princípios e das reformas; tive nela emoções de tribuna, por vezes de popularidade, mas não passei daí: do limiar; nunca o oficialismo me tentou, nunca a sua deleitação me foi revelada”.

Nabuco coloca com toda a clareza qual era a sua ambição, ao esclarecer: “Isso quer dizer que a minha ambição foi toda, em política, de ordem puramente intelectual, como a do orador, do poeta, do es-

180 critor, do reformador. Não há, sem dúvida, ambição mais alta do que a do estadista, e eu não pensaria em reduzir os homens eminentes que merecem aquele nome em nossa política ao papel de políticos de profissão”.

Talvez por essa dignidade pessoal, não conseguiu reeleger-se em 1881 e, ao sentir que a sua agremiação política – o Partido Liberal – o relegava ao ostracismo, viajou para Londres, onde permaneceu ao longo de dois anos ininterruptos (1882 a 1884).

Foi nessa permanência de dois anos, no silêncio da Biblioteca do British Museum, que escreveu ele o seu famoso *O Abolicionismo*, “hoje considerado um livro fundador e até, para alguns, sua obra mais importante”.

— O DIPLOMATA: O FIM

Corria o ano de 1900 quando o presidente Campos Salles nomeia Nabuco para assumir a Legação do Brasil, em Londres, como ministro, capital na qual dispunha ele de um grande círculo de amigos, primeiro em 1877, como adido à Legação, e depois em várias ocasiões, sobretudo na sua permanência de dois anos.

Não há como deixar de reconhecer que “essa familiaridade com a vida londrina, além, é claro, do seu encanto pessoal e da aura de antigo combatente da causa da abolição, no Brasil, muito facilitou, como não podia deixar de ser, o trabalho de Nabuco à frente da nossa Legação”.

No dia 13 de dezembro de 1900, Nabuco apresentava suas credenciais no Castelo de Windsor, à rainha Victória e, por esses acasos da vida, foi ele o último emissário estrangeiro a fazê-lo, pois a rainha viria a falecer logo após, em 2 de fevereiro de 1901.

Pouco tempo depois, “em 27 de abril de 1902, na casa que ele alugara – nº 52, Cornwall Gardens, bairro de South Kensington –, nasce o seu filho caçula, a quem Nabuco deu o nome do avô, José Thomaz”.

Aqui faço um parênteses para registrar que, em 1983, estive, com minha esposa Zuleide, à frente dessa casa e, com muito orgulho de ser brasileiro, comprovei a existência, no seu pórtico, de uma placa

colocada pela Prefeitura de Londres com esta inscrição: "Joaquim Nabuco, estadista e diplomata brasileiro, morou nesta casa". 181

Fecho o parênteses.

Em 1904, Nabuco recebe um telegrama do barão do Rio Branco convidando-o para o alto posto de embaixador do Brasil, em Washington.

Aceito o convite e seu nome submetido ao Senado e aprovado, o presidente Rodrigues Alves assinou o decreto de nomeação daquele que seria o primeiro embaixador do Brasil, eis que a nossa representação diplomática fora recentemente elevada à categoria de embaixada – antes só tinha legações.

E foi assim que no "dia 10 de maio de 1905 ele parte de Southampton para os Estados Unidos, onde passaria os últimos anos de sua vida". Faleceu no dia 17 de janeiro de 1910.

A atuação de Nabuco em Washington foi merecedora de todos os títulos e elogios, uma vez que, durante a sua missão de quatro anos e meio, se tornou um dos diplomatas de maior conceito e prestígio, sobretudo porque o corpo diplomático "acreditado em Washington, pela importância que têm os Estados Unidos, sempre foi composto por grandes estadistas ou do que cada país tem de melhor em seu serviço exterior".

Foi assim que Nabuco se ombreou, dada a sua merecida fama de intelectual, com Bryce, o famoso embaixador inglês, e deve ter sido, provavelmente, o primeiro homem de letras a receber um doutorado *honoris causa*, oferecido em 1908, pela famosa universidade americana, a de Yale.

Entre 1906 e 1909, pronunciou mais de 20 conferências e discursos em universidades e colégios: Yale, Chicago, Vassar, Cornell, Wisconsin, tendo recebido um doutorado em leis, concedido pela Columbia University.

Em carta a Machado de Assis, datada de Washington, 8 de junho de 1908, Nabuco registrava o seu entusiasmo:

Vou receber este ano o grau de doutor em Letras por Yale, e a Universidade de Chicago convidou-me para pronunciar o discurso oficial no encerramento do ano letivo, ou no dia da colação dos graus, o que é uma

grande honra. V. vê que estou fazendo render aqui as poucas forças que me restam. Também comprometi-me a pronunciar para o ano o discurso oficial em um dos grandes dias da Universidade de Wisconsin, e já me anunciaram o convite de outra universidade. Estou muito contente pelo Brasil com todas essas honras, que são principalmente feitas ao país.

Há dois anos, em 2008, a Universidade de Yale comemorou o centenário de duas conferências ali pronunciadas por Nabuco, intituladas “O lugar de Camões na Literatura” e “O espírito de nacionalidade na História do Brasil”, por meio da realização de um simpósio que obteve o maior sucesso.

Na Universidade de Cornell Nabuco discorreu sobre o poema épico *Os Lusíadas*, de Camões. E na de Yale falou sobre o “Espírito de Nacionalidade na História do Brasil”.

E, nessa conferência, “Nabuco explica a razão de falar do Brasil depois de ter tratado, na véspera, de *Os Lusíadas*. Disse ele: “*Os Lusíadas* e o Brasil são as duas grandes obras de Portugal”.

O que me parece oportuno realçar na figura do notável diplomata que foi Nabuco são os depoimentos de colegas, amigos e de jornais americanos por ocasião de sua morte:

The Washington Herald – 20 de janeiro de 1910 – O embaixador era notavelmente popular em Washington porque além de sua capacidade e do trabalho que ele desenvolveu aqui pelo Brasil, tinha um charme pessoal único, que fez para ele muito amigos.

The Washington Times – 17 de janeiro de 1910 – Uma das primeiras pessoas no mundo oficial a saber da morte do embaixador foi o presidente Taft. O presidente cancelou vários compromissos e, em companhia do capitão Butt, foi imediatamente à Embaixada para fazer uma visita de condolências.

James Bryce, embaixador da Grã-Bretanha, em ofício ao seu governo – “Ninguém era mais querido pelos seus colegas e pela sociedade de Washington e ele alcançou aqui uma posição à qual, provavelmente,

nenhum representante diplomático de país sul-americano jamais antes dele atingira” 183

Jean-Jules Jusserand, embaixador da França, em ofício ao seu governo – “O Senhor Nabuco era cercado aqui da estima e posso dizer da admiração universal – ‘o nosso país não produz muitos homens assim’, dizia-me com lágrimas nos olhos o primeiro-secretário brasileiro, por ocasião dos funerais. Pude, com toda a sinceridade, responder-lhe: ‘Nenhum país produz muitos’”.

Washington Post – 18 de janeiro de 1910 – “A Embaixada do Brasil, sob o regime do Sr. Nabuco, tornou-se um centro de atração para muitos homens notáveis. Era natural que formasse uma calorosa amizade pessoal com o Sr. Roosevelt e depois com o Sr. Taft. Atraía, naturalmente, como o magneto atrai o aço, a amizade de todos os estadistas de Washington... e esta capital, onde ele serviu cinco anos, sofre, com seu passamento, uma perda profunda e pessoal”.

— MINHA FORMAÇÃO

Nesse centenário da morte de Nabuco é imperioso que se releia *Minha Formação*, onde ele recompõe as recordações de uma vida inteira, as quais marcaram o próprio destino. Talvez, quem sabe, Nabuco consegue fazer emergir à tona da consciência uma viagem submersa pelo tempo, como analisam os psicólogos. O capítulo xx – Massangana – é um texto irretocável, onde relata o engenho onde passou a sua infância e que é, indubiosamente, um dos momentos notáveis de antianálise. Ali está Nabuco como ele é. Ou como também justifica: “a atração de afinidades esquecidas, mas não apagadas”.

Transcrevo, a seguir, uma parte:

No entanto a escravidão para mim cabe toda em um quadro inesquecido da infância, em uma primeira impressão, que decidi, estou certo, do emprego ulterior da minha vida. Eu estava uma tarde sentado no patamar da escada exterior da casa, quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido, de cerca de dezoito anos, o qual se abraça aos meus

pés suplicando-me pelo amor de Deus que o fizesse comprar por minha madrinha para me servir. Ele vinha das vizinhanças, procurando mudar de senhor, porque o dele, dizia-me, o castigava, e ele tinha fugido com risco de vida... Foi este o traço inesperado em que me descobriu a natureza da instituição com a qual eu vivera então familiarmente, sem suspeitar a dor que ela ocultava.

O menino Nabuco só viu o pai pela primeira vez aos oito anos de idade. Até então só conhecia a sua mãe-madrinha. O testemunho é dele próprio: “Minha primeira Mãe, mãe-madrinha, dona Ana Rosa Falcão de Carvalho, de Massangana, a quem até a idade de 8 anos dei aquele nome, não conhecendo minha mãe”. Das recordações da infância, continua ele, “a que eclipsa todas as outras e a mais cara de todas é o amor que tive por aquela que me criou até aos meus oito anos como seu filho. Sua imagem, ou sua sombra, desenhou-se por tal modo em minha memória, que eu poderia fixar se tivesse o menor talento de pintor”.

Não é sem-razão que ele considerou a noite da morte de sua madrinha como “a cortina preta que separa do resto da minha vida a cena da minha infância”.

Os que estudam a vida de Nabuco, em profundidade, esclarecem que mal nascera Nabuco, os seus pais se mudaram de Pernambuco para o Rio de Janeiro, porque Nabuco de Araújo tinha sido eleito às Cortes e, portanto, a viagem marítima para um recém-nascido era muito arriscada, o que motivou deixá-lo com a madrinha durante quase toda a sua infância.

O exemplar historiador Evaldo Cabral de Melo, ao ler os Diários de Nabuco, alerta que o nome antigo do engenho era Massangano, topônimo de origem angolano (hoje referente a escravo), mas que Nabuco acabou preferindo a desinência feminina, Massangana. Diz o mesmo Evaldo que isso deve ser debitado à professora Lélia Coelho Frota, organizadora da edição dos diários, que encontrou na mudança do gênero uma decifração psicanalítica: o engenho era o regaço materno, e, o mesmo, como tantos dos seus escravos fiéis não tinha pai, só mãe. E essa era aquela a quem Nabuco chamava de mãe-madrinha.

Algumas dúvidas devem ser espancadas e afastadas aleivosias em torno da exploração que é feita sobre a imagem de Nabuco, sobretudo por aqueles que cultivavam a inveja e, por isso, registravam que ele era um dândi, apenas voltado para exibir a sua aparência física nos salões da aristocracia europeia e da elite norte-americana.

Bem-apeçoado, de altura expressiva para a época - 1 metro e 86 centímetros - dominando três idiomas fluentemente: escrevia e pensava em português, francês e inglês - Nabuco se destacava pela elegância, aonde quer que fosse. Mas nos seus últimos anos de vida como embaixador, agravado por mais de uma enfermidade e vivendo profundamente a sua conversão religiosa, as exigências da vida social "pesavam-lhe como um fardo insuportável", como nos dá conta uma anotação pungente datada de Washington, 23 de novembro de 1906: "Arrumando papéis. Tive uma pequena náusea depois do café. Não pude almoçar e por isso senti-me fraco à tardinha. I am quite a tottering house". Sou como uma casa que vacila.

Dentre as anotações que possuo - e que não consigo encontrar a fonte - uma delas me informa que, de certa feita, alguns políticos o procuraram com o objetivo de que ele examinasse a possibilidade de aceitar a sua candidatura à Presidência da República, expectativa que jamais lhe fora oferecida, e que Nabuco, sem pestanejar, com a elegância e a postura de sempre, recusa a proposta com a seguinte declaração: "Alguns prazeres da vida se não chegam no devido tempo, perdem o sabor. É o caso do presente convite".

— CONCLUSÃO

Relevem-me os meus colegas acadêmicos, os convidados, os estudantes, se me faltaram forças para a empreitada que me incumbiu o presidente José Braga. Se dela saio mal, posso assegurar que a intenção foi a melhor possível. Ainda bem que salientei, ao início, a minha desvalia em abordar tema tão profundo. Só me resta concluir, como caboclo amazonense, que sabe enfrentar todas as intempéries, com este *Muito obrigado*.

1. NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2004.
2. VIANA FILHO, Luiz. *Três estadistas: Rui - Nabuco - Rio Branco*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1981.
3. SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco - Um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2002.
4. ARANHA, Graça (Org.). *Machado de Assis & Joaquim Nabuco - Correspondência*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2003.
5. BETHELL, Leslie e CARVALHO, José Murilo de (Orgs.). *Joaquim Nabuco e os Abolicionistas Britânicos*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2008.
6. RIOS, José Arthur. "A traição de Nabuco" - palestra.
7. FONTES, André. "Joaquim Nabuco e a questão do Pirara" - palestra.
8. ARAGON, Daniel. "As razões abolicionistas de Joaquim Nabuco - palestra.
9. ERMAKOFF, George. "Joaquim Nabuco e o Movimento Abolicionista" - palestra.
10. BUENO, Alexei. "Joaquim Nabuco: o Polemista e o Literário" - palestra.
11. NABUCO DE ARAÚJO FILHO, José Thomas. "O Diplomata Joaquim Nabuco" - palestra.
12. BOSI, Alfredo. "Joaquim Nabuco - Memorialista" - palestra.

Nota: A palestra indicada no item 6 foi proferida no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, no dia 30 de março de 2010.

As palestras mencionadas nos itens 7 a 11 foram proferidas no Teatro do Centro Cultural Justiça Federal, no dia 13 de abril de 2010 (sob a minha presidência) e no item 12 na Academia Brasileira de Letras, no dia 13 de abril de 2010.

— Joaquim Nabuco, o *abolicionista*

ARMANDO DE MENEZES

Nasceu no Recife, Pernambuco, em 19 de agosto de 1849. Seu nome completo: Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo. Filiação: José Tomás Nabuco de Araújo e Ana Benigna de Sá Barreto.

1. Palestra proferida na AAL, em 29 de maio de 2010.

Não se pode cuidar da vida de Joaquim Nabuco sem considerar a sua luta de abolicionista.

Tanto assim é que, no último sábado, o eminente acadêmico e jurista dos mais respeitados no nosso país, doutor Bernardo Cabral, ao focar o tema de sua conferência, fê-lo, de modo brilhante, assentada exatamente no abolicionismo de Nabuco.

Fico até em dificuldade para cumprir o meu tema, já que foi ele extraordinária e sabiamente exposto pelo orador do sábado anterior.

Da árvore genealógica de Nabuco, seu pai, avô e bisavô, todos serviram ao Império como senadores.

O pai de Nabuco, natural da Bahia, quando do seu nascimento, exercia, na Província de Pernambuco, o cargo de juiz de Direito da Comarca.

Para o batismo religioso, Nabuco foi levado ao engenho de açúcar denominado de “Massangana”, em Pernambuco, onde viviam seus padrinhos – coronel Joaquim Aurélio Pereira de Carvalho e sua esposa Ana Rosa Falcão de Carvalho, com os quais ficara, pois que não tinham filhos, até a idade de oito anos, em 1857, quando morrera a madrinha.

Por sinal, quanto ao nome do engenho, o historiador do Império Evaldo Cabral de Mello esclarece que era Massangano, no masculino, mas que Nabuco optara pela forma feminina – Massangana, talvez em homenagem à sua mãe-madrinha.

Mas antes de evoluir, ressalto que foi ali, em “Massangana”, que ocorrera um episódio que iria marcar de modo indelével a consciên-

188 cia política de Nabuco, levando-o a tornar-se um dos maiores tribunos do abolicionismo, fato esse por ele mesmo registrado no livro *Minha Formação* às p. 211-212, como segue:

Eu estava uma tarde sentado no patamar da escada superior da casa, quando vejo precipitar-se para mim um jovem negro desconhecido, de cerca de 18 anos, o qual se abraça aos meus pés, suplicando-me pelo amor de Deus que o fizesse comprar por minha madrinha para me servir.

Elle vinha das vizinhanças, procurando mudar de senhor, porque o delle, dizia-me, o castigava, e elle tinha fugido com risco de vida... Foi este o traço inesperado que me descobriu a natureza da instituição com o qual eu vivera até então familiarmente, sem suspeitar a dôr que ella ocultava.

De lá, fora morar com seus pais, no Rio de Janeiro, já também ali residentes, quando, então, fizera seus estudos primário e secundário, sendo que, quanto a este, o primeiro ano em escola particular, de propriedade do Dr. Victorio da Costa, e do 2º ao 7º, no Colégio Pedro II, onde alcançou o grau de bacharel em Letras, a 8 de dezembro de 1865, aos 16 anos de idade.

Ele mesmo confessa que não foi o mais aplicado de sua turma e sim o colega Francisco de Paula Rodrigues Alves, depois eleito presidente da República, em 1902, e, reeleito, em 1918.

As matérias do Pedro II obedeciam, do 1º ao 7º anos: português, latim, grego, francês, inglês, aritmética, álgebra e geometria, geografia, doutrina cristã, história geral, mineralogia e geologia, física e química, alemão, italiano e filosofia, retórica e poética.

A aplicação das notas nas provas não ocorria como atualmente são ministradas, de zero a dez, e sim sob o critério de Distinção, Plenamente e Simplesmente.

Tanto em português, francês e inglês, idiomas de que se valera para sua desenvoltura intelectual, Joaquim Nabuco sempre fora aprovado com Distinção.

Em 1866, iniciou curso superior na Faculdade de Direito de São Paulo, transferindo-se, em 1869, para a Faculdade de Direito do Recife, onde se diplomou, em 1870, em Ciências Sociais e Jurídicas,

tendo sido colega de Castro Alves, Rui Barbosa, Afonso Pena e Rodrigues Alves. 189

Chegou a associar-se em escritório de advocacia no Rio de Janeiro, atividade logo abandonada.

Foi deputado federal, por Pernambuco, em várias legislaturas, porém em 1884 foi expurgado pela Câmara.

É que, por aqueles idos, os mandatos recebiam a aprovação ou não de comissão designada para o exame do processo da eleição de cada parlamentar eleito. E desde que houvesse contrariedade a núcleo ou mesmo grupos ou ainda de personalidade influente no Estado de origem, esses mandatos eram expurgados.

No caso de Nabuco, é que ele havia saído vitorioso sobre o respeitado e admirado candidato conservador Machado Portela, quando este era ministro do Império.

Aqui no nosso Estado ocorreu caso semelhante, com o expurgo do mandato de deputado federal do sempre lembrado e aplaudido Heliodoro Balbi, sobre quem Agnello Bittencourt, no *Dicionário Amazonense de Biografias*, na p. 262, proclama: *Foi despojado - disse o Dr. Anísio Jobim - do seu diploma de deputado federal, por intermédio da política nefasta, manobrada por Pinheiro Machado.*

Pinheiro Machado, segundo o *Lello Universal*, foi

general brasileiro nascido no Rio Grande do Sul. Morreu assassinado no Rio de Janeiro em 1915. Advogado, político, comandante na revolução de 1893 de uma das divisões que combateu os rebeldes, e após a pacificação, foi nomeado vice-presidente do Senado Federal, cargo que desempenhou até morrer. Quando estudante tomou parte na campanha do Paraguay.

Coube, porém, a ele mesmo, Heliodoro Balbi, defender o seu mandato na tribuna da Câmara Federal e estando inteirado de que o expurgo de seu mandato resultara da interferência de grupo político do Amazonas, disse, na sua memorável peça oratória, atacando ferozmente os adversários do Amazonas: *Os ladrões da minha terra são tão audaciosos que escalarão o Céu, se lhes dissessem que as estrelas eram libras esterlinas.*

190 Mas voltemos a Joaquim Nabuco. Em 28 de abril de 1889, casou-se com dona Evelina Torres Soares Ribeiro, filha do barão de Inhoã e fazendeira em Maricá, na então Província do Rio de Janeiro.

Do casamento, nasceram os filhos: Maurício, nome em honra do Recife, a cidade de Maurício (de Nassau); Joaquim Nabuco, em homenagem pessoal; José Thomaz, em homenagem ao seu avô; e Maria Ana, destinado a guardar Evelina, fundiu a mãe de Deus com as suas.

Sobre sua família, disse Nabuco:

*Minha mulher e meus filhos formam o círculo dentro do qual sou intangível. Quanto mais esse círculo nos protege, mais nos aperta. Não se pode sair dele, mas pode-se subir – para Deus (p. 262, do livro *Perfis brasileiros por Joaquim Nabuco*, por Angela Alonso).*

Em 1883, vivendo em Londres, momentos de sua vida, ali, foram dedicados ao jornalismo. Como correspondente do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, época em que escrevera “A Escravidão”, que permaneceu inédito até 1988, quando foi publicado pela Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, porém em 1884 editara, com sucesso, *O Abolicionista*.

E em 1891, quando da fundação do *Jornal do Brasil* por Daniel Dantas, Joaquim Nabuco passara, como convidado, a colaborar como jornalista.

Na área cultural foi fundador, com Machado de Assis, em 1896, da Academia Brasileira de Letras, da qual foi seu secretário perpétuo. E ainda nesse mesmo ano, em 25 de janeiro, ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Com a proclamação da República, Joaquim Nabuco prestara as atividades seguintes:

Em 26 de abril de 1876 obteve o seu primeiro cargo público, o de adido de Legação nos Estado Unidos.

Em 9 de março de 1899 aceitou convite do governo da República para defender o Brasil na questão de limites com a então Guiana Inglesa de que seria árbitro o rei Victor Emanuel, da Itália, o que só foi solucionado a 14 de junho de 1904, quando o rei deu o laudo arbitral, dividindo o território disputado em duas partes: 3/5 para a Grã-Bre-

tanha e 2/5 para o Brasil – o que foi considerado por todos, inclusive por Nabuco, como uma derrota para o nosso país. 191

Em agosto de 1900 aceitou o cargo de chefe da Legação em Londres, tornando-se, assim, funcionário da República.

Finalmente, em 1905, foi criada a Embaixada do Brasil em Washington, nos Estados Unidos da América, tendo Nabuco sido nomeado embaixador do Brasil, função na qual se encontrava investido quando falecera, a 17 de janeiro de 1910.

A cor da pele de Joaquim Nabuco era branca alvíssima, media um metro e oitenta e seis centímetros de altura, e seus olhos eram claros.

Bem trajado, de corpo ereto e orador primoroso, tornou-se, por ferrenha convicção, um dos maiores, senão o maior defensor da abolição da escravatura no Brasil, ação que praticara, principalmente, no parlamento, como deputado integrante do Partido Liberal.

Socorro-me Henrique Coelho que, escrevendo sobre o *Esboço Biographico* de Joaquim Nabuco, põe em relevo a batalha escravocrata.

Eleito em 1878, chega pela primeira vez, em 1879, ao parlamento brasileiro, sendo seus companheiros, dentre outros notáveis, Batista Pereira, Barros Pimentel, Cândido de Oliveira, José Bonifácio, o segundo, Rodolpho Dantas, Rui Barbosa, Saldanha Marinho e Silveira Martins (p. 53).

Como oposicionista, fala da reforma constitucional, do regime federativo e de outros tantos de caráter administrativo:

mas sem deixar de lado, um instante sequer, o magno problema da emancipação dos escravos, o seu thema predilecto, a propósito do qual a cada passo discorre, revoltado contra a infâmia do captiveiro e convencido da urgência de extinguil-o (p. 54).

E às p. 73-74:

São também de 1880 os seus tres opúsculos, todos referentes ao problema da extinção do elemento servil: 'Sociedade Abolicionista Contra a Escravidão...', 'Manifesto da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão' e 'Conferencia Abolicionista', realizada a 22 de junho do sobredito anno de 1880, em que se duplica a actividade do jovem e laborioso deputado.

É ainda de 1880 a data da fundação da sociedade brasileira contra a escravidão, centro de poderoso auxílio do movimento abolicionista, e cuja presidência coube a Joaquim Nabuco, evidentemente sagrado o chefe da campanha libertadora.

Com a edição da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que libertava da escravatura os negros nascidos dali em diante, Joaquim Nabuco, em discurso no parlamento, põe em relevo, fazendo sentir a todos *que urgia completal-a com outras medidas, mais promptas e mais decisivas, no sentido de chegar ao grande commettimento - a abolição do captiveiro...* (p. 84).

Sempre acolhendo registros de Henrique Coelho, vou pondo a destaque algumas passagens, na forma a seguir disposta, na luta de Nabuco pela abolição da escravatura, respeitada a ortografia original, como já venho fazendo nas transcrições anteriores:

Noutra reunião, articula o tremendo libello contra 'a instituição que, para ser condemnada pela consciencia humana, basta ser chamada pelo seu nome de - escravidão'.

Eu a denuncio como incurso em todos os mandamentos da lei de Deus (p. 105-106).

Finalmente, o quarto e último discurso, a da sessão de 24 de agosto, versa sobre os dois themas, que de ora em diante representarão as bandeiras de combate de Joaquim Nabuco - a abolição dos escravos e a federação das provincias. Vendo quasi imminente a victoria da primeira causa, resta ao seu grande liberalismo o patrocínio da segunda, tão necessaria ao desenvolvimento e ao progresso das antigas provincias, tal como, por exemplo, o da autonomia dos municipios (p. 118-119).

No dia 19 de março de 1888, publicava, com effeito, o 'Paiz' uma longa carta em que Joaquim Nabuco dava conta da sua entrevista com o chefe da egreja, annunciava o proximo apparecimento de uma encyclica fulminando a escravidão, e affirmava que sua santidade havia lançado a sua bênção sobre a causa abolicionista (p. 130).

Em 8 de maio de 1888, Nabuco, da tribuna parlamentar, incetiva seus pares, assim:

Eu desejaria que no peito de cada deputado brasileiro batesse o coração, como neste momento pulsa o meu, para que a Camara se elevasse à altura do governo libertador, para que ella mandasse para o Senado, votada de urgencia, como a maior das necessidades publicas, a abolição total da escravidão (p. 140-141).

Por esse tempo viviam-se, no Brasil, momentos precedentes à libertação dos escravos.

A revista *Veja*, de 13 de janeiro de 2010, com chamada de capa, registra o centenário da morte de Joaquim Nabuco, considerando-o como “o herói do fim da escravidão”, contando, nas suas p. 100 a 111, o momento consagrador da libetação:

Num domingo, dia 13, a princesa Isabel desceu a serra. Vinha de Petrópolis e ia para um lugar de honra na história..., usava um vestido de seda marfim, enfeitado com rendas francesas, e assinou com mão firme as palavras de explosiva simplicidade escritas no documento à sua frente. ‘É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil...’. Mas afastemos um pouquinho a cortina alegórica que cerca o 13 de maio de 1888. Assinada a Lei, Isabel voltou-se para o homem alto e elegante que estava a seu lado naquele momento emocionante. ‘Estamos reconciliados?’, perguntou. Como perfeito cavalheiro que era, Joaquim Nabuco aceitou e beijou a mão da princesa. Depois assomou à janela, para saborear o momento de glória e a adulação da massa. Aquele dia era dele, mais do que de qualquer um.

E logo adiante, de modo incisivo, destaca:

Candidato a maior estadista da história nacional, embora no papel nunca tenha sido mais do que um simples deputado, Nabuco tem um título incontestável: foi o mais importante, o mais eloquente e o mais popular dos

abolicionistas. Protagonizou o movimento pelo abolicionismo e, ao mesmo tempo, refletiu sobre a história que se desenrolava à sua volta, captando com a força de um intelecto preciso como laser a importância orgânica da escravidão na sociedade brasileira. No processo, como definiu o grande historiador Evaldo Cabral de Mello, escreveu 'a mais brilhante análise do papel desempenhado pela escravidão na formação social e política do Brasil'.

Convencido de tudo haver feito para cumprir a missão a mim conferida pelo eminente confrade Cláudio Chaves, diretor de Promoções e Eventos desta Casa, desejo, de público, agradecer a colaboração de amigos na cessão de material sobre a vida e a obra de Joaquim Nabuco, destacando o próprio amigo/confrade Cláudio Chaves, o livreiro Antônio Diniz, e o historiador/pesquisador cel. Roberto Mendonça.

Fiquem certos, os presentes, de que o produzido resultara da força de vontade de um velho professor que, lá pelos idos dos anos 50 e 60 do século passado, ao início de cada período escolar, não cansava de dizer a seus discípulos que para ministrar suas aulas estudava para fazê-lo, sendo assim um igual, apenas em idade pouco acima da deles.

Em assim sendo, não sei se me saí bem, mas o esforço foi feito.

E por aqui me fico, com pedido de aplausos à memória de Joaquim Nabuco e com o meu muito obrigado!

— O ensaio científico¹

MARILENE CORRÊA

O ensaio como gênero literário constitui também um exercício narrativo da ciência. Dito de outro modo, “o ensaio é também uma forma de escrita que o trabalho científico tem utilizado. É uma maneira de tratar criativamente temas frequentemente duros”. Os especialistas em metodologia o definem como um “estudo bem desenvolvido, formal, discursivo e concludente, consistindo em exposição lógica e reflexiva e em argumentação rigorosa *com alto nível de interpretação e julgamento pessoal*. No ensaio há maior liberdade por parte do autor, no sentido de defender determinada posição sem que tenha de se apoiar no rigoroso e objetivo aparato de documentação empírica e bibliográfica. De fato, *o ensaio não dispensa o rigor lógico e a coerência de argumentação e por isso mesmo exige grande informação cultural e muita maturidade intelectual* (Severino, 1976, p. 153, grifos meus). Outras características do ensaio são sublinhadas como a de *problematizador, antidogmático* e nele deve se sobressair *o espírito crítico do autor e a originalidade* (Medeiros, 2000, p. 112).

O ensaio científico, portanto, tem essa caracterização distintiva de outros registros. Distingue-se do *paper*, por exemplo, cuja definição da ABNT (1989) é um pequeno artigo científico, elaborado sobre determinado tema ou resultados de um projeto de pesquisa para comunicações em congressos e reuniões científicas, sujeitos à sua aceitação por julgamento. Enquanto que o ensaio científico tem natureza interpretativa, com claro posicionamento do autor sobre o objeto do procedimento ensaístico, com os mesmos rigores dos estudos documentados em *papers*, estes têm outros propósitos, tais sejam os de formar um problema, estudá-lo, adequar hipóteses, cotejar dados, prover uma metodologia própria e, finalmente, concluir ou eventualmente recomendar. Por sua natureza intrinsecamente técnica

1. Palestra proferida na AAL, em 29 de outubro de 2011.

196 pode envolver fórmulas, gráficos, citações de pés de página, anexos, adendos e referências. Busca-se nessa forma de narrativa científica o tom imparcial e velado, onde a opinião do autor não está em evidência mas a exposição do tema, dos dados e outras informações geralmente experimentais (*Op. cit.*, *idem*).

Em narrativas científicas caracterizadas como ensaio, destaca-se a liberdade de crítica por meio da preeminência da interpretação. Tanto que a caracterização de crítica e de ensaio se confundem, se interpenetram. Josep Montaner define a crítica tanto como missão de “interpretar e contextualizar” – onde se estabelece uma esfera de conceituação –, como uma espécie de arte de tecer e entrelaçar para tornar visível a obra em exame, uma espécie de hermenêutica que desvela origens, relações, significados e essências” (Montaner, 2004, p. 11).

Crítica e interpretação, portanto, são movimentos lógicos manejados pelo narrador, pelo autor, pelo escritor, pelo cientista. O gênero ensaio nos ensina a expressar com clareza as controvérsias, polêmicas, disputas de prioridade e antecedência, itinerários intelectuais, e, com muita frequência, o roteiro emocional das escolhas intelectuais. Seja quando aborda a lógica da criação científica ou a lógica da validação do discurso científico, juntas, como emergem do debate contemporâneo da Sociologia da Ciência, ou separadas, como aparecem no passado recente do desenvolvimento científico ao exame da Filosofia da Ciência, o ensaio se sobrepõe sobre os demais registros.

O ensaio sociológico, nesse aspecto, corresponde em grande parte ao artesanato intelectual da imaginação sociológica. O exercício dessa imaginação e os resultados dessa prática em muito envolvem o esforço pessoal e o treinamento ao qual o sociólogo submete seu espírito no domínio das ideias e da arte de expressá-las por meio do método científico. O quadro do debate de ideias emergentes e originais, a problematização de temas, os contextos e relações, as rupturas e prolongamentos da produção científica valorizam-se sob a forma do ensaio científico. Do mesmo modo, o estado da arte de qualquer campo do conhecimento científico, artístico, filosófico, religioso e técnico. Como nos ensina Wrigth Mills:

A imaginação sociológica (...) consiste em parte considerável na capacidade de passar de uma perspectiva para outra, e, nesse processo, consolidar uma visão adequada de uma sociedade total e de seus componentes. É essa imaginação, é claro, que distingue o cientista social do mero técnico. Técnicos adequados podem ser instruídos em poucos anos. A imaginação sociológica também pode ser cultivada; por certo ela raramente ocorre sem muito trabalho, muitas vezes rotineiro. Há, no entanto, uma qualidade inesperada em relação a ela, talvez porque sua essência seja a combinação de ideias que ninguém supunha que fossem combináveis. (...) Há um estado de espírito lúdico por trás desse tipo de combinação, bem como um esforço verdadeiramente intenso para compreender o mundo, que em geral falta ao técnico como tal (p. 41).

O ato de imaginar preside o início, o desenvolvimento e o fim do ensaio científico em Sociologia. Em uma área especial da Epistemologia das Ciências Sociais controvérsias do desenvolvimento científico e a delimitação de novos campos de estudo exercitaram a ensaística no processo de criação da Sociologia do Conhecimento. A reflexividade das ciências sociais, o ato de estudar a si própria interna e externamente, acompanha seu nascimento, desenvolvimento, referências e repertórios. Grosso modo, conhecer, explicar e validar os nexos entre as condições históricas e sociais e o conhecimento envolve acomodações e rupturas na lógica científica e em seus modos de institucionalização. Com Karl Mannheim, Robert Merton, Thomas Khun, entre outros, em uma sucessão de ensaios científicos, o debate da lógica da descoberta e da lógica da validação do desenvolvimento científico foi revolucionado em todos os campos de conhecimento. Esta é uma ilustração concreta de como o ensaio científico integra procedimentos de análise e de síntese nas Ciências Sociais. A emergência da Sociologia da Ciência e a Antropologia do desenvolvimento científico, ambas de impacto decisivo no debate contemporâneo, bem o demonstram. Pontos de convergência e de discordância são essenciais para a configuração do ensaio nesse domínio específico que não foge do quadro geral da imaginação científica. Essa cultura de ensaio científico nas Ciências Sociais chega até hoje no programa forte da Sociologia e Antropologia da Ciência de David Bloor e Bruno Latour.

Controvérsias do Círculo de Viena, melhor dizendo entre a Filosofia e a Sociologia do Conhecimento, centralizavam o debate na problemática da determinação social do conhecimento. (...) “Se o conhecimento tem a sua gênese em determinadas condições da realidade coletiva, então a Sociologia do Conhecimento –, e, no limite, somente ela – estaria autorizada a estabelecer critérios de validade do conhecimento para determinação do que é conhecimento verdadeiro ou falso, pois tais conhecimentos estariam inextricavelmente vinculados à(s) lógica(s) temporal, circunstancial, local e cultural dos diferentes contextos sociais”. É Hans Reichenbach quem soluciona o problema distinguindo o contexto social da descoberta do conhecimento (sua gênese) e o contexto de sua justificação (sua validade). É o tempo da aceitação em dizer mesmo que os conhecimentos sejam originários de formas sociais concretas, sua validade diz respeito a argumentos lógico-experimentais.

Merton produz o processo de afirmação da Sociologia da Ciência a partir daí. Entre vários usos do termo ciência, que inclui métodos de produção e de avaliação do conhecimento, o sentido de a ciência significar um conjunto de valores culturais e de normas que presidem sua atividade é destacado, o que permite a Sociologia da Ciência estudar a estrutura social da ciência, o impacto da sociedade na criação dos focos de interesse da ciência, na seleção dos problemas, no ritmo de desenvolvimento científico etc. É nesse âmbito que Merton enumera um conjunto de normas e valores que constituem o *ethos* científico: o universalismo, o comunismo, o desinteresse pessoal (altruísmo científico) e o ceticismo organizado, cuja explicitação evidencia aproximações entre a ética científica da sociedade liberal avançada em ética universal, como critica Boaventura Souza Santos.²

A retórica da legitimação do conhecimento das ciências físicas e naturais remonta ao século 16 e caracteriza-se em pelo menos três fases:

1 – A demonstração da utilidade da ciência a fim de obter apoio e fomento público. Em 1660 a Royal Society é criada por Charles II; as Academias de Ciências são criadas e funcionam no século 17;

²- Cf. Boaventura Souza Santos. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 1, jun., 1978.

2 – A fase de autonomia da ciência que atinge seu pleno desenvolvimento no século 19; 199

3 – A industrialização da ciência e sua aliança com o desenvolvimento tecnológico e produtivo de consequências questionáveis operam negativamente sobre os princípios da autonomia e do progresso científico. A ciência volta a justificar-se perante a sociedade acerca de sua utilidade sem efeitos negativos. É evidente o desgaste diante da opinião pública para a qual concorrem efeitos de degradação e destruição ambiental.

A crise entre a sociedade e o conhecimento científico encontra ponto alto na expressão do significado da big science. Gastos dos EUA nas áreas atômica, espacial e de defesa alcançam 87% dos recursos destinados à pesquisa científica; para os interesses do bem-estar e saúde (fármacos, alcoolismo, doenças degenerativas) os gastos giram em torno de 10%; e para os incentivos à motivação econômica cerca de 3%. Investimentos em novos materiais, equipamentos, sistemas e processos já existentes, energia, armamentos, dão ênfase às pesquisas nas áreas de Física, Biologia, entre outras convergências de interesses econômicos, militares e estratégicos.

A Antropologia é um outro domínio científico onde o ensaio adquire estatuto de constituição e de afirmação do próprio campo de conhecimento. São célebres as alusões aos *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Malinowski, publicado em 1922 (1976, tradução brasileira), e *O Ensaio Sobre a Dádiva*, de Marcel Mauss. Alves destaca a distinção entre uma escolha ensaística e uma etnografia clássica nos dois autores:

A obra de Malinowski segue o princípio da descrição etnográfica – extraordinária, sem dúvida –, ressaltando a instituição do kula como um sistema de comércio que se revela por excelência como fato social total, noção que Marcel Mauss, como diz Lévy-Strauss, ‘introduziu e impôs’ (1974) em seu Ensaio Sobre a Dádiva. Mas as possibilidades da comparação, com vistas a destacar alguns conceitos e noções, bem como a ex-

traordinária repercussão do Ensaio de Mauss, estão relacionadas à modalidade de escrita que a ensaística possibilita.

*O trabalho de Mauss não está limitado a uma perspectiva do ensaio como modo menor de produção de texto, muito menos aos limites clássicos que foram sendo impostos pela teoria das formas literárias. É na ensaística de Marcel Mauss que está – acredito eu – uma das fontes do que mais tarde alguns autores na Antropologia vão destacar como característico da escrita antropológica. Aquela espécie de ‘ficção’ de que fala Geertz (1978), não por se tratar de fatos ficcionais, mas por serem descritos e interpretados a partir de um modo narrativo.*³

3. Isidoro M. Alves. Logos. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros, 2001.

No pensamento social brasileiro o ensaio científico é seminal das interpretações e dos intérpretes do Brasil. Antonio Candido, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda fizeram do ensaio o ponto mais importante de sua comunicabilidade científica. Mais do que isso, seus ensaios constituem-se em pilares da autoconsciência do brasileiro e da assimilação do *ethos* nacional.

Antonio Candido nos envolve no seu fazer ensaístico pela leitura de sua interpretação do Brasil pela crítica literária. Ele, como ninguém, viu a força narrativa do romance como um precursor dos estudos econômicos e sociológicos, ou mesmo como bases do pensamento social brasileiro. A formação do pensamento político ganhou contundência e adesão pela difusão literária. Temas que associam Pátria e Terra, recorrentes na literatura latino-americana, estão no imaginário literário e nas aspirações da formação e do desenvolvimento nacional que, sob a noção de país novo, teria um futuro rico e desenvolvido. A “consciência amena” das possibilidades geradas pela pátria forte, promissora e acolhedora, corresponderia à generosidade da terra fértil, mãe de todos os seus filhos, ambientes de gestação de um país independente e progressista. Esse otimismo patriótico é substituído por um pessimismo realista que configura tipos e cenários do Brasil profundo. Essa mesma imaginação marca um estilo que corresponderia ao contraponto da consciência catastrófica do atraso, de uma consciência emergente das fragilidades institucionais e da formação da cidadania do povo brasileiro. Assim ele os fala, em momentos diferentes:

(...) Neste ensaio falarei, alternativa ou comparativamente, das características literárias na fase de consciência amena de atraso correspondente à ideologia de 'país novo'; e na fase da consciência catastrófica de atraso, correspondente à noção de 'país subdesenvolvido'. Isto, porque ambas se entrosam intimamente e é no passado imediato e remoto que percebemos as linhas do presente. Quanto ao método, seria possível estudar as condições da difusão ou as da produção das obras. Sem esquecer o primeiro enfoque, preferi destacar o segundo, que, embora nos afaste do rigor das estatísticas, nos aproxima, em compensação, dos interesses específicos da crítica literária.

(...) Enquanto este focalizava o homem pobre como elemento refratário ao progresso, eles desvendam a situação na sua complexidade, voltando-se contra as classes dominantes e vendo na degradação do homem uma consequência da espoliação econômica, não do seu destino individual. (...) Jorge Amado, em cujos livros o que resta de pitoresco e melodramático é dissolvido pelo desmascaramento social – fazendo pressentir a passagem da 'consciência de país novo' à 'consciência de país subdesenvolvido', com as consequências políticas que isso importa. (...) Em *Vidas secas* Graciliano Ramos leva ao máximo a sua costumeira contenção verbal, elaborando uma expressão reduzida à elipse, ao monossílabo, aos sintagmas mínimos, para exprimir o sufocamento humano do vaqueiro confinado aos níveis mínimos de sobrevivência.

(...) Deste super-regionalismo é tributária, no Brasil, a obra revolucionária de Guimarães Rosa solidamente plantada no que poderia chamar de a universalidade da região. (...) Não se exigirá mais, como antes se exigiria explícita ou implicitamente, que Cortázar cante a vida de Juan Moreyra, ou Clarice Lispector explore o vocabulário sertanejo. Mas não se deixará igualmente de reconhecer que, escrevendo com requinte e superando o naturalismo acadêmico, Guimarães Rosa, Juan Rulfo, Vargas Llosa praticam em suas obras, no todo ou em parte, tanto quanto Cortázar ou Clarice Lispector no universo dos valores urbanos, uma espécie nova de literatura, que ainda se articula de modo transfigurador com o próprio material daquilo que foi um dia o nativismo.⁴

4. CANDIDO, Antonio. "Literatura e subdesenvolvimento". In: *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989, p. 140-162.

Gilberto Freyre é outro mestre do ensaio científico nas ciências sociais. Em brilhante artigo "A crônica antropológica: literatura e ciên-

202 cia”, Fátima Quintas diz da natureza revolucionária de seus escritos no quadro mental do Brasil da época da publicação de *Casa-Grande e Senzala*:

*Gilberto Freyre representa a nata da estética literária. Sua obra mater, Casa-Grande & Senzala, revoluciona a linguagem à época em vigor. Considerada romanesca, tal a inovação na forma e na espontaneidade da exposição, arrancou as mais ferrenhas críticas. O conteúdo assimétrico, um tanto anárquico, não poderia ser aceito numa sociedade pautada no positivismo importado. Os arrufos de intolerância atingiram o clímax da insensatez: propuseram queimar o livro em praça pública. Ato extremo de repúdio a uma linguagem considerada chula por um crítico apressado e leviano.*⁵

Ao dar voz ao próprio Freyre encontramos nele o estilo, e os requisitos da cultura ensaística:

Não sou nem pretendo ser sociólogo puro. Mais do que sociólogo creio ser antropólogo. Também me considero um tanto historiador e, até, um pouco pensador. Mas o que principalmente sou creio que é escritor. Escritor – que me perdoem os literatos a pretensão e os beletristas, a audácia – literário. (...) O sociólogo, o antropólogo, o historiador, o cientista social, o possível pensador são em mim ancilares do escritor. Se bom ou mau escritor é outro assunto (Freyre, 1968, p. 23-165).

Fátima Quintas sublinha a escolha de Gilberto Freyre pela estética literária do ensaio para valorização da narrativa científica de sua antropologia. “Ao definir-se escritor, duas intenções o guiaram: quebrar o tabu da ciência-arte, agigantando-o desmedidamente, e perenizar-se por meio da palavra bem colocada, ancha de metáforas originais, a exaltar o estilo superposto à condição de exegeta. Carimbou o selo da autenticidade, bradando a sua opção pela estética literária”.⁶

Nos marcos ou extrapolando os limites técnicos do aprendizado sociológico, a imaginação ensaística pode e deve descortinar a inquietação no seu esforço de compreender e interpretar a realidade social. Consiste, a ensaística, (...) em “uma composição escrita em

5. QUINTAS Fátima.

“A crônica antropológica: literatura e ciência”.

Logos: comunicação e universidade. Vol. 1, nº 1.

Rio de Janeiro: Uerj.

Faculdade de Comunicação Social, 1990.

6. Cf. Fátima Quintas, Op. cit.

prosa na qual o escritor estuda, discute e desenvolve um tema ou propõe ideias sem nenhuma pretensão de esgotar o assunto. Dessa perspectiva, o ensaísta passa por um processo de reflexão e de apreensão de ideias e materiais alheios e próprios com longos cuidados de quem capta, aclara e escreve, valendo-se de argumentos que fundamentam as questões estudadas.⁷

O ensaio pode surgir de qualquer tema e se transformar em processo de experimentação de qualquer área onde a imaginação precede o passo inicial e o final do registro escrito. Tal é o sugestivo estudo sobre estilo literário onde se indaga:

*Um estilo é o quê? Como definir um estilo literário? Desde logo: de maneira nenhuma como uma técnica de bem escrever. É o estilo, a criação de um novo estilo, que caracteriza o escritor original, o grande escritor. Mas o grande escritor não é aquele que escreve bem. Antes pelo contrário. É aquele que não sabe escrever, que não sabe como escrever, e que sente que só pode fazê-lo na condição de desrespeitar aquilo que passa por ser um estilo, de desrespeitar a própria língua em que escreve, de criar, a partir dela, outra língua.*⁸

O tema polêmico do ensaio é um convite ao exame detalhado do seu desenvolvimento.

O ensaio de Souza Dias se constrói tomando por base três fórmulas de Proust “extraídas de diferentes textos proustianos. Fórmulas mais ou menos arbitrárias cada uma em relação às outras, mas não relativamente à tese, tão singular quanto atual, do romancista acerca dessa questão”,⁹ diz ele. A primeira afirma que “A única maneira de defender a língua é atacá-la”,¹⁰ a segunda, que se desdobra da primeira, é “Os belos livros estão escritos numa espécie de língua estrangeira”,¹¹ e a terceira fórmula, “O estilo para o escritor assim como a cor para o pintor é uma questão não de técnica, mas de visão”.¹² O ensaio mergulha no universo da construção proustiana onde se descortina o ato criador, a história da literatura, excedendo-a, superando-a; e o estado da arte da construção literária, desafiando-o, enfrentando-o; o impacto revolucionário da reinvenção da língua, da sintaxe. Ensaio que se constitui de poderosa argumentação as-

7. “Massaud Moisés”. In: LAGO JR., Sylvio. “O ofício do ensaísta”. Logos: comunicação e universidade. Vol. 1, n.º 1, 1990.

8. Souza Dias. Três Fórmulas de Proust Sobre o Estilo (ou: o estilo - questão de técnica?). Artigo resumo do capítulo IV de seu livro a ser publicado em 2004.

9. SOUZA DIAS, p. 1.

10. Correspondance avec Madame Straus, Carta XLVII, U.G.E. 10/18, Paris, p. 110.

11. Contre Sainte-Beuve. Paris: Gallimard, col. Folio, p. 297.

12. Le Temps retrouvé, ed. cit., p. 299.

204 sentada no conhecimento da obra de Proust em profundidade; e que o interpreta na atmosfera dos desafios à imaginação literária. E ainda onde apresenta conclusão com outras questões. (...) Terá o romance, a grande literatura criadora de mundos, esgotado, entretanto as suas possibilidades ou, pelo contrário, e como dizia o poeta, sempre “há mais mundos”? Terá a arte literária futuro? Serão ainda expectáveis outros Proust (outros Kafka, Musil etc.)? Há quem pense que não. (...) Há mesmo quem pense que as tradicionais funções informativo-cognitivas da literatura foram apropriadas, por exemplo, pelas ciências sociais, ou que a transgressão da linguagem, virtude literária, deixou de ser praticável numa idade de proliferação das linguagens (audiovisuais, internéticas etc.). Tudo isso pode ser verdade. Mas também não o é menos que a própria mudança nas condições da vida humana, o surgimento de novos modos de vida, abre renovadas possibilidades existenciais e, sobretudo, existenciáveis que compete à literatura explorar.¹³

13. SOUZA DIAS, citado,
p. 1, 3, 7 e 10.

O ensaio científico agiganta-se com esse gênero literário. Ilustrase essa afirmação com duas teses antitéticas que versam sobre a cultura amazônica. Neide Gondim em *A Invenção da Amazônia*, e João de Jesus Paes Loureiro em *Cultura Amazônica e a Poética do Imaginário*. Uma, apresenta e sustenta seu propósito central ao demonstrar que a Amazônia é uma invenção do imaginário ficcional de diversas origens, de distintas atmosferas discursivas, míticas, literárias e científicas. Outra, que defende a ideia de uma determinação da natureza como um impacto decisivo sobre a criação, a existência de um campo de força a agir sobre a imaginação poética e sobre a narrativa científica que, sob a grandiosidade da visão da natureza, assume feições literárias.

O tema do ensaio científico pode ser localizado entre as preocupações narrativas com o discurso híbrido. Assim pensa Hérís Arnt, editora da *Logos*, revista da Uerj, quando destaca distintos formatos em que se constituem as narrativas, e quando delinea aproximações e especificidade dos gêneros literários entre os quais a crônica e o ensaio:

A crônica como produção literária, ficcional em sua essência, torna-se objeto privilegiado de estudos sociais ou culturais, enquanto reprodução

*imaginária de uma sociedade. O ensaio, dependente que é da sua forma discursiva, coloca em questão os limites entre a realidade científica, objetiva, palpável e a construção literária que lhe dá forma. O ensaio é justamente esta tentativa de forçar limites. (...) os autores dos mais diversos matizes, ora tratam das questões epistemológicas do ensaio, através de ensaios; ora tratam ensaisticamente a questão da crônica; ora compõem crônicas ensaísticas fazendo um verdadeiro painel em que são discutidas, através dessas formas singulares de discurso, as questões da cultura brasileira, da identidade, da liberdade de pensar.*¹⁴

205

14. ARNT, Hérés, 1990, p. 4.

O ensaísta é um pensador de ideias e analista da ciência, diz Sylvio Lago. Assim ele compõe a sua formação e o desenvolvimento da carreira científica propriamente dita no qual o ensaio é um dos instrumentos privilegiados do fazer científico. Como “pensador de ideias, sua pretensão deve ser a de um exímio analista da ciência da interpretação, capaz de estabelecer conexões sutis entre concepções e juízos e com apreciações sempre nítidas. É justo e natural que, trabalhando formas livres de análise e interpretação, todo ensaísta tenha o hábito de tudo anotar, de nada perder, arrolando, com cuidado, as informações que vai garimpando no decorrer de suas leituras. Ele deve ter o que Mário de Andrade chamava de “hábito virtuoso” da leitura e seus registros, organizando suas anotações e pensamentos até alcançar o que se denomina, um tanto convencionalmente, ensaio. Sylvio Lago discorre sobre o ofício, os requisitos, o estilo, os temas, a estrutura e recriação (diz-se que o ensaísta é um artista da recriação), a brevidade e a extensão do ensaio. Avoca Fustel de Coulanges na relação entre análise e síntese do procedimento ensaístico: “Para um dia de síntese são precisos anos de análise”. Assim, a síntese produzida no ensaio científico deve refletir “com grande condensação” a diversidade e a multiplicidade de formas do pensamento do autor e do objeto em exame. “O ofício principal do ensaísta é analisar os significados das realizações criadoras e das várias questões, submetendo-os ao crivo da indagação mais profunda ou da discussão circunstancial”.¹⁵

Cumprê-me fazê-lo, portanto, nos contornos dos nossos “Diálogos Qualificados”.

15. LAGO JR., Sylvio. “O ofício do ensaísta”. Logos: comunicação e universidade. Vol. 1, n.º 1. Rio de Janeiro: Uerj, Faculdade de Comunicação Social, 1990.

— A palavra na ficção¹

JORGE TUFIC

1. Uma entrevista com Nilto Maciel tornara possível o êxito desta nossa palestra, na Academia Amazonense de Letras, em 5 de novembro de 2011

Tenho encontrado leitores que me fazem perguntas embaraçosas como esta: “O que devo fazer para aprender a escrever conto, novela, romance?”. No mais das vezes, digo-lhes: “Comece lendo os clássicos”. Alguns me responderam: “Mas eu já li quase todos e, mesmo assim, ainda não sei como escrever um conto”. Ora, há dicionários, manuais, tratados que dão noções sobre espaço, ação, incidente, drama, conflito, unidade dramática, história, célula dramática, lugar, tempo, passado anterior ao episódio, tom, personagens, tipos, caricaturas, linguagem, concisão, concentração de efeitos, diálogo, diálogo interior, monólogo interior, discurso direto, narração, descrição, ponto de vista, foco narrativo, primeira pessoa, narrador onisciente, começo, fim. Também o conhecimento de tudo isso parece não ser suficiente para dar ao aprendiz de escritor o cadinho para a realização da obra de arte. E, por falar em cadinho, captei a seguinte lição de Adolfo Casais Monteiro, em *Os Pés Fincados na Terra*: “A arte não é invenção pura; o artista é como que um cadinho em que se realiza a mistura dos ingredientes que são o pó da experiência”. Muitos sociólogos ditos marxistas insistem em afirmar que toda pessoa é capaz de criar qualquer obra de arte, desde que se lhe deem condições sociais e culturais para o exercício dessa capacidade. Ora, milhares e milhares de pessoas letradas, bem vividas, se dizem poetas porque sabem escrever versos. No entanto, não são poetas ou não conseguem escrever bons poemas. Os gramáticos seriam então os melhores poetas, contistas ou romancistas.

Muitos desses escritores principiantes estudaram gramática, leram os principais livros – da Antiguidade aos dias de hoje –, se debruçaram sobre manuais, tratados, dicionários de literatura, e, crenes de já saberem tudo e estarem prontos para a criação literária, tentaram

escrever contos, novelas, romances. O resultado, porém, tem sido desastroso. Faltou-lhes o quê? Persistência? Nem sempre. Humildade? Talvez. Imaginação? Quem sabe? Talento? Não sei.

Há quem pense ser mais fácil escrever contos ou poemas curtos que romances. Como se tudo fosse questão de tamanho. Ora, contistas são contistas, poetas são poetas, romancistas são romancistas. Alguns escritores conseguem ser bons como poeta, contista e romancista. Muito contista sonha com um grande romance e frequentemente o ensaia nos contos mais longos. Já o narrador mais afeito à arte de narrar nunca confunde alhos com bugalhos. Confunde-se também conto com crônica, o que é menos grave. Pior é chamar de conto simples anedota, piada, notícia, comentário etc. No livro *A Nova Literatura: O Conto*, Assis Brasil faz didática distinção entre conto, crônica, prosa poemática e poema em prosa. Crônica é um relato, bastante pessoal, onde o autor nomeia e descreve acontecimentos, criando enredos num tempo histórico passado. O poema em prosa e a prosa poemática são formas confessionais, ausentes de fabulação.

À medida que o homem avança no tempo em sentido contrário à caverna (ou todo movimento é um retorno?), mais se torna difícil expressar-se por conceitos. Assim, a oralidade primitiva se confunde cada vez mais com a escrita dos novos tempos. Isso não quer dizer que o caso, o conto oral, tenda a desaparecer. Ora, como não encontrar semelhanças entre o conto rural, que se confunde com a lenda, e o conto urbano de feições realistas? Difícil também delimitar os campos do imaginário e do real.

A história curta, tradicionalmente conhecida como conto, não só tem servido de objeto de discussões entre narradores e teóricos em busca de definições, como tem dado ensejo a constantes rebatimentos, mercê das transformações sofridas pelo gênero. Muitos estudiosos elaboraram vastas enunciações do conto. Arranjar, porém, novos nomes para o gênero parece tarefa sem proveito. Porque a cada conceituação e a cada transformação seria preciso um novo batismo.

Os manuais, os tratados, os dicionários não tratam de questões menores ou de noções rudimentares da arte de escrever literatura. Pois eu quero aqui dedicar algumas palavras a essas “outras noções”

208 de como escrever “corretamente” prosa de ficção. Ou como não escrever “incorretamente” prosa de ficção.

Começamos pelo emprego exagerado de lugares-comuns e gírias. Os livros estão cheios de “nariz aquilino”, “lágrimas de crocodilo” e outros chavões. Se não é possível a metáfora, que se descreva o nariz do personagem com criatividade. Vejamos a gíria na frase: “O gatinho andava ao meu redor”. Ora, daqui a alguns anos quem poderá imaginar que o narrador se referia a um rapazinho e não a um felino? O escritor poderá passar como genial: o “gatinho” seria uma metáfora.

Há escritores que abusam da grafia distorcida de vocábulos, na certeza de estarem sendo fiéis à língua do povo, realistas, e de estarem preservando o idioma português. Ora, por que escrever “home” em vez de “homem”, “bêbo” em vez de “bêbado”, “eu tô com fome”? Nesse caso, para ser fiel ao propósito de escrever como fala o zé-povinho, melhor seria: “eu tô cum fomi”. Guimarães Rosa fez malabarismos para não cair nessa esparrela. Escreveu sempre a fala do povo do sertão mineiro, porém com invejável inventividade, sabedoria, consciente do significado de cada sílaba, de cada vocábulo, de casa frase.

O mau uso dos diálogos tem sido outro pecado de muitos escritores. É o caso de personagens do tipo Zé-prequeté falando como literatos, isto é, o oposto do uso excessivo de gíria ou transcrição da fala do João-ninguém. José de Alencar é criticado por ter posto nos lábios de seus índios o modo de falar dos portugueses. O romantismo tinha lá, porém, suas leis, como a de que os diálogos nunca reproduzisse a fala dos “sem-fala”. O sertanejo que falasse como o doutor da cidade, com acatamento e respeito às normas gramaticais.

Há também o vício da repetição exagerada de vocábulos, na mesma frase, no mesmo parágrafo, no mesmo capítulo, no mesmo conto. Os mais comuns são: “que”, “mas”, “estava”, “era”. Vejamos este caso: “João dos Bois ia levantar mais tarde. Antes de levantar...”. Contemos os “que” neste trecho: “Mieko achava que devia voltar à lavoura novamente e conversa com o Noriel e pedir que ele não contasse a ninguém o que tinha acontecido”. Do mesmo livro é a frase: “Foi só depois que o Roberto tinha levado a Arume que a Mieko achou que podia escrever”.

Semelhante ao senão apontado é o uso forçado de figuras de linguagem, o emprego desnecessário dos artigos, o descuido na conjugação dos verbos, os cacófatos. Tudo isso é muito comum em narradores brasileiros do final século 20 e depois. Para isso, dizia-se: “Fulano não tem estilo”.

Passemos aos personagens. Um dos erros mais comuns é o excesso de personagens em contos. A não ser que somente dois ou três deles participem diretamente da ação. A primeira causa disso será o surgimento de personagens desnecessários, sem lugar na ação, supérfluos. Depois, a confusão no enredo. O tamanho da narrativa não comporta muitos personagens. E não será a evolução do gênero que irá mudar isso.

E para que personagens sem nome? Cabível em contos com muitos personagens. Somente os principais, dois ou três, terão nomes.

Outro equívoco de alguns narradores: o aparecimento súbito de um personagem secundário, irrelevante, e o seu repentino desaparecimento. Melhor excluí-lo da história.

Vejamos a descrição dos personagens. O narrador não precisa descrever o caráter dos personagens. Se fulano é mau ou bom, não cabe ao narrador qualificá-lo e, sim, ao leitor. Suas ações e suas palavras o pintarão aos olhos do leitor. Também é ocioso descrever o aspecto físico dos personagens, especialmente em conto. No romance realista e naturalista a descrição não podia faltar. Como não se deliciar o leitor com o corcunda de Notre Dame? A descrição, porém, não se fazia gratuitamente. Sem o aleijão do personagem o romance não existiria. A descrição de defeitos ou características não faz sentido, a menos que o aspecto físico do personagem seja imprescindível à história. Se fulano é cego, manco, perneto, se assim descrevendo o personagem quis o narrador simplesmente “enfeitar” a história, homenagear alguém, seja lá o que for – a descrição então será uma excrescência.

Agora a questão do narrador. Durante muito tempo prevaleceu em prosa de ficção a onisciência do narrador, fosse personagem ou não. Tudo mudou a partir de James Joyce, porém. O narrador onisciente desapareceu. Os pensamentos dos personagens não podem ser do conhecimento do narrador. “Fulano tencionava matar sicrano”.

210 “Ele se sentiu culpado de alguma coisa”. A interferência excessiva do autor-narrador é um mal maior para a narrativa. Assim como o excesso de observações e explicações. Não deve o narrador dar informações, sobretudo se inúteis à trama. Exemplo: “Na curva do caminho surgiu um cavaleiro: era o Vadico, um velho conhecido que batia muito na mulher”. Tal informação é até sem sentido no conto, vez que Vadico nem sequer volta à cena.

Mencionar nomes de cidades, logradouros, somente se absolutamente necessário ao enredo. Dizer que fulano mora na rua São Sebastião ou na avenida Dom João poderá ser necessário, sim. Se não o for, para que o nome do logradouro? Nunca explicar o óbvio. Como assim: “Em Fortaleza, a bela capital do Ceará, vivia fulano”. Aliás, nunca explicar nada. “Isso aconteceu porque...”. Melhor o mistério. Cada leitor fará uma dedução. Nunca opinar. “Aquela mulher era má”. Cabe ao leitor o julgamento dos personagens. O narrador não é juiz, não decreta nada. Sua função é tão somente narrar.

Moreira Campos, um dos mestres do conto brasileiro ou um dos melhores discípulos dos grandes mestres, seguia à risca as lições de Tchecov. Em “Breves palavras”, apresentação do livro *Dizem que os cães veem coisas*, escreveu: “Sou fiel, quanto à síntese, ao conceito de Tchecov: ‘Se a espingarda não vai atirar no conto, convém tirá-la da sala’”. Ainda desse mestre a advertência de que, “se você vai derrubar a casa, apodreça de logo a cumeeira”.

Em suma: para escrever boa prosa de ficção é preciso, além de conhecer todas as técnicas de narrar e muito talento, saber lapidar, transpor, alterar, substituir, riscar, cortar, remendar, costurar palavras, frases, parágrafos inteiros. E não ter medo do cesto de lixo, de ser cruel consigo mesmo. Não ter complacência com o vício, o erro, a mediocridade. Não ter piedade nem de si mesmo nem de personagens.

— O QUE É CONTO?

Os manuais e os dicionários de literatura ensinam que o conto deve ter em si um só drama, um só conflito, uma só unidade dramática, uma só história, uma só ação, uma única célula dramática. Por isso, o conto rejeita as digressões e as extrapolações, ou seja, o passado

anterior ao episódio é irrelevante, assim como o são os sucessos posteriores. Sendo o tempo limitado ao momento do drama, também o espaço seria circunscrito a uma sala, um cômodo. Sendo tudo tão restrito, por que as personagens seriam muitas? E a linguagem do conto? A da concisão, com predomínio do diálogo. Chegado o epílogo, o contista há de ter guardado um enigma. Ou o desfecho inesperado, embora determinado desde o começo. E mais uma infinidade de regras, limites, modelos.

Se todos os contistas assim elaborassem contos, há muito teríamos deixado de lado esse gênero cada vez mais rico, por se empobrecer, se uniformizar. Pois não é difícil escrever conto com obediência ao enunciado nos manuais. Os próprios escritores de manuais, os dicionaristas, os professores de literatura, os estudiosos do conto seriam bons contistas. Bastava-lhes seguir o modelo. E assim se deu durante muito tempo. E assim se dá há muito tempo. Não se pode negar, no entanto, que bons contistas não se afastaram de todo (ou em todas as composições) desse molde. Machado de Assis elaborou contos de estrutura tradicional. Guimarães Rosa também. E tantos outros. Assim como escritores medíocres realizaram contos de forma nova, moderna ou revolucionária. Ou seja, o bom conto tanto pode se moldar na tradição como na inovação. Ou não se moldar a nada.

Wilson Martins, no artigo “Contistas”, fez estas observações: “Em termos de literatura, escrever um conto não é contar uma história por escrito – é contá-la com estilo literário, ou seja, com elegância linguística, verossimilhança, sábia estruturação no desenvolvimento da intriga, desenho convincente no caráter dos personagens e invenção de pormenores, tudo concorrendo para defini-lo como obra de arte literária. Também nessa arte tem validade a lei de economia segundo a qual a moeda má expulsa a boa: desanimado com a enxurrada de pseudocontos publicados por pseudocontistas, Mário de Andrade, em desespero de causa, declarou ser conto tudo o que os autores designam como conto – afirmação sarcástica cuja ironia passou larga e convenientemente despercebida, com este resultado inesperado e não menos irônico: passou a ser conto tudo o que se publicava como conto...”.

Segundo Assis Brasil, em *A nova literatura* (Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1973), o conto brasileiro se renovou com Samuel Rawet, cuja estreia se deu em 1956 na coleção *Contos do Imigrante*. E assim argumenta o crítico: “Aquela história linear, de começo, meio e fim, prima pobre da novela e do romance, quebrava sua feição tradicional em busca de outros valores formais” (...) “o conto adquiria uma forma autônoma, não mais ligado ao convencional do enredo”.

Muitos são os contistas e poetas que mantinham engavetados (ou, melhor dizendo, arquivados em computador) seus escritos e, estimulados por leitores de sites e blogs (também escritores em potencial), resolveram publicar o primeiro livro. Alguns não vêm de muitas leituras, de muitos exercícios de escrita, ou leram e leem, apressadamente, tudo o que lhes aparece diante dos olhos, desde piadinhas e os chamados “contos eróticos” até clássicos da literatura universal. Leituras açodadas, sem anotações, sem consulta a dicionários etc. A maioria desses novos escritores segue uma linha, um roteiro, uma estrada larga e longa, certos de que lhes espera a fama, a glória. Não conhecem as veredas, os atalhos, as pedras no meio do caminho, os córregos escondidos na mata. Muito menos os subterrâneos e os céus. Vão em procissão ou atrás do trio elétrico. Todos juntos, unidos, de mãos dadas. Seguem o padre, o pastor, o caminhão do som. Cantam o mesmo refrão. Estão na folia de reis ou na folia do carnaval. São foliões.

Poucos desses contistas e poetas novos vêm da leitura dos contos de fadas, dos poetas românticos, parnasianos e simbolistas, dos romancistas russos e franceses do século 19, dos rabiscos na adolescência, dos primeiros versos na juventude, dos arremedos de contos e romances ao tempo da escola e da faculdade. Poucos se vão fazendo escritores. Sabem que não nascemos feitos, prontos. Muito menos que esse “estar pronto” (ou quase pronto) não se dá num passe de mágica.

Estreou em livro Graciliano Ramos aos 41 anos de idade. Isso não quer dizer que tenha começado a escrever tarde. O exercício de escrever está para o escritor como o exercício de andar e falar está para os recém-nascidos. O aprendizado faz-se lentamente. Escrever, no

entanto, não é um mecanismo inerente a todos. Como não o é compor música ou pintar quadros. Exercitar o ato de escrever pode resultar num *São Bernardo*, após anos e anos de exercício contínuo, diário, quase febril. Ou pode redundar em historietas de gosto discutível. Isso quando o candidato a escritor é muito pretensioso. Quando não o é, termina escrevendo artigos ou reportagens. Se chegar a tanto.

A arte, ao contrário da ciência ou da sabedoria, é um mistério até para seu criador. Porque o artista é também um homem comum, embora momentaneamente arrebatado pelo mistério da arte. O artista não “entende” a arte que ele mesmo reflete, exceto no instante da “criação”, ou, melhor dizendo, da captação. Se o chamado artista entende sua chamada arte, nem ele nem ela são artista e arte. São copiadores, no pior dos casos, ou técnicos em escrever, no caso do simplesmente escritor. Ou apenas homens inteligentes. O artista não é necessariamente um homem inteligente.

O narrador (autor de prosa de ficção), como o poeta, é um curioso, um escavador, um repórter. Um vagabundo à cata de aventuras, de pessoas, de fatos. Para disso extrair a matéria-prima de suas “criações” ou “criaturas”. Os outros não percebem nada, porque, no máximo, veem. Ou não veem, porque não buscam ver.

Nenhum ficcionista cria tipos, inventa personagens. Se o fizesse, estaria abstraindo o homem e fracassaria como escritor. O que realiza é, primeiro, uma descoberta, porque o ser humano é sempre terra desconhecida. Descobre o seu semelhante. Crê na sua existência, como os navegadores antigos acreditavam nos mundos novos. E parte no seu rumo. E o explora, sozinho. Penetra-o, confunde-se com ele. Revela-o. O ficcionista é um revelador. De mundos reais e quase sempre ignorados.

A história curta, tradicionalmente conhecida como conto, não só tem servido de objeto de discussões de ficcionistas e teóricos da literatura em busca de definições, como tem dado ensejo a constantes rebatimentos, mercê das transformações que tem sofrido. Muitos encontraram belas e grandiosas definições. Arranjar, porém, novos nomes para o gênero parece tarefa sem proveito. Porque a cada definição e a cada transformação seria preciso um novo batismo. Assim,

214 o termo relato, se serve a Borges, não se amolda a Rubião. Até um mesmo escritor cultua o gênero sob diversas formas.

Todo contista sonhará escrever um grande romance? Contos mais longos seriam ensaios para romances? Talvez sim, inconscientemente. Ensaio que não deveria ser levado ao palco, sob pena de vaias do público. Os bons narradores escrevem contos ou romances e novelas. Nunca confundem alhos com bugalhos.

Talvez seja equivocada a ideia de unidade temática em livro de contos. Ora, uma peça curta, como conto e poema, será sempre uma peça curta, mesmo que momentaneamente inserida num volume junto a outras. Quando se fala de “Cantiga de esponsais”, pouco importa se foi publicada neste ou naquela coleção de Machado de Assis, embora só pudesse estar em *Histórias sem data*, porque assim o quis o autor. Mas isso não significa nada para o leitor (é de interesse do pesquisador, do estudioso, do historiador etc.).

Os gêneros literários estão em constante mutação e interligação. No Brasil ainda se praticam contos aos modos de Flaubert, Balzac, Eça de Queiroz, Machado de Assis, Edgar Allan Poe, Maupassant, Tchecov e outros, todos diferentes entre si. Uns se perdem no meio do caminho e enveredam pela crônica. Outros querem escrever história, que também é crônica. Há até o conto-ensaio. A maioria, no entanto, permanece presa aos ditames do velho e bom realismo. Uns não se afastam do sertão ou do mundo rural. Outros se transviam pelos becos das urbes. Há os que não sabem de matos nem de ruas e preferem os meandros da mente. Uns leram muito, outros nada leram. Uns souberam vagar pelos abismos de Poe, pularam fora dos livros, outros permaneceram de olhos vidrados na paisagem aberta diante de suas janelas. Uns se exercitaram mais, outros se contentaram com os primeiros mugidos. Tem sido assim, é assim, será assim sempre.

Não há mais o conto, no sentido tradicional, dicionarizado do termo. Conto é apenas termo literário de manual e dicionário. Para orientação dos editores e dos professores de literatura. Quem disse que Machado só escreveu contos, romances, poemas e crônicas? Gilmar de Carvalho escreve lendas, Carlos Emílio escreve delírios verbais, Jorge Pieiro escreve contemas, outros querem imitar Maupassant

ou Tchekov. O que importa não é a forma, se há atmosfera ou não, se há enredo ou não. Ser ou não ser conto, isso é lá para os filósofos. Importa ser arte literária. 215

Quanto à literatura amazonense, eu lhes sugiro, aqui, se for o caso, recorrerem aos meus livros *Existe uma literatura amazonense?*, *Roteiro da Literatura Amazonense*, *Curso de Arte Poética e Amazônia: o massacre e o legado*, todos ao dispor de consulentes e estudantes na sede da Academia Amazonense de Letras, na qual são mantidos, também, os arquivos pessoais de cada membro desta Casa. No entanto, a partir de 1982, com o surgimento da nova geração de escritores e poetas, essa história muda de rumo na questão do suporte (internet), podendo ser avaliada nos sites e nos blogs, a exemplo da *palavradofingidor*, de Zemaria Pinto, <http://jorge-tufic.blogspot.com/>, entre vários outros que interligam a palavra ao vasto universo amazônico.

A palavra na ficção problematiza-se ou resulta em ficção. Ave, palavra! De quem saúda, no voar do pássaro, o poder, imenso, que nos engrandece e torna sublimes.

— A palavra sagrada

MAX CARPHENTIER

1. Palestra proferida na
Academia Amazonense
de Letras, em 12 de
novembro de 2011.

Tenho a satisfação de participar deste ciclo dos “Diálogos Qualificados”, assembleias que transformaram sábados em estações de luzes. Trata-se de iniciativa com que a Academia convida principalmente a nossa juventude ao conhecimento e ao debate de temas importantes para a vida cultural do indivíduo e da sociedade. Nosso assunto, marcado pela transcendência, no entanto interessa, de perto, ao cotidiano da humanidade, ao transcorrer comum dos nossos dias e, ao mesmo tempo, interessa às mais elevadas esperanças da existência do homem. Conversaremos então sobre “A Palavra Sagrada”, abordando-a apenas no ensinamento e no contexto da Igreja Católica Apostólica Romana. São nossos principais guias nesse caminho as Escrituras, a tradição e o magistério da Igreja. Seguindo de perto a exortação apostólica pós-sinodal *Verbum Domini*, do papa Bento XVI, estruturamos nossa palestra em tópicos essenciais, salientando que cada um deles, sozinho, já comporta profundidade suficiente para longas reflexões. Vejamos então o que posso trazer ao plenário a respeito da Palavra de Deus.

— DEUS QUE FALA E ESCRIBE

No Evangelho de São João está escrito: “No princípio já existia o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus (...) e o Verbo fez-Se carne” (Jo 1, 1-14). Esse maravilhoso prólogo joanino revela que o Verbo, o *Logos*, a Palavra sempre existiu, antes mesmo da pronúncia do *Fiat lux*, com o qual ela arrebenta o nada e nos traz do limo movediço para as estrelas errantes. Portanto, a Palavra é Deus. Mas não é só isso: o Verbo se fez carne, a Palavra ganha então uma vestimenta idêntica à nossa, igual à nossa na capacidade de sofrer,

de amar e de sonhar, e elevou a extremos divinos essas propriedades, ou melhor, o que era divino sacralizou toda a potencialidade humana, de modo a preparar-nos, pelo exemplo e pela pregação, a viver a história de nossa salvação. A Palavra de Deus passou a ter um nome: Jesus. O Filho unigênito habitou e falou entre nós. Vejamos essa primeira trajetória do Mistério: A Palavra, como que não suportando tanta solidão, quis fazer-se amor acompanhado, começou a revelar-se, fazendo nascer as inumeráveis feições e propriedades da matéria, e criou-nos e chegou-se até nós, fazendo-se ouvir pelo Adão da fundadora queda. Fez-se depois na boca dos profetas e logo, na noite da manjedoura, nasceu para nós na carne do Deus-Homem. Na carta aos Hebreus, diz São Paulo: “Tendo Deus falado outrora aos nossos pais, pelos Profetas, agora falou-nos nestes últimos tempos pelo Filho, a Quem constituiu herdeiro de tudo e por Quem igualmente criou o mundo”.

Mas Deus não se contenta em ser somente Palavra dita, mas Ele é também Palavra escrita. Logo no Sinai, diante de Moisés aturdido, Ele esculpiu em canetadas de fogo o Decálogo da Aliança. No Deuteronomio está escrito: “Ele vos revelou então a Aliança que vos ordenara cumprir: as Dez Palavras, escrevendo-as em duas tábuas de pedra” (Dt 4, 13). Então, senhores, dez palavras em duas pedras foi o primeiro livro que nos deu. Depois, Ele utilizou as mãos, a inteligência e a fé dos escritores sagrados, e surgiram os livros da Bíblia, filhos da vigília inspirada, filhos da Trindade e do homem, livros que são as obras completas do Espírito Santo. Temos a Bíblia, senhores, código e testemunho de um Deus que também escreve, e escreve até como um enamorado. São Gregório Magno diz e adverte: “A Bíblia é a carta de amor de nosso Pai. E nós deixamos fechada no envelope”. O Senhor não para aí, porém: ao longo dos séculos, Deus, como que recapitula, recorda e atualiza a sua Palavra em obras de santos assistidos, como Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Santa Teresa de Ávila, São Bernardo, São Bento e tantos outros. Há também valiosíssimos momentos da Palavra Sagrada expressos por muitos que não chegaram à glória dos altares, mas cuja excelência de doutrina, conservadora e explicativa da Revelação, faz com que a apreciação humana também os considere escribas de Deus.

A Palavra Sagrada está consumada em Cristo. Os homens da Nova Aliança a veem aprofundada e esculpida no Evangelho, onde ela, na missão da Igreja, continua peregrina e atuante. Partindo-se para tantas outras vestimentas que ela usa, não só os olhos da fé podem vê-la espalhada no universo, mas também olhos simples e atentos podem descobri-la nas inumeráveis feições, corpos e cores da natureza. Podem flagrá-la em estado dinâmico e criador nas esquinas da História, nas concepções da Filosofia, nas construções da Ciência, nos deslumbramentos da Arte. Podem percebê-la no Mistério, que nos aventuramos a dizer que é uma categoria do conhecimento, exatamente porque se revela interminavelmente. E felizmente, senhores, também podemos ouvi-la e vê-la no silêncio. O silêncio é uma forma do discurso de Deus. São as suas reticências audíveis em comunicação profunda. Os músicos sabem a poderosa nota que reboia nas pausas, no espaço estranhamente sonoro entre uma nota e outra. E todos sabemos quanto há de fervor e de vida, de resposta até, entre os vazios não balbuciáveis da nossa oração. Aquele que ora, cedo ou tarde aprenderá, entre as colunas do templo, ou entre os eventos da existência, que o corpo da paz é tecido de silêncio, ainda quando ela, serva de Deus mais calada, seja sacudida por aplausos, seja anunciada por trombetas. A plena realização da paz acontece quando depois o seu corpo silente toma conta de nós e nos abraça.

— O DIÁLOGO COM DEUS

Esse Deus que fala e escreve por tantas formas e meios, que fala por Jesus e escreve pelo Espírito Santo, veio assim até nós com claríssima disposição para o diálogo, pedindo a nossa atenção e querendo a nossa resposta. Ressalte-se inicialmente o seguinte: os participantes de um diálogo constroem sim, juntos, o sentido do diálogo, o resultado da conversa, mas nesse caso de construção dialógica entre Deus e o homem não se trata de “um encontro entre dois contraentes iguais”, mas de um apelo a que seja recebida e conhecida como um dom tanto a Palavra da Antiga quanto a da Nova Aliança. Nós somos destinatários da Palavra, dos anúncios e conselhos da Revelação, aos quais devemos aderir com liberdade e com alegria de quem recebe

um presente. É como se no início do diálogo o Verbo nos dissesse: Eis-me aqui como presente! E então respondêssemos, e cada homem responde: Eu aceito, aceitamos!

Começa então o diálogo. E qual deve ser o nosso comportamento, o nosso entendimento básico nessa conversa com o Deus que fala? Primeiro, esteja para nós muito claro que Ele fala principalmente de amor. “Deus é amor”, define São João em síntese insuperável. Os Dez Mandamentos, que são os temas recorrentes nesse diálogo, só podem ser entendidos como disposições amorosas, eis que o Decálogo o que faz é nos proteger e nos salvar, de nós mesmos e do mundo. Segundo, tenhamos presente que as palavras que devemos usar para falar com Deus já estão amplamente selecionadas pela oração antiga, pelas palavras ancestrais que sabem dizer tudo em todas as preces. A oração é a sala e o veículo do diálogo. O Pai mesmo fez surgir essas fórmulas transbordantes em nossos lábios aflitos, em nossos lábios felizes, nos murmúrios da boca e nas canções da alma, em momentos de pavor e de ruína, em visões de ternura e céu aberto. Essas palavras, senhores, estão principalmente no *Livro dos Salmos*. Bento XVI escreve: “De fato, nos salmos, encontramos articulada toda a gama de sentimentos que o homem pode ter na sua existência e que são sapientemente colocados diante de Deus; alegria e sofrimento, angústia e esperança, medo e perplexidade encontram lá a sua expressão. E, juntamente com os salmos, pensamos também em numerosos textos da Sagrada Escritura que apresentam o homem a dirigir-se a Deus sob a forma de oração de intercessão (cf. Ex 33, 12-16), de canto de júbilo de vitória (cf. Ex 15), ou de lamento no desempenho da própria missão” (cf. Jr. 20, 7-18). Em seguida o papa conclui: “Deste modo, a palavra que o homem dirige a Deus torna-se também Palavra de Deus, como confirmação do caráter dialógico de toda a revelação cristã, e a existência inteira do homem torna-se um diálogo com Deus que fala e escuta, que chama e dinamiza a nossa vida. Aqui a Palavra de Deus revela que toda a existência do homem está sob o chamamento divino”. Então, temos os salmos e, inspirados neles, cada homem pode elevar os próprios salmos, acrescentando às palavras que aprendeu o movimento e a verdade de sua experiência.

E eis que, no curso da história da Revelação, nos é dada a oração das orações, a oração de Jesus, o Pai-Nosso. Somente a inspiração do Filho podia mesmo concentrar, em apenas sete pedidos, tudo o que é necessário para nós, para a terra e para os céus. No Pai-Nosso é como se Jesus descesse da Trindade para ficar conosco, para rezarmos juntos. Não há situação humana, nem plano de Deus, que esteja fora dessa oração do Cristo. É preciso ler e reler, amar e meditar essas palavras que, pronunciadas a partir do chão dos nossos dias, chegam a vibrar na cúpula da nossa eternidade, chegam a satisfazer todas as potências humanas e divinas. Santa Teresa do Menino Jesus chorava quando invocava o Senhor com o nome de Pai, e isso a levava direto à contemplação. O Pai-Nosso são palavras de Deus para Ele mesmo e constitui, junto com a Ave-Maria, toda a força mediadora possível entre a contingência e a transcendência.

— A NOSSA RESPOSTA

Pois bem, senhores. Nesse diálogo, temos os Salmos, o Pai-Nosso, a Ave-Maria; temos a lembrança dos ensinamentos, as graças atuais e as suspiradas, temos os sacramentos, a infinidade de assistências e de dons de Deus espalhados pelo corpo ascendente da evolução. Temos a atitude recomendada por Jesus, que diz: “Tu, porém, quando orares, entra no teu quarto e, fechando tua porta, ora ao teu Pai que está lá, no segredo; e o teu Pai, que vê no segredo, te recompensará” (Mt. 6, 6). Naturalmente, esse fechar de porta significa principalmente o recolhimento, o refúgio na alma. Santa Teresa de Jesus rezava assim: “Ó Senhor, concedei-me a graça de saber recolher-me no pequeno céu de minha alma onde habitais. Aqui, ó Mestre divino, vindes ensiná-la com mais brevidade que de nenhum outro modo, e a preparais mais prontamente para entrar em vossa intimidade” (Caminho, 28-4-8). É de lembrar aqui que reverência, humildade, confiança, esperança, entrega, são disposições que predispõem à oração eficaz. Tudo isso com respeito, mas sem temor, como convém às relações filiais. Temos mais ainda, senhores: quando na oração não sabemos o que dizer, o que pedir, até o que sentir, aí – como já sabemos e não esqueçamos – temos o Espírito Santo. Diz São Paulo: “O Espí-

rito vem em auxílio de nossa fraqueza. Porque não sabemos o que devemos pedir, mas o Espírito mesmo intercede por nós com gemidos inefáveis” (Rm 8-26). E na aridez máxima, na angústia extrema, no arremate de qualquer súplica, repitamos com Jesus: “Não seja como eu quero, mas como tu queres” (Mt 26-39).

Agora, vamos a uma pergunta que pode ser sintetizadora: Qual é, ou em que termos pode ser compreendida, a nossa resposta fundamental ao Deus que fala? Bento XVI, citando São Paulo, lembra que “A Deus que se revela é devida ‘a obediência da fé’ (Rm 16, 26; cf. Rm 1, 5; 2 Cor 10-5-6); pela fé, o homem entrega-se total e livremente a Deus oferecendo a Deus revelador ‘o obséquio pleno da inteligência e da vontade’ e prestando voluntário assentimento à sua revelação”. O pontífice conclui: “A resposta própria do homem a Deus, que fala, é a fé” e acrescenta: “Toda a história da salvação nos mostra progressivamente esta ligação íntima entre a Palavra de Deus e a fé que se realiza no encontro com Cristo. De fato – prossegue o papa –, com Ele a fé toma a forma de encontro com uma pessoa à qual se confia a própria vida. Cristo Jesus continua hoje presente na história, no seu corpo que é a Igreja; por isso, o ato da nossa fé é um ato simultaneamente pessoal e eclesial.

Agora cabe a pergunta: Se nossa resposta a Deus que fala de amor é a fé, onde fica o nosso amor nesse diálogo? Quem é maior: o amor ou a fé? Aventuramo-nos a responder: para nos amar, Deus não precisa de fé; mas para que o amemos primeiro, nós precisamos da fé, eis que não há amor vitorioso e transcendente, tanto diante de Deus quanto diante do próximo, que não seja vivido na fé. Então, senhores, amor e fé são colunas impossíveis de medir para comparação, porque são da mesma e recíproca e inviolável natureza. Contudo, se amor e fé fossem frutos, o amor nos apeteceria a nós e a Deus antes da fé. E há a numerosa plêiades de grandes amorosos, que, mesmo sendo de pouca fé, salvaram a si mesmos e a muitos. E é hora de dizer que a fé fica mais feliz quando o amor toma o nome de caridade.

— MODELO DE RESPOSTA

Falávamos de “obediência da fé”. Insuperavelmente, Jesus, que veio cumprir a vontade do Pai, é o modelo supremo dessa obediência aos

222 desígnios do Pai. Mas vem também da determinação de Deus um outro paradigma de fé obediente, modelo tão necessário e vital aos planos divinos, nascido em circunstâncias misteriosas e dolorosas no evento mesmo da encarnação do Verbo e suas consequências. Trata-se da fé da Virgem Maria. Pode-se dizer, sem exagero, que a história da criação tem dois momentos de “fiat”. O primeiro, foi o “fiat” de Deus, no instante em que Ele resolveu acabar com a própria solidão e criou o universo e o homem. O segundo, foi o “fiat” de Maria, que possibilitou a nova criação com o nascimento de Jesus. Ela disse: “Faça-se!”. Ela obedeceu na fé. Cumpre ressaltar aqui que a “obediência da fé” não é simplesmente um arroubo de iluminação. Ele envolve o consentimento da vontade e da razão, e aquela inteligência superior que acredita na Palavra e realiza as disposições do Verbo. Bento XVI nos diz: “...é preciso que os fiéis sejam ajudados a descobrir melhor a ligação entre Maria de Nazaré e a escuta crente da Palavra divina. Exorto também os estudiosos a aprofundarem ainda mais a relação entre *mariologia e teologia da Palavra*. (...) De fato, quando a inteligência da fé olha um tema à luz de Maria, coloca-se no centro mais íntimo da verdade cristã.

— NOVOS PÚLPITOS DA PALAVRA

A Palavra Sagrada é peregrina, uma força a impulsiona aos confins da terra, e ela estará presente até onde chegar o homem e os seus sonhos. Porque há no âmago da matéria uma universal vocação e espera do sublime, um desejo de ascensão e de convergência no Cristo, conforme identificou o padre Teilhard de Chardin. A Palavra veio ao mundo, andou pelos templos e pelos campos, lado a lado com os cajados dos profetas. O Cristo a pregou na proa dos barcos, à beira dos precipícios e das fontes; semeou-a nos vales, nas montanhas, proclamou-a até nas trevas, quando chamou Lázaro, proferiu-a até na morte, quando o Pai o chamou. São inumeráveis os púlpitos da Palavra. Existem os dos livros sagrados, os das homilias, os das cátedras gerais da evangelização. Existem também aqueles púlpitos pequenos, às vezes tão sutis, vestidos de roupagens inesperadas, quando a Palavra então se faz gesto, faz-se amor e fé

na mão que ampara, no conselho que orienta, na lágrima que consola a outra lágrima.

Não posso encerrar esta palestra sem mencionar que a tecnologia das comunicações, eliminando insuficiências e fronteiras, criou espaços novos e envolventes que podem e devem, cada vez mais, servir de púlpito à Palavra Sagrada. Refiro-me aos *sites*, aos *blogs*, ao *orkut*, ao *facebook*, ao *twitter*, a todas as páginas da internet; refiro-me à multidão de mídias que o papa chama de “continente digital”. Essas construções digitais são as novas sendas e as novíssimas tendas da Palavra evangelizadora. Os apóstolos de antes tinham a rede de pesca para pescar almas: os apóstolos de hoje têm as redes sociais para pescar almas e povos. A internet, como desafio inédito à pregação, chega a parecer uma civilização pagã que precisa de pregadores apostólicos que a inundem da mensagem evangélica. A internet é a nova Galileia dos gentios. Atento à importância urgente de que a Palavra Sagrada ocupe os púlpitos cibernéticos, Bento XVI, na Mensagem para o Dia Mundial das Comunicações, em 2010, escreveu: “A vós, queridos Sacerdotes, renovo o convite a que aproveiteis com sabedoria as singulares oportunidades oferecidas pela comunicação moderna. Que o Senhor vos torne apaixonados anunciadores da Boa-Nova na “ágora” moderna, criada pelos meios atuais de comunicação”. Como se vê, senhores, surge hoje uma nova pastoral, não mais envolvida em pele de camelo como nos tempos de João Batista; não mais sujeita a naufrágios como nos tempos de Paulo, mas sempre iluminada e autêntica como nos intermináveis tempos de Jesus. A propósito, não esqueçamos que cada um cristão, pelo que vive, pelo que faz e pelo que diz, se tudo isso for bom, ele pode ser considerado um púlpito ambulante da Palavra.

Encerro esta palestra dizendo da minha felicidade em ter podido compartilhar com os senhores essas considerações tão caras à Igreja. É muito bom lembrar, com Bento XVI, a seguinte graça: “Nesse diálogo com Deus, compreendemo-nos a nós mesmos e encontramos resposta para as perguntas mais profundas que habitam no nosso coração. De fato, a Palavra de Deus não se contrapõe ao homem, nem mortifica os seus anseios verdadeiros; pelo contrário, ilumina-os, purifica-os e realiza-os”.

{ ENSAIOS }

— O soneto como expressão poética¹

ALMIR DINIZ

Li, em Aristophano Antony, luminar desta Casa, que POESIA é a linguagem do sentimento, PROSA é a da razão.

Razão tem o magnífico cronista. Na verdade, POESIA é o que está dentro de nós. É própria do homem nos seus anseios de ternura, nos seus deslumbramentos. É algo absolutamente subjetivo. E aí temos a poesia lírica sob a influência da musa Érato, cantando o Amor.

Entretanto, se a POESIA cantar certos feitos, como ocorreu a Camões, tecendo *Os Lusíadas*, então ela terá um fundo histórico que poderá ser real ou imaginário. O fato poderá ter existido mas o Poeta anima-o com o seu sentimento poético. E temos aí a poesia épica, cuja musa protetora é Calíope.

A criação é processo ficcional por excelência. Se não fora assim não seria ficção, mas realidade. Portanto seria História, da deusa Clio. História é resenha, é ata de fatos concretos.

Por exemplo: um diálogo travado entre dois personagens constitui-se num fato que poderá vir a se transformar em um grão centesimal, milésima parte de História, o que acontecera por meio de uma referência feita por qualquer de nós em um relatório, em uma redação, ou dissertação, numa tese.

O fato, ao contrário da ficção, é objetivo. Aconteceu ou está acontecendo. Portanto existiu ou está a existir. Mas não se pode dizer, com absoluta segurança, que um fato vai acontecer. Porque não há certeza sobre isso. No máximo, nem far-se-á previsão de que algo está para acontecer.

A poesia é subjetiva. Existe como a desejamos que exista, normalmente bela, mas positivamente utópica. Contudo, ao ser exter-

226 nada ganha forma e poderá interpretar sentimentos tantos que existem em qualquer um de nós.

Outrora, como tantos, também tentei definir Poesia. Poesia lírica. E enunciei: é um universo ficcional e metafórico da sensibilidade humana disposta em lampejos harmônicos de beleza rítmica. E ao poema disse ser um conjunto de emoções estéticas, com objetivo, forma, ritmo e conteúdo ordenados.

Dizia Musset que “A poesia está na alma, como o rouxinol está na ramagem”.

É por isso que a Poesia está em toda parte – no marulho da corrente; numa réstia de luar; numa folha que se desprende de um galho; numa flor que desabrocha; na magia de um sorriso; no som discreto de um beijo...

O soberbo acadêmico Araújo Filho, patrono da Cadeira 5 da Academia Amazonense de Letras, encontrou Poesia no Direito. E não só encontrou. Disse-o. E em letra de forma, intitulada: “A poesia de Direito”.

Confesso que jamais imaginara encontrar fímbria de poesia na neutralidade da Lei, na rigidez do Direito.

Ele, porém, estava coberto de razão.

Abrindo a conferência, ele dizia:

Fora sempre o Direito o irmão gêmeo da Poesia.

Fora, por esses tempos, por aquelas eras, perdidas da História, o verbo, a linguagem puramente, exclusivamente poética não porque simplesmente simbólica, mas, sim, poética, porque rítmica, e, às vezes, conscritas em formas métricas.

Naquele caliginoso sincretismo primitivo, o verso se confundira com a Lei, porque se promulgava a Lei.

O Direito era, assim, no velho Oriente, como um vasto Poema religioso e moral, no qual o verso formulava, em cadência simétrica, o processo e as demais fórmulas de dirimir as lutas e os conflitos...

E remata o introito de sua eterna conferência, dizendo que “essa tão falada lei das tábuas era chamada *magnum et eternium carmem*, grande e eterno Poema...”.

“A Poesia é a manifestação artística de uma impregnada afetividade. A mais intelectual das artes. A que mais apela para o intelecto, propriamente dito, e uma das que mais dependem de sensibilidade”, na precisa conceituação de Arly de Mesquita.

Sabemos que a Poesia é irmã gêmea da Música. Mas há quem inclua nessa irmandade a Dança, a Religião e até o Direito, nos seus primórdios, como nos ensina Araújo Filho.

Com o correr das eras essa grande família afetiva e sentimental foi, a pouco e pouco, desatando os nós dessa afetividade, dissociando-se, liberando seus componentes quando sozinhos, igual ao que acontece com a família biológica que concede autonomia aos filhos quando estes atingem a maioridade.

Num determinado tempo a Música tornou-se menos intelectual e mais sentimental. E a Poesia mais intelectual e mais artística. Mas não houve divórcio: prova da assertiva é que a Música, apesar de independente, para tornar-se mais agradável ao paladar de seu público consumidor empresta à Poesia a rima e o ritmo, com cujos atributos penetra, melhormente, o sentimental humano.

A Poesia é o alimento da alma. E se realiza, plenamente, quando une o afetivo ao racional. Essa harmonia é encontrada em Goethe, Schiller, Shakespeare e Byron que integram um pequeno grupo de “poetas protótipos da humanidade”. É claro que a emoção estética de cada um determina a natural preferência por autores diversos. Nem poderia ser de outra forma.

Sendo tão poucos os poetas protótipos, há de se indagar dos motivos porque esses deuses da harmonia não se multiplicaram no mundo.

Schiller explica que, quando Júpiter distribuía os bens da terra, todos se apressaram a reclamar o que podiam. O poeta veio por último e, também, reclamou o seu quinhão na partilha. Mas o deus lhe respondeu:

– Não tenho mais nada.

– Oh! Grande Júpiter – replicou o poeta, será dito que o teu filho predileto ficará privado de teus dons?

– Não tenho mais nada a dar-te sobre a terra – retrucou o deus. Os outros homens o possuem. Mas o Olimpo ser-te-á aberto.

Daí se conclui que a Poesia é um dom divino, inacessível aos pobres de espírito e aos deserdados de afetividade.

Novalis afirma que “Poesia é a religião original da humanidade”. E o grande poeta francês Mallarmé ensina que “A poesia é a expressão pela linguagem do homem, elevada ao seu ritmo essencial, do sentimento misterioso dos aspectos da existência: ela dota assim de autenticidade nossa vida e constitui a única tarefa espiritual”.

Saadi captou muito bem a aura de ternura que envolve a Poesia quando afirma que “Não aprecia o perfume da rosa aquele que nada sabe das essências, e quem tem alma grosseira não poderá captar o sutil perfume e a elevação da poesia”.

Para combater o caos em que se encontra mergulhada a sociedade com o vício sobrepondo-se à virtude, com os delitos vitoriando sobre a retidão, faz-se, urgente, a formação de uma cruzada cultural e literária subordinada ao tema da poetisa Gilka Machado em “Sublimação”:

*O mundo necessita de poesia,
cantemos, poetas, para a humanidade;
que nossa voz suba aos arranha-céus
e desça aos subterrâneos,
acompanhando ricos e pobres
nos atropelos
das carreiras
de ambição
e na luta pelo pão.*

— O UNIVERSO DA POESIA

A criação poética abrange cinco grandes gêneros: o épico, o lírico, o dramático, o satírico e o dialético.

• **ÉPICO** – É a epopeia. Exponentes no Brasil: Basílio da Gama (*Uruguay*); Cláudio Manuel da Costa (*Vila Rica*); Gonçalves de Magalhães (*A Confederação dos Tamoios*); Santa Rita Durão (*Caramuru*); Fagundes Varela (*Anchieta*); Gonçalves Dias (*Os Timbiras, inacabado*)...

• **LÍRICO** – Tem por tônica o subjetivismo, o sentimentalismo, a afetividade. Principais moldes: a) hinos, cânticos e salmos; b) ode; c) canção; d) madrigal; e) elegia; f) nênia, epitáfio e epicédio; g) idílio, égloga e pastoral; i) cantata; j) rondó; l) vilancete; m) balada; n) epitalâmio; o) canto natalício ou genetlácio; p) ditirambo; q) triolé; r) acróstico e glosa; e s) soneto.

• **DRAMÁTICO** – principais formas: tragédia e comédia. A primeira (tragédia em verso) envolve vários personagens com ação intensa, capaz de excitar o terror e a piedade, terminado, normalmente, em catástrofe, em acontecimento funesto. A segunda, ao contrário, é divertida ou maliciosa, apontando os costumes, os defeitos, os ridículos de uma época. A tragédia, em verso, no Brasil, tem sido, geralmente, composta em decassílabos sem rima (heroicos brancos); a comédia, em vários metros (alexandrino, heroico – rimado ou não, setissílabos).

• **SATÍRICO** – sátira. Poema herói-cômico; paródia; epigrama.

Sátira – composição poética em que se atacam e ridicularizam os vícios, a hipocrisia, a petulância dos homens, ou os costumes, os defeitos, as tolices de uma época. Expoentes: Voltaire (França); Bocage (Portugal); Gregório de Matos (Brasil), para citar apenas alguns.

Herói-cômico – composição que imita a epopeia “pondo os sentimentos e as palavras dos heróis na alma e na boca da gente de baixa educação ou que engenhosamente procura estabelecer um contraste divertido entre a altiloquência do estilo e a pequenez das ações humanas.

Paródia – composição cômica calcada sobre uma séria, desviando o seu sentido para uma ridícula ou chistosa.

Epigrama – pequeno poema rápido e incisivo, de malícia cáustica.

• **DIDÁTICO** – pertence mais à prosa que à poesia. Engloba: máximas, apólogos e fábulas.

Máxima – curta sentença que encerra lição filosófica ou moral.

Apólogo – parábola ou alegoria na qual há um ensinamento moral.

230 *Fábula* – refere-se a fatos atribuídos, ordinariamente, a seres diferentes do homem (animais que pensam e falam. Contém, sempre, uma lição moral).

— LIRISMO

Quando referimos o gênero lírico, apenas enunciaremos os seus moldes principais. Agora, voltamos a ele para explicar, ligeiramente, em que consistem esses moldes.

Hino – poema entusiástico em louvor dos heróis e dos deuses.

Cântico – expressão poética e subjetiva do amor, alegria, entusiasmo, gratidão.

Salmos – cântico essencialmente religioso (criação dos hebreus).

Ode – desde os romanos, poema lírico que exprime, de modo ardente e vivo, os grandes sentimentos da alma humana. Pode ser sagrado, heroico ou pindárico.

Canção – certa composição poética de caráter ligeiro e vivo, às vezes levemente satírica ou maliciosa. Pela sua elevação ou melancolia, pode invadir os domínios da ode e da elegia.

Madrigal – composição musical e poética consistindo em canto vocal sem acompanhamento. Hoje, é destinado a exprimir, em poucos versos, um pensamento espirituoso e elegante, um galanteio, um elogio discreto ou sutil declaração de amor. Suas qualidades essenciais: concisão, graça e delicadeza.

Elegia – Modernamente é composição melancólica destinada a exprimir sentimentos e pensamentos tristes.

Nênia, *Epitáfio* e *Epicêdio* – na Roma antiga havia três espécies de cantos ou poemas executados ou recitados em exéquias de pessoas notáveis:

Nênia – era declamada ou cantada junto à fogueira em que se incinerava os cadáveres.

Epitáfio – gravado sobre a urna.

Epicêdio – pronunciado na cerimônia dos funerais, estando o corpo presente.

Edílio – *Égloga* – *Pastoral* – composição celebrando a vida bucólica, o trabalho agrícola.

Idílio e Égloga – são, às vezes, dialogadas.

Pastoral – é executada por duas ou mais personagens e, às vezes, é acompanhada de música e dança.

Cantata – poema destinado a ser posto em música. É uma pequena ópera. Pode ser profana ou sagrada.

Rondó – do francês “roudeau”, pequeno poema de forma fixa constituído de três versos de duas rimas dispostas em três estâncias: a 1ª de cinco sílabas; a 2ª de três; e a 3ª de cinco (parente do haicai).

Vilancete – espécie de rondó com glosa.

Balada – foi, em princípio (na França e Itália), uma canção simples e ingênua, acompanhada de bailado. Daí o nome: balada.

Epitalâmio – poema longo ou curto para celebrar um casamento, louvar os noivos e assugar-lhes venturas.

Canto Natalítico ou Genetliáco – serve para celebrar esponsais. O canto natalício celebra o natal (nascimento ou aniversário natalício de alguém).

Ditirambo – refere-se ao culto dionisíaco (a Dionísio ou Baco). Expressa a alegria e a agitação produzidas pelo vinho, e permitia a dança. Hoje, é propriamente uma composição destinada a celebrar o vinho – uma canção báquica.

Triolé – composição formada por oito versos rimados entre si (1, 3 e 5; 2 e 6; 4 e 7 iguais ao 1º e o 8º igual ao 2º).

Acróstico – destinado a louvar a pessoa amada ou amiga, em que a primeira letra de cada verso, no conjunto, formam o nome desejado.

Glosa – composição que se desdobra em outra menor chamada mote.

— O SONETO

Para Olavo Bilac e Guimarães Passos, autores do *Tratado de Versificação* (9ª ed., 1994), o soneto “é, apesar da guerra que lhe tem sido movida, e apesar do abuso que dele têm feito os poetas medíocres, a mais difícil e a mais bela das formas de poesia lírica, na métrica brasileira contemporânea”.

Compõe-se de 14 versos distribuídos em 2 quartetos em 2 tercetos, com rimas alternadas ou emparelhadas. Quer a tradição que o 1º

232 verso contenha uma espécie de “chave de prata” enquanto a última encerre a composição poética com uma “chave de ouro”, na qual esteja expressa a essência do pensamento geral da composição.

O mérito do soneto, ensina Teophile Gautier, está no derradeiro verso “*lémérite du sonnet esta dansson dernier vers*”.

O soneto, embora haja controvérsias, surgiu na Europa com o trovador francês Girard Bourneill, nascido em Limoges no século 13 e morto em 1278. Dali migrou para a Itália, voltando à França no século 16, onde foi cultivado, entre tantos outros expoentes da literatura francesa, por Sant-Beuve, Sallu-Prudhome, Bavielle, Heredia, Gautier, Ronsard...; na Itália, por Petrarca (com mais de 300 notáveis trabalhos), Dante, D’Annuzio, Garducci, Foscolo e seus seguidores; na Espanha e Portugal por Garcilaso de La Vega, Quevedo, Santa Teresa de Jesus, Cervantes, Sá de Miranda, Camões (com mais de 500 sonetos encartadores), Bocage, Castilho...

No Brasil vicejou com a Escola Baiana (século 17) – Gregório de Matos; encantou com a Escola Mineira (século 18) – Alvarenga Peixoto, Cláudio Manuel da Costa, Silva Alvarenga...; adquiriu maioria com o Romantismo, no século 19 (Castro Alves); e esplendeu nos séculos 19 e 20, com a Escola Parnasiana de Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Olavo Bilac, Vicente de Carvalho, Machado de Assis, Medeiros de Albuquerque e muitos outros.

Os simbolistas, também, abeiraram-se no soneto tradicional, sendo seus maiores representantes Cruz e Sousa e Alphonsus de Guimaraens.

Os modernistas, interessados em inverter a situação anterior, tentaram sufocar o soneto, conservando dele apenas os 14 versos. Mas a inovação jamais foi reconhecida por nenhum dos cultores do soneto tradicional.

Recentemente, observando que o soneto despido de sua forma original não alcançou ressonância, inúmeros poetas voltaram a cultivar o soneto, embora sem, muitos deles, adotarem a “chave de ouro”.

São famosos, por sua beleza, os trabalhos de Spenser, Shakespeare e Milton, na Inglaterra; Goethe, na Alemanha; Puskin, na Rússia; Mickiewioz, na Polônia; Kollár, na Tchecoslováquia.

Entre nós refiro, apenas, dois imensos poetas nordestinos que se fizeram amazonenses pelo coração, pela constituição da família, pela assimilação integral da vivência e da cultura amazônicas: Jonas da Silva e Malvignier de Castro porque os citei no trabalho sonetistas e, é justo, nesse momento, prestar-lhes a homenagem da lembrança. Mas há-os muitos em nossa terra e tão bons que seus trabalhos atravessaram nossas fronteiras, constando, hoje, de celebradas antologias brasileiras. E assunto, dos melhores, para outro palestrante lembrá-los, talvez, quem sabe, numa próxima quarta-feira literária.

Peço permissão, agora, à iluminada plateia para ler alguns sonetos de poetas citados da explanação e de outros, se o tempo o permitir.

Contudo, um registro deve ser feito, por ser de inteira justiça fazê-lo. Refiro-me ao primeiro poeta genuinamente amazonense, nascido a 4 de setembro de 1769, na antiga Mariuá, depois Vila de Barcelos, sede da Capitania de São José do Rio Negro. Tenreiro Aranha (nome do famoso poeta rio-negrino) também foi exímio sonetista.

São de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha os dois sonetos a seguir, publicados no volume XXXVIII – Poesia I – Clássicos Jackson:

Soneto

*À mameluca Maria Bárbara, mulher de um soldado,
cruelmente assassinada no caminho da Fonte do
Marco, perto desta Cidade de Belém, porque preferiu
a morte à mancha de infiel ao seu esposo*

*Se acaso aqui topares, caminhante,
Meu frio corpo já cadáver feito,
Leva piedoso com sentido aspeito
Esta nova ao esposo aflito, errante.*

*Diz-lhe como de ferro penetrante
Me viste por fiel cravado o peito,
Lacerado, insepulto, já sujeito
O tronco fêo ao corvo altivolante:*

*Que dum monstro inumano, lhe declara
A mão cruel me trata desta sorte;
Porém que alívio busque à dor amara,*

*Lembrando-se que teve uma consorte,
Que por honra da fé que lhe jurara,
À mancha conjugal prefere a morte.*

Soneto

A um passarinho, quando o Autor sofria vexações.

*Passarinho, que logras docemente
Os prazeres da amável inocência,
Livre de que a culpada consciência
Te aflija como aflige ao delinquente.*

*Fácil sustento, e sempre mui decente
Vestido te fornece a Providência;
Sem futuros prever, tua existência
É feliz, limitando-se ao presente.*

*Não assim, ai de mim! porque sofrendo
A fome, a sede, o frio, a enfermidade,
Sinto também do crime o peso horrendo.*

*Dos homens me rodeia a iniquidade,
A calúnia me oprime; e, ao fim tremendo,
Me assusta uma espantosa eternidade.*

— Propércio ou a sublimação do amor

NEWTON SABBÁ GUIMARÃES

Nunca leio Propércio sem que não me comova e pense que as elegias a Cíntia são a glorificação do amor, de um amor muito forte, profundo, imperecível que dele fazem um Petrarca *avant la lettre*, e a inconstante romana uma madona Laura menos casta e menos honesta, ou que o poeta era um Dante que chega muitos séculos antes do eterno apaixonado de Beatrice. Um romântico que exalta o amor de uma mulher, que a torna o começo e o fim de um pensamento amoroso, que se devota à sua musa, nem sempre merecedora, e que dela tece os maiores elogios. E penso, pelas vicissitudes por que passa o seu amor desesperado na paixão wertheriana ou nos sonetos confessionais de uma alma ardente como a da britânica Elizabeth Barrett pelo seu poeta e inspirador, Robert Browning, com quem mais tarde casaria. Ou penso então nas *Lettres Portugaises*, da louca de amor do convento de Beja. São apenas algumas aproximações, feitas quase a esmo e retiradas de países diferentes, de línguas diferentes, de costumes diferentes, mas em que os gritos que partem das almas enamoradas se parecem como duas gotas d'água, pois o grito que sai da alma é e será sempre o mesmo, a sua proclamação terá sempre os mesmos acentos ora jubilosos e entusiásticos, ora magoados e cheios de tristeza, mas parecem-se todos eles. Doña Rosalía de Castro nos *Cantares Gallegos* canta o amor com tamanha dor que a estreiteza de uma língua regional não é bastante para circunscrever às fronteiras da Galiza uma confissão de dor e desespero, mas empresta-lhe asas e fá-la atravessar os mares e transpor as fronteiras linguísticas. Por ser uma dor vivida, que aqueles que as sentiam resolviam passar em versos, ela universaliza-se, como, aliás, toda a dor. Fora algo afetado

236 e artificial, algo saído apenas de um cérebro inteligente e cultivado, o cantar de um amor cerebral, não sentido, é provável que as belíssimas elegias de Propércio, os sonetos de Petrarca e de Barrett Browning, os tercetos de Dante, as cartas de Sórora Mariana do Alcoforado, as canções e cantigas de cunho popular de Rosalía e as páginas magistralmente buriladas do divino Goethe jamais se teriam sinfronzado e universalizado. Que o amor e as suas diversas manifestações são universais e não possuem fronteiras, é um truísmo arquirrepetido, mas que as suas representatividades literárias o sejam também, nem sempre é verdade. Nem todo poema de amor é universal e há tanto poetastro, tanto borra-tintas que se mete a escrever versos lamurientos de amor ou canções eróticas sem despertar o mesmo interesse, a mesma emoção, a mesma simpatia em quem os lê. Dizer obviedades lamuriantas e chorosas não são garantias de sinfronzização e universalização do sofrimento amoroso de ninguém. Ainda em meados do século passado havia poetas espalhados por este imenso Brasil que poetavam de jeito que pareciam coetâneos de Alfred de Musset, de Lamartine, de Almeida Garrett, de Espronceda, de Shelley e outros, sem as grandes qualidades, a sensibilidade, o talento de Musset, Lamartine, Almeida Garrett, Espronceda e Shelley; pelo contrário, eram uns pobres poetas de pés quebrados que se deliciavam em mostrar a nu os seus corações feridos, as traições ou ingratidões da mulher amada etc., em um repetir-se que causava pena quando não causava o riso solto do leitor. Nesses pequenos jornais e folhas literárias do interior, jornais que raro chegavam ao décimo número, é que abundavam então os propércios sertanejos, choramingas e desafortunados que também faziam desafortunados os leitores obrigados a lerem-nos pela estreiteza das notícias gerais e dos noticiários sociais, dos casamentos aos nascimentos dos pimpolhos. Penso que muita gente lá no íntimo se julgava um Propércio ou um Ovídio, mas vai larga distância entre uma elegia de Ovídio e uma de Propércio e quaisquer versos de um candidato a elegíaco. E as desventuras amorosas de Propércio atravessaram os séculos e continuam a despertar a mesma emoção que um dia devem de ter despertado, quando ele, devasso (nota: ele mesmo não hesitava dizer-se devasso e disso fazer motivo de galardão, como Giacomo Casanova a confessar os seus

muitos amores nas *Memórias*) e brilhante, mas apaixonado pela sua inconstante Cíntia, caminhava, trêfego, pálido, franzino, excitável e tudo largando se a amante caprichosa lhe fazia um simples aceno, para a atender a tempo e a hora, ou, então, a zanzar pelas ruas de Roma ou a conversar despreocupado com outros jovens da sua idade, ou com amigos e poetas do seu tempo, pois teve a ventura de viver em uma das épocas mais ricas e prodigiosas da história romana. Pobre homem de altos e baixos, Propércio manteve por aproximadamente cinco anos esse *love-affair* que lhe deu motivos de êxtase, de desmedida paixão, de fogo, de acentuada carnalidade, mas também muitas humilhações, humilhações indizíveis e súbitos acessos de depressão, que transparecem nas elegias que constituem esse grande canto de amor que é *Cynthia Monobiblos*. Para ter sofrido as coisas que ele diz ter sofrido, ela deveria ser mesmo muito bela e atraente, e ser ainda uma exímia conhecedora da arte de amar, pois naquela Roma libertina de então, ele tudo tinha para estar sempre bem acompanhado... Afirmam os estudiosos que o poeta não podia casar com a sua inspiradora, o que talvez indicasse ser ela casada ou de classe superior. Mas imaginemos, por um segundo apenas, se ele com ela se tivesse casado... com tantas preocupações e angústias redobradas pois a viver com a sua Cíntia sob o mesmo teto, ter-se-lhe-ia secado a fonte poética e ele talvez jamais tivesse deixado aos pósteros os magníficos versos que deixou! Pouco se sabe desses amores de modo mais preciso para que se pudesse acrescentar na biografia de Propércio. Aliás, a Cíntia tão louvada, descrita com tanta paixão e dita muito bela na sua loirice, nem sequer se chamava Cíntia, mas Hóstia... Gudemann, erudito latinista que foi professor da Universidade de Breslau, na sua *Historia de la Literatura Latina*,¹ lembra porém que foram esses poemas dedicados apaixonadamente à amante que lhe deu celebridade de um dia para o outro. “Este éxito sensacional del poeta, muy joven en años, proporcionóle la entrada en el círculo literario de Mecenas”, acrescenta Gudemann.² Contudo, depois de rompido os laços amorosos e escravizadores que o prendiam a Cíntia, ou talvez depois da morte da amante caprichosa, o que parece mais provável porquanto o elogio e verso em que fala, entusiasmado, da outra, se encontra precisamente na elegia VII, do quarto livro, em que chora

1. Cf. Auct. cit., trad. espanhola de Historia de la Literatura Latina. 3ª ed. Revista e com algumas ilustrações. Barcelona / Madrid / Buenos Aires / Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1942. Não traz nome do tradutor.

2. Op. cit., p. 106. E escreve mais este autor: “La protección de este personaje pudo reportar a Propercio ventajas personales no mnoes que materiales; para la historia de la literatura fué, en todo caso, de suprema importancia, pues al estímulo de aquél, debemos que el poeta, una vez enfriada la pasión por Cíntia, mejor dicho, rotas sus relaciones con ella, recurrió a temas patrióticos de la historia y de la leyenda romanas, en los que su talento brilló bajo un aspecto enteramente nuevo”, p. 166.

238 os manes da bem-amada, o que não deixa de ser curioso, o poeta não guarda a lira elegíaca. Não. Canta uma outra amante, Chloris, mesmo que esta não tenha merecido muito da sua lira. Está ainda tristonho pelo desaparecimento da sua musa de cinco anos e é aí que tem um dos seus mais sentidos versos de dor, ao lembrar que os manes são alguma coisa e que a morte não é um fim:

*Sunt aliquid Manes; letum non omnia finit;
Luridaque evictos effugit umbra rogos*

em que promete, romanticamente, que se lembrará da amada mesmo depois de sua morte, precedendo, como se verá mais abaixo, os versos dourados e sublimes de Elizabeth Barrett Browning. Viver além da morte é uma das mais belas e fortes promessas que se possam fazer os homens na sua curta passagem pela terra. Como aquele homem que mantém no seu quarto de dormir o corpo embalsamado da sua mulher, a quem amava tanto, ou é o corpo de Evita Perón embalsamado no caixão de vidro e que, para os argentinos, os *justicialistas* e *peronistas*, permanecia como se estivesse vivo e a falar e a pedir votos dos *desacamisados* para os herdeiros do ditador. Terá sido uma promessa vã? Terá sido uma ironia desse que a si próprio considerava um devasso (e por culpa da amada que nunca lhe disse um esperado *Eu te amo*, como se queixa em outra elegia), disse fazendo moessa? É difícil de dizer-se. De um homem inquieto como Propércio tudo era de esperar-se, inclusive fazer referência à outra amante na elegia em que chorava o desaparecimento da primeira e mais querida mulher... Era um poeta curioso esse Propércio, que além das lamúrias constantes, das recriminações pelas infidelidades da amada, faz uma promessa que, lida séculos depois, não deixa de tocar o leitor: promete a resposta do silêncio, que constrói mas que sepulta igualmente. Não é o silêncio uma forma de julgamento sobre os erros alheios? Ou uma forma de perdão? Silenciar é também esquecer e perdoar, e Propércio quando escreve que após a morte as pessoas costumam derramar lágrimas sobre os seus amores, que serve como um bálsamo, ele, Propércio, porém, silenciará sobre todas as perfídias de Cíntia:

*Sic mortis lacrimis vitæ sanamus amores.
Celo ego perfidiæ crimina multa tuæ.*

239

Para alguém tão gárrulo e jactancioso como Propércio, exaltar o silêncio é que realmente queria enterrar muita coisa que lhe desagradava. Teria ele essa nobreza, ele que tanto comentava as infidelidades da sua musa? São contradições em que os poetas, especialmente os muito jovens, são férteis.

Mas lá está: *Celo ego perfidias crimina tuæ*. Que as medite o leitor.

Quem silencia sobre as maldades recebidas de outrem, ou deseja esquecer quem as cometeu, que as lembranças das maldades para sempre se farão presentes, ou quer que o esquecimento tudo sepulte. Silenciar é esquecer. Esquecer, no caso dos amores infortunados, é uma forma sutil de esvaziamento, é reconhecer que se está repleto e, evitando qualquer palavra, qualquer frase sobre o que passou, atravessando o que Susan Sontag chamara de “aproximação do horizonte do silêncio”.³

O poeta não esqueceu as maldades de Cíntia, muitas e seguidas, mas queria esquecê-la para poder dedicar-se à outra, Chloris. Tê-lo-ia afinal conseguido?

Letum non omnia finit é, convenhamos, exaltar alguém da morte, é gritar-lhe o nome quando essa pessoa já não pode ouvir, mas é também romper um silêncio que é mais morte ainda... E isso prometeu Propércio à sua Cíntia.

— PROPÉRCIO E OS SEUS ADMIRADORES DE TODOS OS TEMPOS

O visconde de Castilho adorava-o, simplesmente, como também pareciam adorá-lo outros românticos portugueses. Desconheço se o artista de *Os Ciúmes do Bardo* chegou a vertê-lo ao português. Os elegíacos franceses, assim como os ingleses, também o apreciavam e com frequência o citaram e traduziram. Goethe, para quem o sumo da poesia erótica era Ovídio, também o tinha em grande conta o apaixonado e desesperado amante de Cíntia, como também muito o considerou um dos monumentos da Literatura Universal no século 20, este ainda não inteiramente avaliado Ezra Pound, que lhe dedicou

3. In Sontag, Susan. *A Vontade Radical*. Estilos. Trad. de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 30. A ensaísta que “devemos destruir a continuidade (que é assegurada pela memória psicológica), indo ao final de cada emoção ou pensamento. E após o final o que advém (por algum tempo) é o silêncio”, p. 30. Grifos meus.

240 uma *Homage to Sextus Propertius*, verdadeira estátua glorificadora ao elegíaco latino, que ele soube compreender e que punha, devidamente, em alto pedestal. Em todos os países e em todas as épocas, desde o contemporâneo Mecenas, o generoso, que tanto o ajudou como ajudou a outros poetas coevos, até Ezra Pound, Propércio desperta a mesma admiração e todos não lhe podem deixar de repetir as elegias algumas chorosas e repetitivas – que as lamúrias de amor são sempre repetitivas! –, apimentadas algumas – que pensamentos eróticos não desperta um belo corpo de mulher, a chama ardente de uma carne que nos atrai para as suas chamas e ardores! –, mas sempre belas, a serem lidas com emoção. Enquanto existir um coração de homem aberto aos encantos da sedução feminina, haverá sempre um leitor fascinado de Sextus Propércio. Enquanto houver um coração apaixonado, haverá alguém que leia Propércio com agrado e que sinta os seus versos de fogo, desejo, sensualidade e dor também, mesmo porque não há amor sem dor.

— REQUINTE E COMPLEXIDADE

Propércio, porém, era um poeta refinado, cuja obra não de é de fácil leitura, diria mesmo que dentre os da Era de Augusto, era dos mais difíceis, não apenas pelo seu latim ultracaprichado, pelo metro, que ele, juntamente com Tibulo e Ovídio desenvolveram para as elegias usando o pentâmetro (cinco pés, sendo dois e meio em cada metade da linha, ensina Michael Grant na sua *Roman Literature*⁴), os dois últimos chegando ao requinte de exigirem que terminasse (o primeiro usualmente enquanto para o segundo normalmente), com palavra dissilábica, o que nem sempre aconteceu com o primeiro. O latim properciano é por vezes ilegível e ele compraz-se em dar significados outros a palavras comuns, sejam substantivos, adjetivos ou verbos, o que faz com que a sua tradução seja das mais complicadas, e para dar apenas um dos exemplos mais simples, *puella*, *æ*, menina, poderia ser traduzida por moça, jovem, senhorita, senhora, dama, esposa e... amante! Ora, a latina era uma língua rica, sem a caudal grega, verdade seja dita, mas de qualquer modo, portentosa, de uma precisão e poder de síntese que encanta, e possuía palavras diferentes para moça, amante, senhora etc.

4. Cf. Auct. Cit. Roman Literature. Middlesex: A Pelican Book, 1958, p. 263-264.

Conta muito a leitura contextual na tradução dos seus versos e não apenas um verso, uma frase. Confesso-o, a leitura de Propércio em latim exige paciência, argúcia e bons conhecimentos do latim, sobretudo do clássico, do período de ouro da literatura, tudo fartamente compensado pela beleza transbordante, pela pureza dos seus versos, o poder descritivo, a riqueza das ideias. A primeira vez que o li surpreendi-me e mais ainda por saber que quando publicou o primeiro livro das elegias pouco mais tinha de vinte anos, livro em que, confessionalmente, quase sem pudor, narra os seus amores com Cíntia, as suas desventuras amorosas, as ingratidões e caprichos da amante, as próprias fraquezas, causando piedade. Não esqueçamos, porém, que o poeta teria menos de dezoito anos quando encontrou aquela que lhe tomaria e devoraria o moço (e inexperiente!) coração, mesmo porque era mais velha e já tinha tido muita vivência de mundo, como se diz vulgarmente, já passara de mão em mão. E não ficam por aí os obstáculos de leitura e tradução das suas elegias, não se resumindo à linguagem que é difícil pelo seu terso e complexo latim. Vai mais além, pela rica, muito rica intertextualidade e torna-se de difícil leitura para quem não é iniciado no estudo dos mitos, da história e dos costumes greco-latinos, pelas constantes alusões, pelas referências, pelas citações, o que levou um de seus tradutores franceses, Maurice Rat, a considerá-lo um poeta de vasta cultura, mas em alguns momentos cansativo por essa erudição que o faz um “pédant de mythologie”.⁵ Também o anteriormente citado Gudemann, que parece ter estudado bastante a obra properciana, acentua que entre Tibulo e Propércio, aquele é mais simples, mais agradável, mais artista, mais límpido e chama a atenção do leitor pela fluidez do seu pensamento, enquanto o último apresenta uma linguagem obscura e retorcida, “lo que a menudo hace difícil retener el curso de sus ideas”⁶ e considera ainda a sua tremenda intertextualidade “una importuna erudición mitológica”.⁷ Repito, não é nada fácil em latim e mesmo na melhor das traduções, a leitura desse elegíaco, a não ser em cuidadosas edições com muitas notas de rodapé. E há mais: a sua linguagem nem sempre é compreensível para o leitor por uma talvez proposital obscuridade e confusão, alerta Grant e nela “there are abrupt transitions (which increase in the unhappy second book”,⁸ continua o mesmo estudioso. Como o seu panegirista americano, Ezra

5. Na Introdução à sua tradução de Propércio. *Élégies. Traduction nouvelle avec une Introduction et des notes par Maurice Rat, ancien élève de l'École Normale Supérieure, agrégé de l'Université, professeur au lycée Janson de Sailly, Paris: Librairie Garnier Frères, 1931, p. 3. Rat escreve: "Il est perpétuellement docte, doctissime et doctime, et lorsqu'il veut faire à son amie le plus beau de tous compliments, il ne lui dit pas qu'elle est charmante, voluptueuse ou belle, mais qu'elle est 'docte' comme lui. Il est naturellement, et presque sans le vouloir, pédant de mythologie, et ses allusions savantes coulent de source, comme chez d'autres les faciles et plates banalités", p. 3. Umas linhas antes, o tradutor escrevera: "Comme Ovide, en effet, et plus encore peut-être, il fait un déplorable étalage d'érudition mythologique", *ibidem*, p. 3.*

6. *Op. cit.*, p. 168.

7. *Ibidem*, p. 165.

9. O humanista inglês escreve a respeito: "The dominant literary, and especially poetical, manifestation of the Hellenistic Age was the Alexandrian movement. That does not mean that all the followers of this movement came from Alexandria. But Alexandria was its centre. For, in the period which started at the death of Alexander the Great (323 b.C.), Alexandria supplanted Athens as the cultural centre of the Greek world. The greatest libraries, publishers, and patronage were all at Alexandria, and it was from there that poets of widely separated Greek lands took their colouring. This Alexandrian epoch was essentially different from the earlier period of Greek culture. Then the position of the Athenian city-state had been unrivalled. But the Hellenistic or Alexandrian Age began at a time when the power of the city-states was eclipsed - for ever - by the dominion of Philip of Macedon and his son Alexander. The city-states continued to exist, but they were no longer a political force or even truly independent. Power now rested with the great monarchies which succeeded to the heritage of Alexander", op. cit., p. 138. O estudo sobre o alexandristismo vai até p. 142, e merecem ser lidas pela profundidade e seriedade das ideias desse scholar.

Pound, homem de muitos saberes e um grande humanista do século 20, Propércio não era um poeta para todos: seria antes um artista seletivo da língua, poeta para poucos, o que, se bem refletimos, soa até como um grande elogio, pois ser um escrito da elite, de pequenos grupos que lhe possam bem compreender o pensamento, é até mais louvável do que ser lido e repetido por todos, muita vez sem um cabal conhecimento daquilo que o artista quis dizer, enquanto outras vezes é apenas repetido de ouvir dizer, como acontece com os grandes autores de massas, que, de tanto repetidos, perdem a essência...

— OS ELEGÍACOS E A ESCOLA DE ALEXANDRIA

Foi nos dias de Otaviano Augusto que floresceram os mais luzentes nomes das letras romanas que Suetônio exalta na *Vida dos Doze Césares*, vendo em Otaviano não apenas o reformador da mais poderosa nação que se vira até então, mas um governante sábio e clarividente que subira ao posto mais alto para iniciar uma era de esplendor jamais igualado, digno sucessor de Júlio César de quem herdara não apenas o sangue, mas o domínio do Império e a inteligência superior. Foi uma época de grandes escritores, fossem prosadores ou poetas e, entre esses nomes, avulta o de Propércio que fazia parte do círculo alexandrino, cujo esplendor, acredita-se, jamais seria suplantado em Roma e que Michael Grant chama "a movement of scholarship"⁹ que desejava renovar as letras romanas, trazendo todas as descobertas científicas e linguísticas e filológicas de atenção e bom cultivo da linguagem que dominava a Escola de Alexandria, que passara a ser o centro de irradiação da cultura helênica, movimento desejoso de substituir a velha estrutura acadêmica por uma bem mais nova e adaptada ao mundo que surgia após o alargamento do Império e que, com muita precisão o já citado Grant denomina de neotérico,¹⁰ o que na verdade pareciam ser todos os mais distintos poetas que gravitavam em torno de Virgílio, de Horácio, de Mecenas e do próprio príncipe. Fiel a esse princípio, Propércio traz para a poesia romana a influência do alexandristismo e escreve uma poesia que marca um novo apego à terra, ao mundo rural, à psicologia do amor, a crença no individualismo, o interesse nos amores do ser humano,

o rebuscado na arqueologia da língua com a leitura dos autores mais antigos e uma grande tendência ao experimentalismo, que o mesmo Grant salienta como princípio não despidendo.¹¹ Contudo, escreve Ettore Paratore na sua *História da Literatura Latina*¹² que “o astro de Tibulo deve tê-lo ofuscado depois, a ponto de Domício Marso, no citado epigrama fúnebre para Tibulo, afirmar que, morto ele, não existe quem saiba compor carmes elegíacos de amor”.¹³ Ora, essa opinião, fosse de Paratore repetindo um coetâneo do poeta, fosse o seu pensamento, corroborando em um julgamento, é injusta. Depois, Propércio é mais humano e mais carne, e os seus versos, não obstante a dificuldade da sua *scriptura*, expõem os seus sentimentos com mais calor e quem quer que haja amado e sofrido por amor, compreende-lhe e sente-lhe cada verso, ainda que faça votos para que os meus leitores não tenham tido uma Cíntia em suas vidas, o que seria insuportável: bela, de longos cabelos loiros, sensual e feminina, mas, ó deuses dos romanos!, uma ventoinha, uma caprichosa de marca, promíscua e mentirosa.

— PROPÉRCIO OU TIBULO?

Entre os estudiosos da literatura latina do período augustano, há mesmo uma tendência a tentar um paralelo entre Tibulo e Propércio, ambos desaparecidos muito jovens: o primeiro nem teria chegado aos 30 anos, e o segundo teria alcançado entre 35 e 38 anos. No passado, as simpatias pareciam ir para Albius Tibullus, mas com o aprofundamento dos estudos da elegia, as suas origens e seus maiores cultores, tem havido uma certa mudança de julgamento e hoje em dia a balança parece pender um pouco mais para Sextus Propertius. Não podemos ignorar que nas últimas décadas, especialmente depois da homenagem consagradora de Ezra Pound, com todo o peso do seu imenso saber e da sua crítica respeitada, Propércio tem sido mais traduzido e mais lido. Depois, não podemos ignorar também que poucas vezes o alexandrinismo esteve tão patente e tão bem representado quanto na poesia propertiana, mesmo que tenhamos de admitir que a pletora de citações mitológicas, o seu estilo que até nem hesitaria de por vezes chamar de caótico, são motivos de impedimento para uma leitura corrente.

10. Em inglês: “neoteric”, do grego *neoterikós* (νεοτερικός), ou seja, próprio da mocidade, apreciador das coisas jovens, modernas e recentes. É o novidadeiro, da linguagem coloquial. Neoterismo é o desejo quase doentio de novidades e Teófilo Braga na sua *História da Literatura Portuguesa* (Porto: Livraria Chardron, 1909), tomo que trata da *Idade Média portuguesa*, faz referência ao neoterismo dos escritores clássicos nas suas traduções do latim: “A abundância e a facilidade dos neoterismos, actuava sobre o estudo da sinonímia: assim observamos o Infante D. Pedro na *Virtusa Benfeitoria* etc.” (cf. 1ª ed., p. 455). Note-se que o polígrafo parece amparar-se muito nas *Reflexões Filológicas*, de J. Pedro Ribeiro, um erudito de indiscutível valor, apaixonado pela arqueologia da Língua. E como uma coisa puxa a outra, esta nota sobre uma palavrinha grega terminou por estender-se até ao incansável Braga, que foi em muitas ocasiões vapuleado pelo Mestre dos Mestres, Camilo Castelo Branco, a quem, por sinal, terminou por o biografar, em preito de admiração e justiça ele que, em questão de justiça como crítico literário e historiador da Literatura do seu país, nem sempre fora muito justo...

11. V. item 3 do seu estudo, p. 140.

12. Paratore, Ettore. *História da Literatura Latina*. Trad. de Manuel Losa, S. J. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

13. *Op. cit.*, p. 487.

244 Pessoalmente, ainda que não seja nenhum *scholar* da Latinidade Clássica para o voto, prefiro as confissões humanas, muito humanas de Propércio. Pode ser que, na verdade, ele, em alguns aspectos, seja cansativo e se torne irritante pela invasão assustadora de mitologia greco-latina em a sua *scriptura* poética. Pode ser que o leitor que teimar em lê-lo no texto original sue para apreender alguns de seus conceitos estéticos expedidos em latim emaranhado em que a ordem inversa é a constante, mas acho-o profundamente nas suas dores, veraz, veracíssimo, ainda que lhe critique a falta de dignidade de homem e de um amante que vive a planger a sua lira pelos cantos e esquinas, ao invés de arrancar a caprichosa dos seus enlevos, dos seus mais íntimos pensamentos. Quantas Cíntias existiriam em cada esquina da velha Roma imperial e quantas ansiosas por um amor ou um novo amor, mormente levando-se em conta que o Império vivia em guerras constantes, guerras de conquistas pelo mundo e que, certamente, milhares de belas romanas perdiam seus namorados, noivos, maridos, pais, irmãos e estavam fadadas ao leito vazio, que é uma das queixas seguidas do poeta. Propércio, jovem, inteligente, famoso e de mais a mais a fazer parte do círculo seletíssimo do arquimilionário e generoso Mecenas, nem precisava dar-se ao trabalhar de procurar uma companheira...

Contudo, os amantes das letras latinas, sobretudo os do século 19, pareciam ter em maior conta o discreto e singelo Tibulo. Novamente vale ressaltar que o visconde de Castilho, que posa de iniciador do Romantismo em Portugal, mas, na verdade, um árcade atrasado, era, também, grande admirador dos versos de Tibulo, a quem tinha em grande conta, conta o segundo visconde de Castilho nas infundáveis, prolixas, mas sempre tão carinhosas e bem escritas *Memórias de Castilho*.

— A MONOTEMÁTICA DE PROPÉRCIO

Se esta visão alexandrinista até certo ponto tirou em certos passos a espontaneidade da poesia de Propércio, pela erudição mitológica, pelo arrebicado da língua, pelas muitas alusões histórico-ideológico-culturais, por outro permitiu-lhe a liberdade de falar do amor até à

exaustão, digo, do seu amor, narcisisticamente, verdadeiro romântico que exagerava o sentimento do eu, da sua dor como se somente ela importasse, assim como cultuava a mulher até à neurose, como se somente ela, Cíntia, existisse entre as beldades romanas. Confirma pois aquilo que todos os amantes costumam dizer até com certa insistência babosa, de que a mulher amada é única. É wertherianismo isto e Lotte era a única mulher no universo para o triste anti-herói de Goethe, se bem que – aqui façamos-lhe uma honesta ressalva –, a mulher ideal de Werther era uma pessoa boa, íntegra, incapaz de brincar com sentimentos alheios, fiel e apaixonada pelo marido e não teve culpa de ensandecer o pobre moço, a quem, de resto, não deu muitas esperanças. Contudo, quando se lê o livro de elegias que o poeta dedicou à moça, um pouco mais velha do que ele e que morreria antes do amante, a quem fez sofrer, diga-se de passagem, pela sua inconstância, pelas suas aventuras amorosas com outros homens, sente-se que ele consegue debuxar, com muita sensibilidade e talento, o drama de amor e sofrimento de todo aquele que ama. Descreve as sensações que sentem os amorosos em casos semelhantes. Algumas vezes o individualismo pode parecer como um humanismo, quando ele mostra casos e sensações que transcendem o nível individual para o geral. Os dramas de amor, com toda a sua ridicularia pequenina, são universais. Ciúme entre amantes, queixas de ingratidão, esquecimento, abandono, traição, separação e reconciliação, sabemos todos, não são sentimentos que estejam adstritos a uma pessoa ou a um povo, mas a todos os seres humanos, de todas as partes do mundo, assim que uma perfeita compreensão dos dramas de amor deixa de ser manifestação individualista para se tornar universal, sendo, por conseguinte, uma manifestação de humanismo. Aliás o pensador francês Guénon achava que individualismo se confundia em alguns casos com humanismo.¹⁴ Ora, isso escrever é, acredito, diminuir a posição que Propércio ocupa entre os grandes poetas do amor, aquele que, um tanto vaidosamente, se considerava o seguidor romano de Calímaco e aquele que trouxera as elegias eróticas desse poeta grego para a língua latina e que parece ter tido um tema único cantar o amor das mulheres, elogiar a carne estuante de gozo e prazer de uma bela romana que lha deu de presente e, per-

14. Apud Tasso da Silveira. In: 30 Espíritos-Fontes. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, s/d., p. 190. O ensaísta escreve ainda: "O individualismo é, antes do mais, a negação da metafísica, porque nega a 'intuição intelectual, faculdade essencialmente supra-individual' e fundamento daquela", p. 191.

246 versamente, em muitas ocasiões, lha retirou. Pode ser que Tibulo tenha sido mais requintado na sua arte, não no duvido, mas daí a dizer-se que o carne elegíaco de amor desaparecera com o poeta, vai larga injustiça. Criticavam-no por abusar da erudição mitológica, das alusões histórico-mitológicas, mas esse era o seu estilo, essa a sua maneira de ser, de ver a poesia, de escrever, que entram em jorros nos seus poemas, como aliás salienta Paratore. É certo também isso e a acusação não é descabida, contudo sabe casar muito bem com ninharias: a preocupação pelo que o gelo faria com os pezinhos de Cíntia nas suas viagens pelo norte mais frio, a queixa sobre a frieza da amante, as juras de amor, a condenação do uso da pintura de cabelos, o pensar que por ser muito jovem ela o não ama, ainda que por despique e com certa crueldade das pessoas desprezadas ele diga que se ela o não ama o bastante sendo ele ainda jovem, esquece-se de que um dia será velha e curvada para o solo, o que pouco lhe interessa pois a amaré sempre:

*At ut etiam juvenem odisti me, perfida, cum sis
Ipsa anus haud longa curva futura die.
Quin ego deminuo curam, quod sæpe Cupido
Huic malus esse solet, cui bonus ante fuit.*

São ninharias, admito, até coisas absolutamente ridículas, mas são todas essas ridicularias que fazem vivo o amor, e aqui penso em Fernando Pessoa quando fala das cartas de amor e o ridículo que nelas existe e que se não fossem ridículas não seriam cartas de amor. Assim os poemas eróticos dos grandes apaixonados: o pezinho da mulher amada, os olhos, os cabelos, a maneira de arranjá-los, os lábios, carnosos e bons para os beijos de fogo e desejo, um gesto com as mãos, o bico dos seios que parecem querer saltar da blusa, enfim, mil e uma coisas pequeninas, que os ingleses com ironia e *nonchalance* chamam de “a trifle”, que tanto pode ser uma ninharia como um dito fútil, uma coisinha de nada, mas que faz parte da vida nossa de cada dia. Assim no amor. Claro, depois isso como que some, como por encanto com a devastação que os anos, a convivência, o hábito, impiedosamente, cruelmente fazem. É o seu trunfo: confessar-se e confessar

ninharias, coisas que todos sabemos e sentimos a cada momento e ainda assim conseguir ser grande poeta do amor, sabendo misturar essas pequenas coisas da vida do homem com as altissonantes figuras da mitologia, o hieratismo e simbolismo que abundam nas lendas greco-romanas. Propércio não escapou: tantas maldades lhe fez Cíntia que ele, irritado, lhas exproba dizendo que foi a sua inconstância que o transformaram em um libertino, elogia Galla, a mulher de Póstumo, a quem dedica a elegia XII, do livro III, como uma mulher direita e casta, que todo o carinho e respeito merece, enquanto ele não teve a mesma sorte com a sua amante caprichosa e infiel, daí confessar-se com uma frequência que chega a ferir o leitor, pois confessar-se confessa-se ele sem parar, até à exaustão, como o faria Ovídio nas *Trístias*. Ora são confissões pueris, vaidadezinhas de um poeta jovem achando que tudo o que fazia era primoroso e eterno, ora queixas e receios de que venha a morrer cedo sem saber se a sua obra ficará para sempre, ora confissões mais íntimas e de que a sua amante ou nenhuma outra mulher, vendo-o emagrecido e pálido, não tire conclusões apressadas nem tome isso por fraqueza, nem se equivoque, pois a sua amante sabe muito bem que ele pode passar uma noite inteira a fazer amor

*Sed tibi si exiles videor tenuatus in artus,
Falleris: haud unquam est culta labore Venus.
Percontere licet: sæpe est experta puella
O cium tota nocte valere meum,*

jactância imperdoável, sem dúvida, por pretender que os leitores o vejam como um campeão sexual, talvez até mais exibicionista do que efetivo, ou as jactâncias, essas menos reprováveis e diria quase que próprias de um escritor ansioso por glória como quando escreve que a verdade está sempre presente nos seus livros, que estes recebem as palmas, quando acentua que nasceu na Úmbria e que a sua terra natal possa um dia orgulhar-se dele (acredita-se, em parte baseando-se nas suas confissões poéticas, ter ele nascido na Úmbria e em Assis, na mesma terra de campinas, castelos medievais e vida rural em que nasceria, séculos depois, São Francisco de Assis, um poeta devasso

248 e apaixonado e um santo cuja candura e amor pelos fracos e pelos animais perdura na tradição cristã!). Por outro lado, poder-se-ia quase dizer que pervaga um certo didatismo nas suas páginas quando parece que se propõe a ensinar aos contemporâneos e aos pósteros os truques amorosos para que os amantes mantenham a boa paz entre si e um dos seus ensinamentos, um tanto pachorrentos, é que não se deve exasperar o mau humor da amante, não falar áspero com ela ou sequer recusar o que ela deseja com ar severo. Em outras palavras: dizer sempre sim à amante, jamais contradizê-la, para não correr o perigo de a perder, com o que temos um tremendo poeta poltrão, que de tanto dizer sim à bela amásia, termina por ser tripudiado, ao invés de reconhecido como bom amante. Duvido que os candidatos aos amores de outras Cíntias lhe seguissem os conselhos, bem diferentes dos do viril e ousado Ovídio, que antes pretendia enlouquecer as mulheres pelo conhecimento que de seus corpos possuía ao elaborar o seu Kama Sutra romano *Os Amores e A Arte de Amar*, que o aqui algumas vezes lembrado visconde de Castilho traduziu a preceito.¹⁵ Aprendeu esses conselhos de Cíntia, no livro 1 (o em que mais intenso e apaixonado canta o poeta o seu amor pela amante difícil e infiel, que tanto o faz sofrer, mas não arrepender-se de tanto a amar), confessa-o na elegia x:

*Cynthia me docuit semper, quaecumque petenda
Quæque cavenda forent: non nihil egit Amor.
Tu cave ne tristi cupias pugnare puellæ,
Neve superba loqui, neve tacere diu;
Neu, si quid petiit, ingrata fronte negaris,
Neu tibi pro vano verba benigna cadant.*

Mas adota uma postura que nada tem de digna ao aconselhar que o amante se deixe dominar pela mulher amada, que só sendo seu escravo e trazendo o coração completamente pleno dela e só agindo assim poderá ser feliz:

*Is poterit felix una remanere puella,
Qui nunquam vacuo pectore liber erit.*

15. O leitor poderá notar a diferença entre os ensinamentos de Ovídio e os de Propércio, consultando as mirfíficas traduções do visconde de Castilho: Ovídio.

Obras: *Os Fastos. Os Amores. A Arte de Amar*. São Paulo: Edições Cultura, 1943, Série Clássica Universal "Os Mestres do Pensamento", sob a direção de José Pérez.

Lembra algumas verdades, de sobejo conhecidas dos amantes, como a de que as distâncias podem esfriar o amor, como escreve na elegia XI, ao mesmo tempo em que a distância da mulher amada faz com que ele mais a deseje e sinta que pode perdê-la, que outro jovem possa dela aproximar-se e tomar o lugar que era seu e, por isso, sente ciúme quando ela está distante. É bem mais fácil, longe dele, escapar à constante vigilância do seu guardião (ele, Propércio, o ciumento e desesperado amante!) e que ela pode ouvir os sussurros amorosos de um outro homem. Fica triste quando ela está distante e, pelos vistos, gostava de exhibir a sua dor, as suas apreensões, em exibicionismos autopiadosos para que os amigos mais íntimos o notassem, em uma atitude infantil, bastando para tanto que o olhassem, daí que se pergunta, dramático, se ele tem lugar no seu coração dela:

*Nostri cura subit memores ah! ducere noctes?
Ecquis in extremo restat amore locus?*

Quando faz juras de fidelidade, faz em tons elevados, ele o faz de modo que se poderia dizer de absoluto, as suas juras e promessas são todas elas muito fortes, como aquela assegurando que jamais uma mulher, jamais uma amante o separaria de sua Cíntia, mas que ela seria sempre a sua amante, a sua mulher:

*Nos uxor nunquam, numquam diducet amica
Semper amica mihi, semper et uxor eris.*

Há um momento em que o leitor tem a impressão de que está a ler, quase dois milênios antes, os densos e apaixonados poemas de amor de Elizabeth Barrett Browning nos seus *Sonnets from the Portuguese* ao seu marido, o também poeta Robert Browning, e que tocam a nossa sensibilidade, quando canta o seu amor que irá além da morte, dessa Cíntia que foi a primeira e será a última (*Cynthia prima fuit, Cynthis finis erit*, da elegia XII do livro I, *Ad amicum*). Clama que ante a crueza da morte, o seu amor irá além de suas vidas, como posteriormente, quando já era morta a amante, diria que a morte não é o limte, mas que algo existe além disso para os amantes:

Não se parece com aquele soneto eterno, um dos mais belos que o coração feminino jamais escreveu, com que Mrs. Browning jura amor eterno ao marido e inspirador, depois poeta laureado Robert Browning, em que ela diz que o amará até mesmo depois de morta?

*I love thee with the breath
Smiles, tears, of all my life! – and, if God choose,
I shall but love thee better after death.*

Uma pergunta que me faço: Teria a sensível e apaixonada entrevada inglesa algum dia lido as elegias de Propércio? Há muitas aproximações na temática exasperada de um amor entre duas pessoas que se acreditam feitas uma para a outra. O mesmo cuidado, as mesmas palavras de ternura, carinho e exaltação, com a exceção de que a Sr^a Browning, no seu esplendoroso vitorianismo e puritanismo anglicano, jamais falaria com tanto ardor do corpo do amado, nem teria coragem de dizer que sentia desejos da carne do companheiro. Há fogo latente nos sonetos dessa que quis um dia imitar a freira de Beja, mas o leitor terá que muito pensar nas suas chamas para que nelas se queime, diferentemente de Propércio, bem romano, para quem a arte de amar se constituía em um dos muitos requintes de um homem culto e bem-nascido – tenhamos sempre presente que Ovídio, para elogiar e exaltar Tibulo, dá-lhe a denominação de *cultus*, que queria dizer, de um homem civilizado e refinado! –, e ser culto não significava conhecer muito bem a língua que usava, dominar-lhe os seus segredos estilísticos e linguísticos, nem saber discutir aspectos da filosofia grega, ou os rendilhados da retórica, da gramática, da oratória, da maiêutica socrática tal qual a praticavam os adeptos da Escola de Alexandria. Era também conhecer (ou pretender que conhecia!) a arte amatória, conhecer os encantos, escolhos e facilidades do corpo da mulher, saber como se trata a uma bela dama, como se contenta a uma mulher caprichosa e voluntariosa. Ser *cultus* era saber amar a mulher e as suas complexidades. Conhecê-la não apenas como sujeito de observação, mas conhecê-la naquele íntimo

significado bíblico a uma mulher, fosse ela quem fosse, ou a Corina de Ovídio, a Lésbia de Catulo ou essa indomesticada Cíntia do pobre apaixonado que, de tão desesperado, chega a rogar-lhe pragas para que ela envelheça e veja um dia os estragos que os anos fazem mesmo na mais belas das mulheres... 251

— APESAR DE TUDO, A SUBLIMAÇÃO DE UMA POESIA
PELO AMOR...

E é triste pensar que poemas tão lindos tenham sido dedicados (e estranhamente também!) inspirados por “a beautiful girl of no reputation”, escreveu, com severidade, Grant,¹⁶ com o que está de acordo Maurice Rat,¹⁷ que a considera uma bela mulher, sim, mas caprichosa, colérica, hipócrita, dura e muito infiel, que muitas vezes o trai e ele mesmo o declara em versos lindos, sentidos, cheios de dor, mas sem dignidade. Aliás, não fora a beleza dos seus poemas, elegias efetivamente sentidas, repito, mas moralmente fracas, onde o poeta demonstra não ter tido nunca com relação a essa amante, o menor autorrespeito, a menor dignidade.

Contradições, receio do tédio, desconfiança, humilhações, tudo, tudo o que pense que o amor pode trazer e fazer a uma pessoa encontra-se nas suas elegias. Só amor, pois quando tenta abandonar o tema recorrente, deixando esse aspecto tópico da sua obra, ela perde a força, desaparece o vigor. Por exaltar Augusto e Mecenas, os versos soam como de ocasião. Quando tenta falar das glórias do Império, é quase comum e corrente a sua obra, sem nada de expressivo. Mas não se pode dizer que se tenha saído mal da experiência patriótica e de elogios às conquistas marciais de Roma.

Propércio só é grande tratando do amor, cuja sublimação busca, mesmo inspirando-se em quem tantos males lhe causou...

— REFERÊNCIAS

BROWNING, Elizabeth Barrett. *Sonnets from the Portuguese*. Mount Vernon, Nova Iorque: The Peter Pauper Press, s/d. Bela edição, adornada de vinhetas, não traz data de publicação nem são nu-

16. *Ibidem*, p. 158. O erudito britânico chega a chamar Propércio de “the first young neurotic of European poetry. His surrender to his own emotions makes him nearer to the subjectivity of modern poetry than to customary classicism”, *ibidem*, p. 158.

17. Cf. *Introdução à op. cit.*, p. 4.

meradas as páginas. O soneto que cito e comparo no ensaio é dos mais conhecidos e citados da autora. Belo, ardente, forte. Ei-lo, na íntegra: “How do I love thee? Let me count the ways. / I love thee to the depth and breadth and height / My soul can reach, when feeling out of sight / For the ends of Being and ideal Grace. / I love thee to the level of everyday’s / Most quiet need, by the sun and candle-light. / I love thee freely, as men strive for Right; / I love thee with the passion put to use / In my old griefs, and with my childhood’s faith. / I love thee with a love I seemed to lose / With my lost saints, – I love thee with the breadth, / Smiles, tears, of all my life! – and, if God choose, / I shall but love thee better after death”. Grifos meus. Mas não é só nesse poema, sem dúvidas o mais forte e o conhecido, que ela declara o amor absoluto pelo homem escolhido. Em quase todos, há versos em que ela o faz, com aquela ênfase melancólica, tão própria do romantismo inglês.

GRANT, Michael. *Roman Literature*. Middlesex: A Pelican Book, 1958.

Leia-se com muito proveito a parte II: Poetry, de p. 125 usque 163.

GUDEMANN, Alfred. *Historia de la Literatura Latina*. Barcelona / Madrid / Buenos Aires / Rio de Janeiro: Editorial Labor, 1942. Traz a notícia de ser essa a 3ª ed. revista, mas, curiosamente, não indica o tradutor dessa obra, muito conhecida, de Gudemann, que foi professor de Literatura Latina na Universidade de Breslau. Dedicou muitas páginas do seu manual ao estudo da elegia, de p. 157 usque 183. Pouco se detém em Propércio.

OVÍDIO. *Obras: Os Fastos. Os Amores. A Arte de Amar*. Traduções de Antônio Feliciano de Castilho. São Paulo: Edições Cultura, 1943. Faz parte da benemérita Série Clássica Universal “Os Mestres do Pensamento”, sob a direção de José Pérez.

PARATORE, Ettore. *História da Literatura Latina*. Trad. de Manuel Losa, S. J. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983. Um excelente estudo e parte dedicada a Propércio, de p. 487 a 499, traz bons dados, demonstrando que o historiador o leu de primeira mão.

PROPÉRCIO. *Élégies*. Traduction nouvelle avec une Introduction et des notes par Maurice Rat. Ancien élève de l’École Normale Supérieure, agrégé de l’Université, professeur au Lycée Janson de Sully. Paris: Garnier Frères, 1931.

SONTAG, Susan. *A Vontade Radical. Estilos*. Trad. de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 253

SUETONIUS. *The Twelve Caesars*. Trad. de Robert Graves. Middlesex: The Penguin Classics, 1962. É um clássico dos de mais agradáveis leituras e essa tradução inglesa, por um excelente escritor e humanista, com boa qualificação como latinista e universitaire, é das mais fluentes que o leitor moderno possa desejar.



— Compreensão da vontade do Direito: *um problema da filosofia da linguagem*

ISAAC SABBÁ GUIMARÃES¹

1. Membro correspondente.

O fenômeno linguístico é, sob qualquer ângulo pelo qual observemos sua constituição, o que melhor substancia a complexidade da psique humana, expondo por meio dos signos (linguísticos) o infindável encadeamento de percepções, que se equilibram numa corda bamba entre o falso e o iludível, mas nunca se manifestando como algo precisamente determinável e insuscetível de múltiplas interpretações: cada palavra, cada significante, mesmo que reduzido ao atomismo de um morfema, poderá conter uma pluralidade de significados: se pronunciar um /ah!/ com diferentes entonações, o emissor da mensagem tanto poderá expressar uma surpresa, como uma dor aguda, ou, ainda, um suspiro de desânimo, ou sentimento de decepção; ainda que agrupando os vocábulos, a mensagem adquirirá variados significados, de maneira que a expressão /passa uma borracha/ tanto representará uma ordem para a entrega do objeto, como um conselho para esquecer-se de algo. A palavra, para o aquinatense, é sempre *ratio* da coisa conhecida ou representada: para o entendimento de qualquer realidade intelectual, o homem – o cognoscente – tem de formar palavras, ou um grupo delas. No entanto, Tomás assevera que a palavra não é mera etiqueta para denominar as coisas, e nem podemos expressar o que vai intimamente em nós pelo uso de uma única, o que já evidencia a imperfeição da comunicação humana, diferentemente da Palavra de D'us, a própria perfeição. E por mais que estudiosos tenham pretendido encontrar nas línguas adâmicas as matrizes dos idiomas modernos (que por isso deveriam ser o menos possível contaminadas pela polissemia), como foi voga entre a baixa Idade Média e o período renascentista, daí tendo os linguistas forjado instrumentos sintéticos de comunica-

ção com a pretensão de serem perfeitos, esbarraram, por um lado, no aspecto da infabilidade de certas percepções – de difícil verbalização – e, por outro lado, como aspecto decorrente do primeiro, o âmbito restrito das línguas artificiais. É certo, como refere Eco, que algumas línguas possuem o caráter da efabilidade, como é o caso do hebraico, mas mesmo exprimindo o intangível, o metafísico, o não corpóreo, dão azo a extensas interpretações (basta meditar-se sobre os dois vocábulos hebraicos que exprimem espírito, *neshamah*, *néfesh*, que Maimônides deu largas em algumas páginas de seu *Mishné Torah*, mas que a literatura cabalista da Idade Média amplia para abundante discussão).

Se considerarmos que a ciência jurídica se serve única e exclusivamente da linguagem para o escrutínio dos fenômenos humanos inseridos no *universum* jurídico, portanto, aqueles que provocam um agir do direito ou seu interesse, embora por derivação, então chegaremos a uma conclusão muito parecida com a de Alf Ross, e diremos que o jurista, ele próprio um obstinado que tenta seguir um *iter directum*, involuntariamente percorre caminhos tortos, que transformam o objetivo do direito – ao qual pretendem lograr aqueles caminhos – numa miragem, num efeito óptico que altera nossas percepções a cada curva: a imprecisão da linguagem, a impossibilidade de estabelecermos as questões jurídicas a partir de um simples processo de nominar fatos, a carga semântico-ideológica presente nas formulações legais de cada *hic et nunc* histórico-jurídico e, ainda, a natural polissemia dos termos do jargão jurídico, dificultam a compreensão do direito como algo não tergiversável. Entenderemos, então, que grande parte dos problemas jurídicos pode reconduzir-se à dissolução *filológica*, ou, se se preferir, à apreciação analítica, por um extenso processo que inclui a submissão de fórmulas jurídicas – as expressões jurídicas – ao equacionamento semântico, filológico, semiótico, onde a procura da metalinguagem ajudará – e admitimos apenas isso – a desnudar a mítica *vontade do direito*.

II

As indagações filosóficas sobre a linguagem não são novas e remontam ao classicismo helênico; e aos antigos que lhes seguiram

256 as pegadas, como o caso de S. Agostinho quem, em suas *Confissões*, ao referir que o aprendizado da língua estava associado ao conhecimento dos signos, deixa implícito o entendimento de que as palavras servem para designar coisas; noção que mais tarde será ampliada por Tomás de Aquino, que assinala as imperfeições da comunicação humana; e, ainda, os talmudistas e cabalistas que emprestam um sentido mítico não só à Palavra, *Dabar* (vocábulo de duplice sentido, uma vez que conota com ação e, portanto, a *palavra* será já fonte de *realização*, como se depreende do Gênesis), mas às próprias letras do alfabeto hebraico, como se elas tivessem espírito e representassem sentidos não diretamente revelados. Mas é com Wittgenstein que a filosofia da linguagem desloca seu eixo, dando-se início ao que o pensador alemão chamou de terapia da “doença filosófica”: em suas *Investigações filosóficas*, o problema estava não no objeto filosofado, o que integra a *philosophia perennis*, mas na linguagem filosófica; e, abordando-a, haveria um princípio de dissolução das questões filosóficas.

O sistema wittgensteiniano é aberto, deixando, apenas, à amostra as dificuldades do uso da linguagem: à medida que se pensa numa dissolução, encontra-se uma nova via problemática e assim sucessivamente, como se estivéssemos a percorrer um longo corredor com inúmeras portas a serem abertas, sem que cheguemos, no entanto, a um destino final. Isso, só por si, é uma forma sutil que o filósofo encontrou para expressar a falibilidade da comunicação humana; a imperfeição da linguagem escrita e falada; e a riqueza polissêmica nas fórmulas a que reduzimos nossa pretensão de comunicar algo a um interlocutor. É lógico que existem instrumentos linguísticos aptos a mitigar as dificuldades de comunicação, v.g. quando a estabelecemos dentro de jogos de linguagem, com regras conhecidas pelos interlocutores. Assim, se a comunicação entre um pedreiro e um jurista é incompreensível na medida em que um interlocutor não domina as regras conhecidas pelo outro, no *diálogo* que se opera entre juristas haverá já um princípio razoável de inteligibilidade. E apenas isso: o conhecimento das regras não é garantia de que se estabeleça uma comunicação perfeita, pois que as palavras, ou o agrupamento delas em razão da semelhança de função que desempenham na linguagem

(formando o que Wittgenstein chamou de semelhanças de família), se associam a novos sentidos (se falarmos de boa-fé, na comunicação jurídica, o termo variará de extensão semântica consoante o jogo de linguagem em causa; e a boa-fé será avaliada, v.g., segundo a maior ou menor capacidade de comportamento ético da pessoa *sub examen* numa ação); de forma que os jogos de linguagem não se sujeitem a uma fixidez de parâmetros, mas, ao invés, vão aderindo a outras circunstâncias da comunicação humana (inclusive sociolinguísticas).

Há, partindo dessas dificuldades (e obviamente, muitas mais), como se sustentar, à guisa do que normalmente se diz, um *comando* da Lei? Por outras palavras, dentro da experiência jurídico-judicial, aquela que de fato põe em execução o direito como impulso de materialização da Justiça numa regra normativo-casuística – a sentença –, podem seus operadores arrancar prioritariamente da interpretação do texto legal?

III

É intrigante ler em compêndios de direito nacionais (que a bem da verdade não ultrapassam os limites da pura e simples interpretação de normas) a expressão *comando* legal. Ela denuncia um arraigado juspositivismo de linhagem kelseniana – expressão da ciência jurídica que não mais se justifica nos dias em que se aceita a imanência do direito de esferas distintas da legislativa e quando se admite a própria realização do direito fora dos domínios da judicialização – refletindo-se no compromisso de doutrinadores – *dogmatizadores* – de interpretar o *loghos* jurídico-legal, ou, como também dizem, a *vontade do legislador* inerente às normas legais, as do direito positivo, mas com um grande reducionismo que os remete para o século da *École de l'exégèse*, ficando suas lições na interpretação mais elementar, a gramatical, descurando, portanto, da ampla circunstância que envolve o direito: o direito, evidentemente, que transcende à norma *normada* emergida do processo legislativo. Expliquemos: o direito puro, sem influências metajurídicas, descendente, segundo o sistema de Kelsen, de uma *Grundnorm*, a norma fundamental de caráter hipotético, não parece ser autojustificante nem apto a ultrapassar o rigoroso âmbito conceptual para atingir o mundo prá-

258 tico-jurídico. Com isso quer-se dizer que a norma positiva do direito está contaminada, irremediavelmente, por aspectos estranhos ao conceito de pureza, que são da ordem da moral social, das contingências políticas, econômicas, culturais etc. Mas a admissão disso não implica reconhecer que a norma legislada configura, só por si, a vontade do direito, nem na podemos categorizar como a síntese das variadas instâncias, inclusive *metajurídicas*, ou, como já fora dito, uma decorrência do *Volksgeist*: há outros elementos nela entranhados, inclusive de ordem pessoal do legislador, que não nos permite depreender diretamente uma autêntica e autônoma *vontade* do direito. Dessa forma, se ainda persistíssemos em sua descoberta, teríamos também de investigar a *lexis* do legislador, conhecendo a gramática de que é feita, cujas variantes de suas normas dependem da circunstância pessoal, ideológica, política, religiosa etc. que o envolve, uma vez que, como *homo politicus*, é ele também, necessária e anteriormente, um *homo phaenomenon*, ou o resultado integral de sua circunstância humana. E quanto ao intérprete, seja como jurista, seja o que está na condição de operador do direito? O que diremos dele?

Ora, aquele que se diz intérprete do *comando* legal não estará, como a princípio se poderia inferir do signo linguístico, se submetendo à mais nobre *vontade* do direito equivalente a um imperativo categórico, mas, nem sempre por deliberada rebeldia, estará refletindo o que ele próprio é: a gramática da linguagem do intérprete jurídico dará à sua *lexis* a extensão do que ele é como homem, um ser sujeito a idiosincrasias e de percepções oriundas de seu complexo mundo, que é o da psique. Quantas vezes já nos deparamos com um civilista ou penalista em empertigada contenda contra uma única palavra, como ocorreu em relação à *individualização* da pena no contexto do regime legal dos crimes hediondos, pondo nisso suas convicções mais íntimas?

É possível depreender um *direito puro*, não contaminado pelas idiosincrasias, da norma legal e nisso estabelecer o *iter directum* para a realização da Justiça? Entendemos que não, que é difícil, difícilíssimo. E por mais que se depure o *comando* legal, abstraindo a norma de todos os fatores datados que ingressaram quando de sua

feitura, ainda assim persistirá o sentido polissêmico do direito determinado pelo que o intérprete, como homem integral, é: ver-se-á na sentença de um juiz, por mais imparcial que pretenda – e deva – ser, o homem que é, sobressaindo na sua fundamentação, nos argumentos lógico-jurídicos, os matizes predominantes de sua constituição pessoal; se politicamente orientado à esquerda, a determinação que emanar da sentença sofrerá esse influxo; se conservador, lermos nela ordem e disciplina fundados, talvez, na preservação da esfera individual do homem. Mas se as coisas são assim, se o discurso jurídico apenas reproduz, por escalas associativas de *ideolinguagem*, os postulados fundamentais das correntes em disputa pela hegemonia social, teremos no direito uma expressão tendenciosa das forças sociais e a negação de sua posição equidistante? Se, por outro lado, o ambiente sociocultural em que isso se opera for maciçamente homogêneo (e as demais expressões constituírem minorias), haverá uma ditadura do direito imediatizada pelas instâncias interpretativas e executórias?

É verdade que em vários episódios históricos o direito foi funcionalizado para servir a uma expressão de poder político, como ocorreu durante o *III Reich*, quando seu Código Penal estava repleto de normas em branco, que podiam ser preenchidas com os princípios da boa moral do homem alemão (logicamente, contrárias às minorias e aos não arianos); ou quando, ainda nos dias que correm, o direito, sob o pretexto de nacionalismo, intervém diretamente na limitação da propriedade industrial, dando arrimo, em verdade, a determinada ideologia política, no que, sem dúvida, os marcos do estruturalismo de Foucault serviriam para aí identificar um discurso guiado pela técnica do poder, estabelecendo-se, de um lado, o dominador, do outro, o dominado. Mas não acreditamos que dentro dos limites democráticos, em que o pluralismo prevalece, o direito seja urdido como instrumento de poder de um *establishment*: ele prevalecerá como poder, sim, mas do próprio povo, com todas as contradições a ele inerentes, que são afloradas com possibilidade de correção no encadeamento discursivo. Daí que os processos *filolinguísticos*, como vias sempre abertas e inesgotáveis, se estabeleçam como discursos éticos que corrigem os erros mais acentuados do direito.

Deixamos de incluir notas de rodapé para que a leitura seja fluida e para evitar o caráter acadêmico ao texto. Mas aqui deixamos algumas sugestões de leitura sobre filosofia da linguagem: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tratado lógico-filosófico. Investigações filosóficas*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002 (há boas edições brasileiras das Investigações filosóficas); ECO, Umberto. *A busca da língua perfeita*. Trad. de Antonio Angonese. 2ª ed. São Paulo: EDUSC, 2002; do mesmo autor, *Semiótica e filosofia da linguagem*. Trad. de Maria de Bragança. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. Sobre a visão tomista da palavra: TOMÁS DE AQUINO. *Verdade e conhecimento*. Trad. de Luiz Jean Lauand e Mario Bruno Sproviero. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Sobre semiótica: BARTHES, Roland. *Elementos de semiótica*. Trad. de Izidoro Blikstein. 16ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006; ECO, Umberto. *Tratado geral de semiótica*. Trad. de Antônio de Pádua Danesi e Gilson Cesar Cardoso de Souza. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007; CAMPOS, Haroldo de. *Metalinguagem & outras metas*. São Paulo: Perspectiva, 2006. Sobre a perspectiva judaica: MAIMÔNIDES. *Mishné Torá. O livro da sabedoria*. Trad. do rabino Yaacov Israel Blumenfeld. Rio de Janeiro: Imago, 1992; BENZION, Ariel (organizador). *O Zohar*. Trad. de Rosie Mehoudar. São Paulo: Polar, 2006; ANÔNIMO. *Sefer ha-Bahir*. Trad. para o espanhol de Mario Satz. Barcelona: Obelisco, 1985 (há vasta obra traduzida para o português e o espanhol sobre literatura talmúdica e cabalista). Sobre a semântica do direito: ROSS, Alf. *Direito e justiça*. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2003. Já tratamos das aproximações do direito aos jogos de linguagem de Wittgenstein: SABBÁ GUIMARÃES, Isaac. Aspectos sobre a intencionalidade do direito a partir de uma aproximação às regras dos jogos de linguagem de Wittgenstein. *Revista dos Tribunais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 96, v. 862, p. 69-92, ago. 2007.



{ *Medalha* PÉRICLES MORAES }

— Abertura

JOSÉ BRAGA¹

1. Manaus, 28 de abril de 2010.

O nosso calendário de atividades tem nesta noite um brilho vinculado à permanência dos mais altos valores culturais, eis que a entrega da Medalha do Mérito Cultural Péricles Moraes recorda a glória de um dos luminares desta Casa e simultaneamente homenageia personalidades e instituição que se destacaram no cenário cultural da nossa terra. Dessa maneira, identificando contribuições ao desenvolvimento humano no Amazonas e condecorando o mérito, a Academia preserva, proclama e incentiva a riqueza de inspiração e de vida com que as letras, as artes e seus patrocinadores sustentam indispensáveis horizontes da civilização.

Este ano, a distinção da Medalha, na área de Letras, é outorgada ao escritor Francisco Marques de Vasconcelos Filho, ficcionista antológico e líder de movimentos literários. Nas Artes, condecoramos Cleomar dos Anjos Feitosa, musa e administradora do Coral João Gomes Júnior. Na categoria Mecenato, é o Grupo Simões que recebe a consagração, pelo apoio inspirador de seus patrocínios.

Senhores, medalha sobre o peito é júbilo no coração. A substância mais vital de toda homenagem deve ser mesmo a alegria, assim impressa, assim reluzindo, assim perenizando como oferta de justa gratidão. Estamos em festa. Providencialmente, como se para multiplicar a satisfação desta hora, a Escola de Samba Vitória-Régia, que nos homenageou como tema de seu carnaval campeão, está aqui conosco, ainda sob os confetes da vitória, expondo sua bandeira, suas cores, símbolos e reminiscências de invencíveis sambas de sua história.

É como se fevereiro desse um salto até abril e a vibração popular aqui chegasse para referendar a Medalha com o aplauso das multidões encantadas. Também o Coral João Gomes Júnior, nas modulações

264. celestiais de suas vozes reunidas, vai nos conduzir ao enlevo dos corações que vivem para cantar, que vivem nos dando exemplo de paz e de bem na peregrina comunhão da música.

Para interpretar os significados desta solenidade, para ser a própria voz da Academia nesta noite, foi designado o acadêmico Tenório Telles, poeta, escritor e editor cujo nome, marcado pelo trabalho em prol da literatura, conquista mais e mais a nossa admiração.

Está aberta esta Sessão Solene

— Agradecimento

FRANCISCO VASCONCELOS¹

Antes de receber a comunicação formal do evento que foi aqui se realiza, fui surpreendido por telefonema do insigne presidente deste sodalício, professor José dos Santos Pereira Braga, dando-me conta da honraria que me fora destinada, honrosa deferência que, estou certo, é fruto da generosidade dos senhores acadêmicos, muitos dos quais companheiros, parceiros de uma juventude que muitos quis e muito sonhou.

E porque tenho o costume de dar título aos textos que escrevo, acho que não cometerei despropósito denominar de *Reminiscências* o que ora leio. Saudosista que sou, o que aqui direi, em qualquer circunstância, terá sempre para mim um sabor de saudade. Perdoem-me, pois, se algum exagero cometer.

Tudo começou no final da década de 40 do século passado. Tinha, então, dezesseis anos quando deixei Coari, a terra natal. Um anseio, de quase impossível alcance àquela altura animava o adolescente interiorano: estudar e vencer na vida. Já concluía o que então se chamava o primário. Todavia, o que fazer dali por diante? Não havia, na pequenina cidade, nível escolar de maior amplitude, e só escapavam do nada mais saber ou aprender os que, de alguma forma, lograssem a sorte de chegar a Manaus. Foi esse o meu caso. Um caso de sorte, costume dizer aos que, de algum modo, mera curiosidade, ou sei lá por quê, procuram saber de mim. Para quantos, iguais a mim, interessados em construir um amanhã diferente do que se observava no meio em que viva, Manaus, embora de tudo carente, constituía o grande e, para muitos, inatingível anseio.

Lembro-me claramente de quando cheguei. E foi com o maior sentimento de saudade que descrevi em um de meus livros – *Regime das águas* –, a Manaus daqueles tempos:

1. Texto lido pelo Dr. Raymundo Valois, na impossibilidade de comparecimento do escritor Francisco Vasconcelos às solenidades de entrega da Medalha do Mérito Literário "Péricles Moraes".

“Enquanto as águas subiam, a pachorrenta Manaus, adormecida e quieta, respirava o ar de antigas lembranças. Preguiçosamente debruçada à margem do grande rio de águas negras, tinha ares de monja reclusa, penitente e sonolenta. Afora a enchente, nenhum fato novo acontecia que lhe viesse alterar a quietude de seu ensimesmado dia a dia. Vivendo de um passado de euforia e encantamento, parecia comprazer-se em ter sido, na indiferente postura dos que nada mais esperavam. Quanta coisa tivera e quantos momentos de fausto já vivera! Mas bem longe já iam os dias daquele alumbramento, quando, na vivência orgulhosa da faceira cortesã que fora, chegara a namorar o mundo, recebendo, com abraços de muita ternura, a quantos forasteiros a buscavam na esperança de também participarem de seus dotes de menina rica. Suas ruas, agora tristes, adormeciam cedo, sem mais a luz dos lampiões que outrora a tornava risonha e buliçosa. E em vigília, apenas a alma e o lento ânimo dos boêmios, que insistiam em manter acesa a chama de velhas tradições, num teimoso tentar reviver os momentos felizes e fugazes que a história registrava com requintes de injustificado ufanismo (...). Aqui e ali, como marcos de perenes lembranças, os palacetes dos velhos coronéis, senhores que tinham sido de muitos haveres e dos quais só restava a tradição dos outrora respeitáveis nomes, único legado válido para alguns, bem poucos. Ah! os tempos da borracha, paradoxalmente, inelásticos tempos...”

Foi essa Manaus, de tudo desprovida, que me acolheu. Numa ordem também precisa de lembranças, no recortar que ora faço, sobressaem-se as dificuldades então enfrentadas. E quantas foram elas! Algo havia, entretanto, que não deixava arrefecer os ânimos. Ao lado do inarredável querer, as fervorosas preces de minha mãe, cuja fé, igualmente inarredável, me servia de alento e reforço. Surge, então, o ginásiano, época das primeiras produções literárias e dos primeiros e mais sentidos arroubos político-estudantis, no combate aos desacertos e às injustiças sociais, que tanto apraz à juventude enfrentar. Era o início da década de 50 e a luta em defesa do petróleo empolgava a alma nacional. No fazer literário, tímidas e singelas crônicas publicadas no jornal *O Centro*, a autoria escondia em enigmáticos pseudônimos, que coragem ainda não havia para ombrear com outros companheiros mais experientes.

Num belo momento de lucidez da intelectualidade jovem, surge o incandescente Clube da Madrugada, trazendo novo alento às letras e às artes como um todo. Tudo isso, fruto, sem dúvida, de sentidas reflexões que motivaram um modo de ser e de agir bem distante do que então se observava. Realmente, que fazia a nossa pacata e indiferente juventude? Parece-me válido admitir que assim se sentiam os primeiros madrugadores, possivelmente envergonhados, perante a história, daquele nada fazer, ou do fazer incompleto, bem distante da realidade cultural da época em nosso país. Assim, além de estimular a produção literária de seus interesses integrantes, predominantemente na poesia, inestimável apoio foi dispensado às artes plásticas, ensejando o surgimento de novos valores. Foi também nessa época que, sob a batuta do dinâmico maestro Nivaldo Santiago, surgiu o Coral João Gomes Jr., em cujas apresentações se destacava a maviosa voz de Cleumar Feitoza que, mui justamente, teve seu mérito reconhecido na homenagem que hoje aqui lhe é prestada.

Profícuos tempos, aqueles! Durante os ominosos dias de 1964/65, coube-me a ingente tarefa de dirigir o grupo. Eram tempos de cuidado, todos sabem. Impunha-se, assim, que algo de positivo e proveitoso se fizesse, até mesmo para impor e justificar nossa presença. Não nos seria lícito ficar distante do povo. Foi então que, conscientemente, me tornei um “executivo” do Clube. A meu sentir, algo mais nos cabia realizar, além do consciente fazer literário dos membros de um grupo que, embora historicamente reconhecido pelo talento de seus integrantes, para muitos não passava de um punhado de boêmios e desocupados dodivanas. Assim, o afã de algo realizar e tornar bem viva a presença do Clube, fomos à luta, da qual muito nos orgulha lembrar, hoje o Curso de Cultura Brasileira (uma semana de conferências sobre literatura, teatro, cinema, música etc.), com presença média de 300 participantes que enchiam o auditório do Teatro da Divina Providência, inclusive para ouvir os Companheiros da Manhã, jogral formado pelos poetas Elson Farias, Thiago de Mello e Farias de Carvalho, além da jovem Neyde Gondim, e de uma irmã de Thiago.

Outra realização de reconhecido sucesso entre o povo foi a Festa do Violão. Uma semana de música no coreto da praça da Polícia, com

268 acirrada disputa de exímios violinistas disputando as categorias de música erudita e popular; as Exposições de Artes Plásticas, promoção iniciada, com absoluto sucesso, pelo dinâmico presidente Aluísio Sampaio. É válido lembrar as homenagens que prestamos ao poeta Gonçalves Dias por ocasião do centenário de sua morte, publicando, inclusive, opúsculo contendo os poemas por ele escritos por ocasião de sua visita ao Amazonas, publicação com a qual inauguramos o Clube do Livro Madrugada, promoção, lamentavelmente, interrompida.

Ao embalo dessas e de outras tantas reminiscências de caráter cultural, ocorre-me lembrar, com indisfarçável saudade, a tentativa, também pioneira, de se fazer jornalismo literário em Manaus. Animado pelo entusiasmo do jovem poeta João Bosco Evangelista e do futuro professor de Língua Portuguesa Antônio Cruz Neto, ousamos lançar o jornal *Nossos Dias*, de curta existência, não passando da terceira edição. Foi nessa época que conhecemos pessoalmente a portentosa e histórica figura de Péricles Moraes, vitoriosos que fomos na ousada tentativa de entrevistá-lo. E que paternal acolhida tivemos, brindados, ainda, com a oportunidade de ouvi-lo declamar Verlaine e Rimbaud, o que fizera na língua dos imortais poetas. Monoglotas que éramos, mesmo assim quedamo-nos extasiados diante do ferver com que o preclaro mestre pronunciava cada palavra.

São muitas, as reminiscências. Mas sinto ser tempo de parar. Permito-me, entretanto, prestar homenagem a um dos mais dinâmicos partícipes de tantas empreitadas culturais em nossa terra. Refiro-me ao empresário José Sérgio Cardoso que, quase sempre praticando consciente mecenato, muitas vezes arcando irrecuperáveis prejuízos, foi o principal responsável pela editoração de quase tudo que aqui se produziu nos tempos de que falei antes.

Finalmente, cabe-me agradecer, penhorado, a homenagem que recebo. Estou consciente de que tal honrosa dádiva, já o disse, resulta da generosidade dos amigos. Recebo-a, sim. Não tanto pelos méritos de minha humilde obra literária, mas por ver reconhecido o esforço e o trabalho de quem muito lutou pelo fortalecimento da cultura de nossa terra.

— Abertura¹

JOSÉ BRAGA

A Medalha do Mérito Cultural Péricles Moraes, a ser entregue nesta noite à escritora Vânia Maria da Silva Pimentel, ao artista plástico Rui Machado e ao Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, traduz o reconhecimento da Academia Amazonense de Letras àqueles que, em meio a tantas outras vocações, se destacam na sociedade no cultivo das letras, das artes e no mecenato cultural.

1. Manaus, 28 de abril de 2011.

O rigor de que se reveste a premiação, que se dá por meio de um processo complexo de escolha de nomes que se destacam na sociedade, permite-nos dizer que o gesto de louvor da Academia não é senão uma espécie de proclamação do amplo reconhecimento lá fora dos homenageados.

Disse rigor e explico. A escolha dos nomes à Medalha Péricles Moraes processa-se em três fases distintas, fundadas no mérito e regidas pela ética democrática. Primeiro os acadêmicos indicam, por intermédio de consulta pessoal da presidência, um escritor, um artista e um mecenas, justificando a escolha e apresentando um resumo de seus fazeres e obras. Colhidas as indicações preliminares, a diretoria, em reunião conjunta, consolida as indicações e elabora três listas tríplices: uma para letras, uma para artes, uma para mecenato. Posteriormente, reúnem-se todos os membros da Casa em assembleia geral, para escolher, por meio de escrutínio secreto, as personalidades e instituições merecedoras da honraria.

Esse ato democrático de escolha e homenagem praticado pela Academia Amazonense de Letras completa-se com uma espécie de referendo da sociedade na sessão solene de entrega da medalha aos agraciados pela presença de quantos, como nesta noite iluminada, aqui comparecem para testemunhar o seu louvor à Vânia Maria, Rui Machado e ICBEU.

270 Festejamos, pois, senhoras e senhores, este momento de inteligência e beleza. Festejamos a vida na grandeza que só os humanos lhe podem acrescentar.

Está aberta esta sessão solene.



— Saudação

FRANCISCO GOMES

A Casa de Adriano Jorge está próxima de completar cem anos. Uma história de contrastes, pautando no estimular a ação criadora do espírito, no fazer cultural, missão até aqui operada por quase duas centenas de homens e mulheres – políticos, juristas, filósofos, cientistas, figuras do magistério e da religião, jornalistas, historiadores, artistas da palavra, da escrita e da arte. Operários da intelectualidade, de várias “escolas” e tendências, desde o começo e ainda agora trabalhando para cimentar a unidade acadêmica e ampliar os horizontes da cultura amazônica. Um grupo realmente eclético, pluralista, responsável pela produção de uma baita obra literária, destinada a contribuir e facilitar o diálogo com a sociedade amazonense.

Nesse quase um século de luta cruciante para superar as expectativas e os obstáculos que se postaram ao longo da sua caminhada, tornando-a mais áspera e difícil, este sodalício tem procurado manter-se fiel às suas finalidades. Uma viagem demorada e excitante, sem dúvida. Um extenuante trabalho de remoção de dúbios conceitos e falsas imagens. Uma mistura de sonho e vida. É como se fora um navio encantado “velejando a azuis espaços” (cf. Solange Berard), e “a qualquer vento, dir-se-ia um galgo estranho das vagas, tal a galopada da sua marcha” (cf. Virgílio Várzea). Sempre foi assim: a Academia Amazonense, à ameaça do perigo, antepõe a sua mansidão e a sua coragem.

Instituição mais antiga e dentre suas congêneres a mais operosa deste Estado, seu nascimento coincidiu com o período de falência da atividade gumífera e o desastre inevitável da Primeira Guerra Mundial. Vivenciou o atraso extrativista, as manobras oligárquidas do período anteroposterior ao governo Vargas, a ascensão e a queda do

272 populismo e as mudanças sociais pós-implantação do Polo Industrial de Manaus.

Como qualquer outra dependente da ação humana, nossa instituição é muito propensa a altos e baixos, ou seja, sua trajetória alterna êxitos e reveses. Em tempos que já se foram, ela falou muito de si mesma, revelou-se fechada e sisuda, tendente a excluir qualquer elemento exterior. A preferência pelas reuniões estritamente formais, as descontinuidades na difusão da produção escrita de seus membros e a irregularidade de suas sessões públicas denunciavam uma notória e preocupante falta de interação com o público. Por conta dos pendores conservantistas da maioria de seus membros, foi fustigada merecendo, inclusive, a saudável oposição dos vanguardistas do Clube da Madrugada.

Em contrapartida, surtos de progresso e sinalizações de compromisso com o futuro, houve-os, e foram muitos. Exemplos: 1) a eleição e posse, na década de 1940, da poetisa Violeta Branca, primeira mulher a integrar uma academia de letras em nosso país, antecipando em quase trinta anos o ingresso na Academia Brasileira da escritora Rachel de Queiroz; 2) os rasgos de abertura, entre o final de 1960 e meados de 1970, constantes da realização de proveitos encontros literários, e deles tomaram parte eminentes vultos da Academia Brasileira, e integração nos seus quadros de alguns valores egressos da corporação que anteriormente lhe impusera grave censura; e 3) a democratização, a partir da reforma estatutária de 1996, do processo de entrada na Academia: antes disso, era negado ao escritor o direito à autoinscrição e ao sufrágio direto e secreto; seu nome era, pura e simplesmente, indicado por outros acadêmicos e submetido à homologação da assembleia geral.

Compartilhamos de uma organização em que a criatividade, a inovação e o aproveitamento de oportunidades são essências à sua sobrevivência.

Na travessia do tempo, esta Casa bafejou sonhos considerados impossíveis. Na realidade, “O carro vai rompendo o silêncio, e a meia treva, com a querena duma nave corta a água dum canal” (cf. Aquilino Ribeiro). Por uma série de ações coerentes, afirmativas, desenvolvidas especialmente nas últimas décadas, a Academia “foi

navegando, foi temperando” (cf. Ari Barroso), estreitou laços com a interatividade e se tornou mais popular. Ações inclusivas, representadas por um infindável número de saraus musicais e de poesia, palestras, cursos, oficinas, sessões culturais de toda ordem, realizadas na Sala do Pensamento Amazônico, ganharam receptividade entre professores, estudantes, intelectuais e representantes de muitos outros segmentos sociais, e tendem a se multiplicar. Escancarando à curiosidade pública, o silogeu teve o número de visitas ampliado, assim como as entrevistas para divulgar os trabalhos acadêmicos e os encontros entre acadêmicos e grupos de estudantes em determinadas unidades escolares ou nesta instituição. Com a reforma, ampliação e modernização de seu prédio-sede, os serviços administrativos foram otimizados e os eventos disponibilizados à população ganharam maior visibilidade.

Demais disso, no interesse de estender sua atuação ao interior do Estado, a Academia estreitou relações com vários intelectuais de Parintins e Itacoatiara, do que resultou na criação das academias de letras dessas duas cidades. Dando sequência ao trabalho de interiorização, tratativas em curso sinalizam que em breve poderão ser instaladas outras casas de letras em cidades da calha do Solimões e médio Amazonas.

A Medalha do Mérito Cultural Péricles Moraes é o instrumento de maior brilho da Academia, criada para realçar a interação com o público externo, valorar o talento, enaltecer a inteligência. Emoldurada com a efigie de seu fundador e mais festejado ex-presidente, foi instituída pela Resolução nº 02, de 12 de maio de 2004, e é conferida anualmente para expressar o reconhecimento da Casa às personalidades que se destacaram nos estudos e na interpretação da Amazônia no campo das Letras, das Artes e do Mecenato. Neste ano de 2011 recebem a honraria a professora e escritora Vânia Maria da Silva Pimentel, o artista plástico, poeta e compositor Rui Machado e o Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos.

O protocolo recomendou que lhes façamos as devidas homenagens. Ei-las.

Vânia Maria Pimentel é filha de tradicional família amazonense. Bacharelou-se em Letras pela Universidade Federal do Amazonas,

274 onde também obteve os diplomas de pós-graduação *lato sensu* em Literatura Brasileira e de mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Professora há mais de trinta anos, pontificou com inexcelável competência, de 1993 a 2003, no curso de Letras da mesma Universidade, onde ministrou aulas de Teoria da Literatura, Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa. Ainda na Ufam, por onde se aposentou em 2003, exerceu o cargo de chefe do Departamento de Língua e Literatura Portuguesa do Instituto de Ciências Humanas e Letras – nesse último caso de 2001 a 2003.

Mestra de vocação, antes de ingressar na área do ensino público de terceiro grau, atuou no ensino médio como professora de Literatura Brasileira no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1976/1991) e de Língua Francesa na Aliança Francesa de Manaus, de 1992 a 1999. Atualmente, ministra as disciplinas Línguas Portuguesa e Literatura Brasileira na Universidade Nilton Lins, e Literatura Brasileira no Uninorte e na Escola Nilton Lins.

Talentosa escritora, cujos textos escritos de forma simplificada são claros e preciosos. Ressalte-se também que, além do destaque no campo da revisão ortográfica, vernacular e gramatical, atua como proficiente orientadora de autores na elaboração de trabalhos acadêmicos, pesquisas científicas, dissertações, teses, artigos, livros etc.

Releva informar ainda a experiência de Vânia Pimentel como expositora de temas educativos, especialmente os relacionados à leitura, à redação de textos, e sua participação em congressos, seminários, conferências, palestras, oficinas, cursos e demais eventos correlativos. Escreveu *Narrativas do Além-Real*, ensaio literário editado pela Editora Valer em 2002, “O Pagador de Promessas: uma visão multifacetada”, publicado em *Intertextos, Revista do Mestrado Sociedade e Cultural na Amazônia*, Manaus, 1999, além de diversos artigos publicados no *Jornal do Comércio* desta capital.

Araújo Lima, nosso antigo confrade, fundador e patrono da Cadeira 25, certa feita expressou que “Só a educação transforma os povos”. O trabalho da professora Vânia Maria Pimentel corrobora com esse vaticínio. Perita na arte de ensinar, responsável por formar gerações e gerações de amazonenses, sua eleição para integrar o quadro restritíssimo dos agraciados com a Medalha Péricles Moraes, na

modalidade das Letras, enche de glória sua família, seus alunos e a própria cidade de Manaus que a viu nascer, crescer e prosperar, envolvida em gestos de amor e carinho.

Rui Machado nasceu em Manaus em 1956. Ex-servidor do Banco do Brasil, um homem desartificioso, singelo, que conquista e mantém amizades pelo humor que carrega n'alma e pela larguesa de seu coração; que se orgulha de sua terra, do seu chão. Cultor da pintura, do desenho, da escultura, da poesia e da música. Artista que fala, escreve, pinta e compõe a paisagem multicolorida e vibrante da Amazônia; que enaltece os seus mistérios, suas lendas, seus bichos, seu folclore, suas tradições. Os analistas de sua obra são unânimes em enquadrá-lo na categoria de artista crítico e ao mesmo tempo observador, um vanguardista avesso à imobilidade da pintura e da escultura tradicionais. Seus quadros, além de detalhistas, procuram valorizar as formas, as texturas, o colorido, o conjunto e a singularidade dos objetos. A originalidade de sua obra, em acrílico sobre tela, óleo sobre tela, aquarela, nanquim, pastel e lápis de cor, chama a atenção por transportar motivos míticos e ritualísticos das culturas indígenas para a contemporaneidade.

Participou de dezenas de exposições de Artes Plásticas, individuais e *Flores da Amazônia* (2002) e *Caras Yanomami* (2003) no Bosque da Ciência do Inpa; e *Ritual* (2009) no Museu Amazônico. Em Brasília: *Amazonas, Cores e Formas* (1987) na Galeria do Ministério da Cultura. Coletivas em Manaus: *Pinturas e Fotografias* (1993) no Tropical Hotel; e *Igarapés de Manaus* (2004) no Palácio das Artes. Em Brasília: *Amazônia* (1989) na Câmara dos Deputados. Em Belém: *Arte Amazonas* (1982) no Theatro da Paz. No Recife: *Amazonas* (1983) na Galeria Massangana. No Rio de Janeiro: *Rio 92* (1992) no Paço Imperial. Em São Paulo: *Amazônia* (1995) no Macksound Plaza Hotel.

Também um excelente produtor de trabalho em escultura e vídeo, no decorrer de sua obra tem se revelado merecedor de prêmios, diplomas, menções honrosas e troféus/destaques, tanto em Manaus quanto no Rio de Janeiro e em Brasília.

As composições musicais de Rui Machado ressaltam o romantismo caboclo, focam no enaltecer o folclore, as cores, as peculiaridades e belezas regionais. Vários textos seus, elaborados no período

276 1997 a 1999, transformam-se em toadas do “Caprichoso”, levando ao delírio a “galera” desse boi-bumbá de Parintins. Mais de trinta CDs alusivos à música de Caprichoso, Carrapicho, David Assayag, Arlindo Júnior, Raízes Caboclas, Imbaúba, Lucilene Castro e mais recentemente Márcia Siqueira, resultaram de poemas de sua exclusiva autoria. Ainda fez capas de CDs e livros para as editoras Valer e Edua e para o programa Arthur Moreira Lima e Amazonas Filarmônica, encenado no Teatro Amazonas em 1998.

Poeta visionário e idealista, sua poesia de caráter romanesco caracterizada pelos versos soltos, medidos, idealiza os sentimentos de amor perdido, de amor não resolvido, foca na compreensão do outro. Além de diversos textos inéditos, é autor do livro *Anjos e Mistérios*, 1984, do postal-poema *Busca e Desejo*, 1987, e do in-fólio *Olhar*, 1991. Extratos de sua obra poética foram inseridos nos volumes I e II da *Antologia Poética* da Asseam, editados em 1997 e 2000, e no volume 2 de *Poesia de Brasil*, editado em Cuba, no ano de 2000.

Dentre as personalidades que se pronunciam destacando a sabedoria, o senso de investigação e a sensibilidade de Rui Machado, resalto as seguintes:

Acadêmico Moacir Andrade: “Como todo artista, Rui é um sentimental... [Tal e qual] um monge, observa, analisa, retém, burila e realiza a transformação das figuras no laboratório impenetrável da sua alma em ebulição”. Acadêmico Robério Braga: “[Um] artista e compositor festejado [que] retrata o que vê, porque caminha pela cidade de Manaus, palmilhando a saudade no casario que gosta de observar, e conquistando energia para continuar amando o que faz”. Magnífica reitora Márcia Perales: “Os traços que compõem o cenário de suas obras expressam um saber acumulado pelos povos tradicionais da Amazônia: nossos ancestrais”. Escritora Leyla Leong: “A pintura de Rui Machado sugere os cheiros exóticos das matas onde vive os índios, as índias e os anjos saídos de sua imaginação jovem e fértil. Em alguns dos seus trabalhos confronta os índios com os efeitos funestos da tecnologia do mundo moderno, deixando na tela e através dos seus traços e cores uma denúncia que o tempo não conseguirá apagar”. Escritor e crítico literário Paulo Graça: “[Rui] tem também um papel crítico, não apenas no sentido de crítica social,

mas também no sentido de crítica de linguagem, uma vez que, já sabemos, a pior pintura amazonense é aquela que retrata as palafitas, interioranos, canoas e onças, sem nenhum trabalho com a linguagem, repetindo velhas fórmulas esclerosadas”.

Promissora carreira a de Rui Machado. Tal e qual um pássaro de personalidade própria, que não voa em bando, um especialista em voo planado, “própria das aves grandes, em que as asas permanecem imóveis, bastando uma corrente de ar quente para sustentar a ave, que se deixa deslizar para o solo com sensível obliquidade (cf. Aurélio Buarque de Hollanda)”; igualmente a uma ave amazônica de grande porte, penas multicoloridas e sonoro canto que assusta o silêncio da mata – Rui voou, desceu no anfiteatro da Academia e apropriou-se do Troféu das Artes, para alegria e felicidade do seletor público que o ama e o aplaude.

Por fim, falaremos sobre o Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, eleito no corrente ano como entidade que se destacou no domínio do Mecenato Cultural. O ICBEU originou-se do English Speaking Club, criado em 6 de julho de 1956 por um grupo de professores, empresários e funcionários do Banco do Brasil, que desejavam aprimorar o domínio da língua inglesa, liderados e incentivados pelo falecido professor Ruy Alencar. De um simples clube passaria a Escola do Idioma Inglês com a atual denominação, a cuja cerimônia de oficialização, realizada em 15 de setembro de 1958, presidida pelo professor Alencar e secretariada pela professora Isabel Gomes da Silva, compareceram setenta e duas eminentes personalidades, incluso o embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

Instituição pioneira do ramo, no Amazonas, fez história formando milhares de pessoas de inúmeras gerações na língua inglesa, alcançou o patamar de excelência sonhado por seus fundadores e foi reconhecida pela Embaixada norte-americana como Centro Binacional de Línguas Classe “A”. O intercâmbio cultural estabelecido com os Estados Unidos permitiu aos jovens amazonenses, de ontem e de hoje, o acesso não só à língua estrangeira, mas ao conhecimento de uma nova cultura e novos horizontes de vida.

Dentre as muitas figuras luminares do universo amazonense que passaram por essa instituição civil de direito privado, sem fins lu-

278 crativos, reconhecida pelo Governo do Estado como entidade de utilidade pública, destacamos: os professores Arthur Bentes Michiles, Ignez de Vasconcellos Dias, Garcitylzo do Lago Silva, Armando de Menezes, Dilma Dantas da Silva, Roberto dos Santos Vieira, João Crisóstomo de Oliveira, Simi Buzaglo, Agenor Ferreira Lima, Neusa Alves Ferreira e Lila Borges de Sá; os cientistas sociais Djalma Batista, André Araújo, Samuel Benchimol e Márcio Souza; e os empresários Robert Philippe Daou, Moysés Benarrós Israel, Ildefonso Pinheiro, Sócrates Bomfim, Edgar Monteiro de Paula e Jaime Salgado.

Atualmente presidido pelo ex-aluno, professor e doutor em direito tributário Luiz Fabiano Barbosa, tendo como vice-presidente o professor e auditor fiscal aposentado José Roberto Girão de Alencar, o ICBEU é uma instituição de ensino comprometida com a comunidade, motivação maior da sua criação, sonho, ideal e emoção de seus criadores, à frente o saudoso Ruy Alencar.

Como é da formação de todos os treze filhos do falecido coletor federal e ex-deputado estadual Estácio Albuquerque Alencar e da saudosa dona Teté – Tereza Girão de Alencar, Ruy era um homem de fala mansa, ponderado, um perito em relacionar-se com as pessoas. Nascido em Codajás e criado em Itacoatiara, conviveu no final dos anos 1930 com os familiares do imigrante Jazon Williams Stone, proscrito em 1865 dos Estados Unidos por ter participado da Guerra de Secessão americana. Com eles aprendeu a falar inglês, e o seu interesse pela língua e pela cultura anglo-saxônicas ampliou-se à chegada dos Mickelsens em Itacoatiara, que vieram visitar os Stones, no período imediatamente anterior à Segunda Grande Guerra. Ante a dificuldade em conseguir navios que os levassem de volta aos Estados Unidos, os Mickelsens permaneceram na cidade de Itacoatiara até findar o conflito mundial. Sua convivência com a família de Ruy Alencar gerou entre eles uma duradoura e alegre amizade e um profíquo intercâmbio cultural.

Mudando-se para Manaus e, graças aos seus conhecimentos da língua inglesa, nosso herói foi contratado para trabalhar na RDC – Rubber Development Company – empresa norte-americana que comprava toda a produção amazonense de borracha, colhida pelos nordestinos na chamada “batalha da borracha”, esforço de guerra do

governo brasileiro para ajudar aos países aliados. Ali, ora atuava no almoxarifado controlando os estoques de peças para manutenção dos enormes aviões anfíbios que transportavam de Manaus para os Estados Unidos os produtos da hévea, ora servia como intérprete para os americanos que chegavam a toda hora.

Alistado no Exército, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde serviu de 1949 a 1953. Retornando à terra amazonense, passou a exercer o magistério de língua inglesa no IEA e, à noite, gratuitamente, no Colégio Ajuricaba. Em 1955, selecionado para participar de um Curso de Aperfeiçoamento na Língua Inglesa, na Universidade de Miami, onde passou um ano e foi aprovado com distinção e louvor. Voltando à sala de aula, no IEA e empregado com a experiência cultural vivenciada na América, juntou-se com outros idealistas – como acima mencionado – e fundou o ICBEU.

Sempre ladeado pela professora Helena Gomes da Silva, a “Miss Helena”, Ruy Alencar presidiu o ICBEU por mais de 45 anos. No curso desse largo período, ampliou seus conhecimentos de inglês e firmou-se como autoridade na matéria. Em 1960 recebeu o Diploma de Professor de Inglês, outorgado pela Universidade de Michigan. Participou de cursos de aperfeiçoamento nas Universidades da Carolina do Sul e Vanderbilt. O Estado americano do Texas concedeu-lhe um diploma de “Cidadão Honorário”. Em Manaus, paralelamente à sua função no ICBEU, ministrou aulas na Ufam, onde exerceu o cargo de diretor do Centro de Estudos Americanos.

Seus esforços pela aproximação entre os Estados Unidos e Brasil, e a divulgação e integração sociocultural, foram reconhecidos pelo governo norte-americano, cuja Embaixada em nosso país concedeu-lhe diversas comendas.

A morte do brasileiro e cidadão do mundo Ruy Alencar abriu uma enorme lacuna entre nós. Mas o seu trabalho, a sua inteligência e o seu exemplo de coragem perdurarão. A instituição por ele criada tem se revelado um lugar expressivo da cultura em Manaus, possibilitando destaque à mídia de forma gratuita. No exercício de 2010 foram muitos eventos. Tendo como pano de fundo sua Galeria de Artes, o Auditório “Professor Ruy Alencar” e o seu Salão de Festas realizaram-se espetáculos cinematográficos, de dança, teatro, exposição de

280 pintura, fotografia, artesanato, coreografia, lançamentos de livro, palestras, oficinas culturais, saraus musicais e de poesia, comemorações de toda espécie.

Concluo, plenamente convencido de que me esforcei para cumprir a tarefa a mim recomendada pela douta presidência desta Casa no sentido de saudar aos agraciados com a Medalha do Mérito Cultural Péricles Moraes, versão 2011. Sinto-me extremamente honrado em poder externar, em nome de meus confrades, os sentimentos de admiração e respeito à professora e escritora Vânia Maria da Silva Pimentel, ao poeta, compositor e artista plástico Rui Machado e ao Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, na pessoa de seus atuais dirigentes. Personalidades de destaque da Amazônia, em seus respectivos campos de atividade, fizeram por merecer as homenagens desta noite e a honraria nossos. Desde agora, estão habilitados a difundir a cauda da Academia, estreitar as relações de amizade com ela, amá-la e respeitá-la ainda mais.

Este órgão catalisador do processo cultural amazonense, cenáculo de geração e difusão do saber, da arte e da beleza, figurando uma nave carregada de passageiros, congrega homens e mulheres de variada estirpe que professam as mesmas ideias, cometendo-lhes o direito à imortalidade. Imune às influências do vento e da correnteza, percorre as águas profundas e revoltadas do rio. Avança célebre e com segurança. Toca para frente. O seu fito único é chegar ao porto seguro. Ainda que tarde, um dia alcançará a perfeição, a felicidade e a glória. Este é o destino da Academia Amazonense. Aplausos calorosos para ela.

— Agradecimento

VÂNIA PIMENTEL

Nada mais gratificante na vida de um profissional do que a valorização de seu trabalho. Não pela vaidade de ser reconhecido, mas sim pela afirmação de que todo seu esforço foi positivo e representou uma conquista.

Vale lembrar que reconhecimento rima com agradecimento, cumpre-nos, portanto, agradecer. Para isso, buscaremos apoio na imagística de Mário Quintana, poeta maior que, em um de seus expressivos sonetos, assim se manifesta:

Se eu fosse um padre

*Se eu fosse um padre, eu, nos meus sermões,
Não falaria em Deus nem no Pecado
- Muito menos no Anjo Rebelado
E nos encantos das suas seduções,*

*Não citaria santos e profetas:
Nada das suas celestiais promessas
Ou das suas terríveis maldições...
Se eu fosse um padre, eu citaria os poetas,*

*Rezaria seus versos, os mais belos,
Desses que desde a infância me embalaram
E quem me dera que alguns fossem meus!*

*Porque a poesia purifica a alma
...E um belo poema - ainda que de Deus se aparte -
um belo poema sempre leva a Deus!*

282 Também gostaríamos, nesta hora, de resumir, em um poema, a importância desta data; de poder cantar, em versos, a alegria pela escolha de nossos nomes, de salientar, com engenho e arte, a satisfação de receber o carinho e a deferência desta Academia, que, ao premiar, anualmente, pessoas dedicadas à divulgação da arte e das letras, cumpre um importante papel.

Também inestimável missão desempenhou Péricles Moraes, um dos idealizadores e fundadores da Sociedade de Homens de Letras, transformada em Academia Amazonense de Letras. O artista cedo descobriu o valor da linguagem verbal, transmitindo-nos, por meio de sua variada obra, que desafia o tempo, uma cosmovisão marcada pela sensibilidade e poder criativo.

Reveste-se, portanto, de importância inigualável o recebimento da Medalha de Mérito Cultural Péricles Moraes, que representa um troféu a marcar, de forma indelével, a trajetória de todos os agraciados, razão pela qual desejamos, extremamente honrados, expressar nossos agradecimentos a este Instituto e a todos os seus ilustres membros pela escolha de nossos nomes, salientando a acadêmica Carmen Nova, idealizadora dessa forma de premiação.

Sem dúvida, demonstrar nossa gratidão a este Templo de Cultura não é missão das mais simples, pois em determinadas ocasiões vocábulos são insuficientes para traduzir nosso mundo interior, mas, como afirmam os artistas impressionistas, o essencial é captar a impressão de um determinado instante e traduzi-la. Este evento representa, para nós, homenageados, esse instante, um dia ímpar, importante, de difícil tradução.

Acreditamos que a melhor maneira de agradecer é continuar nossa missão, empenhados e dispostos a atingir objetivos ainda mais desafiadores.

Artes plásticas, letras, mecenato. Caminhos afins. Em todos os três, a preocupação maior, o centro de todos os enfoques, embora diversos sejam os ângulos que o retratem: o ser humano.

De fato, vivemos hoje, mais do que em outros séculos, a era da máquina, da virtualidade, da automação, porém o homem é regido, também, pela emoção. Conduzir o grupo social à conquista de valores que ultrapassem o plano meramente material e atinjam dimen-

sões inusitadas, mediante diferentes linguagens, é um grande desafio. Enquanto houver arte, artistas e pessoas que os representem, valorizem e divulguem, o mundo estará aberto a mudanças positivas e sempre existirá a esperança de uma sociedade melhor, sem tanta agressividade e violência.

Bertrand Russel, filósofo e matemático inglês, disse que “o homem tem várias vantagens em relação às bestas; por exemplo, o fogo, as roupas, a agricultura, os instrumentos (...). A mais importante de todas, porém, é a linguagem”.

A arte é uma das formas mais relevantes de linguagem porque visa à beleza. Dostoievski enfatizou que “só a beleza salvará o mundo. Porque só através do Belo será possível compreender o mundo na sua essência e não apenas espantar-se diante de sua aparência”. Para o filósofo Hegel, “o Belo é o luzir da verdade através dos sentidos”.

Este, certamente, é o objetivo maior de Rui Machado: a busca do Belo, mediante o trabalho com diversas linguagens, que se bifurcam e se completam em seu relevante e vasto currículo, centralizado na Amazônia, prova evidente de seu sentimento nativista.

O mesmo espírito distingue o Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, com seu apoio irrestrito aos artistas e às mais variadas manifestações culturais. Basta analisarmos o número expressivo de exposições que receberam o respaldo do ICBEU em 2010. Este é o seu diferencial: não se restringe ao ensino da língua inglesa, ultrapassa-o, alarga as fronteiras intelectuais.

No exercício do Magistério, agradecer significará, sempre, conduzir os discentes à conscientização de que o domínio do código linguístico é um direito e um dever e de que a literatura ameniza o cinzento da vida e conduz-nos a regiões nunca dantes vislumbradas.

Tudo isso representa a procura e a valorização do novo, de inusitadas sensações, tão bem defendidas pela Academia Amazonense de Letras.

Vale a pena? Busquemos a resposta em Fernando Pessoa, o grande escritor português:

A única maneira de teres sensações novas é construíres-te uma alma nova. Baldado esforço o teu, se queres sentir outras coisas sem sentires de outra

284 *maneira, e sentires-te de outra maneira sem mudares de alma. Porque as coisas são como nós as sentimos – há quanto tempo sabes tu isto sem o saberes? – e o único modo de haver coisas novas, de sentir coisas novas é haver novidade no senti-las. Muda de alma como? Descobre-o tu.*

A vitória deste dia não é um processo isolado. Ao contrário, resulta de forças conjuntas, tantas são as pessoas que nos rodeiam e nos completam. Nada mais justo, portanto, do que repartir esta homenagem com nossos familiares, que conosco partilham alegrias e tristezas, com os colegas e companheiros de jornada, com nossos alunos e aprendizes, com todos, enfim, que, direta ou indiretamente, contribuíram ou contribuem para o bom êxito de nossa escalada.

Por fim, um agradecimento maior: a Deus, que nos tem permitido cumprir a missão para a qual fomos destinados.

Muito obrigados!



{ PORTFÓLIO }

— Moacir Andrade

JORGE TUFIC, *escritor*

Moacir Andrade faz de sua arte admirável uma ponte que liga a taba de Ajuricaba ao restante do planeta.

Moacir Andrade, além de pintor, é escritor, folclorista, poeta de rara sensibilidade e antropólogo. Seus álbuns de memórias são outras de suas ocupações favoritas no resgate de sua Manaus antiga, na fidelidade ao pitoresco e no amor construtivo ao passado, como fonte de inspiração lírica do eu poético relacionado com a totalidade ao redor (homens, animais e plantas; a natureza, enfim).

Na rolagem das folhas que marcaram nosso tempo de juventude, incontáveis audácias poderiam ser recordadas. Uma delas, contudo, marcou-me para o resto da vida: um dia, pilotando uma canoa, resolvemos desembarcar na superfície de uma “boia”, no meio do rio Negro; e ali, enfrentando o perigo das ondas, Moacir instalou seu caivete para colher a cidade da Barra sob um ângulo ainda hoje impossível. Nunca mais tornei a ver esse quadro. Mas ele, para mim, se desdobra e enriquece na lembrança do arrojo sem nome, quando todo perigo desaparece tomado pela coragem de surpreender o “novo”, onde que esteja.

— Imagens das páginas 1, 2, 5, 12-13, 53, 88, 96, 168, 253, 261, 270, 285, 295-296 foram retiradas de:

- *Moacir Andrade*. Manaus: Sérgio Cardoso, 1992.
- *Manaus – 100 anos de arquitetura*. Manaus: Imprensa Oficial, 1996.
- *Manaus: monumentos, hábitos e costumes*. Texto de Roberto dos Santos Vieira e Moacir Andrade. Manaus: Umberto Calderaro, 1982.

CRÔNICA

— Lembranças e saudade!

ROSA MENDONÇA DE BRITO

Na retina, lembranças que são quase fotografias. Mas não apenas lembranças, também saudade; saudade da terra e das gentes da minha terra, cidade de Carauari, na língua indígena “bata que veio do céu”, edificada às margens do rio Juruá, o rio serpente, o rio de muitas voltas...

Filha não da cidade, mas do município porque nasci no paraná da Saudade, no seringal Morada nova. Chegei na cidade em 1952, aos seis anos de idade. Chegei em uma “canoa de tolda” com meus pais Nila e João Brito e meus irmãos Berenice, Moysés, Roque e Júlio (falecido), Israel e Selic nasceram depois, na cidade.

Cidade pequena com poucas ruas. Parte dela ficava na terra firme e outra na parte baixa. Na parte alta tinha uma praça e três ruas: a da frente (cujo nome já não me recordo), a Floriano Peixoto e a Dom Pedro; na parte baixa, apenas uma rua, o porto e a “barreira”. No porto, onde depois de ouvir o apito do navio, na curva do Gavião, ficávamos  beira do barranco para vê-lo atracar, olhar as pessoas que chegavam e ir a bordo trocar frutas por bombom, biscoito ou bolacha. Na barreira, na época das “piracemas”, pescavam-se muitos peixes, até com as mãos. Eles pulavam e muitos caam em terra. Era fantástico ver as águas agitadas com os grandes cardumes subindo o rio!

Gostava muito da frente da cidade com as suas mangueiras enfileiradas, em cujas sombras ficávamos, muitas vezes, deitados a olhar o rio com suas fortes correntezas e muitos rebojos. Os botos que, em bandos, saltavam em brincadeiras; as touceiras de canaranas e as galhadas de paus com garças pousadas, descendo o rio; o avião catalina aquatizar para deixar os passageiros nas canoas e depois sumir no firmamento. Era muito gostoso pular em suas águas da ponta do Ises (bastante alta) e brincar dentro d’gua.

Na rua da frente, além da Prefeitura, Grupo Escolar Álvaro Maia, Coletoria e a casa destinada à moradia de juízes, estavam as casas das pessoas “importantes” e de “posses”. Eram as mais bonitas. Em destaque as casas de Alfredo e Carmen Marques, Samuel e Neuza Amaral, Raimundo e Dalva Bastos (dentistas), Miber e Waldisa Jucá, Francisco e Olga Pompilho, Jairo e Olímpia, Sérgio e Iolanda Oliveira, Manelito e Maria (residência e comércio), Abdom, seu Chicutete etc.

No centro da praça, a Igreja, em torno da qual a Casa Paroquial, o Colégio São José e um galpão que servia para realizar os trabalhos de marcenaria, olaria etc., de propriedade dos padres da Congregação do Espírito Santo. Os que guardo na lembrança são: padre Jaime, Thiago, Pedro, João e irmão Fulgêncio. Ao lado da praça um parquinho infantil que durante algum tempo foi capinado e varrido pela minha mãe, dona Nila Brito, e por mim. Do outro lado da praça, a casa do telegrafista, Casa Imar (comércio); Tico-Tico (comércio), onde eu vendia frutas apanhadas no terreno em que morávamos e, quando podia, comprava picolé; a casa do seu Citó e Nenem.

Na rua Floriano Peixoto, a rua de trás, como nós a chamávamos, que atravessava toda a cidade – começando no portão da casa da dona Chaga e ia até a Panair, a casa do seu Lourdes e o cemitério – estavam situadas a casa destinada ao promotor de Justiça (enquanto morei na cidade era o Dr. Cabral), posto de saúde do Sesp, delegacia de polícia, Casa Nova, Manoel Campelo, seu Gramixó, tio Cornélio e mãe Regina, Guiomar, Joaquim Inácio e Bicinha, João Borges e Maria, João Dino (dono do boi-bumbá), tia Adélia e Valmir, tia Rosalina e Raimundo Grilo, dona Alcídia (parteira), Chico Teixeira e Antônia, seu Thomé, seu Horácio, o sítio Açaisal do Jaime e Lita Martins (meus padrinhos de crisma), Taia e Joaninha (escola rural) e outras tantas, entre elas a minha. Por traz dela a “baxa” (espécie de igarapé de águas barrentas e com cheiro estranho), onde se lavava roupa e, principalmente, as crianças nadavam, bricavam e tomavam banho.

Na rua D. Pedro, que ia da Igreja até a gruta de Nossa Senhora de Fátima, estavam a “Cobrinha” ou “Casa da Conbra” (onde Joaquim Inácio consertava e fazia sandálias e sapatos e vendia peixe e carne), Zezinho e Raimundinha Oliveira, Remitalso (o faz-tudo na medicina),

José e Maria Moura, Arthur e Nazaré Souza, Vavá e Maria Cavalcante, Joaquim Aquino, e algumas outras famílias. 291

Lembranças dos pequeniques e banhos, quase sempre aos domingos, no igarapé da Areia e iguarapé da Roça. Do passeio na Simpatia e a receptividade e convivência amiga e alegre dos seus moradores. Lembranças das casas de farinha do tio Cornélio e do seu Thomé; do engenho do seu Lourdes, movimentado por dois bois enormes, onde muita gente ia comprar mel e rapadura e fazer “aufininho”...

A praça da Igreja era o local dos grandes acontecimentos. Nela apresentávamos à população, nas festas juninas, o tangará, tão bem conduzido pelas professoras do Colégio São José, sob a responsabilidade da Congregação do Espírito Santo, especialmente pela professora Rosimar. Na praça, no Natal, eram apresentados a pastorinha e o pastoral, ensaiados pelas professoras Dária e Terezinha; nela, recebíamos autoridades: bispos, padres, freiras, políticos e governadores; hasteávamos as Bandeiras nas datas oficiais. Nela e na rua da frente, realizávamos o desfile de 5 e 7 de setembro.

O Grupo Esolar Álvaro Maia, a primeira escola que frequentei, tinha como diretora a dona Neuza Amaral. Nele, fiz o jardim de infância (hoje alfabetização) com a professora Elisa, de quem guardo boas recordações. 1º e 2º anos com a professora Nazaré Arthur. Depois fui para o Colégio São José dirigido pela professora Terezinha Lima e tive como professoras a Dária, no 3º e 4º anos, e Dalva Bezerra, na metade do 5º ano.

A cidade não tinha muito a oferecer, mas as pessoas eram amigas e boas. A semana da Pátria, as eleições e a festa da padroeira eram as datas que davam maior movimentação à cidade. No dia da eleição, dia especial para a nossa gente, era um ir e vir constante de roupas e sapatos novos (dados pelos candidatos) no caminho para as urnas. Em dezembro, na festa da padroeira, Nossa Senhora da Conceição, o arraial com seus bingos, brincadeiras, coroação da rainha e comidas, possibilitava um boa diversão para os moradores e osromeiros visitantes. Na semana da Pátria, a disputa das duas escolas para fazer o melhor desfile, era outra oportunidade para movimentar os moradores da cidade.

292 Lembrança sempre presente dos colegas de escola: Marluce, Mir-tes, Etelvina, Gracinha Pompilho e Gracinha Martins, Elcy Citó e Elcy Martins, Nelcy, Vilani, Cleomar, Suani, Garci, Nega da Chaga, Luci-mar, Miberwal, Vladimir, Olavo, Jurandir e tantos mais. Lembranças também da Valda, Edmar, Moça, Boboco, Delso, Nenca, Naza, Ma-noel, Joelio, Ilza, Sueli, Darlinda, Ilzimar, Ana, Eliete, Oneide, Áurea (que fazia bonitos vestidos para minha irmã Selic), Rosali (minha prima)... Lembranças de momentos alegres e felizes na casa da dona Diza e seu Miber, onde os colegas da Marluce, Miberwal, George, So-lange e Marcondes eram recebidos de braços abertos para conviver e brincar...

Lembranças das histórias de cordel contadas ou lidas pelo seu Zé Bezerra, no seu "butequim", ou na casa do tio Cornélio, ao anoitecer, quando muitas crianças, sentadas no chão de sua sala, aguardavam ansiosas para ouvi-las atentamente. Lembranças dos jogos de do-minó e baralho (sueca e serra) na casa do seu Tomé. Lembranças da vida simples, das brincadeiras de rua ao anoitecer e antes que a luz fosse apagada às 21h: pular macaca, cabo de guerra, brincadeira de roda, manja-pega, barra-bandeira, esconde-esconde, queimada...

Lembrança da luta do meu pai e, principalmente, da minha que-rida mãe, para criar os seus filhos; lembrança da roça, da casa de fari-nha, da capinação de rua, da seringa, das pescarias para sobrevivência.

Lembranças inesquecíveis da vida simples, pobre, de muita luta, mas alegre e feliz!

— Em Manaus, o universo

CARMEN NOVOA SILVA

Era um hábito, na Manaus dos anos cinquenta a sessenta, “passar o dia” na casa de um parente ou amigo. Esse termo foi extinto na sua verdadeira essência afetiva. É uma expressão em desuso e desconhecida para as gerações atuais. É necessário expor no museu da memória o esqueleto desse espécime que habitou nosso meio antes que a hecatombe desenvolvimentista o dizimasse por completo. “Passar o dia” tinha a conotação de um passeio, de um prazer, de uma aventura, de uma viagem (pequeníssima viagem, sem dúvida!) e principalmente de partilhar das horas rotineiras da vida do parente ou do amigo. Em geral, “passava-se o dia” durante as férias escolares. Não tínhamos televisão, nem jogos eletrônicos. Viagens para outros locais? Somente para os mais aquinhoados financeiramente. Inexistiam crediário e as facilidades de compra no comércio, como a das passagens aéreas, tão bem-vindos no hoje. Por isso, viagens somente nos livros de aventuras infanto-juvenis. “Passar o dia” era a viagem ansiada executada dentro do espaço geográfico chamado Manaus. Às vezes a curta distância de sua residência, mas os limites, esses eram delineados pelo afeto e pela hospitalidade. Dizem que o coração tem o tamanho de nosso punho fechado. Resolvo então abrir meu punho! E dele escapam tantas coisas! Como a ideia de “passar o dia” na Manaus dos anos cinquenta e sessenta. Ideia para muitos absurda, mas para mim a memória tem o poder do sopro do Gênesis. Anima o barro, dá vida ao pó e ao nada. Assim, revisito Manaus. Passo não só o dia, mas as férias e os feriados da cidade, não sem antes preparar a pequena valise vermelha e nela colocar roupa de passeio e de dormir, toalha e traje de banho, pasta dental, escova de dentes e de cabelo e a boneca negra de pano (comprada na livraria Acadêmica) para o caso de sentir-me só. As férias e os feriados de Manaus tinham

294 muito de magia, religião, espiritualidade, civismo, folia momesca, folguedos juninos e criatividade, muitíssima criatividade, além da presença das angélicas incensando o agosto de meus anos. Sim, as angélicas faziam parte do dia a dia manauense. Enfeitavam altares, casas, festas e lápides com seus caules finos e longos de onde emergiam seu branco florir. E ao alcance de todos os bolsos. Depois da hecatombe desenvolvimentista cederam suas cotas de emoções ao requinte e a fidalguia das rosas. O homem, preocupado em tocar o infinito, não mais entendeu a linguagem das angélicas. Nas férias escolares, não se tinha muito o que escolher. Ou o rio, de venerável ancianidade, ou os cinemas, ou os passeios nas praças, ou a doçura dos “caramujos” da Confeitaria Avenida que um dia o Criador levou de volta ao paraíso. O rio Negro todo para banhar-se! Com seus mil braços límpidos e sinuosos rasgavam o ventre urbano e desafiavam os “moleques” a pular do alto das pontes romanas que ladeavam o Palácio Rio Negro. Nos “banhos” públicos, Parque Dez de Novembro, Ponte da Bolívia, Tarumã, Ponta Negra; nos balneários particulares, Guanabara, Las Palmas, Muruama, Fale Baixo, Acarape; nessas águas, benditas águas, abri novamente meu punho e aí depusitei a ingênua esperança da perpetuidade. Nos passeios nas praças da Polícia, da Saudade e do Congresso tinha-se a convicção de não esbarrar em tendas beduínicas. Mas foi num daqueles bancos de pedra que um dia ficou esquecido o compêndio de urbanidade de uma cidade-sorriso.

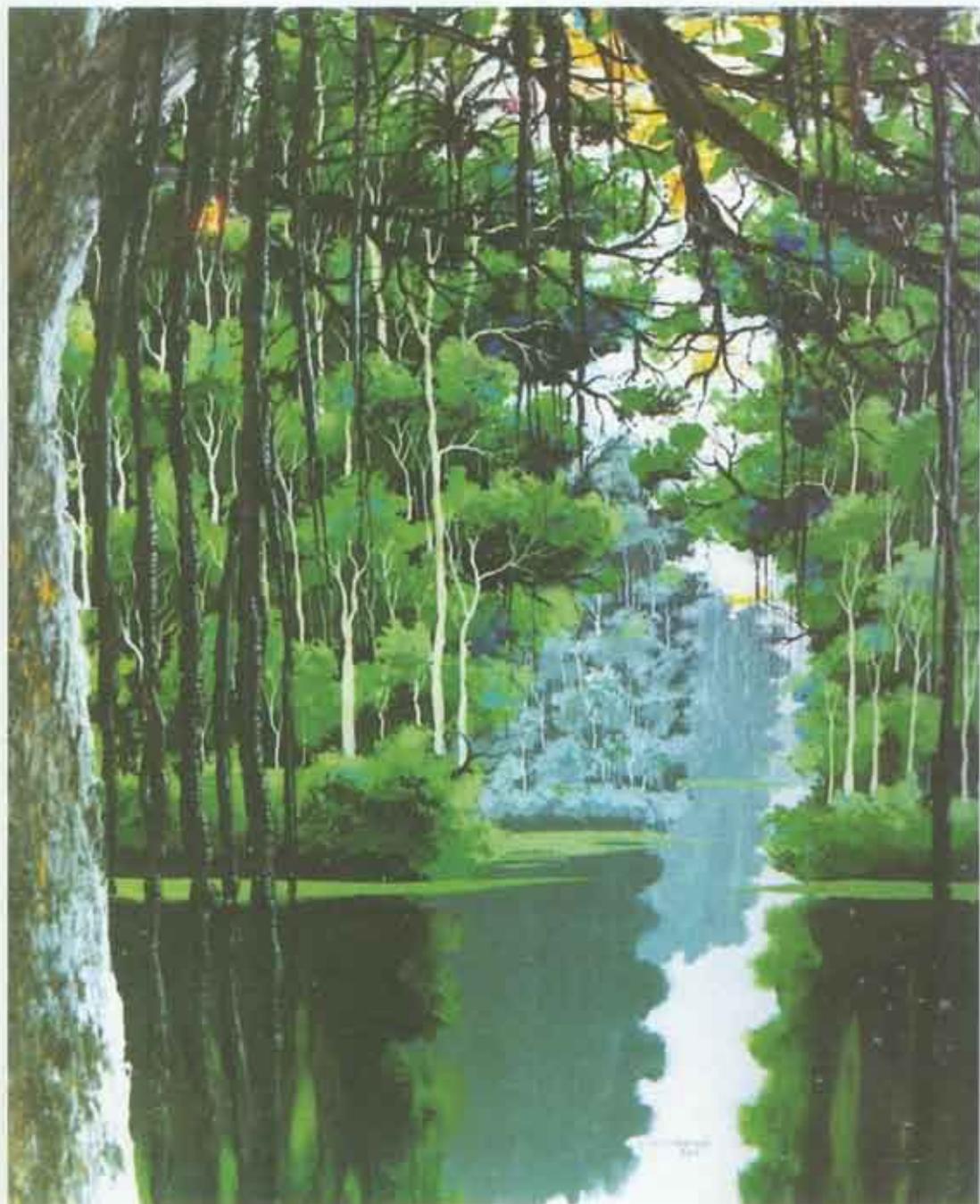
Os cinemas Avenida, Odeon, Polytheama, Guarany, Éden, Ipyranga, Palace, Vitória, Ideal e Popular davam o roteiro dos sonhos e com isso a crença no futuro de uma Manaus em technicolor. Nas férias, não tínhamos muito o que escolher, mas ao abrir os punhos fechados dali, surgia todo o universo...







Fazenda no igarapé de Manaus, Moacir Andrade, 1983 - col. particular



— *Furo do Paracuuba*, Moacir Andrade, 1989 • col. do artista.



Umbanda [entalhe].
Moacir Andrade, 1974
col. particular

revista de

AAL

{ ANUÁRIO ACADÊMICO DE LETRAS }

A geração e difusão do conhecimento, do saber, da arte e da beleza são as principais expressões de nossa Academia.

Assim tem sido feito desde os seus primeiros passos. Sua Revista, como veículo dessa difusão, tem cumprido esse importante papel e tem representado a expressão escrita do pensamento acadêmico.

Em contraposição, a regularidade das publicações, na dependência direta de recursos, tem estabelecido descontinuidades. Grande tem sido o esforço das diferentes administrações para fazer circular pelas instituições daqui e do restante do país este seu veículo de divulgação. Recria-se somente agora a expectativa de produzi-lo e fazê-lo circular com a qualidade e regularidade desejada.

É justo que a Academia Amazonense de Letras, com tamanha produção literária, a disponibilize aos seus leitores, contribuindo e facilitando o diálogo com a sociedade que a estimula e engrandece.

MARCUS BARROS



AMAZONENSIS
ACADEMIA DE LETRAS

MANAUS